

## **Turismo em Espaço Rural**

### **Proposta de recuperação e valorização de uma Quinta no Concelho de Silves**

**Maria Teresa Carrasquinho de Macedo**

### **Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista**

**Orientadores: Professor Doutor Luís Paulo Faria Ribeiro**

**Professora Doutora Maria João Canadas**

**Juri:**

Presidente:

Doutora Maria Cabral Matos Silva Aires Pereira, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa;

Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

2023

## Índice

Agradecimentos .....	VII
Resumo.....	VIII
Abstract.....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
Objetivo .....	2
Estrutura da Dissertação .....	3
1. TURISMO EM ESPAÇO RURAL.....	6
1.1. Aparecimento do TER.....	6
1.2. Tipologia dos Empreendimentos e Enquadramento Legal .....	8
1.3. Evolução dos Estabelecimentos.....	12
1.4. Oferta Atual Turística Nacional segundo o RNT.....	24
1.5. Caracterização da Evolução do Turismo na região e no Concelho de Silves .....	32
1.6. O perfil do turista do Algarve .....	35
2. ENQUADRAMENTO REGIONAL DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....	39
2.1. Enquadramento geográfico do Algarve e de Silves .....	39
2.2. Caracterização biofísica e paisagística da Região e do Concelho de Silves .....	43
2.3. Caracterização Histórica da Região e do Concelho de Silves .....	52
2.4. Caracterização Turística do Concelho de Silves .....	52
2.5. Enquadramento PDM.....	56
3. CASO DE INTERVENÇÃO .....	57
3.1. Enquadramento geográfico da Quinta.....	58
3.2. Enquadramento histórico da Quinta .....	60
3.3. Modalidade de oferta a implementar .....	62
3.4. Plano de Proposta de atividades Turísticas.....	64
4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....	66
4.1. Caracterização atual da Quinta.....	67
4.2. Descrição da Proposta .....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	80
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	81
Anexos.....	82
Anexo 1- Elementos relacionados com o Caso de Intervenção .....	83
Anexo 2- Projeto de Intervenção .....	86
Anexo 3- Documentos relacionados com o Projeto .....	112

## Índice de Figuras

Figura 1 – Número de estabelecimentos e de camas TER (1984-2007).....	12
Figura 2 – Evolução do n.º de Estabelecimentos Turísticos e TER e TH em Portugal. ....	14
Figura 3 – Evolução do n.º de Estabelecimentos Turísticos em Portugal, Continente e Algarve. ....	14
Figura 4 – Evolução do nº de Estabelecimentos Turísticos Totais e Alternativos.....	15
Figura 5 – Evolução do nº de Estabelecimentos TER e TH Total e discriminado. ....	15
Figura 6 – Evolução do nº de Estabelecimntos de TER e respetivas modalidades ..... 15	15
Figura 7 – Evolução da Capacidade de Aloj. Total e de TER+TH em Portugal ..... 16	16
Figura 8 – Evolução da Capacidade de Aloj. nos Est. de TER + TH em Portugal e no Algarve..... 17	17
Figura 9 – Comparação da Evolução da Capacidade de Aloj. em tipos de Est. Turísticos Totais e Alternativos ..... 17	17
Figura 10 – Evolução da Capacidade de alojamento por modalidade de TER em Portugal e no Algarve..... 18	18
Figura 11 – Evolução do número de Hóspedes e Dormidas em Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal e no Algarve. .... 19	19
Figura 12 – Comparação da Evolução do nº de Hóspedes em Est. de Aloj. Tur. Alternativos em Portugal e no Algarve.....20	20
Figura 13 – Comparação da Evolução do nº de Dormidas em Est. de Aloj. Tur Alternativos em Portugal e no Algarve ..... 20	20
Figura 14 – Comparação da Evolução da Estada média nos Est. de Aloj. Turístico e nos Estab. TER e TH. .... 21	21
Figura 15 – Evolução da Estada média nos Est. Turísticos em Portugal e no Algarve..... 22	22
Figura 16 – Comparação da Evolução da Estada média nos Estab. Turísticos TER e TH em Portugal e no Algarve. .... 22	22
Figura 17 – Comparação da Evolução da Taxa média e líquida da Ocupação-cama nos Estabelecimentos TER e TH e respetivas modalidades em Portugal.....23	23
Figura 18 - Evolução da Taxa média Ocupação-cama nos Estab. TER e TH e respetivas modalidades no Algarve.....24	24
Figura 19 - Número total de registos de Empreendimentos Turísticos presentes no RNET.....26	26
Figura 20 - Número de registos de Estabelecimentos Turísticos TER e TH e respetivas modalidades..26	26
Figura 21 - Capacidade de Alojamento nos Estabelecimentos Turísticos, segundo o RNT.....28	28
Figura 22 - Capacidade de Alojamento TER e TH, segundo o RNT.....28	28
Figura 23 - Nº de Unidades de Alojamento e Un. Aloj. para Mobilidade Reduzida existentes nos Est. Turísticos.....28	28
Figura 24 - Nº de Unidades de Alojamento e Un. Aloj. para Mobilidade Reduzida existentes nos Est. TER e TH.....29	29
Figura 25 - Nº de Estabelecimentos que receberam apoios financeiros exteriores .....30	30

Figura 26 - Nº de Estabelecimentos existentes no Concelho de Silves e respetivas modalidades.....	31
Figura 27 - Capacidade de Alojamento existente no Concelho de Silves.....	31
Figura 28 - Nº de Estabelecimentos Hoteleiros em Silves que tiveram apoios financeiros.....	31
Figura 29 - Evolução do nº de Estabelecimentos Hoteleiros no Algarve.....	32
Figura 30 - Evolução do nº de Estabelecimentos Hoteleiros em Silves.....	33
Figura 31 - Evolução da Capacidade de Alojamento TER e TH e da Estada média no Algarve e em Silves.....	33
Figura 32 - Divisão do Algarve por zonas, segundo o ACeS.....	35
Figura 33 - País de residência dos Turistas que visitam o Algarve e zonas onde ficam hospedados..	36
Figura 34 - Faixa Etária dos Turistas que visitam o Algarve.....	36
Figura 35 - Rendimento médio dos Turistas que visitam o Algarve.....	37
Figura 36 - Diferentes divisões naturais do Algarve: Barlavento-Sotavento e Serra-Barrocal-Litoral...	39
Figura 37 - Divisão do Algarve em Serra, Barrocal e Litoral e identificação das 3 Serras.....	41
Figura 38 - Distrito de Faro: Divisão Barlavento-Sotavento e respetivos Concelhos.....	41
Figura 39 - A Região do Algarve segundo a Classificação Climática de Koppen.....	43
Figura 40 - Precipitação média anual no Algarve.....	44
Figura 41 - Temperatura média anual no Algarve.....	44
Figura 42 - Mapa de hipsometria do Distrito de Faro.....	45
Figura 43 - Mapa de declives no Distrito de Faro.....	45
Figura 44 - Mapa do Parque Natural da Ria Formosa.....	46
Figura 45 - Mapa do Parque Natural do Sudoeste Alentejano.....	47
Figura 46 - Mapa da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e V.R.St. António.....	48
Figura 47 - Localização do Estuário do Arade.....	49
Figura 48 - Localização da Ria de Alvor.....	49
Figura 49 - Precipitação e Temperatura média anual em Silves.....	50
Figura 50 - Sistema Sapal de Armação de Pêra.....	52
Figura 51 - Área de Território incluída na proposta do Parque Algarviensis.....	52
Figura 52 - PDM de Silves- Núcleos Urbanos do Poço Barreto e Figueiral.....	56
Figura 53 - P. de Condicionantes- Património e Infraestruturas para a área envolvente à Quinta.....	56
Figura 54 - P. de Condicionantes- Risco de Incêndio, na área envolvente à Quinta.....	57
Figura 55 - P. de Condicionantes- Recursos Naturais, na área envolvente à Quinta.....	57
Figura 56 - Localização geográfica do Concelho de Silves no Algarve.....	58
Figura 57 – Localização geográfica da propriedade no contexto do Concelho de Silves.....	59
Figura 58 - Relação da distância da Quinta com a Cidade de Silves.....	59
Figura 59 - Localização da Quinta e os seus limites. ....	59
Figura 60 - Delimitação da Quinta.....	60
Figura 61 - Edifício Principal- fachadas.....	62

Figura 62 - Edifício B ("Chalet").....	63
Figura 63 - Exposição do Automóvel em miniatura.....	65
Figura 64 - Área de Intervenção.....	67
Figura 65 - Secções da Propriedade A.....	67
Figura 66 - Imagens do "Triangulo" e "Corredor", no seu estado atual.....	68
Figura 67 - Imagens da Eira, atualmente.....	68
Figura 68 - Imagens do Logradouro, no seu estado atual.....	69
Figura 69 - Imagens da Propriedade B, no seu estado atual.....	70
Figura 70 - Tanque de rega antes e depois da Intervenção.....	70
Figura 71 - Proposta de Tipos de Abrigos Adaptados.....	77

### **Índice de Quadros e Tabelas**

Tabela 1 – Nº de Estabelecimentos que receberam apoios financeiros exteriores.....	30
--	----

## **LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS**

TER – Turismo em Espaço Rural

TH – Turismo de Habitação

AL – Alojamento Local

DGA – Direção Geral de Agricultura

PDM – Plano Diretor Municipal

CMS – Câmara Municipal de Silves

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

RNT – Registo Nacional de Turismo

RNET – Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos

LEAF (Centro de Investigação) – Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food

ACeS- Agrupamento de Centros de Saúde

ARS- Administração Regional de Saúde

## Agradecimentos

Este projeto não teria sido concretizado sem ajuda de várias pessoas que permitiram levá-lo a bom porto. Sendo assim gostaria de agradecer:

- Em primeiro lugar aos meus Orientadores por toda a ajuda e apoio que me deram, nas duas secções, a Professora Maria João Canadas e o Professor Luís Paulo.

- À Professora Maria Matos Silva pela ajuda em muitos momentos deste trabalho.

- Aos meus pais por todo o apoio e incentivo que me deram durante o tempo em que estive a executar este projeto. Gostaria também de fazer um agradecimento especial à minha prima, a Arquiteta Inês Gomes, por me ter disponibilizado as bases em AutoCAD das propriedades, fundamentais para a elaboração deste projeto.

- Aos meus amigos que sempre mostraram entusiasmo no projeto e que me deram forças quando estava mais desmotivada.

## Resumo

Esta dissertação de Mestrado tem como temática do Turismo em Espaço Rural e Turismo de Habitação em Portugal. Concretiza-se uma proposta de intervenção numa propriedade situada no concelho de Silves. Esta propriedade encontra-se em processo de reconversão em estabelecimento de Turismo em Espaço Rural pelo que é importante que, tal como está a acontecer com o interior, o exterior seja recuperado de modo a ser criado um espaço agradável para os hóspedes.

Efetua-se uma análise abrangente dos fatores passíveis de influenciar a realização do projeto, recorrendo a informação documental e estatística. Assim retrata-se a realidade do Turismo no nosso País, as suas designações, a história, e a evolução da oferta desde o início, nos anos 70 até à atualidade tendo em conta também as várias modalidades de alojamento e a legislação envolvida na sua definição.

De seguida procede-se à comparação da evolução da oferta turística de todos os tipos de turismo, em diferentes níveis geográficos, nacional e mais especificamente para a região do Algarve. Para esta região apresenta-se também a informação disponível relativamente ao perfil dos turistas que a visitam.

Depois analisar-se-á o concelho de Silves do ponto de vista geomorfológico, físico, histórico, cultural e ambiental. Todos os elementos estão apresentados do geral para o particular do todo para o pormenor.

No final apresenta-se uma proposta de intervenção para a citada propriedade que pertence à minha família há várias gerações e que vai ser convertida num estabelecimento de Turismo em Espaço Rural, na modalidade “Casa de Campo”. O objetivo desta proposta é a de recuperação do espaço exterior da propriedade que, apesar de ter um grande potencial, não usado, se encontra em avançado grau de degradação. Propõe-se também algumas atividades de animação turística a ser oferecidas a par com o serviço de alojamento como, por exemplo, a realização de eventos, exposições e outras.

Palavras-Chave: Turismo Rural, Turismo Alternativo, Casa de Campo, Sustentabilidade, Algarve

## Abstract

This Master's dissertation has the thematic of Rural Tourism and Housing Tourism in Portugal. The main objective is a proposal of intervention in a property located in the municipality of Silves. This property is in the process of conversion into a Rural Tourism establishment, so it is important that, in the same way that it's happening inside the buildings, the exteriors will also be improved in order to create a pleasant space for guests.

A comprehensive analysis of the factors that may influence the realization of the project is made, using documentary and statistical information. Thus, we make a protrait of the reality of tourism in our country, and its designations, history, and the evolution of the offer since the beginning, in the 1970s until today; also taking into account the various types of accommodation and the legislation involved in its definition.

Next we compare the evolution of tourist offer of all types of tourism, at different geographical levels, nationally and more specifically for the Algarve region. For this region it's also presented the available information regarding the profile of tourists who visit the region.

Then the Municipality of Silves will be analyzed from a geomorphological, physical, historical, cultural and environmental point of view. All elements are presented from the general to the particular, from the whole to the detail.

At the end, an intervention proposal is presented for the aforementioned property that has belonged to my family for several generations and that it's going to be converted into a Rural Tourism establishment, with the "Country House" modality. The objective of this proposal is the recovery of the exterior space of the property that, despite having a great potential, it's not used and, because of that, it's in an advanced degree of degradation. It's also proposed some tourist entertainment activities to be offered along with the accommodation service, such as events, exhibitions and others.

Keywords: Rural Tourism, Alternative Tourism, Country House, Sustainability, Algarve.

## INTRODUÇÃO

As transformações em curso a partir de meados do século XX, provocaram uma alteração profunda dos hábitos da população rural. As dificuldades económicas que assolaram toda a Europa, incluindo Portugal trouxeram a fome e dificuldades acrescidas à vida quotidiana no interior do nosso país, que já por si, era muito dura.

A população, na esperança de procurar uma melhoria na qualidade de vida para si e para os seus filhos decidiram ir para as grandes cidades, situadas no litoral do país, deixando as suas terras e casas. Com falta de mão-de-obra grande parte da agricultura foi mecanizada, mas muitos dos campos acabaram por ser abandonados, provocando o decréscimo da área agrícola.

No entanto, devido a diversos fatores entre as quais crise financeira que assolou o nosso país e a Europa no ano 2008, criou-se uma expectativa de regresso das gerações mais novas ao campo, muitas delas aproveitando as terras herdadas pelos seus pais e avós que se sentiram obrigados a desistir da agricultura para ter uma vida melhor. Muitos jovens, que viveram toda a sua vida na cidade, onde não conseguiram permanecer porque perderam o emprego ou não conseguiram sequer entrar no mundo de trabalho na sua área de formação, decidiram regressar à terra dos pais ou dos avós na expectativa de experimentar uma atividade profissional diferente daquela da qual tiveram uma formação superior, tendo iniciado um negócio agrícola, comércio e/ou turismo.

Em alguns destes casos tiveram a sorte de encontrar algum património herdado, ainda que, em ruínas, mas que pode ser recuperado para habitação própria ou para turismo. Muitos dos estabelecimentos TER e TH que têm aparecido no nosso país graças aos apoios de muitas autarquias e associações, que ajudam os novos proprietários a manter e a recuperar casas típicas da zona mantendo viva a arquitetura rural e a alma das aldeias e dando um sinal de esperança ao interior do nosso país.

## Objetivo

Muitas vezes herdamos património edificado e parcelas de terreno, sem saber como o manter e estimar, acabando muitas vezes por ficar degradado e perdendo o valor que tinha.

Este trabalho fala sobre uma solução, cada vez mais utilizada para recuperar e utilizar património histórico, o Turismo de Habitação e o Turismo em Espaço Rural evitando assim o triste destino que antigamente estas propriedades tinham.

O primeiro caso de Turismo de Habitação surgiu nos anos 1970 para este mesmo fim, tendo sido uma grande ajuda para que o património edificado continuasse nas mãos dos respetivos proprietários, para que não tivessem o desgosto de ver esses edifícios degradarem-se, não podendo recuperá-los por não terem meios financeiros. Apareceram associações e fundos nacionais, mas sobretudo europeus que permitiram estas recuperações.

O Turismo em Espaço Rural permitiu que estas modalidades de alojamento turístico abrangessem casos de propriedades que não eram edifícios históricos, solares ou casas apalaçadas. Assim começou a ser possível a recuperação de pequenas casas típicas da região, que pertenciam a pessoas humildes nas aldeias remotas.

Este novo tipo de alojamento turístico permitiu que fosse possível a expansão do turismo em zonas rurais, longe dos grandes centros, sempre em harmonia com a região, algo que não seria possível noutro tipo de alojamento. Permitiu ainda o desenvolvimento de áreas que estavam em profundo estado de degradação rural impedindo o desaparecimento da aldeia.

A escolha deste tema está relacionada com o local onde vai ser efetuado o projeto de intervenção que vai ser abordado nesta Dissertação. O caso prático objeto de intervenção consiste numa pequena propriedade que pertence à família há, pelo menos, 4 gerações.

O edificado, apesar de não ser de grande valor arquitetónico nacional, apresenta os traços característicos algarvios. São exemplos a açoteia, em vez do telhado, onde se secava o milho, as paredes coloridas e decoradas com um friso superior personalizado, e a eira, onde antigamente se fazia a desfolhada. Estes elementos sempre foram muito apreciados por amigos que passaram pela propriedade a convite da família.

Desde os anos 90 que ocasionalmente alguns apartamentos têm sido ocupados para férias por familiares e amigos. Todos os que passam férias na propriedade saem com um sorriso, muitos elogios, e com uma vontade muito grande de voltar no ano seguinte.

Devido a este “feedback” positivo os proprietários decidiram estender esta modalidade a qualquer pessoa que quisesse pernoitar na propriedade, iniciando um negócio de Turismo rural, modalidade casa de campo.

A propriedade é modesta, mas está integrada numa zona central e onde se acede a qualquer zona da região. Assim os hóspedes teriam um perfeito equilíbrio entre a experiência do campo e a proximidade dos centros urbanos e da praia. Por sua vez a casa e o terreno precisam de ser dinamizados, de modo a serem valorizados e a criar uma área agradável onde possam ser feitas várias atividades lúdicas. O edifício vai ser recuperado e integrado num negócio de Turismo em Espaço Rural, mas o espaço exterior ainda se encontra por recuperar.

Esta dissertação tem como objetivo apresentar uma proposta de recuperação e valorização de toda a área exterior pertencente à propriedade, tanto na zona envolvente ao edificado como também ao terreno anexo onde atualmente se encontra a piscina.

### **Estrutura da Dissertação**

Em primeiro lugar, no capítulo 1, apresentam-se, as definições legais do Turismo em Espaço Rural (TER), Turismo de Habitação (TH) e Alojamento Local (AL). No subcapítulo 1.2 aborda-se a evolução da legislação nacional, referente a todos os tipos de turismo, tradicional e alternativo desde os anos 80, altura em que saíram os primeiros diplomas, até aos mais recentes.

Irá ser realizada uma análise comparativa completa com o apoio do site do Instituto Nacional de Estatística (INE) da evolução da oferta de Estabelecimentos turísticos, em geral e, particularmente, o TER, TH e AL desde as primeiras estatísticas (1984) até aos números atuais (2017).

De seguida, vai ser também explorada a oferta que existe atualmente em Portugal, primeiro ao nível da Hoteleira, em geral, e depois, mais precisamente, de TER, TH e AL. Esta informação foi retirada da Base de Dados do RNET (Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos) que foi criada a partir o DL nº 186/2015, apresentando todos os registos, referentes a todas as modalidades de hospedagem existentes no País. Os valores referentes ao território nacional foram agrupados do geral para o mais particular (Portugal-Continente-Distrito de Faro) e forma comparados os vários critérios pertencentes como, por exemplo a Tipologia, Capacidade, financiamento público, entre outros.

Mais à frente, no subcapítulo 1.6, vai ser analisada a evolução e a oferta turística até 2018, no distrito de Faro, ou seja, na região do Algarve. Vai ser feita uma análise comparativa entre o Barlavento e o Sotavento Algarvio, entre o Concelho de Silves e, por fim, entre Silves e os seus Concelhos limítrofes.

No final vão ser reveladas as motivações que os turistas têm para, no fim, escolherem este tipo de Turismo alternativo, em detrimento do outro. Vão ser referidos quais são os

aspectos positivos e negativos deste tipo de turismo e quais os impactes que têm no meio rural, nas aldeias e também nos recursos naturais existentes na região.

O capítulo 2 foca-se na caracterização da região onde vai ser elaborada a proposta de intervenção. Primeiro será feita uma caracterização biofísica e geomorfológica do Algarve com base em informação secundária e informação cartográfica retirada do site “*Epic WebGis Portugal*”, um site com informação de bases geográficas do centro de investigação LEAF que se encontra sediado no Instituto Superior de Agronomia.

Apresentam-se as diferentes tipologias de divisão administrativas e naturais. Em primeiro lugar, as divisões naturais, causadas por diferenças topográficas e geológicas. É o caso da divisão Barlavento-Sotavento (de Oeste para Este) e a divisão Serra-Barrocal-Litoral (de Norte para sul). Por fim caracterizam-se as fronteiras administrativas, ou seja, a divisão do Distrito de Faro nos 16 Concelhos, identificando quais estão inseridos no Barlavento e Sotavento assim como quais são os Concelhos-vizinhos. Depois caracteriza-se o Concelho de Silves nos termos referidos acima (biofísica e morfologicamente) e, também, as ligações que existem entre Silves e o resto do Algarve, em termos de infraestruturas e transportes.

De seguida vai ser explorada a História da região do Algarve, e da cidade de Silves. Quais foram os primeiros povos a colonizar a zona, o aparecimento dos Romanos, os povos germânicos posteriores, a chegada dos Árabes e a conquista Cristã, pelos Portugueses, no século XIII.

Faz-se uma análise comparativa completa da oferta turística atual existente em todos os Distrito e no Concelho de Silves. Compara-se a oferta atual de Silves com a oferta disponível nos seus Concelhos-Vizinhos e, por fim, entre o Barlavento e o Sotavento Algarvio. Estes dados são relativos ao início de agosto de 2018 e foram retirados do RNT, na subsecção RNET e RNAL.

Na parte final deste capítulo será caracterizado o “Perfil do turista que decide visitar o Algarve” através de um relatório com o mesmo nome, elaborado pelo Turismo do Algarve, com a colaboração da Universidade do Algarve (UAAlg). Este relatório final é referente ao ano de 2016, pelo que pode estar já desatualizado. No entanto permite-nos ter uma noção do tipo de turista que visita o Algarve, quais são os países mais representados, de que tipo são, quais as suas preferências e os elementos menos satisfatórios que devem ser melhorados.

O capítulo 3 será dedicado à propriedade que vai ser objeto de intervenção. Vai ser analisada detalhadamente a história da propriedade e seu edificado, desde meados do século XX, aquando a sua aquisição, nomeadamente, modificações no edifício e zonas envolventes.

Como a propriedade esteve até recentemente em processo de legalização e licenciamento para a implementação de um estabelecimento de Turismo em Espaço Rural (TER)-

modalidade casa de campo, foi possível conhecer com maior detalhe todas as modificações arquitetónicas até à data.

Depois iremos caracterizar mais detalhadamente a modalidade de TER que vai ser implementada (Casa de Campo), quais foram as razões da sua escolha e as características do edificado que as justificaram.

No subcapítulo 3.6 vão ser propostas diferentes atividades que poderão ser implementadas, como forma de dinamização da Quinta, para além do alojamento. Em primeiro lugar vão ser abordadas todas as atividades, interiores a exteriores (ao ar livre), feitas dentro da propriedade. De seguida vai ser caracterizada todo o tipo de oferta que podemos encontrar fora da propriedade, tanto no Verão como nos restantes meses do ano. Vai ser caracterizada toda a oferta disponível de animação turística existente no Concelho de Silves, nos Concelhos limítrofes e, por fim, em todo o território Algarvio.

O capítulo 4 será relativo à descrição da Proposta de Intervenção, que terá 2 partes importantes: A primeira é a zona do logradouro e envolvente dos 2 edifícios, constituída por uma zona ajardinada, uma zona de estacionamento e uma zona de horta e a 2ª parte irá focar-se na área adjacente, que é uma propriedade independente, mas que pertence aos mesmos proprietários, pelo que faz parte do Projeto. No caso da Propriedade B a área de intervenção encontra-se relativamente vazia, funcionando como se, uma tela em branco. Neste projeto vão ser propostos também outros elementos como, por exemplo, o mobiliário urbano, a rega e a iluminação exterior.

Por fim, este projeto tem como objetivo uma proposta de reabilitação de um espaço com grande potencial, mas que se encontra abandonado pelo que é importante que acompanhe as intervenções executadas nos edifícios e que reflita a qualidade do serviço presente no tipo de alojamento que vai existir no local.

# 1. TURISMO EM ESPAÇO RURAL

## 1.1. Aparecimento do TER

Muitas pessoas decidiram abandonar os campos e as terras dirigindo-se ao litoral na esperança de encontrarem um emprego nas grandes cidades que lhes pudesse trazer uma maior qualidade de vida. Dos que ficaram muitos foram envelhecendo, acabando por abandonar a atividade pelo que outros, com falta de mão-de-obra para trabalhar nos campos, optaram por seguir para uma mecanização da agricultura, recorrendo a máquinas que substituíssem o trabalho manual. A saída da população jovem das aldeias provocou um envelhecimento acentuado da população do interior do país.

No entanto a partir dos anos 70, começaram a aparecer as primeiras medidas para inverter a tendência do declínio das zonas rurais, numa tentativa de revitalizar estas zonas que antes dependiam da agricultura para sobreviver. Uma vez que seria pouco provável que a agricultura pudesse atrair a população mais jovem para o interior do país, tornou-se importante que houvesse outros meios de preservação das aldeias e do seu património edificado.

O Turismo sempre esteve presente nas sociedades, mas por motivos diferentes e sem esta designação. Na Idade Média, por exemplo, existia o chamado turismo religioso, onde os peregrinos percorriam grandes distâncias para chegar a um local de culto religioso. Também podiam fazer turismo por razões de saúde, para visitar um familiar ou amigo, entre outros, mas sempre sem ter esta designação.

Só no século XIX é que a palavra turismo começou a ser usada, numa altura em que as atividades de lazer ao ar livre eram cada vez mais importantes, tendo aumentado bastante o turismo mundial. Desde muito cedo vários especialistas tentaram definir o turismo com uma designação universal, mas sem sucesso sendo que ainda hoje a palavra tem vários significados. Segundo a Organização Mundial de Turismo “*o turismo internacional pressupõe a estadia de visitantes temporários por mais de 24 horas num país visitado por motivos de lazer ou negócios* (Lieper, 1979; citado por Silva, 2009;43). No entanto, foi já no século XX que o turismo se massificou, numa época em que os meios de transporte tiveram uma evolução acentuada, com o aparecimento dos automóveis e, mais tarde, dos aviões.

Mais tarde, nos anos 70, com o aparecimento da consciência ambiental, começou a aperceber-se que esta forma de turismo poderia não ser tão saudável. O turismo de massas, para além de levar a poluição e outros aspetos negativos, não significava grandes melhorias do ponto de vista económico, sobretudo em países mais vulneráveis.

Numa fase em que os problemas associados ao turismo tradicional eram uma preocupação, foi necessária a criação de uma forma de turismo mais amiga do ambiente, que se apoiasse na Sustentabilidade. O conceito de Sustentabilidade surgiu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e tem como definição “a capacidade de satisfazer as nossas necessidades no presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”(ONU, citado por BCSD-Portugal). A sustentabilidade está presente em 3 dimensões importantes: sustentabilidade ambiental, social e económica, estando interligadas e dependentes entre si.

Sendo assim foi surgindo a necessidade de criar uma forma sustentável de turismo que possa causar o menor impacto negativo local. O turismo alternativo é uma forma de turismo de escala reduzida onde a pessoa tem em consideração a preservação ambiental do local onde se encontra, preservando-o, e também dando valor aos laços com a população e ajudando o comércio local. Estas formas de promoverem o turismo pretendem reduzir o impacto ambiental, manter a qualidade dos recursos, e diminuir a pegada ecológica. “O conceito de turismo alternativo, que Denison Nash (1992,216) entende crucial substituir pelo termo «forma alternativa de turismo», em contraste com o turismo convencional ou de massas, sugere um turismo localmente controlado, de pequena escala e em harmonia com o ambiente físico, social e cultural das comunidades de acolhimento” (Nash,1992; citado por Silva,2009).

O Ecoturismo, o Turismo Rural, entre outros estão inseridos neste tipo de turismo alternativo e sustentável porque são formas de turismo que promovem as boas práticas ambientais, de modo a perturbar o menor possível o local que é visitado.

Em Portugal observou-se um aumento significativo do turismo, sobretudo nas grandes cidades e no litoral. Trata-se sobretudo de turismo de massas notando-se já as consequências deste tipo de turismo como, por exemplo, a poluição ambiental, a especulação imobiliária, o aumento do barulho e da violência, entre outros. No entanto, nos últimos anos deu-se conta de um aumento na procura turística por locais mais calmos, longe da confusão das cidades, tendo havido um aumento do turismo nas aldeias do interior de Portugal. Apesar de ser positivo para o interior o aumento do interesse por parte dos turistas não é aconselhável haver turismo de massas nestes locais, sob a pena de perturbar o ambiente físico e social existente.

O Turismo em Espaço Rural (TER) e o Turismo de Habitação (TH) apareceram como resposta ao combate à desertificação do meio rural, situação que se verificava em toda a Europa e que em Portugal, devido à pobreza, à emigração e ao êxodo rural verificado antes dos anos 60, e que teve um impacto bastante negativo. No entanto é a partir de 1986, na altura em que Portugal entrou para a União Europeia, que começa a haver uma preocupação com as áreas e as comunidades rurais, e a dar o devido valor e este problema, tomando as primeiras medidas mais concretas para inverter a tendência de desertificação e degradação das aldeias, antes que fosse tarde demais.

Em Portugal o TER começou-se a desenvolver nos anos 70, com o aparecimento das primeiras unidades de TH, em 1976. Este tipo de turismo focava-se sobretudo na recuperação de casas apalaçadas para alojamento de turistas e verificava-se sobretudo no Norte de Portugal, onde este tipo de habitações era mais comum (Ribeiro, 2003). Começaram a aparecer algumas associações relacionadas com o TH, como a TURIHAB, entre outras, que apoiavam os proprietários na recuperação do património edificado.

Mais tarde, em 1984, apareceram as primeiras estatísticas relacionadas com o TER, que tinha uma disposição diferente em termos de modalidades. No entanto, devido também à popularidade, começou-se a recuperar outro tipo de edificado rural de arquitetura vernácula. Este tipo de turismo não engloba só a parte de alojamento, mas sim todo um leque de atividades que estão associados a ele e que trazem mais-valias para a economia da região.

O TER e o TH evoluíram desde essa época e tornaram-se cada vez mais populares, tendo havido um aumento exponencial de registos no nosso país. Com o aparecimento do TER este tipo de turismo tornou-se mais acessível, através da divulgação em jornais, revistas, na televisão e internet.

## 1.2. Tipologia dos Empreendimentos e Enquadramento Legal

O turismo alternativo consiste em todo o tipo de turismo que se pretende diferente do turismo de massas, caracterizando-se por ter em atenção o local onde se insere, respeitando o seu ambiente e tentando ao máximo reduzir a sua pegada no local contribuindo para a sua manutenção. Segundo Nash, que considerou mais correto substituir por “formas alternativas de turismo” trata-se de um tipo de turismo que “em contraste com o turismo convencional ou se massas, sugere um turismo localmente controlado, de pequena escala e em harmonia com o ambiente físico, social e cultural das comunidades de acolhimento” citado por Silva (2009). É um tipo de turismo que tem sempre em conta o fator da sustentabilidade, ou seja, um tipo de turismo que usa os recursos de modo a garantir a permanência dos mesmos para as gerações futuras. Segundo Silva (2009), é ainda um tipo de turismo com uma escala reduzida, humana, caracterizada por ser relativa a empresas familiares ou comunitárias, estando sempre bem integrada na área onde se insere. No entanto, numa fase inicial era reservada apenas a clientes com maior poder económico.

Ao contrário do outro tipo, mais tradicional, que consiste no alojamento em grandes estabelecimentos hoteleiros, com muita gente, que acaba por trazer impactes negativos ao local, este tipo alternativo está em perfeita sintonia com o local.

Existem muitos tipos de Estabelecimentos inseridos nesta categoria. O TER e o TH são as formas mais conhecidas, procurando sempre causar o menor impacte possível na área envolvente e procurando sempre a sustentabilidade. No entanto também temos o Turismo de Natureza, que na última legislação foi despromovida, albergando um pouco de todos as

tipologias e parques de campismo e de caravanismo, cujo impacto direto é inexistente por não haver alteração física evidente. O Alojamento local não se encontra neste grupo, estando sujeito a legislação e regras específicas.

A legislação atual relativa ao turismo em espaço rural é o Decreto-Lei nº 186/2015, de 3 de setembro, que se trata da quarta alteração feita ao Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, e que definiu “o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos”, incluindo os TER, TH e AL.

Um ano antes já tinha sido publicado uma outra alteração, o Decreto-Lei nº 15/2014 (a 3ª alteração) que tinha modificado algumas definições do Alojamento Local, tendo alterado também a definição de algumas tipologias do TER.

Em primeiro lugar este decreto-lei começa por definir, na generalidade, todos os tipos de empreendimentos turísticos, que existem registados. De notar que o Alojamento Local não se encontra integrado nesta categoria por não apresentar as características necessárias para fazer parte deste grupo.

Este último documento datado de 2015 modificou alguns aspetos, sobretudo os referentes ao Turismo de Natureza que desapareceu, sendo possível qualquer um dos outros tipos de estabelecimento ser classificado como tal desde que apresente todas as condições descritas pelo referido Decreto. Este documento dispõe também de um sistema de classificação mais acessível e flexível apresentando um conjunto de serviços mínimos que cada categoria tem de ter, assim como alguns requisitos opcionais que resultam na capacidade de aquisição da classificação. Um exemplo destes requisitos é a obrigatoriedade de revisão periódica, de modo a manter os níveis de segurança e qualidade da oferta turística.

No caso do TER e TH ocorreu uma reformulação da caracterização deste tipo de atividade, havendo uma extinção de algumas categorias (como o Turismo Rural) e a modificação de outras (o Turismo de aldeia foi integrado na tipologia “casa de campo”, o Turismo de Habitação ganhou uma categoria nova) e as próprias tipologias sofreram alterações nas características.

Por fim, com este Decreto-Lei foi criada uma base de dados disponível na internet e disponível para consulta do público, da autoria do Turismo de Portugal, I. P., contendo toda a informação atualizada dos empreendimentos turísticos existentes em Portugal.

De acordo com este documento, mais precisamente no artigo 9º, um empreendimento turístico consiste em “estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispendo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.”

Segundo o mesmo artigo existem 2 exceções que não estão integradas neste tipo: Os estabelecimentos disponíveis para o alojamento turístico, mas que sejam para fins não-lucrativos (ex. peregrinos) e os Estabelecimentos de Alojamento Local.

Sendo assim, segundo o Artigo 3º do presente Decreto-lei, existem 7 tipos de Empreendimentos turísticos: a) Estabelecimentos hoteleiros; b) Aldeamentos turísticos; c) Apartamentos turísticos; d) Conjuntos turísticos (resorts); e) Empreendimentos de turismo de habitação; f) Empreendimentos de turismo no espaço rural; e g) Parques de campismo e de caravanismo.

Os Estabelecimentos de Alojamento Local estão contemplados no artigo seguinte (3º) sendo que consistem nas “moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos.” O licenciamento e manutenção dos requisitos desta categoria está a cargo da Câmara Municipal.

Os Empreendimentos de Turismo de Habitação estão contemplados na secção VII, “estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar -se em espaços rurais ou urbanos (Artigo 17º)”.

Por sua vez os Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural estão definidos como “empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente (Secção VIII; Artigo18º)”. Esta categoria integra 3 tipologias: Agro-turismo, Casa de Campo e Hotel Rural.

Os Estabelecimentos de Agroturismo são os “imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.” (Artigo 18, p6). As Casas de Campo são “imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local” (Artigo 18º, p4). Se as Casas de Campo se situarem em aldeias e “se forem exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como turismo de aldeia” (Artigo 18, p5).

Por fim os Hotéis Rurais são os “estabelecimentos hoteleiros situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar -se em edifícios novos” (Artigo18º, p 6).

De acordo com os mesmos artigos, estes dois tipos de Turismo (TER e TH) estão limitados às 10 unidades de Alojamento à exceção dos Hotéis Rurais.

Os Parques de campismo e de caravanismo, que com este Documento deixaram de estar integrados no grupo do turismo em espaço rural, estão contemplados na Secção XIX, Artigo 19º e consistem nos empreendimentos instalados em terrenos devidamente delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas ou autocaravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo e do caravanismo” (Artigo19º,p1). Estes estabelecimentos podem ser privados ou públicos, podendo também estar inseridos em meio urbano ou rural.

Por ultimo o Turismo de Natureza, que nos Diplomas anteriores estava classificado como sendo um Empreendimento turístico, tendo à sua disposição requisitos especiais e específicos como “um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental” foi parcialmente revogado, podendo agora ser classificado qualquer estabelecimento (seja qual for a sua natureza) que “se destinem a prestar serviço de alojamento em áreas integradas no SNAC ou em outras áreas com valores naturais e que disponham de um adequado conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços complementares que permitam contemplar e desfrutar o património natural, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado”. Esta classificação deve ser assegurada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.). (Artigo 20º).

Ainda no ano de 2008 foi publicada a Portaria nº 937/2008 de 20 de agosto que define os requisitos legais do Turismo em Espaço Rural.

Com esta definição e estruturação legal das formas de turismo alternativo começaram a aparecer tanto no nosso país como na Europa alguns incentivos financeiros que promovem a recuperação de imóveis para fins turísticos. Muitos deles foram promovidos pelo Estado como, por exemplo o “horizonte 2020”, o “Projecto Jovem agricultor” que promovem a permanência de jovens no mundo rural que tenham projetos que possam trazer benefícios à região onde vivem.

Para além dos incentivos dados pelo Estado existiram muitas outras “entidades e programas de financiamento” de Projetos TER. Os mais importantes foram os 3 projetos de “Programa de iniciativa comunitária LEADER (dividido em 3 fases: LEADER I- inserido no QCA I (1989-93), LEADER II- inserido no QCA II (1994-99) e LEADER+- inserido no QCAIII (2000-06). QCA- Quadro Comunitário de Apoio; o Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) (pag.58); Sistemas de Apoio a Jovens Empresários (SAJE e SAJE2000); o INTERREG, que se trata de “uma iniciativa comunitária gerida pela Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional” e, outros apoios financeiros, entre os quais concedidos pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP). (Silva2009.casa.no.campo)

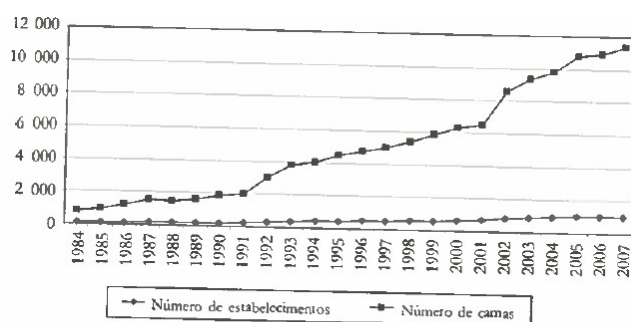
### 1.3. Evolução dos Estabelecimentos

Desde o início, quando apareceram os primeiros estabelecimentos de Turismo de Habitação, que este tipo de turismo alternativo (que antigamente, antes da modificação dos estatutos se chamava Turismo Em Espaço rural e englobava tudo) se tornou popular. No entanto só mais tarde, já no século XXI, é que se verificou um aumento exponencial na oferta turística, tendo-se espalhado por todo o país, com números muito elevados.

A partir de 1984 começou a haver uma preocupação em juntar e comparar os valores anuais, tendo aparecido as primeiras estatísticas sobre este tipo de turismo, a maior parte delas elaboradas pela Direção-Geral de Turismo.

No entanto, este organismo do Estado desapareceu tendo as suas obrigações ficado a cargo de outras organizações como o Turismo de Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou as Direções regionais de turismo. Estes documentos poderão ser consultados, ainda em formato em papel, nos arquivos da Torre do Tombo ou, mais provavelmente em formato digital, nos *sites* oficiais dos organismos estaduais.

Os primeiros gráficos estatísticos procuraram estudar a evolução de alguns elementos mais simples como, por exemplo, o número de estabelecimentos e respetivas camas ao longo destas últimas décadas. É o caso do gráfico abaixo, elaborado pela DGT, relativa ao Número de Estabelecimentos e de camas no Turismo em Espaço Rural, nele podem-se verificar várias modificações desde os primeiros anos até 2007. Na curva referente ao Número de estabelecimentos podem-se observar 3 segmentos com crescimento constante, alternando com 2 saltos distintos, ocorridos em 1992 e 2002. A curva relativa ao número de camas teve um crescimento menos acentuado e constante.



Nota: As fontes utilizadas não contabilizam o turismo de aldeia, os hotéis rurais e os parques de campismo rural, exceção feita às do quadriénio 2002-2005, nas quais se contam as unidades de turismo de aldeia, e do triénio 2006-2008, que englobam o turismo de aldeia e os hotéis rurais.

Fonte: DGT, 2000, 2001a, 2002a, 2004, 2005, 2006; TP, 2007a; TP 2008a.

Figura 1 – Número de estabelecimentos e de camas TER (1984-2007).

Fonte: Silva2009

O objetivo deste estudo será avaliar a evolução do turismo nacional, nas suas variadas modalidades através da comparação dos valores do turismo geral, convencional com o Turismo alternativo (TER, TH e AL), nas suas componentes mais relevantes (Estabelecimentos, Hóspedes, Unidades de Alojamento (Camas), Dormidas, Estada Média e Taxa líquida de Ocupação-cama), para o período entre 2001 e 2019, através da consulta no *site* do INE.

### **Nº de Estabelecimentos Turísticos**

Portugal é cada vez mais popular entre turistas estrangeiros, estando agora entre os destinos turísticos europeus mais interessantes. Com o aumento da procura turística, tanto nacional como estrangeira é necessário que a oferta de Alojamento siga esta tendência, para que traga benefícios à economia nacional. De acordo com a figura 2, desde 2001 até 2019 o número de estabelecimentos turísticos em Portugal aumentou de 1781 para 6510, ou seja, teve um acréscimo de 300%. No entanto os valores mantiveram-se constantes entre 2001 (1781) e 2011 (2028), tendo começado a aumentar exponencialmente a partir de 2011.

Os dados relativos ao TER + TH contam uma história diferente, uma vez que os valores mantiveram-se mais ou menos constantes, entre 2001 (1045) e 2018 (1419). Verificou-se ainda uma leve quebra entre os anos 2012 e 2014, só conseguindo recuperar em 2015. Esta quebra deveu-se possivelmente à crise, altura em que as pessoas escolhiam menos este tipo de turismo.

Relativamente ao Alojamento Local verificou-se um aumento exponencial na procura, desde 2012, altura em que foi criado, até 2018, sendo que no último ano teve uma quebra, aproximando-se dos valores dos outros tipos de Turismo alternativo.

Estes valores podem ser explicados pelo simples facto de que muitos dos proprietários, que aderiram a este tipo de oferta de alojamento, já o disponibilizavam sazonalmente, e de modo ilegal, a sua casa de férias a terceiros. Estes alugueres eram feitos sobretudo semanal ou quinzenalmente, e sujeitos a um pagamento de um valor diário. Com o aparecimento do AL os proprietários puderam continuar a alugar os seus imóveis, encontrando-se a atividade legalizada.

O alojamento local está sujeito a normas e requisitos especiais como, por exemplo um número de registo e têm de ser registado anualmente, podendo ser renovado ou não. Sendo assim é possível explicar a redução do número de registos uma vez que foram aprovadas novas normas mais rigorosas e também porque este tipo de Turismo deixou de estar na moda.

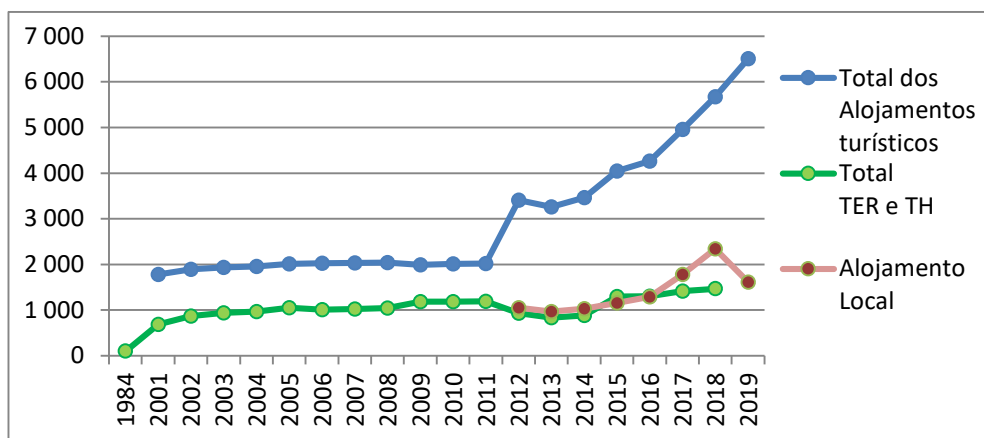


Figura 2 – Evolução do n.º de Estabelecimentos turísticos e TER e TH em Portugal.

Fonte: INE

De seguida compararam-se os valores referentes a Portugal total, Continente e o Algarve para analisar as curvas de evolução das 3 categorias. No gráfico resultante (figura 3) podemos observar que, apesar de as situações de evolução do número de Estabelecimentos entre Portugal e o Distrito de Faro serem completamente diferentes, a relação entre Portugal e o Continente é mais ou menos semelhante. Isto significa que a oferta deste tipo de turismo nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira tem-se mantido constante, acompanhando a curva da evolução do continente.

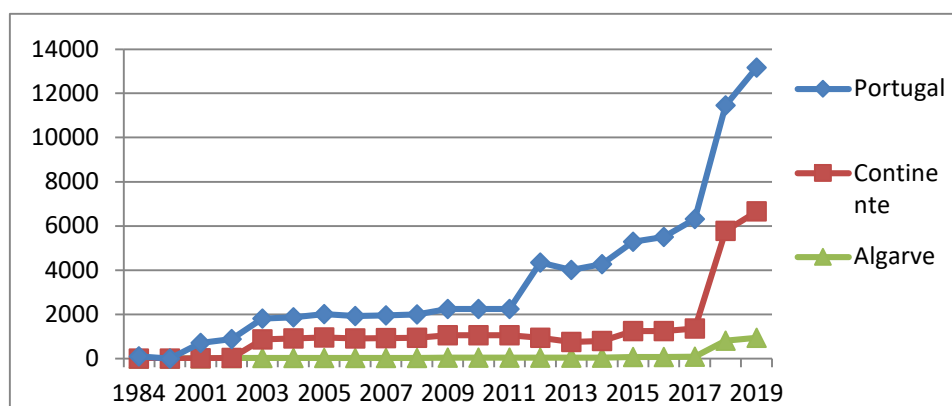


Figura 3 – Evolução do n.º de Estabelecimentos turísticos em Portugal, Continente e Algarve.

Fonte: INE

Por fim fez-se uma comparação entre os vários tipos de turismo, totais e alternativos. A quebra verificada, no gráfico da figura 4, entre 2012 e 2014 pode estar relacionada com a reestruturação feita pelo recente Decreto-lei que procedeu à extinção de algumas modalidades e à reconversão das mesmas. Ao contrário dos gráficos anteriores não é possível fazer uma comparação entre o TER e o TH em 2018 e 2019 porque os dados mais recentes do INE não fazem a distinção entre os dois tipos de modalidades.

O Alojamento local só foi criado em 2009 sendo que as primeiras estatísticas começaram a ser feitas em 2013. No entanto o número de registos desta modalidade aumentou consideravelmente.

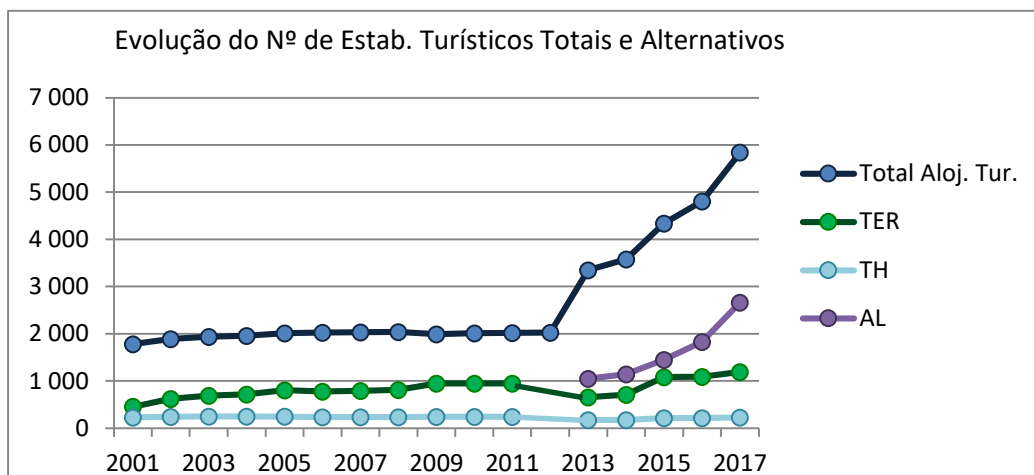


Figura 4 – Evolução do Nº de Estabelecimentos Turísticos Totais e Alternativos.

Fonte: INE

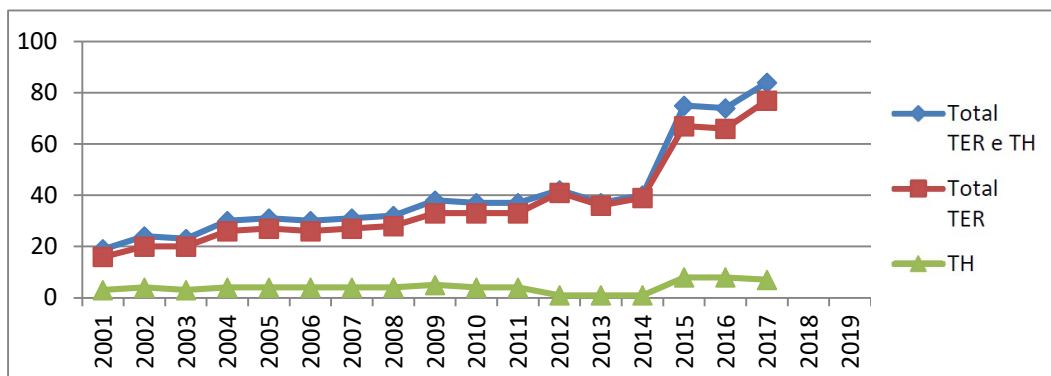


Figura 5 – Evolução do Nº de Estabelecimentos TER e TH Total e discriminado

Fonte: INE

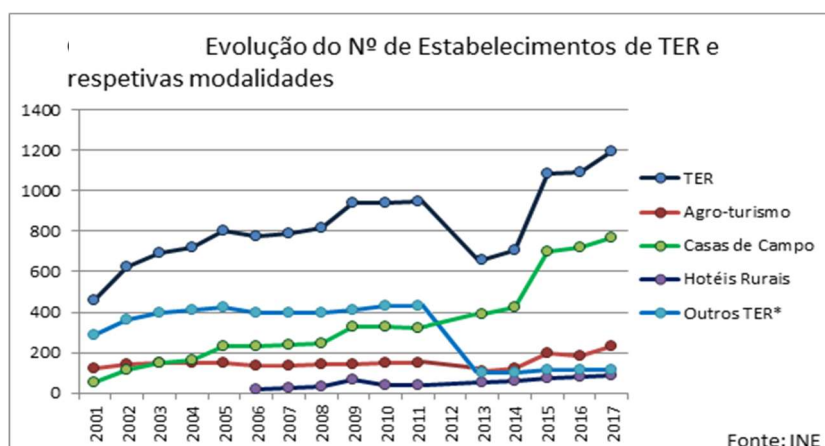


Figura 6 – Evolução do Nº de Estabelecimentos de TER e respectivas modalidades.

Fonte: INE

Dentro do TER a modalidade que mais aumentou o número de alojamentos foi a “Casa de Campo”, possivelmente devido ao facto de se poder localizar em casas de traços simples (não “senhoriais”) mas típicas da região, que foram reconstruídas. A partir de 2009 passou a integrar a sub-modalidade “Turismo de aldeia” o que fez com que o número de estabelecimentos aumentasse consideravelmente. As outras modalidades tiveram aumentos mais modestos, sendo que o Agro-Turismo teve um ligeiro decréscimo entre 2005 e 2014, e os Hotéis Rurais, que apareceram mais tarde, tiveram sempre subidas, exceto de 2009 a 2012. Por falta de registos em 2012 nas Regiões autónomas não existem dados em relação ao TER em Portugal total, havendo apenas os valores relativos ao Continente e ao Algarve.

### Capacidade de Alojamento

Em relação à capacidade de alojamento, ou seja, o nº de camas, sabe-se que em 1984 estavam registadas 763 camas disponíveis, e que em 2007 estava nos 10866. No entanto não apresentava mais nenhum dado relativo aos outros anos. Essa informação foi, mais uma vez, retirada do site do INE e são referentes ao período entre 2001 e 2019.

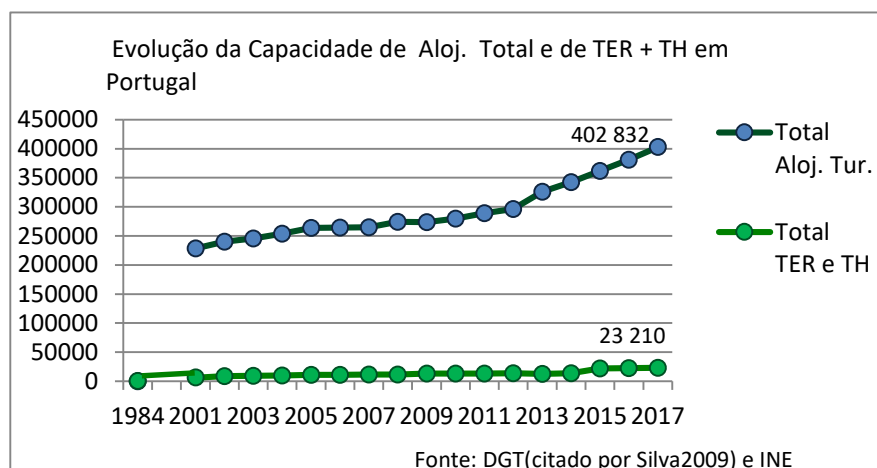


Figura 7 – Evolução da Capacidade de Aloj. Total e de TER + TH em Portugal

Fonte: DGT+INE

É possível ver, através da figura 7, que o número de camas no Alojamento tradicional teve um aumento muito superior quando comparado com o aumento das camas do Alojamento TER e TH. Em 2017 os valores totais estavam em 402 832 camas, enquanto o TER e TH estavam com 23 210 camas.

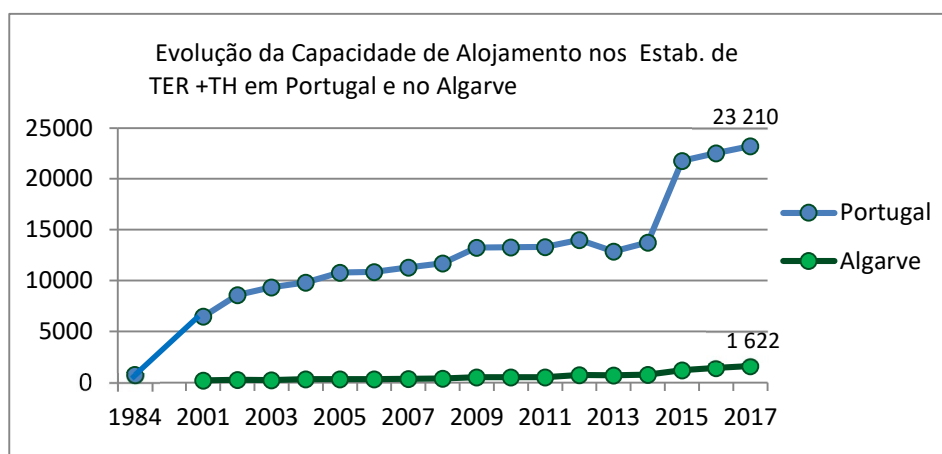


Figura 8 – Evolução da Capacidade de Alojamento nos Est. de TER + TH em Portugal e no Algarve.

Fonte: INE e DGT

De seguida foram comparados os valores de TER e TH relativos a Portugal e ao Distrito de Faro (Fig.8). No caso do País, fora a queda verificada entre 2012 e 2014 os valores foram aumentando a um bom ritmo, acompanhando o aumento de fama que Portugal começava a ter. No Algarve o cenário foi diferente porque, apesar de ser um destino na moda, os turistas ainda preferem um turismo mais tradicional, de preferência junto ao litoral, por ser tratar ainda de um turismo sobretudo de Sol e praia.

A Capacidade de Alojamento de TER + TH em Portugal aumentou de 763 camas em 1984 até 23 000 em 2017, enquanto o do Algarve só aumentou de 207, em 2001, até 1622, em 2017.

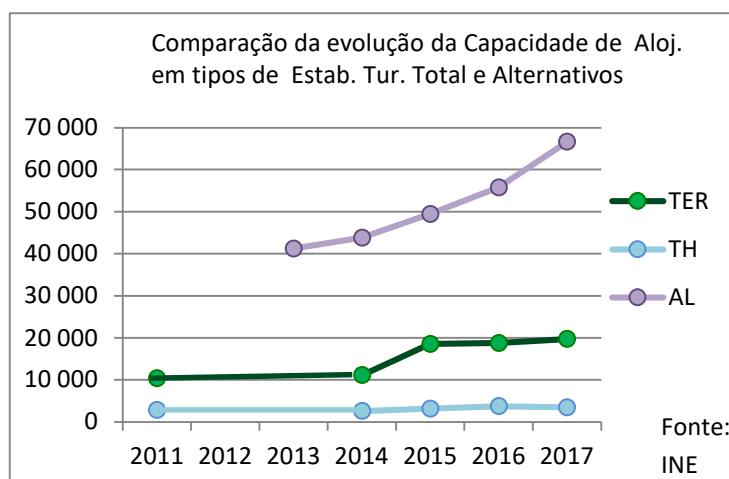


Figura 9 – Comparação da evolução da Capacidade de Aloj. em tipos de Estab. Turísticos Total e Alternativos.

Fonte: INE

De seguida for feita uma comparação entre os vários tipos de Estabelecimentos turísticos de modo a analisar a relação entre as respetivas curvas de crescimento (Fig.9). Não foi possível fazer uma análise mais antiga porque só existem dados específicos para cada tipo

de alojamento a partir de 2011. O TER aumentou de 10 441 em 2011, para 19 754 em 2017, e o TH aumentou de 2 882 em 2011 para 3 456 em 2017.

O Alojamento Local, que iniciou a sua atividade mais tarde, é a forma de turismo alternativo que teve maior evolução, de 41 243 camas em 2013 para 66 640 camas em 2017. Uma das razões para este crescimento é o facto de qualquer apartamento feito para habitação poder estar inscrito para a prática desta modalidade. É uma forma legalizada do antigo aluguer de apartamentos para férias, muito comum nas estâncias balneares.

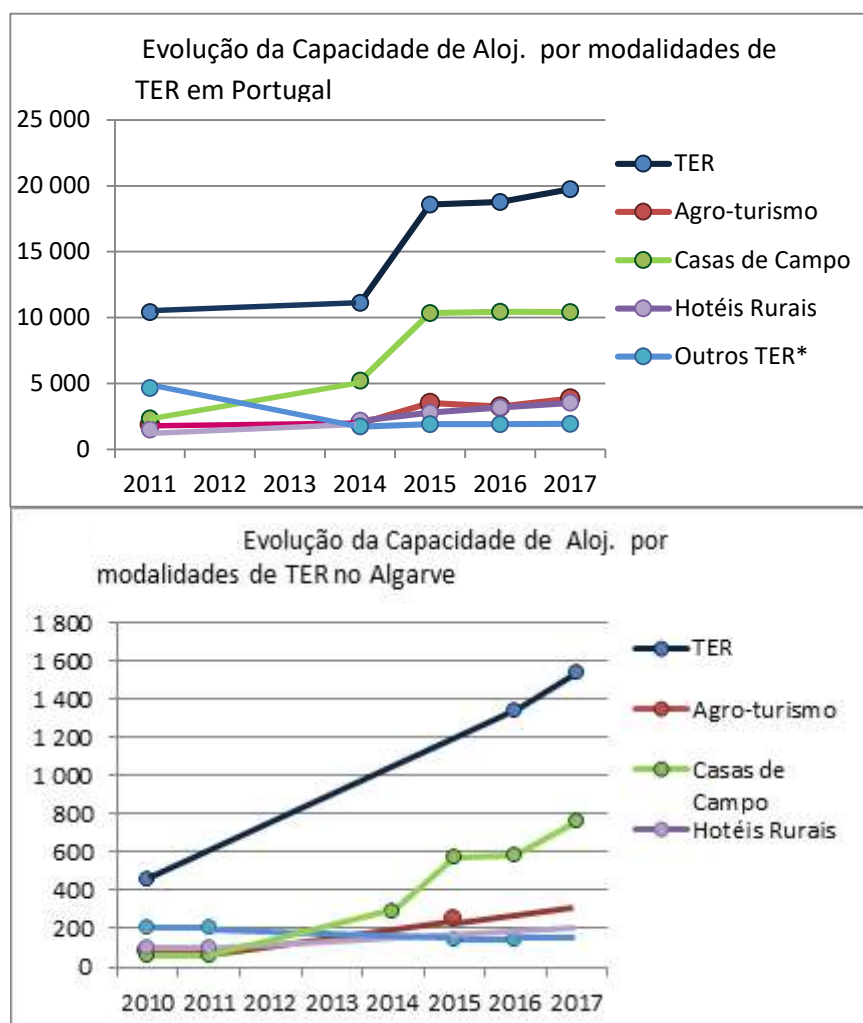


Figura 10 – Evolução da Capacidade de Alojamento por modalidade de TER em Portugal e no Algarve.

Fonte: INE

De seguida analisou-se o nº de camas disponíveis entre as modalidades de TER, primeiro ao nível de todo o Território Nacional e, depois comparando-o com os valores do Algarve (Fig.10). As curvas de evolução são mais ou menos as mesmas, tendo a mesma variação. Infelizmente os dados relativos ao Distrito de Faro não são suficientes para se saber com exatidão que tipo de evolução teve, podendo apenas fazer-se uma estimativa com base nos

valores anteriores. A modalidade com dados mais completos é, mais uma vez a “Casa de Campo” que tem tido uma grande evolução afastando-se dos valores das outras modalidades.

### Hóspedes e Dormidas

Em primeiro lugar, analisando os gráficos da figura seguinte (Fig.11), relativos ao Número de hóspedes e dormidas em Alojamentos turísticos, em geral e depois, mais precisamente, no Algarve observamos que as curvas de evolução são semelhantes, com os mesmos aumentos e as mesmas quedas. No entanto os valores relativos ao Algarve são pouco menos do que 1/3 dos valores totais nacionais, no caso das dormidas e 1/5 do valor, no caso dos hóspedes.

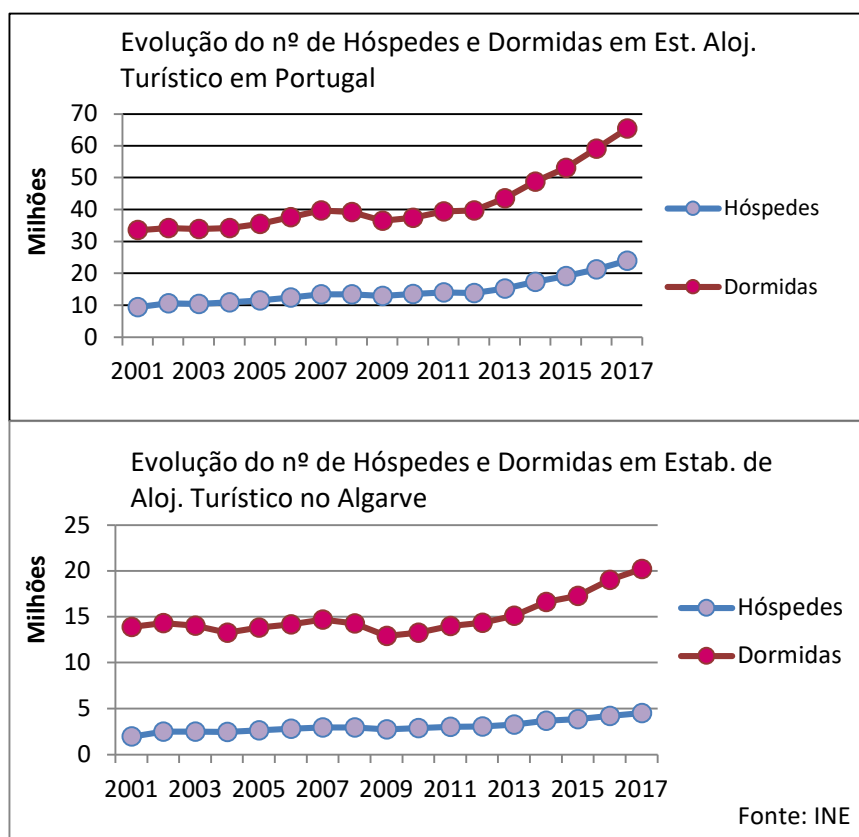


Figura 11 – Evolução do número de Hóspedes e Dormidas em Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal e no Algarve.

Fonte: INE

Em relação ao nº de hóspedes e dormidas em unidades de alojamento TER e TH relativos a Portugal e ao Distrito de Faro a evolução teve maiores diferenças. Em primeiro lugar, comparando os valores de 2013 e 2014, houve uma descida que durou 2 anos, no caso das dormidas no Algarve. Este facto não se verificou ao nível nacional, que cresceu de forma quase proporcional. No caso dos hóspedes também ocorreu uma ligeira descida, quase indetetável, mas que rapidamente voltou aos valores anteriores e começou a subir (Fig.11).

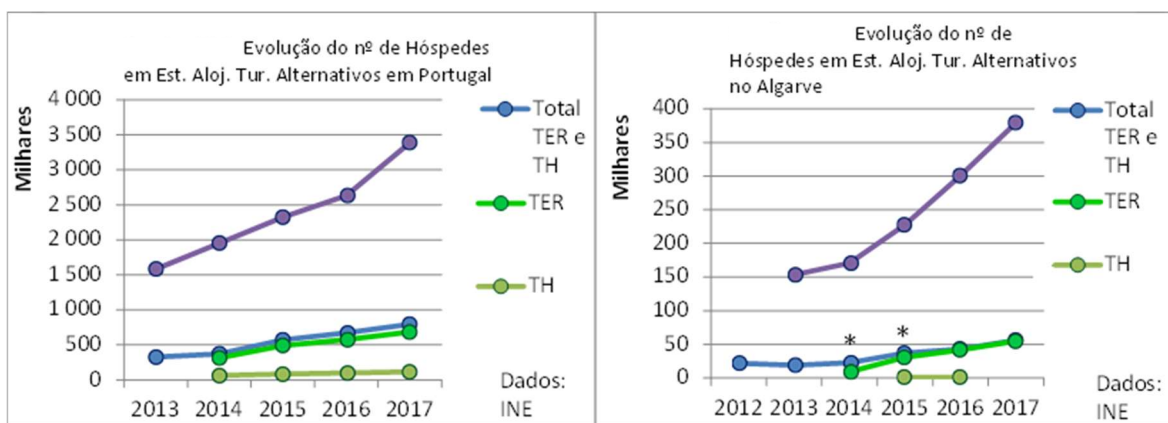


Figura 12 – Comparação da Evolução do nº de Hóspedes em Est. de Aloj. Tur. Alternativos em Portugal e no Algarve

Fonte: INE

Em relação aos diferentes tipos de alojamento turísticos não convencionais não existem dados tão antigos como os outros, uma vez que, sendo mais recentes, ainda não têm uma caracterização sólida, e tendo sido várias vezes modificada. Quando passamos do geral para o particular a quantidade de informação baixa, porque nem sempre existe facilidade em receber os dados concretos. Foi o que aconteceu com a informação relativa ao TER e TH, no Algarve, pelo que não é possível caracterizar rigorosamente a evolução real. Neste caso temos o valor do somatório entre os dois mas não conseguimos saber cada valor individual. É o caso do TER em 2014 e 2015. Não havia valores reais para caracterizar estes dois anos, mas tínhamos alguns dados relativos a pelo menos uma das modalidades. Estes 2 valores têm um “asterisco” porque não são valores relativos ao TER mas sim, aos dados da modalidade Casa de Campo e Agroturismo. Sendo assim sabe-se que o valor real vai ser superior a estes (Fig.12).

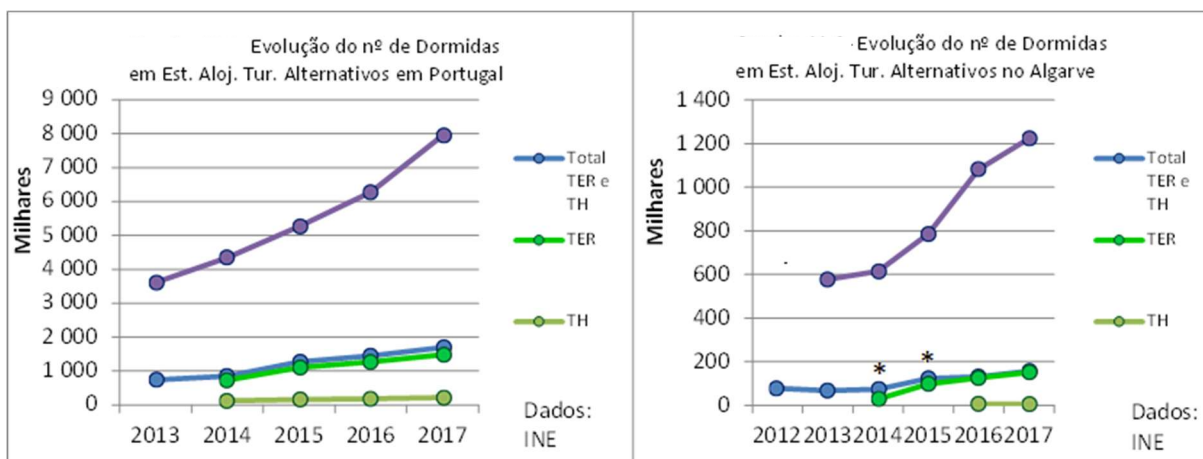


Figura 13 – Comparação da Evolução do nº de Dormidas em Est. De Aloj. Tur. Alternativos em Portugal e Algarve.

Fonte: INE

Nesta análise podemos ainda observar a evolução quase exponencial do nº de hóspedes no Alojamento Local, no Algarve que foi subindo sempre para valores o dobro do ano anterior. Este é um tipo de turismo recente, quando comparado com os outros, pelo que as suas características ainda estão em constante modificação.

A situação repete-se no caso das dormidas, no Distrito de Faro. A falta de informação torna difícil a caracterização correta das dormidas neste ipo de alojamento. Para além disso os valores de TER e TH encontram-se, no caso de Portugal abaixo das 2 000 000 dormidas, enquanto no Algarve não chegam às 200 000. No entanto é de notar que os valores de TER são sempre muito superiores ao de TH, também devido às características mais acessíveis. Os dois casos apresentam curvas muito semelhantes, com declive próximo (Fig.13)

Nem todo o país deve seguir esta tendência uma vez que na zona Norte os valores de TH devem aproximar-se ou mesmo ultrapassar os valores de TER, por ser uma zona rica em solares e casas apalaçadas. No Algarve a quantidade destes imóveis recuperados e convertidos para este fim é muito baixa.

Mais uma vez o Alojamento Local, por se tratar de um tipo de alojamento que pode ser feito a partir de uma residência normal, disparou para valores cada vez mais altos, também por estar na moda. Talvez no futuro os valores estabilizem.

### Estada Média

Em relação à Estada média, em todos os casos foi reduzindo nos últimos 18 anos, tendo estabilizado a partir de 2011. A estada média no Algarve é superior à média nacional, possivelmente porque se trata de um destino de férias e não tanto de fim-de-semana. Os clientes que vêm do Norte do País e que demoram quase um dia a chegar ao destino (principalmente vindos do norte de Coimbra), vão querer compensar a viagem com uma estadia maior. No entanto houve uma queda acentuada da estada média no Algarve, entre 2001 a 2009 que registou uma média de menos 2 noites (Fig.14). Existem muitas causas possíveis, entre elas as pessoas terem começado a poupar nas suas férias ou simplesmente não terem dinheiro para mais, alugando durante menos tempo. Talvez tenham optado menos por estadias em hotéis e mais o aluguer privado em casas (sem contrato, anterior ao AL).

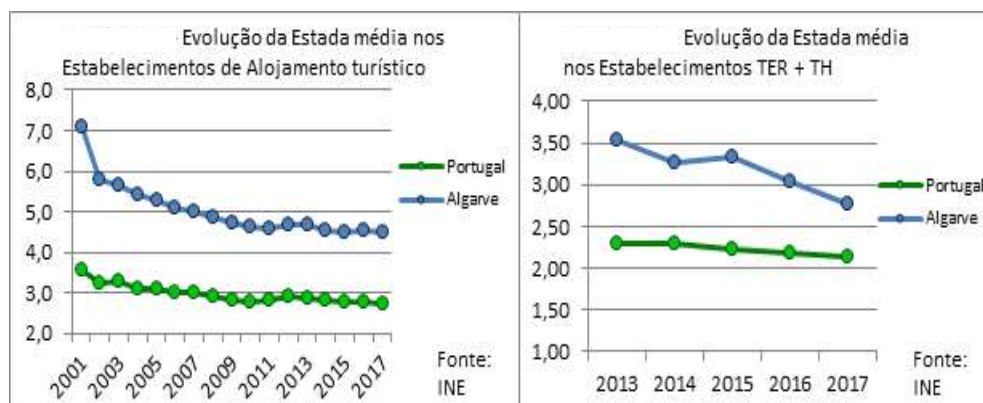


Figura 14 – Comparação da Evolução da Estada média nos Est. Aloj. Turísticos e nos Estab. TER e TH.

Fonte: INE

Em relação ao TER e TH não existem dados relativos à estada média do início do século XXI, sendo que os mais recentes fornecidos pelo INE são relativos a 2013. Tal como no caso dos alojamentos turísticos convencionais os valores de TER e TH do Algarve são superiores à média nacional, mas, neste caso a diferença entre os dois é inferior. A estada média no Algarve está a reduzir mais rapidamente, aproximando-se dos valores nacionais.

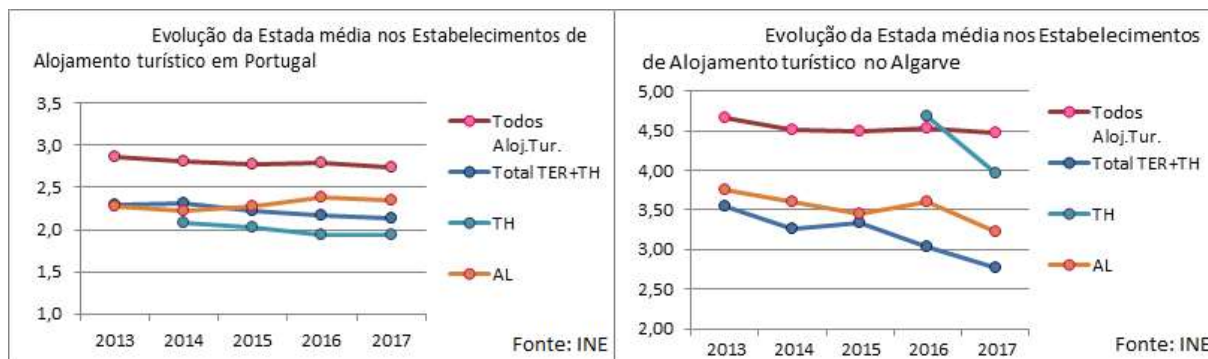


Figura 15 – Evolução da Estada média dos Est. Turísticos em Portugal e no Algarve

Fonte: INE

Numa comparação com as outras formas de turismo que estão presentes em Portugal vemos que é a que tem os valores mais baixos. No caso do Algarve distancia-se cada vez mais dos outros, estando a cair a pique (Fig. 15). Não existem dados relativos ao TER, uma vez que o INE não publicou esses valores isolados, mas em conjunto com o TH.

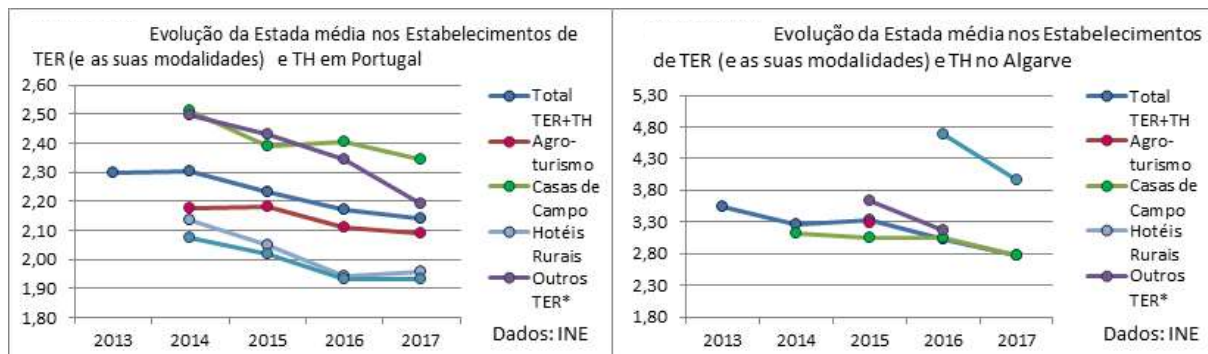


Figura 16 – Comparação da Evolução da estada média nos Estab. Turísticos TER e TH em Portugal e no Algarve

Fonte: INE

Analisamos agora as modalidades pertencentes ao TER, comparando-as com o TH (Fig.16). Em relação ao Algarve carecem os dados relativos a estas modalidades não sendo possível fazer as curvas de evolução como seria desejável. Ainda assim podemos tirar algumas conclusões. Apesar de não existirem outros TER para além do definido no último Decreto-Lei aqui, nos dados retirados do INE existe esta categoria. Segundo esta entidade são aquelas modalidades que desapareceram e cujos estabelecimentos ainda não foram convertidos. É o caso do Turismo de aldeia (que foi integrado na CC) e o Turismo Rural que desapareceu.

Fora as opções “TER+TH”, que funciona como uma média, e “Outros TER”, que não devia aparecer e deverá desaparecer daqui a uns anos, estando em queda acentuada, os outros poderão ser avaliados.

Em primeiro lugar estão todos a perder dias de estada média, sendo que a único que se mantém e até subiu um pouco foi a modalidade “Hotel Rural”, mas após uma queda acentuada durante 2 anos. No Algarve não existem informações sobre esta categoria, apesar de nestas mesmas estatísticas dizer que existem 7 Hotéis Rurais na região. A modalidade “Agroturismo” foi a que desceu menos, mas continua em queda. No Algarve também não existem dados suficientes, uma vez que só existe informações a este respeito para o ano de 2015. A modalidade “Casa de Campo” no caso de Portugal é a que tem maior Estada média, estando também em queda. No Algarve é inferior à média geral (TER+TH) e à média do TH, tendo em 2015 estado abaixo de tudo.

### Taxa Média de Ocupação-cama

A Taxa líquida de ocupação-cama em Portugal do TER e do TH é das mais baixas quando comparada com a de outros tipos de turismo existentes em Portugal. Dentro deste grupo o TH é o mais baixo de todos estando abaixo da média conjunta com o TER. Mais uma vez o TER não aparece porque não tem dados isolados, mas deve estar próxima da média TER+TH tal como verificado nos outros gráficos. A causa mais evidente deste valor mais baixo é o problema da sazonalidade (Fig.17).

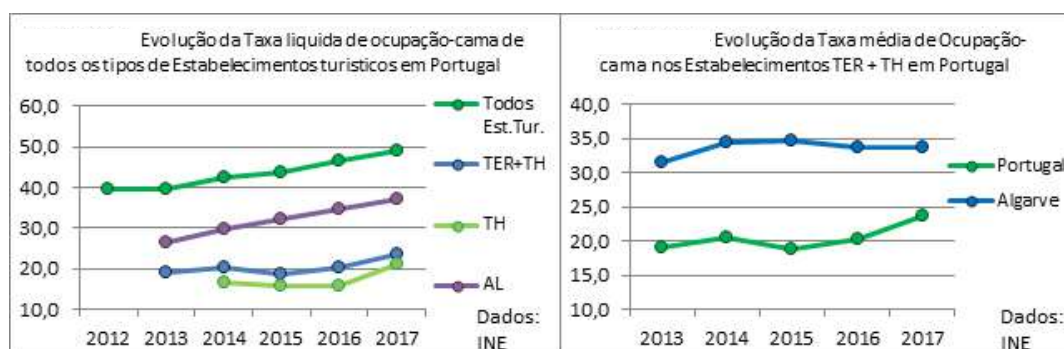


Figura 17 – Comparação da Evolução da taxa média e líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos Totais e de TER e TH em Portugal

Fonte: INE

Trata-se de um tipo de Turismo presente na época alta ou em fins-de-semana, pelo que nos outros dias é próximo de 0. Também depende da região. No Norte pode haver uma grande procura em qualquer altura do ano, pois no Outono e no Inverno são procurados por uma razão diferente da Primavera ou do Verão. Por exemplo fim-de-semana numa aldeia, com zona florestal, para fazer caminhadas, ver as folhas a cair, ou ficar no apartamento rústico com a lareira acesa, ou então ir à neve, praticar desportos de Inverno, comprar produtos, passear, conhecer a região, etc.

No caso do Algarve, cuja principal atração é o turismo de sol e praia, este tipo de turismo mais virado para a natureza e para as zonas rurais é menos procurado, sendo mais escasso. Por isso, nos meses de invernos os valores da hotelaria são muito baixos até no turismo convencional, uma vez que nesta época não existem condições para usufruir de praia (Fig.18).

Felizmente o Algarve começa a apostar nesta vertente, tentando combater esta sazonalidade com novas atividades e programas de entretenimento, que já são visíveis nas Câmaras Municipais do Distrito de Faro. Por isso os turistas já começam a vir ao Algarve nos meses de Inverno e não só pelo sol e pela praia, pelo que o turismo rural está a ficar cada vez mais na moda. No entanto ainda existe um longo caminho a percorrer para acabar com a condicionante da sazonalidade e para chegar aos valores do turismo convencional.

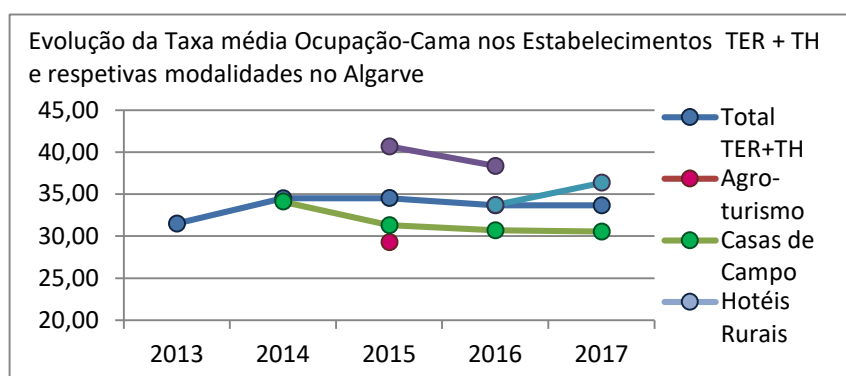


Figura 18 – Evolução da Taxa média Ocupação-cama nos Estab. TER e TH e respetivas modalidades no Algarve

Fonte: INE

#### 1.4. Oferta Atual Turística Nacional segundo o RNT

A oferta de alojamento atual é muito variada, agradando a todos os gostos, e muitas vezes a oferta de turismo alternativo é muito superior em zonas onde a oferta de turismo convencional é mais pobre como, por exemplo nas zonas mais rurais, longe dos centros urbanos. Por isso existe uma oferta maior na zona Norte do País em relação a Sul.

Tal como foi dito anteriormente o Decreto-Lei Nº39/2008 autorizou a criação de uma base de dados do turismo que estivesse disponível para consulta online. Essa base de dados tem várias secções desde Empreendimentos turísticos, Alojamento local e Animação turística. No entanto numa análise concreta e comparação com os valores disponíveis no INE relativos a 2017 observa-se uma discrepância de valores, pelo que os valores existentes no RNET são muito inferiores à Informação existente no site do INE. Numa análise mais concreta ao Concelho de Silves pode observar-se que existe pelo menos 1 Estabelecimento de TER, mais precisamente de Agroturismo que não consta na base de dados do RNET, apesar de já existir há muito tempo.

Infelizmente, como ainda não existem dados do INE relativos ao ano de 2018, a análise da oferta atual vai ser feita com base na informação disponível na RNT. O Turismo Nacional

Na primeira parte vai ser analisada a oferta atual de estabelecimentos hoteleiros em Portugal e no Algarve. Fez-se uma pesquisa numa secção do RNT relativa a este tema, o RNET (Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos) relativa a todo o território nacional, tanto continental como insular, não tendo qualquer filtro nos critérios a utilizar. Estes dados são relativos ao dia 01-08-18, representando o pico do Verão, ou seja, a altura em que a quantidade de estabelecimentos turísticos estão a funcionar é a mais alta do ano. Sendo assim foram escritos com o seguinte Código-Chave: (Todos; Distrito/Região.Autónoma-Todos; Concelho-Todos; ETC/DRT-Todos; NUTII e NUTIII-Todos). Desta pesquisa resultaram 4240 registos.

De seguida fez-se uma nova pesquisa, desta vez para saber todos os Registos referentes a Portugal Continental. Para isso fez-se uma pesquisa para cada um dos 18 Distritos existentes, com o seguinte Código-Chave (ex: neste caso feito para o Distrito de Aveiro, que é o primeiro na lista): (Todos; Distrito/Região Autónoma-Aveiro; Concelho-Todos; ETC/DRT-Todos; NUTII e NUTIII-Todos).

Neste caso apareceram 147 registos. Para além do Nº de registo e dos dados detalhados referentes a cada um dos Empreendimentos, conseguimos também saber alguns elementos importantes para a nossa pesquisa como a Capacidade, Nº de Unidades de Alojamento (UA), Nº de UA com mobilidade reduzida, e se o estabelecimento teve ou não alguma Ajuda Financeira Nacional ou Europeia para ser implementada. Os dados referentes dos 18 Distritos foram agrupados num quadro.

No cálculo dos registos de Portugal Continental também pesquisámos pelo Distrito de Faro (Algarve) pelo que no final vai ser comparado com os valores totais. Por fim, para o caso de Silves, repetimos todo o processo acima descrito, sendo que a única alteração foi colocar o filtro do Concelho de Silves.

Para além do Concelho onde se integra a área de estudo também se pretendeu pesquisar a situação nos Concelhos-Vizinhos, ou seja, os concelhos que fazem fronteira com o concelho de Silves.

Para se saber toda a oferta de estabelecimentos TER e TH foi feita uma nova pesquisa selecionando os critérios referentes a esses tipos. É de notar que o TER tem 3 tipologias diferentes: Casa de campo (que pode ter a sub-modalidade “Turismo de Aldeia”), Agroturismo e Hotel Rural. No total, os dois tipos de Estabelecimentos somam um total de 2156 registos, entre os quais 238 são estabelecimentos TH e 1918 são estabelecimentos TER. Mais uma vez foi feita uma pesquisa para o caso de Portugal Continental e para o Distrito de Faro. Os resultados podem ser agrupados nos seguintes quadros (Fig. 19 e 20).

É importante notar que tivemos de excluir a os Parques de Campismo no cálculo da Capacidade de Alojamento por alterar muito os valores relativos aos estabelecimentos turísticos.

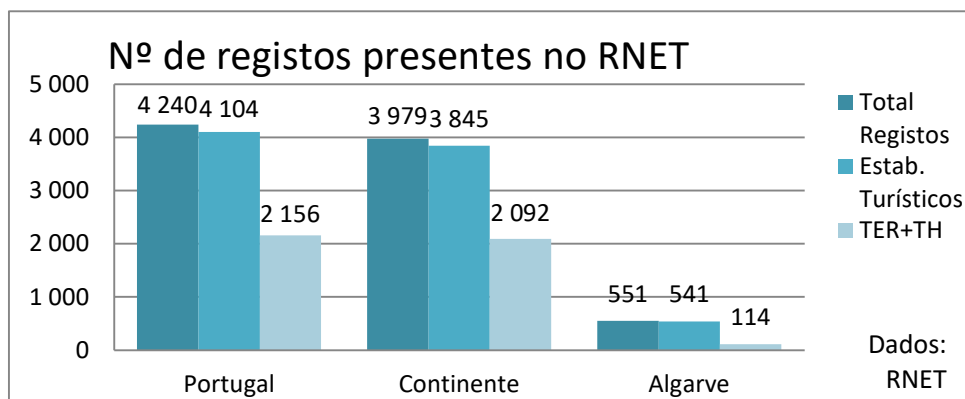


Figura 19 – Número Total de Registos de Empreendimentos Turísticos no RNET

Fonte: RNT

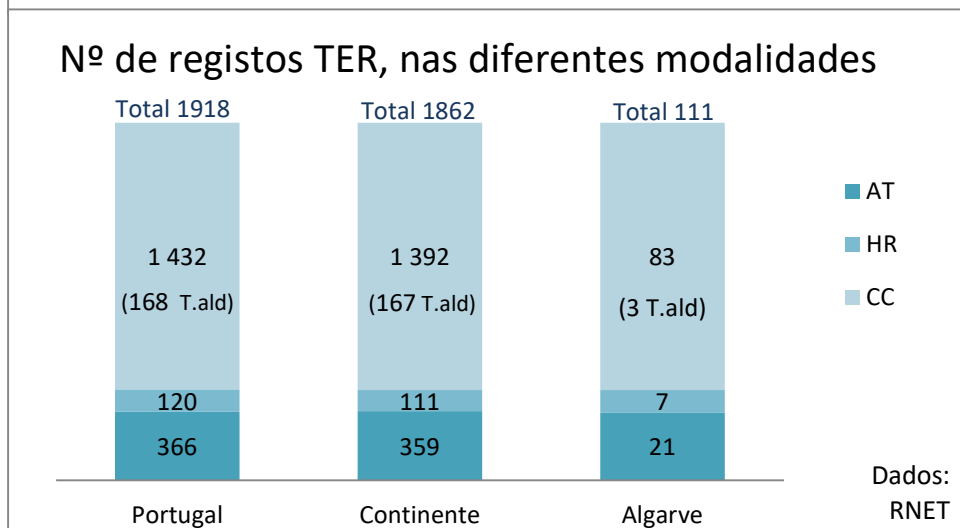
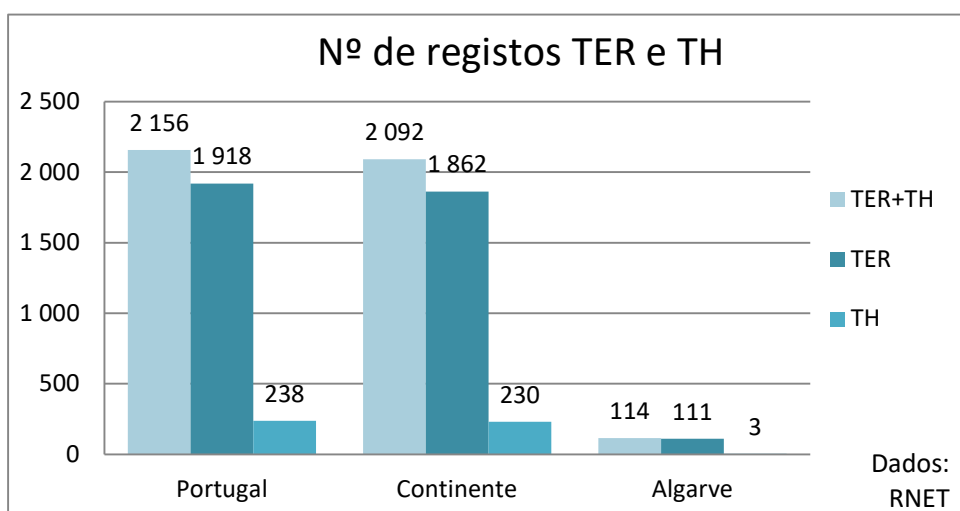


Figura 20 – Número de registos de Estabelecimentos TER e TH e respetivas modalidades

Fonte: RNT

Em primeiro lugar vamos analisar os registos gerais nacionais existentes na base de dados do RNET. Estes registos dizem respeito a todos os empreendimentos turísticos existentes no país, incluindo aqueles que só existem nas Regiões Autónomas (ex.: “Casas da Madeira”). Os Alojamentos Locais estão num motor de pesquisa à parte por, segundo o DL mais recente, não estarem integrados neste grupo. No entanto foi observado, pelo menos no caso de Silves, que este site apresenta algumas falhas como Estabelecimentos não registados e outros, que aparecem 2 vezes (como é o caso de um no Distrito de Leiria. Tal como disse anteriormente este estudo foi feito no dia 01 de agosto representando toda a oferta disponível naquela altura, que é o “pico da procura do verão”.

A diferença entre todos os registos e todos os Estabelecimentos turísticos é que o primeiro caso inclui os Parques de Campismo e de Caravanismo que, embora estejam incluídos no 1º, vão trazer alterações diferentes, principalmente à capacidade de alojamento. Se compararmos o Algarve com o resto do país podemos ver que os valores são muito mais baixos, sendo cerca de 1/8 do total do país. O mesmo se passa com o TER e o TH, sendo que só existem 3 estabelecimentos de Turismo de Habitação no distrito de Faro. A modalidade mais representada, tal como no resto do país é a de Casa de Campo, por ter características mais acessíveis à implantação deste tipo de turismo.

### **Capacidade de Alojamento**

No caso da capacidade de alojamento a diferença entre o primeiro e o segundo está precisamente na inclusão ou não da capacidade de alojamento dos Parques de campismo, que davam uma ideia errada uma vez que era muito superior e que em alguns casos chegavam aos 200 por estabelecimentos. Uma cidade que queira receber turistas com Capacidade de Alojamento igual a 400 em que 200 corresponde à capacidade do parque de campismo é correto dizer que a cidade só tem Cap. Aloj. de 200 camas, uma vez que os parques de campismo não têm alojamento a pronto (Fig.21).

No Algarve a Capacidade de Alojamento é muito baixa, comparado com o resto do país, também por não haver muitos estabelecimentos turísticos. Por isso existe muito arrendamento privado que se trata de uma resposta à baixa Capacidade de Alojamento que se verifica na região, sendo em certos casos a única maneira de receber a grande quantidade de turistas que aparece nos meses de verão. O TER, devido às suas características, alberga pouca gente de cada vez (exceto os hotéis rurais, que têm maior capacidade), uma vez que está definido por lei ter, no máximo 10 unidades. Em termos de modalidades tal como a Casa de Campo tem maior quantidade de alojamentos, tem também maior capacidade de alojamento, apesar de individualmente ter pouco (Fig.22).

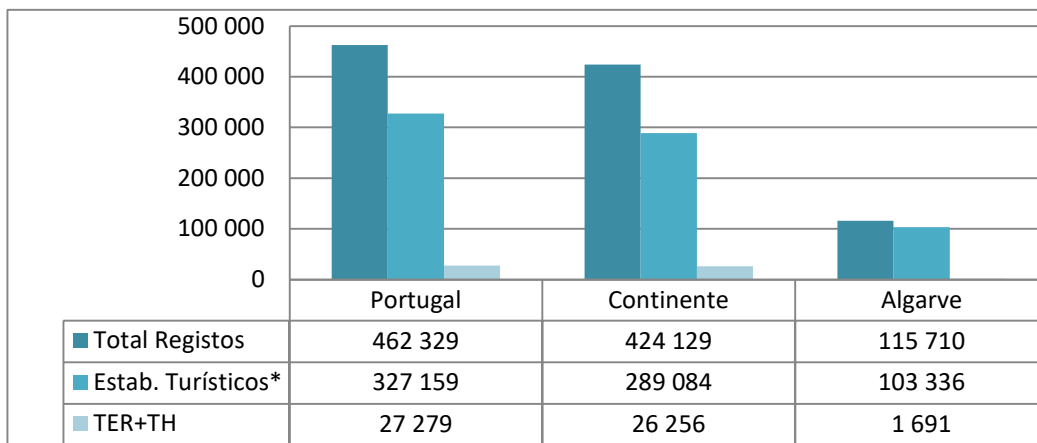


Figura 21 – Capacidade de Alojamento nos Estabelecimentos Turísticos, segundo o RNT

Fonte: RNT

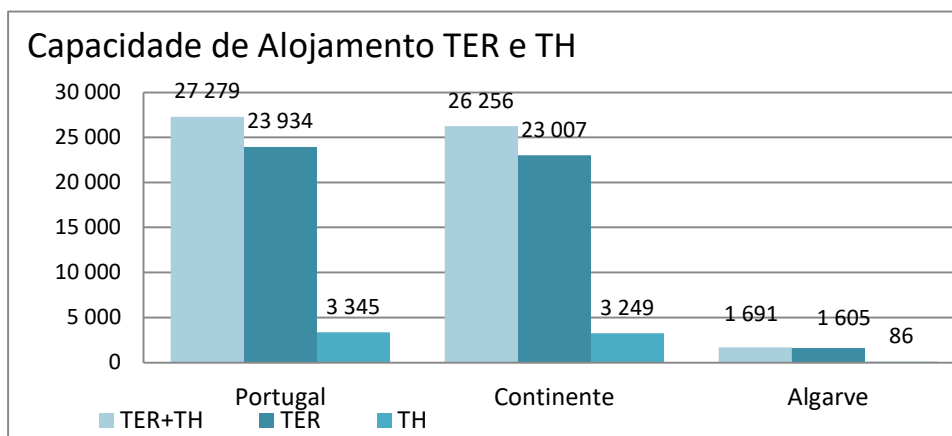


Figura 22 – Capacidade de Alojamento TER e TH, segundo o RNT

Fonte: RNET

### Unidades de alojamento

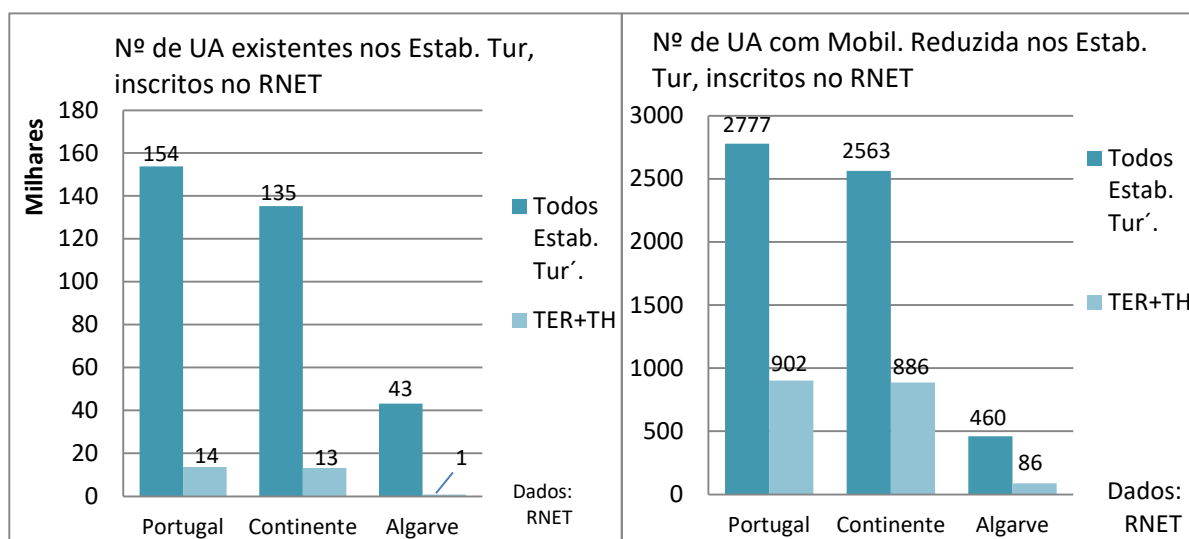


Figura 23 – Nº de Unidades de Alojamento e Un. Aloj para Mobilidade Reduzida existentes nos Est. Turísticos

Fonte: RNET

As unidades de alojamento no Algarve são muito inferiores às nacionais e até mesmo às do Continente, não chegando sequer a 50 000. Por sua vez os estabelecimentos TER e TH acompanham a quantidade baixa existente no Algarve, não chegando a 1000, enquanto as nacionais ultrapassam ambos as 13 000 (Fig.23).

Existe ainda uma preocupação crescente em adaptar os estabelecimentos para facilitar a visita de pessoas com mobilidade reduzida. No entanto existe também uma grande diferença entre os valores nacionais e da região do Algarve. No caso dos estabelecimentos TER e TH as leis permitem, em certos casos, que não haja estabelecimentos preparados para estes casos, por serem edifícios antigos e onde a adaptação seria arquitetonicamente impossível (Fig.24).

Uma análise aos valores nacionais permitiu observar que os Estabelecimentos de TER e TH têm em média 6,28 unidades de alojamento, sendo que os Hotéis Rurais têm maior número de quartos, por estabelecimento (M=19,5 e max. 81); Casa de campo (M=4,97 mas o valor máximo registado foi de 38 quartos (um Turismo de aldeia situado em Vila do Bispo); Agroturismo (M=6,68 e máximo: 34); e, por fim, Turismo de Habitação (M=7,1 com máximo: 24). A média de unidades equipadas para mobilidade reduzida ronda os 0,64 sendo que o máximo registado em todos os estabelecimentos é de 38 quartos, nos Hotéis e de TER + TH a média de 0,40, sendo que o máximo foi 9 quartos.

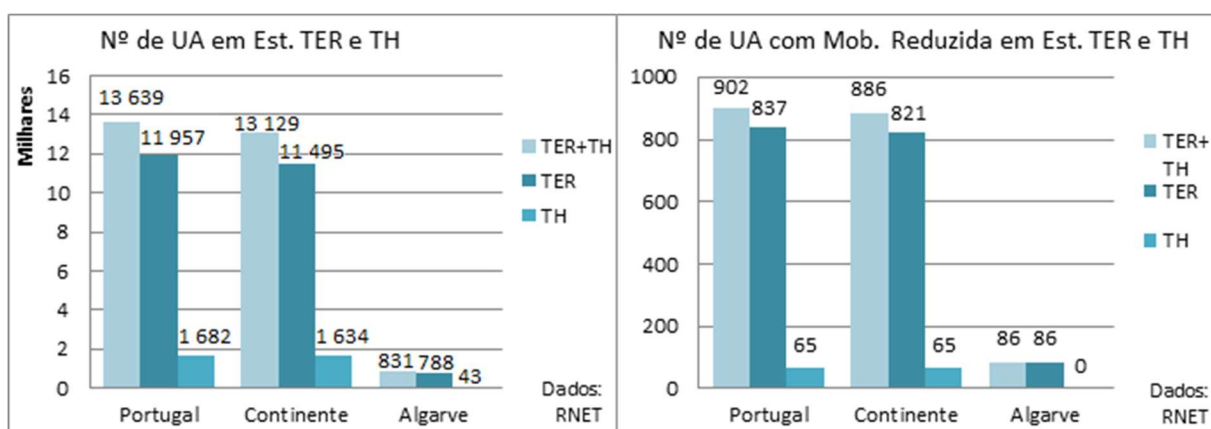


Figura 24 – Nº de Unidades de Alojamento e Un. Aloj para Mobilidade Reduzida existentes nos Est. TER e TH

Fonte: RNET

### Apoios financeiros exteriores

No RNET existe também indicação dos estabelecimentos que decidiram beneficiar de apoios financeiros. Neste caso aparecem os Programas de incentivo do Turismo de Portugal para as várias regiões, a PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), a IAPMEI, AICEP e Outros (Tabela 1 e Fig.25).

Registos								
	Nº Reg. Total	Total TER+TH	TH	TER				
				Total	Ag.T.	Ht.Rr.	Cs.Cp. -->	Tr.Ald.(CC)
Portugal T	4 240	2 156	238	1 918	366	120	1 432	168
Portugal C	3 979	2 092	230	1 862	359	111	1 392	167
Algarve (D)	551	114	3	111	21	7	83	3

Apoios financeiros								
	Nº Reg. Total	Total TER+TH	TH	TER				
				Total	Ag.T.	Ht.Rr.	Cs.Cp. -->	Tr.Ald.(CC)
Portugal T	1251	958	87	871	182	48	641	84
Portugal C	1186	933	84	849	178	46	625	84
Algarve (D)	92	52	1	51	9	1	41	2

Tabela 1 – Nº de Estabelecimentos que receberam apoios financeiros exteriores

Fonte: RNET

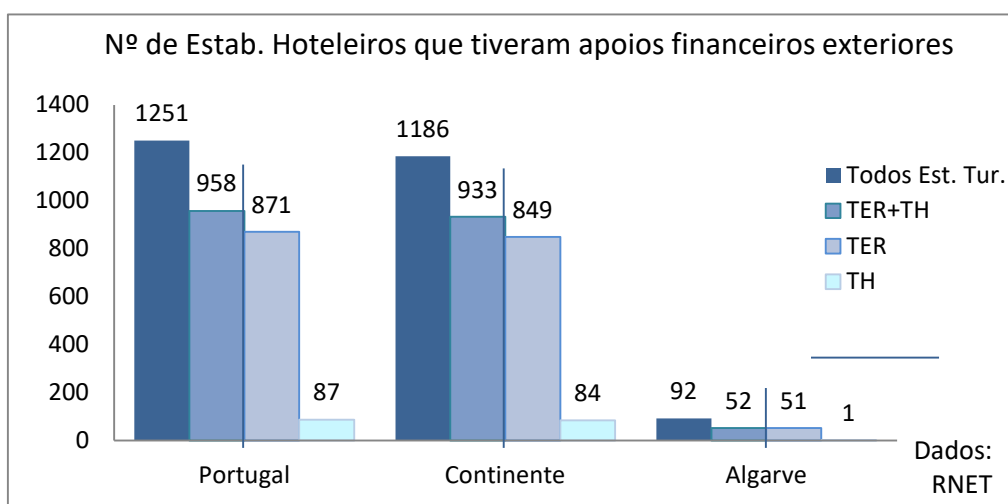


Figura 25 – Nº de Estabelecimentos que receberam apoios financeiros exteriores

Fonte: RNET

## O turismo atual no Concelho de Silves

O Concelho de Silves, ao contrário dos restantes Concelhos do Algarve não apresenta grande oferta turística, em termos de alojamento comparando com outros concelhos, nem apresentou a mesma evolução dos restantes, ao longo das últimas 4 décadas (Fig.26, 27 e 28).

A única exceção é mesmo o Alojamento Local que, desde o seu aparecimento, sempre teve uma grande oferta na região, talvez para compensar a falta de oferta do turismo convencional. Muitos destes estabelecimentos provêm de casas de férias e alojamentos que já eram alugados para férias de verão e que, na altura, se tratavam de alugueres ilegais.

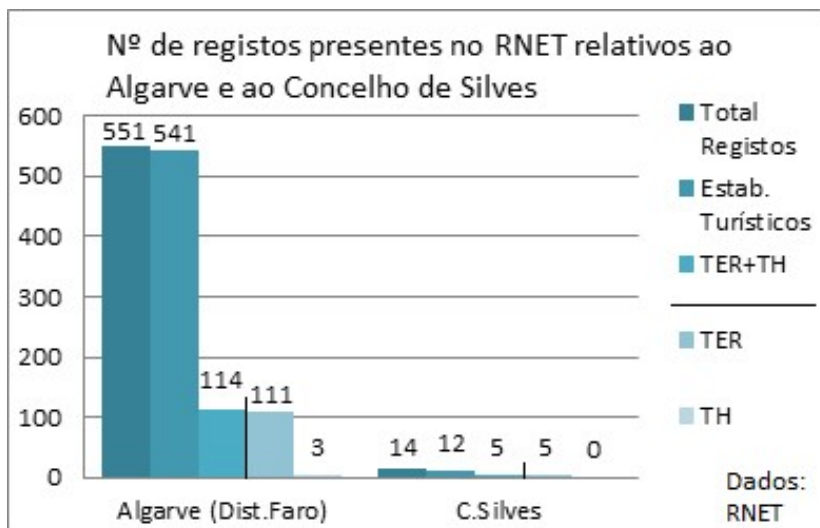


Figura 26 – Nº de Estabelecimentos existentes no Concelho de Silves e respetivas modalidades

Fonte: RNET

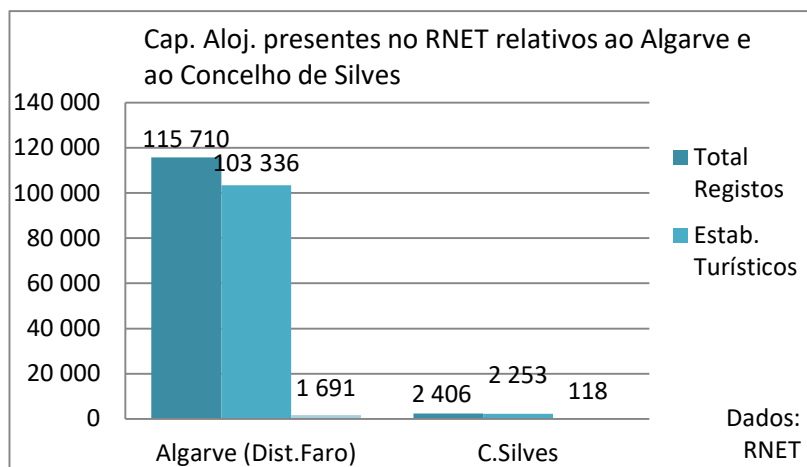


Figura 27 –Capacidade de Alojamento existente no Concelho de Silves

Fonte: RNET

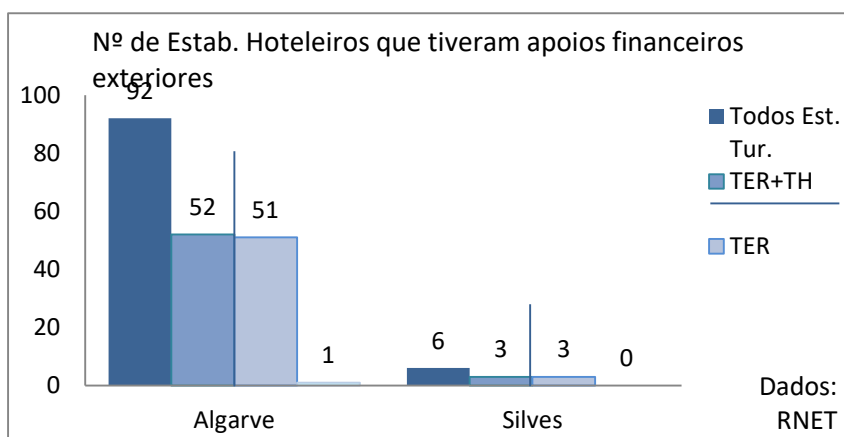


Figura 28 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros em Silves que tiveram apoios financeiros

Fonte: RNET

## 1.5. Caracterização da Evolução do Turismo na região e no Concelho de Silves

Neste subcapítulo vai ser analisada a evolução da oferta turística no Algarve e, mais precisamente, no Concelho de Silves, comparando-os. O INE, principalmente no início do século, fornecia mais dados em relação aos Concelhos do Algarve. No entanto, nestes últimos anos tem faltado esta informação sendo apenas possível recolher a informação relativa aos estabelecimentos turísticos em geral. Infelizmente, a partir de 2015 não existe informação disponível relativa a Silves estando esta análise incompleta. Em alguns casos foi feita uma estimativa, com base nos dados existentes, sendo esta reta falsa.

Em relação aos Estabelecimentos turísticos existentes no Algarve o total de estabelecimentos é de 717, 12% do total do país (5840). Desses valores distritais só 14 estão integrados no Concelho de Silves (Fig. 29)



Figura 29 – Evolução do Nº de Estabelecimentos Hoteleiros no Algarve

Fonte: RNET

Em termos de Turismo Rural e Turismo de Habitação, foram identificados pelo INE 84 estabelecimentos, cerca de 5% do valor total nacional (1419). No concelho de Silves os valores fornecidos são poucos, pelo que os dados mais recentes são relativos a 2015. Ainda assim foram identificados 4 estabelecimentos.

No entanto, numa análise comparativa entre os dados do TER e TH existentes no INE e no RNET (subcategoria do RNE) podemos averiguar que os valores não são concordantes.

Em termos de TER e TH no Algarve, dentro do total de 84 estabelecimentos deste tipo, 77 são TER e 7 são de TH. Dentro do TER, 44 são “Casa de Campo”, 18 são de “Agroturismo” e 7 são “Hotéis Rurais”. Os 8 que faltam são estabelecimentos com modalidades que foram extintas com o Decreto-Lei de 2009, não tendo ainda sido reconvertidos.

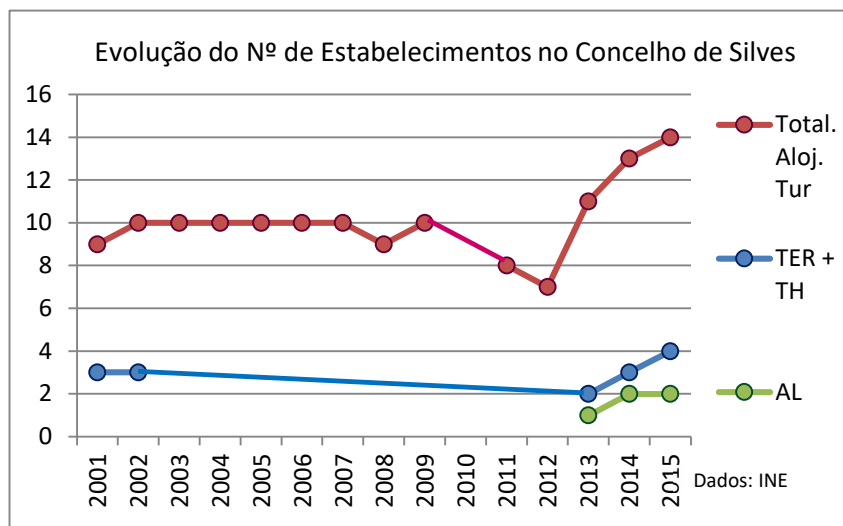


Figura 30 – Evolução do Nº de Estabelecimentos Hoteleiros em Silves

Fonte: RNET

No Concelho de Silves a informação é muito pouca e inconsistente, uma vez que os registos existentes no INE são diferentes dos registos do RNET. Não existe no concelho nenhum estabelecimento de TH e só existem 5 estabelecimentos TER registados (se bem que estão incorretos porque existe pelo menos um estabelecimento de Agroturismo que não está registado e que, por acaso, situa-se perto da nossa propriedade (Quinta da Figueirinha)). Os registos do INE só tiveram este tipo de dados até 2003 deixando depois de estar discriminada (Fig.30).

Estes dois quadros resultaram da junção da informação disponível no site do INE e do RNET (Registo Nacional do Empreendimentos Turísticos), uma vez que o último registo do 1º era de 2015, no caso dos estabelecimentos em geral e, no 2º, de 2002, dos Est. TER + TH (Fig.31).

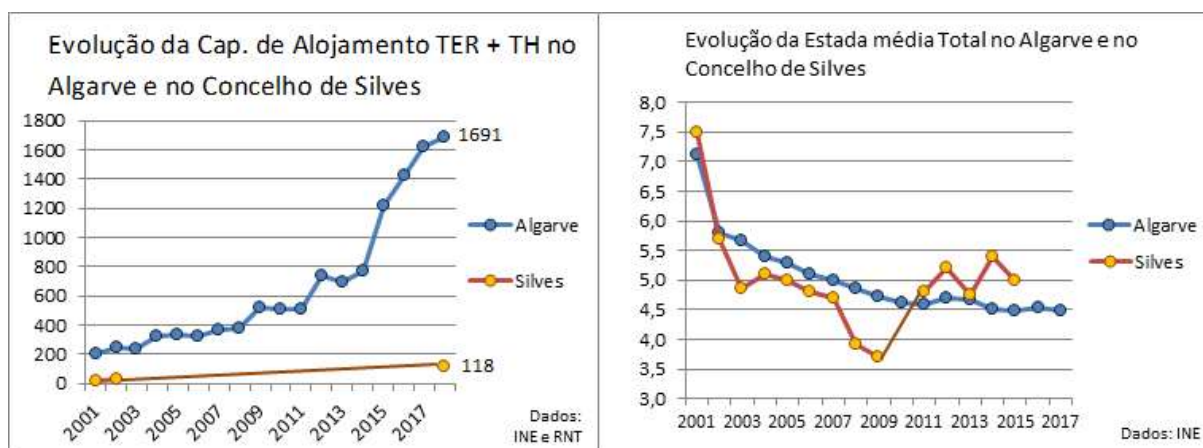


Figura 31 –Evolução da Capacidade de Alojamento TER e TH e da Estada Média no Algarve e em Silves

Fonte: RNT e INE

Relativamente à Estada Total, embora esta tenha estado a diminuir significativamente no Algarve, no Concelho de Silves os registos revelam que, depois de uma queda acentuada verificada entre 2001 e 2009 o valor da estadia média no concelho tem aumentado, ainda que, com subidas e descidas de ano para ano. Quanto ao TER e TH não existem registos relativos à estadia neste tipo de alojamento no Concelho de Silves. A Taxa média de Ocupação cama, enquanto no Algarve em geral tem aumentado, no Concelho de Silves tem-se verificado uma queda acentuada, que felizmente está a recuperar. Em termos de TER + TH este tipo de dados tem o mesmo problema de falta de dados verificado na Estada Média.

Quanto à evolução do Turismo com recurso aos dados do INE, desde o ano 2001 até ao ano de 2017, foram consultados vários documentos existentes no site AER Algarve e ET (Estatísticas do Turismo). O documento referente ao ano de 2018 ainda não está disponível, uma vez que o documento oficial é publicado no ano seguinte ao Estudo. Sendo assim, para ter uma ideia dos dados referentes a este ano optei por pesquisar na base de dados do Registo Nacional de Turismo em relação a todos os estabelecimentos Hoteleiros existentes atualmente em Portugal.

No entanto já foi possível observar que muita da informação presente no site não está de acordo com a presente no INE, não existindo Estabelecimentos que não estão registados no RNT (exemplo disso é o Estabelecimento de TER-AT existente em Silves - Quinta da Figueirinha- que não está registada no site).

O objetivo é comparar os valores de cada ano e fazer uma análise da evolução ao nível de hotelaria e também de TER + TH presente em Portugal e Continente (geral) e em Silves especificamente, fazendo também comparações entre si e ao nível do Barlavento/Sotavento Algarvio.

Na mesma pesquisa do INE podemos saber as preferências dos clientes, se preferem zonas costeiras ou mais interiores, para cada tipo de oferta.

As potencialidades e os aspetos negativos são gerais para todo o mundo. O ar puro, silêncio, calma, etc. é o fator mais importante para a escolha deste tipo de turismo que procura fugir ao stress das cidades e da vida quotidiana e também procura fugir do turismo em massa que causa confusão e a pessoa acaba por não relaxar tanto como gostaria.

O TER é um tipo de turismo alternativo, juntamente com o turismo de natureza, o TH, etc. caracterizados por serem amigos do ambiente e procurando criar o menor impacte da natureza possível, ao contrário do turismo de massas que causa grandes impactes ambientais e ecológicos não só na natureza como até na vida da população que vive no local.

Este tipo de turismo é já considerado por muitos como o turismo do futuro, numa altura em que existe uma preocupação cada vez maior com a sustentabilidade.

## 1.6. O perfil do turista do Algarve

A análise do perfil do turista que visita o Algarve foi obtida de um relatório com o mesmo nome elaborado pelo Turismo de Portugal, com a colaboração da Universidade do Algarve. Resultou de um estudo feito em 2016, em 2 épocas do ano: Julho-Agosto, época Alta, e Setembro-Outubro, recorrendo a inquérito por questionário. Trata-se de uma análise a 2 tipos de turistas: o tradicional, e o residencial. O turista tradicional (TT) é definido como sendo todo aquele que utiliza formas de alojamento tradicionais, ou seja, Hotel, Resort, mas também o turismo alternativo, como o TER, TH, e o campismo. No turista tradicional, para além dos turistas nacionais também analisa os turistas estrangeiros, de que países vêm, quais são as atividades que preferem, entre outros. Por sua vez o turista residencial (TR), é todo o turista que tem uma residência no local, utilizam a residência de familiares e/ou amigos, ou utilizam o arrendamento privado (ex: AL).

O objetivo deste estudo foi o de caracterizar os diferentes tipos de turista, nacionais e estrangeiros, traçando o seu perfil e conhecendo as suas preferências, a sua opinião da estadia, os pontos positivos e negativos. Infelizmente este relatório encontra-se desatualizado, uma vez que é relativo ao ano de 2016, tratando-se apenas de uma ferramenta para compreender melhor os seus gostos e desejos.

O relatório “O Perfil do Turista que visita o Algarve” divide ainda a região em 3 zonas distintas, ao contrário das tradicionais 2 (Barlavento-Sotavento) que têm sido usadas nesta dissertação, tendo-se baseado na divisão presente na ACeS do Algarve (Agrupamento de Centros de Saúde) que pertence à ARS (Administração Regional de Saúde). Este Agrupamento está dividido em 3 secções: I- Centro, com sede em Faro; II- Barlavento, com sede em Portimão; e III-Sotavento, com sede e Tavira. Nesta nova divisão, o Centro é formado pelos Concelhos de Albufeira, que dantes pertencia ao Barlavento; e os Concelhos de Loulé, S.Brás de Alportel, Faro e Olhão, que dantes pertenciam ao Sotavento (Fig. 32).



Figura 32 – Divisão do Algarve por zonas, segundo o ACeS.

Fonte: Site do ACeS

A informação presente neste documento foi adquirida através de questionários fornecidos aos turistas, agentes de atividade turística, hotéis, etc. Foram adquiridos dados de nacionais e de estrangeiros, sendo estes segundos sobretudo turistas provenientes de Espanha, França, Reino Unido, Irlanda e Alemanha. Também foram obtidos dados referentes a outros países mas, por serem em menor número, foram agrupados numa secção própria- Outros Países. São eles Holanda, Bélgica, entre outros (Fig.33).

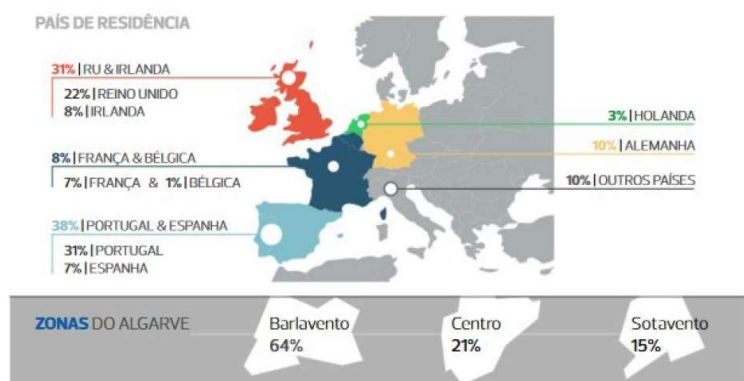


Figura 33 – País de residência dos Turistas que visitam o Algarve e zonas onde ficam hospedados.

Fonte: Relatório Final- O Perfil do Turista que visita o Algarve

Os questionários estavam divididos em 6 partes: A 1ª Parte foca-se na visita ao Algarve, a 2ª é relativa aos hábitos dos turistas, a 3ª analisa as motivações, satisfação e fidelização dos turistas, a 4ª analisa os gastos dos turistas durante a estadia, a 5ª parte foca-se unicamente nos turistas residenciais e, por fim, a 6ª avalia o perfil sociodemográfico de cada turista.

Em geral o turista que visita o Algarve é maioritariamente masculino (T-57%; R-56%), a maioria (T-73%;R-74%) são casados. A maioria trabalha por conta de outrem (T-65%/R-63%), mas 16% (T;R-15%) são independentes, e 11% (T; R-13%) são reformados, podendo estes dois grupos ir de férias fora da época alta. A maioria tem o ensino superior (T-66%;R-61%) e 31% (T;R-34%) tem o secundário. Este destino é visitado sobretudo por pessoas com um poder económico médio e só uma pequena percentagem tem rendimento superior a 4000€ (T-29%;R-30%) (Fig. 34 e 35).

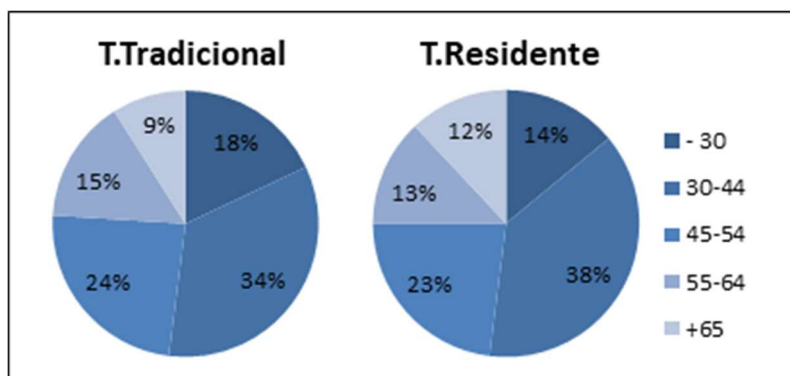


Figura 34 – Faixa Etária dos Turistas que visitam o Algarve.

Fonte: Relatório Final- O Perfil do Turista que visita o Algarve

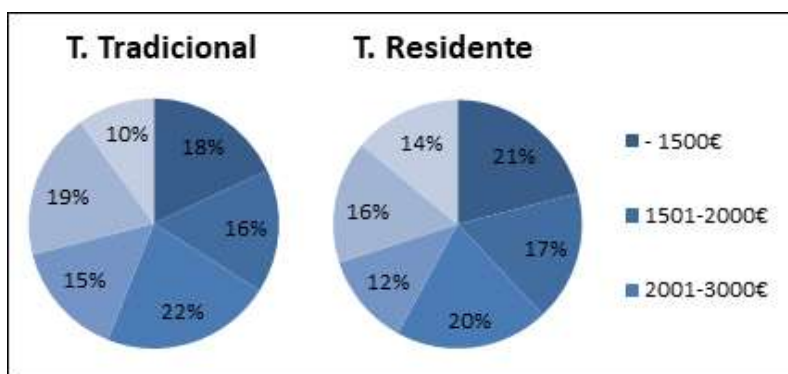


Figura 35 – Rendimento médio dos Turistas que visitam o Algarve.

Fonte: Relatório Final- O Perfil do Turista que visita o Algarve

Entre os Turistas Tradicionais (TT) 54% prefere ficar num hotel e 34% num “resort”, sendo o regime preferido o de “só dormida”, com 46%, ficando, em média, 8,9 dias. Dos Turistas Tradicionais (TR) 36% tem casa própria, 39% prefere arrendamento privado e 25% tem família ou amigos que vivem na região preferindo ficar com eles. Estes turistas, como não têm de pagar o alojamento (fora o arrendamento privado, claro) acabam por ficar mais tempo e por gastar noutras coisas.

O meio de reserva é sobretudo online, com 61% nos dois casos usando sobretudo o “Booking.com” (51/23)% e o AirBnb (16/28)%. Existem outras plataformas usadas mas que são menos conhecidas, sendo usadas em somente em certos países. Para viajar para o destino utilizam sobretudo o avião (principalmente os países mais afastados: França (58/41)%, UK (94/89)%, Irlanda (98/95)%, Alemanha (89/95)%, outros países (87/75)% sendo que os países mais próximos preferem o carro (Espanha (59/80)%, França (28/55)%). Podemos ainda observar que, à medida que nos vamos afastando do destino o transporte preferido vai mudando gradualmente de “viatura própria” para “avião”, o que faz sentido devido à distância a que fica e ao número de horas de condução que seria preciso gastar.

A companhia de viagem é sobretudo com a família (38/51)% e /ou com o conjugue (40/28)%, sendo que é menos comum ir com os amigos (13/11)% ou sozinho/em excursão (menos de 8% nos 2 casos).

A zona de estadia é mais ou menos homogénea, sobretudo entre os Turistas residenciais (B-51;C-62;S-61), sendo que a diferença é maior nos Turistas tradicionais (B-41;C-52;S-49). Os concelhos preferidos são Portimão, Albufeira e Loulé, sendo quase sempre referidos, apesar de Faro, Lagos, Silves, Tavira e Vila do Bispo também serem um destino de eleição, mas mais específico para turistas de certos países.

Para além das atividades que decidem fazer no local de férias muito optam também por conhecer outras zonas do Algarve, ir a outras zonas de Portugal, sobretudo Lisboa (55/48)%, mas também Porto, Alentejo e Coimbra, Fátima e um pouco por todo o centro do país. Alguns aproveitam para conhecer a vizinha Espanha. Para esses passeios utilizam sobretudo a viatura própria.

No Algarve a atividade mais realizada é, como é óbvio, a praia (valores sempre próximos de 50% em turistas de qualquer país, seja Turismo Tradicional ou Residencial) sendo que também optam por desporto, passeios, parque aquático, piscina, golfe, vida noturna e atividades para relaxar. No entanto para conseguirem realizar tudo que gostariam iriam precisar do dobro ou o triplo do tempo pelo que geralmente decidem desistir de atividades como desportos e passeios náuticos, golfe, e vida noturna.

Os turistas preferem viajar no verão (61/63)%, dependendo do país de origem, não se importando alguns de viajar na Primavera ou no Outono. No entanto, apesar de menos comum, muitos turistas optam por viajar no Inverno, tendo preferência por essa época, devido à sua profissão. Os turistas viajam em média 1 vez por ano, sendo que os mais próximos chegam a viajar 2 ou mais vezes.

Alguns turistas viajam para o Algarve há muitos anos (anos 60 ou até nem se recordam) mas tem aumentado muito nos últimos anos sendo que o grosso viaja desde o início do século XX. A zona preferida é, obviamente, a costeira (média de 68%), em média menos de 12% prefere a rural e 8% prefere a cidade. Estes turistas geralmente preferem novos destinos mas acabam por repetir (43/37)% sendo que muitos acabam por repartir as suas férias entre destinos novos e velhos (11%)% ou escolhem entre 2 e 3 (13/15)%.

Os elementos que eles mais gostam é, como é óbvio a praia, o clima, a hospitalidade da população, a água do mar, a gastronomia, e os preços praticados. No entanto os últimos dois elementos não reúnem consenso uma vez que existem turistas que acabam por não gostar da gastronomia nem dos preços. Elementos negativos são o congestionamento de tráfego, falta de estacionamento e de transportes, portagens, mau serviço de hospedagem e a qualidade baixa do turismo, em geral. Apesar destes pontos negativos a opinião final é quase sempre boa (sempre a rondar os 95%) sendo que os turistas tencionam quase sempre voltar e recomendar. Estes turistas recomendam geralmente online com recurso a fotos, comentários e vídeos, no Facebook, Instagram, Twitter, etc.

Por fim, uma vez que qualquer Turista Tradicional se pode converter num Turista Residencial, comprando casa, existe todo um mercado imobiliário disponível. Os Turistas residenciais que não têm casa própria também podem decidir ter casa própria. Estes dois tipos potenciais preferem comprar casa através de uma imobiliária, apesar de muitos comprarem diretamente ao construtor, com o motivo de férias ou para investimento, podendo variar de país para país. Estes turistas optam igualmente por apartamento ou moradia, preferindo, obviamente a zona costeira.

Os turistas residenciais que têm casa própria também referiram tê-la comprado a uma imobiliária, e alguns diretamente ao construtor, sobretudo para férias optando igualmente por um apartamento ou uma moradia, sendo a costa o mais procurado.

## 2. ENQUADRAMENTO REGIONAL DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

### 2.1. Enquadramento geográfico do Algarve e de Silves

#### Caracterização geográfica do Algarve

O Algarve é uma região situada no sul de Portugal, fazendo fronteira a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico, a Este com Espanha tendo o rio Guadiana como limite, e a Norte com o Alentejo, possuindo um sistema montanhoso muito complexo e de difícil acesso. Esta região, desde a sua conquista por Portugal, no século XIII até à Implantação da República, em 1910, sempre foi considerada como um território à parte, levando a que todos os Reis se intulassem “Rei de Portugal e dos Algarves”.

Esta designação deve-se ao facto de a fronteira entre o Algarve e o Alentejo ser profundamente marcada por uma zona montanhosa. Antes da Autoestrada A2 ser construída o IP, IC e as estradas Nacionais eram a única maneira de chegar ao Algarve, atravessando as Serras, com estradas muito encurvadas, sendo muito difícil, e demorada a viagem. Só em 2002 é que, concluído o último troço da A2 desde Castro Verde até Paderne, fazendo a ligação com a A22 (Via do Infante), é que se criou uma maneira rápida e segura de chegar ao Algarve.

Do ponto de vista geográfico o Algarve pode também ser dividido de duas formas diferentes: De Norte para Sul, pelo eixo Serra-Barrocal-Litoral e de Oeste-Este com Barlavento-Sotavento, sendo que os próprios nomes significam isso mesmo Barlavento e Sotavento (Fig.36).

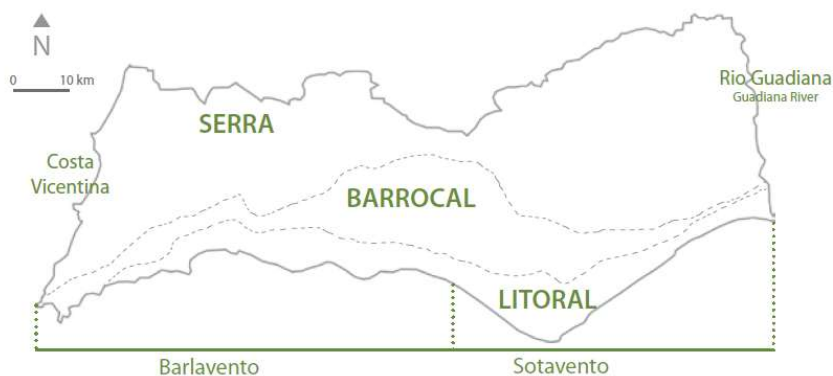


Figura 36 – Diferentes divisões naturais do Algarve: Barlavento-Sotavento e Serra-Barrocal-Litoral

Fonte: Guia do Turismo de Natureza (versão Inglesa)

## **Barlavento e Sotavento**

Esta denominação já muito antiga costuma ser usada em termos marítimos, sendo que Barlavento significa “de onde sopra o vento” e corresponde à zona Oeste do território Algarvio e o Sotavento, que significa “para onde sopra o vento”, corresponde à zona Este do Algarve. São zonas com características diferentes, não sendo apenas uma divisão administrativa, sendo que cada zona tem características geográficas e geológicas distintas.

A zona do Barlavento, também conhecida como “Algarve rochoso” é caracterizada por um litoral formado por falésias imponentes, alternadas com praias recônditas de areia fina e grutas de sonho. Devido à sua localização ocidental está sujeita à regulação feita pelos ventos vindos do Oceano Atlântico, tendo por isso um clima mais ameno, temperado e húmido. De acordo com a classificação climática de Koppen (segundo Lowry(1972)), citado por RIBEIRO, PDM de Silves, esta região tem um clima do tipo Csb. À medida que vamos avançando para Este as dunas desaparecendo e a água, influenciada pelo mediterrâneo, vai tornando-se mais quente.

Por sua vez o Sotavento, por se situar já perto do mediterrâneo e não ser tão influenciado pelos ventos vindos do Oceano Atlântico, tem um clima mais quente e árido, sendo caracterizado por um clima (segundo Koppen) do tipo Csa. Tem um litoral mais plano, com extensas praias que se estendem até 10km.

## **Serra, Barrocal e Litoral**

Outra forma de divisão do Algarve, desta vez de acordo com o seu relevo é de Norte para Sul, ou seja, Serra, Barrocal e Litoral.

A Serra é a zona mais a norte, fazendo fronteira com o Alentejo, e é caracterizada pela sua topografia. A Serra Algarvia atravessa todo o Algarve de um lado ao outro e tem 3 serras importantes: Monchique (902m), Caldeirão (589m) e Espinhaço de Cão (297m). É uma zona com solo pobre, exceto em Monchique, onde a sua rocha vulcânica (sienito) permite um local rico em espécies vegetais e água, daí que o clima se aproxime mais de Sintra e com Norte do país.

Os outros locais contam com uma grande presença de vegetação mediterrânica composta por mato e árvores e uma grande extensão de pinhal e eucaliptal que, juntamente com um clima seco, faz com que seja muito comum haver incêndios florestais quase todos os anos.

O Barrocal situa-se entre a Serra e o Litoral, variando a sua extensão ao longo da região. Trata-se de uma zona de plana, calcária, com solo muito rico sendo comum a produção agrícola de pomar de Laranja, Alfarrobeira e, atualmente, de Abacate.

O Litoral tem uma maior influência marítima e difere de zona para zona. A ocidente temos a dominar as arribas calcárias que contêm grutas e outras formações e que alternam com pequenas praias. Por sua vez à medida que nos vamos dirigindo para oriente as arribas dão lugar a extensas praias de areia branca, a sistemas lacustres e dunares (Fig. 37).

Todas as zonas são ricas tanto em fauna como em flora sendo locais convidativos para caminhadas.

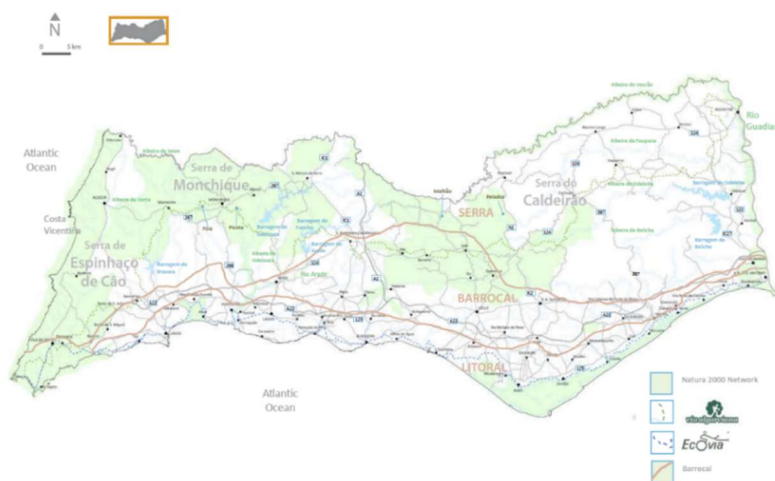


Figura 37 – Divisão do Algarve em Serra, Barrocal e Litoral e identificação das 3 Serras

Fonte: Guia Turismo de Natureza do Algarve (versão Inglesa)

### Limites administrativos

Em termos administrativos o Algarve tem apenas o Distrito de Faro, que é constituído por 16 Concelhos, sendo eles: Alcoutim, Aljezur, Albufeira, Castro Marim, Faro, Monchique, Lagoa, Lagos, Loulé Olhão Portimão São Brás de Alportel Silves Tavira Vila do Bispo e Vila Real de Santo António. Do ponto de vista de organização territorial NUTS II e NUTS III todo o território do Distrito está incluído num só grupo- Algarve (Fig.38).



Figura 38 – Distrito de Faro- Divisão Barlavento e Sotavento e respetivos Concelhos

Fonte: INE, adaptada pelo autor

## **Caracterização geográfica de Silves**

O concelho de Silves situa-se numa zona mais central do Algarve pertencendo ainda ao Barlavento. Faz fronteira com Monchique, Portimão, Lagoa, Albufeira e Loulé e também com o Alentejo (Ourique, Odemira e Almodôvar). Trata-se de um dos concelhos algarvios com maior área, com 680Km<sup>2</sup> mas tem uma baixa densidade populacional sendo que a população residente no Concelho em 2011 era de 37 126 habitantes. Devido à sua dimensão atravessa os 3 tipos de unidades territoriais (Serra-Barrocal-Litoral) razão pela qual há uns anos a Câmara Municipal de Silves adotou como “slogan” publicitário a frase: “Silves - da Serra ao Mar”.

O concelho tinha antigamente 8 freguesias mas, devido ao facto de apresentar uma densidade populacional muito baixa foi sujeito, segundo a Lei N°22/2012, a um reagrupamento de freguesias, tendo passado a ter somente 6. São elas São Marcos da Serra, São Bartolomeu de Messines, Silves, Alcantarilha- Pêra, Algoz-Tunes e, por fim, Armação de Pêra. Apesar de ser um dos concelhos algarvios com maior área territorial, Silves apresenta uma extensão muito curta de orla costeira, tendo apenas a Praia de Armação de Pêra e a Praia Grande.

Silves é muito conhecido atualmente pela sua laranja, muito cultivada no Concelho, sendo apelidada como a “Capital da laranja Algarvia”. No entanto, no século XIX a sua atividade mais comum era a da cortiça havendo ainda muitos vestígios como, por exemplo, o museu da cortiça situado na Fábrica do Inglês, estrutura esta que se encontra ao abandono, mas em vias de ser reabilitada. No que toca a infraestruturas o Concelho tem boas ligações com o resto do Algarve e do País. A Autoestrada A2 entra na região pela zona de S. Marcos da Serra fazendo mais à frente, já perto de Albufeira, ligação com a A22. Para além das auto-estradas existem também outras ligações como a N125 que liga quase todos os concelhos do Algarve e a ligação ferroviária que vai de Lagos a Vila Real de Santo António e que também passa pelo Concelho de Silves. É importante dizer que é neste concelho que se faz a ligação entre a linha do Algarve com o resto do país, através da estação de Tunes.

No anexo 1.3 encontram-se mapas da Densidade Populacional e das Unidades Territoriais de Silves, retirados do PROC existente no PDM de Silves, disponíveis no Site da Câmara Municipal.

## 2.2. Caracterização biofísica e paisagística da Região e do Concelho de Silves

### Clima

O Algarve situa-se na zona sudoeste da Europa e, por isso, é fortemente influenciado pelo oceano Atlântico e pelo Norte de África. Devido à sua localização e, também ao seu relevo topográfico podemos observar nesta região vários tipos de sub-clima que variam segundo vários autores. Por exemplo segundo Köppen o clima do Algarve pode variar entre Csb, onde se verifica uma forte influência marítima e Csa, à medida que caminhamos para sotavento, onde a influência do Atlântico vai desaparecendo, e a temperatura média aumenta, aproximando-nos de um clima mediterrânico (Fig.39). Existem outros fatores que acentuam estes diferentes sub-climas como o relevo, os ventos e a precipitação. No entanto em termos gerais o Algarve é caracterizado como tendo um clima mediterrânico, caracterizado pela sua temperatura anual suave, baixa precipitação, invernos amenos e verões quentes que têm uma duração superior a 3 meses.

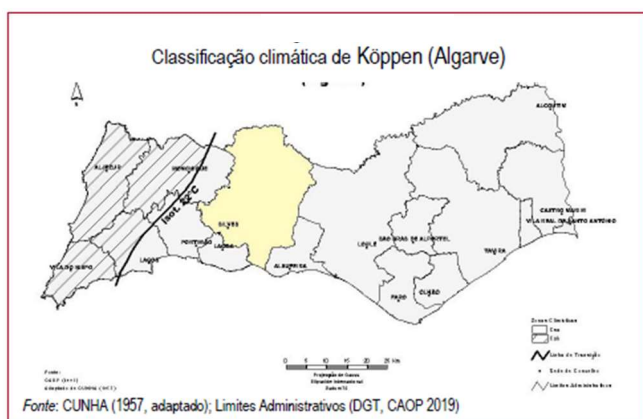


Figura 39 – A região do Algarve segundo a Classificação Climática de Köppen

Fonte: PDM de Silves

### Precipitação

Tal como dito anteriormente o Algarve tem em termos gerais um clima mediterrânico pelo que a sua precipitação anual é geralmente baixa. A exceção é os sistemas montanhosos, ou seja, as Serras de Monchique e Caldeirão, onde a sua altitude cria condições para uma maior precipitação. Os meses com maior precipitação são de Novembro a Fevereiro, e nos meses de Julho e Agosto a precipitação é quase nula. Por estas razões é muito comum esta região ter falta de água armazenada em aquíferos e barragens sendo muito importante que seja estimada e não desperdiçada (Fig.40).

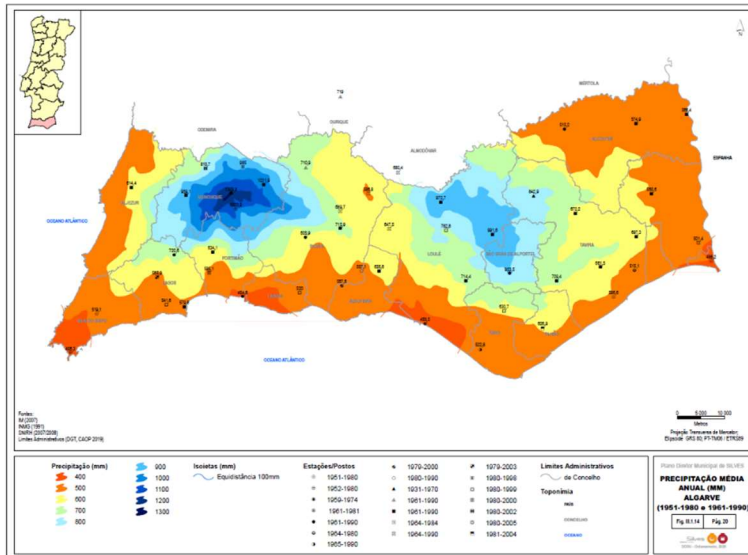


Figura 40 – Precipitação média anual no Algarve

Fonte: PDM de Silves

## Temperatura

Em relação á temperatura, o Algarve é uma região onde os verões são quentes e secos, com uma temperatura média superior a 22°C e um inverno ameno onde as temperaturas rondam os 0°C, nos dias mais frios. Geralmente o mês mais frio verificado na maior parte das estações meteorológicas é Janeiro e o mais quente é Agosto, quando, nos últimos anos, é comum registarem-se temperaturas superiores a 40°C (Fig.41).

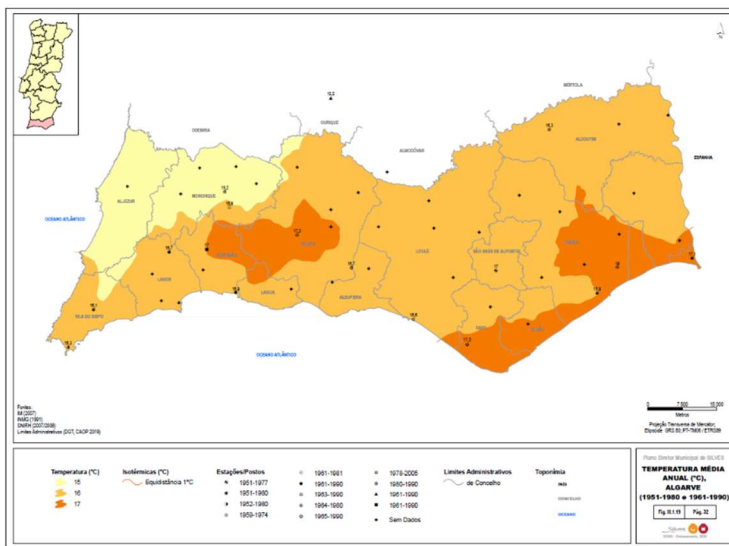


Figura 41 – Temperatura média anual no Algarve

Fonte: PDM de Silves

## Geomorfologia

Em termos geomorfológicos o Algarve tem 2 unidades morfoestruturais: O Maciço Antigo (a norte) e a Orla Mesocenozóica Ocidental (a sul). O Maciço antigo está presente em grande parte do país e formou-se entre 70 a 500 Ma. As rochas dominantes desta época são os granitos, xistos, grauvaques e quartzitos, que ainda estão muito presentes na Serra Algarvia. A Orla Mesocenozóica é mais recente, tendo tido o seu

início há cerca de 250 Ma, tendo ocorrido vários fenómenos geomorfológicos na região como a criação de bacias de sedimentação e a ocorrência de um maciço eruptivo em Monchique. As rochas resultantes desta época são sobretudo sedimentares: calcários, dolomíticos e margosos, arenitos e, em algumas zonas, basaltos dolerito, entre outros. Esta região é muito rica em formas cársicas como grutas, lapiás, dolinas, etc. e há grande quantidade de arribas e dunas.

### **Morfologia e Altimetria**

Em relação à altimetria o Algarve pode ser dividido em 2 zonas distintas: a zona norte, com a Serra, onde se verifica um grande relevo, e a zona sul, onde os declives são mais suaves à medida que se aproxima do mar. No mapa de hipsometria pode-se verificar 2 pontos altos que correspondem às serras de Monchique e Caldeirão (Fig.42 e 43).



Figura 42 – Mapa de hipsometria do Distrito de Faro

Fonte: Site da LEAF- EPIC WebGIS Portugal



Figura 43 – Mapa de Declives no Distrito de Faro

Fonte: Site da LEAF – EPIC WebGIS Portugal

## Áreas Protegidas

Em relação às áreas protegidas o Algarve apresenta alguns exemplos de qualidade sendo a de maior importância a Ria Formosa, que foi classificada como Parque Natural em 1980, tem uma extensão de 18.000ha e abrange toda a costa desde Faro até Vila Real de Santo António. No entanto temos também outros.

### Parque Natural da Ria Formosa

A Ria Formosa é a zona lagunar mais extensa e importante do Sul do País, cobrindo uma área de 18.000ha (tanto de superfície como submersa) e que percorre os Concelhos de Faro, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Esta zona apresenta um valor muito grande do ponto de vista ecológico e científico tendo sido classificada em 1987, com o Decreto-Lei nº 373/87, de 9 de Dezembro, com o objetivo de “proteger e conservar o sistema lagunar, e a sua flora e fauna, incluindo as espécies migratórias e respetivos Habitats” (ICNF).

Trata-se de um cordão dunar arenoso litoral, constituído por praias e dunas e que protege a zona lagunar que tem uma profundidade média de 2 m. Nele podemos observar vários Habitats como ilhas-barreira, sapais, bancos de areia e de vasa, dunas, salinas lagoas de água doce e salobra, áreas agrícolas e matas, o que se traduz numa evidente diversidade de fauna e flora (ICNF) (Fig.44).



Figura 44 – Mapa do Parque Natural da Ria Formosa

Fonte: ICNF

### Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Nesta zona mais ocidental podemos encontrar a secção Algarvia do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que se estende desde S. Torpes, a sul de Sines, até ao Burgau, já no litoral sul, passando pelo Cabo de S.Vicente em Sagres.

Esta Área Protegida estende-se numa faixa que percorre todo o Litoral Oeste do País ocupando ainda uma pequena parcela do Sul, sendo muitas vezes denominada

como a “Costa Sudoeste” (siteICNF). Tem uma extensão de 110 km e cerca de 130 000 ha de área, contendo características muito próprias como uma elevada biodiversidade fauna e florística, e de Habitats, assim como uma grande diversidade paisagística

Em termos hidrográficos a zona recebe os cursos de água provenientes da bacia hidrográfica do rio Mira, ainda no Alentejo, e também os cursos provenientes da Bacia Hidrográfica do Barlavento.

Esta Área Protegida foi criada em 1988 com o Decreto-Lei N°241/88 mas como sendo uma Área de Paisagem Protegida. Só mais tarde, com o Decreto Regulamentar nº26/95, é que mudaria o seu estatuto sendo criada oficialmente o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, tendo ainda sido anexada uma faixa de terreno marítimo (Fig. 45).

Este Parque é também muito rico em biodiversidade, tendo 25 Habitats Naturais, sendo que 9 deles são prioritários (ICNF). Esta zona integra ainda a Rede Natura 2000. Tem ainda a maior diversidade de aves.

Na zona da Costa Vicentina podemos ainda observar as Paleodunas, situadas no cimo das falésias e localmente designadas de “medos”. Estas dunas fósseis formadas com a carbonatação das areias calcárias presentes na região e que contêm um elevado ecossistema vegetal associado, com plantas autóctones inéditas e resistentes ao elevado teor de sal da região.

Ainda nesta zona Sudoeste podemos encontrar a Reserva Biogenética de Sagres que foi classificada em 1988 devido à sua grande biodiversidade sendo um ótimo local de pesquisa botânico. Este local tem uma grande influência oceânica, sendo muito ventosa e com uma costa constituída por extensas falésias imponentes de elevado interesse geológico. O cabo de Sages é considerado o “*promontorium sacrum*” tendo sido o destino de muitas peregrinações e um santuário de cultos pré-romanos.

Figura 45 – Mapa do Parque Natural do Sudoeste Alentejano

Fonte: ICNF



## Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António

Esta reserva localiza-se na zona Oriental do Algarve, junto ao rio Guadiana e da fronteira com Espanha estando inserido nos Concelhos de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

A Área Protegida foi criada em 1975 e é constituída por um sapal que se estende ao longo do rio Guadiana sendo formado por um estuário, sapais, corpos de água salobra, salinas, pastagens, charcos, esteios e extensões sem vegetação (ICNF). No entanto também é muito rica em termos de fauna, flora e também culturais, uma vez que a área tem uma presença humana muito antiga o que se reflete na sua geometria (Fig. 46).



Figura 46 – Mapa da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de V.R. de Stº António

Fonte: ICNF

## Zonas pantanosas, Sapais e Zonas Húmidas

O Algarve tem uma grande quantidade de áreas alagáveis e húmidas como lagoas e sapais, tanto no Barlavento como no Sotavento. Estas zonas têm uma elevada importância, sendo muito ricos em biodiversidade porque albergam uma vasta quantidade faunística e florística sendo a casa para muitas aves em regime migratório e permanente.

### Zona do Estuário do Arade (Portimão)

É um estuário com uma dimensão modesta, localizado na foz do Rio Arade, no limite entre o Concelho de Portimão (com a cidade de Portimão, na margem direita) e o Concelho de Lagoa (com o lugar do Parchal, na margem esquerda). Este rio tem como afluentes a Ribeira de Odelouca e a de Boina e é navegável até Silves, tendo contribuído para o desenvolvimento da cidade na época Árabe (Fig.47).

Esta zona está classificada pela “Ramsar site” como sendo uma zona pantanosa de grande importância contendo sapais ecologicamente relevantes estando nele presentes

uma grande biodiversidade. Ao longo do seu percurso desde a nascente situada na Serra do Caldeirão podemos observar muito património natural como fontes (ex: fonte da Benémola, em Querença) ou de Estômbar e edificado, como os 20 moinhos de maré, localizados entre Portimão e Silves, pontes e barragens, entre outros.

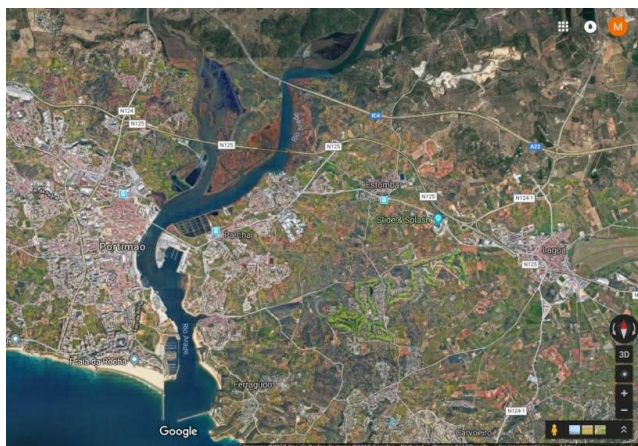


Figura 47 – Localização do Estuário do Arade

Fonte: GoogleMaps

### Ria de Alvor

É o complexo estuarino-lagunar mais importante do Barlavento Algarvio e localiza-se na Baía de Lagos, mas já no Concelho de Portimão. Esta zona resulta da confluência de duas ribeiras, a de Odiáxere e a de Arão, a Oeste, que nascem na Serra de Espinhaço de Cão e as ribeiras de Farelo e Torres, vindas da Serra de Monchique.

Esta ria está protegida da ação marítima com a ajuda de duas línguas de areia e também devido ao caudal de água reduzido provocado pela construção da Barragem da Bravura e do Dique da Penina (Fig.48).



Figura 48 – Localização da Ria de Alvor

Fonte:GoogleMaps

### Outras zonas pantanosas e sapais importantes

Para além deste local temos outros de igual importância como, por exemplo, o Paúl de Budens (Vila do Bispo), a foz da ribeira de Bensafirim (Lagos), a Lagoa dos Salgados (Silves e Albufeira) e o Caniçal de Vilamoura (Loulé).

## Caracterização biofísica de Silves

O Concelho de Silves está situado na zona do Barlavento Algarvio, mas a sua localização perto do centro permite que já não tenha grande influência do Oceano Atlântico, exceto na zona do litoral.

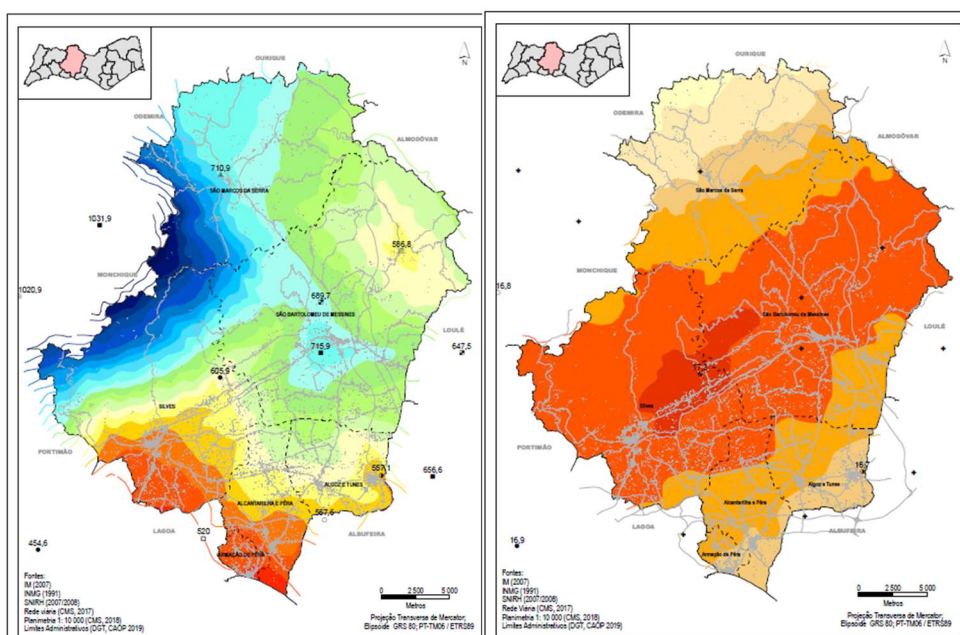
No entanto, tal como foi dito anteriormente, Silves abrange os 3 tipos de Unidades de território presentes no Algarve: a Serra, o Barrocal e o Litoral, o clima na zona de São Marcos, por ser montanhoso, aproxima-se ao de Monchique e a zona litoral de Armação de Pêra tem maior influência marítima. O Barrocal tem tendência para ser mais quente porque se encontra numa zona baixa e não sofre a ação dos ventos marítimos.

Em relação à precipitação, esta varia conforme a localização. Se estivermos, por exemplo em S. Marcos da Serra, que tem uma forte influência da Serra de Monchique, a precipitação é maior, chegando aos 700 mm anuais. Por sua vez, à medida que se dirige o sentido do litoral, a média vai reduzindo, sendo que a precipitação anual no Barrocal se situa entre 550 e 650 mm, e a do Litoral entre 450 e 550 mm.

Relativamente à temperatura média mensal os valores mais altos costumam ser registados no interior do Concelho, onde nos meses mais quentes as temperaturas ultrapassam facilmente os 40°C. Por sua vez, na Serra Algarvia, devido à altitude, os valores não são tão altos, e o Litoral, devido à sua influência marítima, é uma zona mais amena. A amplitude térmica é superior na Serra Algarvia, reduzindo à medida que se vai deslocando para o Litoral (Fig.49).

Figura 49 –  
Precipitação e  
Temperatura  
média anual  
em Silves

Fonte: PDM  
de Silves



## Áreas protegidas de Silves

O Concelho de Silves, devido à vasta extensão do seu território, integra diversas unidades naturais contendo algumas áreas que já se encontram em regime de proteção e outros que estão em processo de conversão. No PDM podemos encontrar alguns locais que estão protegidos pela Rede Natura 2000, como é o caso da zona mais a norte, que ainda se encontra integrada na área de Proteção das Serras de Monchique, a Oeste, e a do Caldeirão, a Este. O mapa alusivo às áreas afetadas pela rede Natura 2000 no Concelho de Silves encontra-se no Anexo1.3.

Mais a sul, na freguesia de Silves, podemos observar que o rio Arade também beneficia do mesmo tipo de proteção. Este rio, que antigamente era totalmente navegável até Portimão, encontra-se com uma grande quantidade de lodo acumulado, precisando urgentemente de intervenção.

Em 2019 foi também inaugurado no Concelho de Silves o Complexo de Treino e Recuperação do Lince Ibérico (CNTRLI), localizado no Centro Nacional de Recuperação de Lince-Ibérico, que acolhe temporariamente, trata e recupera esta espécie, tendo também a função de reprodução em cativeiro. Desde que foi inaugurada já foi responsável pela devolução à natureza de vários exemplares da espécie.

Para além destas zonas protegidas existem outras áreas de grande valor ecológico, como o caso do Sapal de Armação de Pêra e Lagoa dos Salgados, o Recife de Coral de Armação de Pêra e o GeoPark Algarviensis. Estes projetos encontram-se ainda em fase de estudo.

A futura Reserva Natural da Lagoa dos Salgados situa-se na União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra, abrangendo uma área total de 400 ha, desde a Ribeira de Alcantarilha e o Sapal de Pêra-Alcantarilha (a oeste), a Ribeira de Espiche e a Lagoa dos Salgados (a este), junto à fronteira com Albufeira. Segundo o ICNF trata-se do único território algarvio sem estatuto ecológico de proteção, tendo grande valor ecológico, científico e educativo (Fig.50).

O GeoPark Algarviensis é um projeto candidato a Geoparque Mundial da Unesco, tendo sido submetido em 2019 e aguardando atualmente aprovação. Trata-se de um vasto território que pertence a 3 concelhos (Silves, Loulé e Albufeira), que segundo os responsáveis pelo projeto tem um património geológico muito rico e de extrema relevância tanto ao nível Nacional como Internacional (Fig.51).



Figura 50 – Sistema Sapal de Armação de Pêra

Fonte: PDM Silves



Figura 51 – Área de Território incluída na proposta do Geoparque Algarvensis

Fonte: [www.parquealgarvensis.pt](http://www.parquealgarvensis.pt)

### 2.3. Caracterização Histórica da Região e do Concelho de Silves

O Algarve apresenta uma vasta História que remonta aos primeiros povos bárbaros que ocuparam a Península Ibérica, muito anteriores ao período Romano.

Foram encontrados em Vila do Bispo alguns vestígios arqueológicos como, por exemplo, um grande número de menires, sozinhos ou em grupo, e que remontam para o período paleolítico e neolítico. Estes artefactos remontam a um período entre 5000 e 3000 a.C. Existem ainda provas da existência de outros povos, especialmente Cónios, Cúneos e Sinetes que estão associados aos povos Celtas e /ou Iberos. Em Silves existem também alguns vestígios desta época, mas em menor número.

Entre os séculos XI e VI a.C., apareceram outros povos, entre os quais os Fenícios e Cartagineses, que aqui se estabeleceram no litoral para fins comerciais, criando colónias e portos de comércio e aproveitando os recursos da região. Os Cartagineses fundaram em 550 a.C. Portus Hanibalis, que hoje é conhecida como Portimão.

Mais tarde, no século II a.C., os Romanos ocuparam a Península Ibérica e integraram esta região na Província da Lusitânia. A ocupação romana permitiu um desenvolvimento económico e social significativo, sobretudo na área da agricultura e pesca e foram desenvolvidos novos núcleos civilizacionais como, por Baesuris (atual Castro Marim), Balsa (perto de Tavira), Ossonoba (atual Faro), Cilpes (atual Silves), Lacobriga (atual Lagos).

Nos dias de hoje podemos ainda observar vestígios desse tempo como, por exemplo, um tanque de processamento de peixe na Praia da Luz (Lagos), a vila e templo romano de Milreu (Estoi) e uma área residencial romana, em Vilamoura.

Com a queda do Império Romano, no século V, a região foi tomada pelos povos bárbaros, sendo os visigodos os mais importantes. No entanto decidiram manter a cultura e o Cristianismo, assim como as povoações que lá existiam. Infelizmente existem apenas relatos, por exemplo, de uma catedral em Faro (que naquela época tinha mudado de nome para Zawaia), mas de que não existe nenhum vestígio que o comprove.

No século VIII, em 711, a região foi invadida pelos Árabes tendo permanecido na região durante os 5 séculos seguintes. Esta ocupação prolongada teve uma grande influência na cultura e arquitetura da região, sendo possível ver os inúmeros vestígios que deixaram.

Em primeiro lugar foram os Árabes que deram o nome à região. A zona sul da Península Ibérica chamava-se al-Andaluz (terra dos vândalos) e a parte atualmente portuguesa situava-se na zona mais ocidental. Por esta razão decidiram chamar-lhe Al-Gharb Al-Andaluz, ou seja, o Ocidente da Andaluzia. Mais tarde o nome evoluiu para Algarve.

Existem ainda vários elementos arquitetónicos como as chaminés muito trabalhadas, os azulejos, e a própria forma das casas e das povoações, assim como muitos equipamentos de apoio à agricultura como, por exemplo, as noras. Deixaram também muitos vestígios na língua como, por exemplo algumas palavras começadas por “Al” (que significa “o”) entre outras palavras de origem árabe. É de notar que existem muitas localidades e regiões, não só do Algarve, mas também do Alentejo, cujo nome tem influência árabe.

Silves, que na época árabe mudou de nome para Xilb, era a capital do Algarve, por isso, a cidade mais importante nesta época, sendo um pólo político e de cultura. Era conhecida na altura com a cidade dos filósofos, uma vez que viveram lá muitos poetas árabes conhecidos como Ibn Caci, Ibn Ammar e o rei Al-Mutamid.

Mais tarde, aquando da reconquista da Península Ibérica pelos Cristãos, houve algumas tentativas, já com o Reino de Portugal, de se conquistar o Algarve aos mouros.

A primeira ocorreu em 1189, com D. Sancho I, que contou com a ajuda de cruzados, tendo durado apenas 2 anos e voltando a ser ocupada pelos árabes. Só mais tarde, já no século XIII, em 1249, é que o território foi definitivamente conquistado por D Afonso III, tendo ficado conhecido como o “Rei de Portugal e do Algarve”. Silves teve um papel decisivo para a reconquista, em ambas as datas, tendo sido palco das batalhas mais importantes.

Mais tarde, com os descobrimentos, esta designação foi evoluindo, passando a dizer-se “Rei de Portugal e dos Algarves de-aqui-e-além-mar”. Este título ficou associado a toda a monarquia Portuguesa durante os séculos seguintes, tendo desaparecido apenas, em 1910, com a Implantação da República.

No século XV o início da época dos descobrimentos trouxe uma nova vida à região, principalmente às localidades costeiras sendo que Lagos e Sagres permaneceram ligados para sempre ao Infante D. Henrique, o Navegador, também conhecido como o Infante de Sagres, e aos Descobrimentos Portugueses. No início as naus saíam de Lagos, antes de passar a sair de Lisboa, pelo que a cidade foi ganhando importância e se foi desenvolvendo. Com a mudança de local de partida a região entrou em decadência.

Infelizmente, a partir do século XV, a cidade de Silves começou a notar sinais de declínio, perdendo importância. Houve vários fatores, que contribuíram para este desfecho, mas o principal foi o assoreamento do rio Arade, que dantes permitia barcos grandes, sendo agora apenas possível chegar pequenos barcos. Com isto a cidade ficou quase totalmente isolada. Outro fator decisivo foi a passagem do prelado de Silves para Faro, em 1577, levando com ele todas as figuras importantes da época e perdendo o seu valor cultural.

O Algarve também foi severamente afetado pelo Terramoto de 1755, tendo provocado bastantes estragos e deixado em ruínas grande parte do património Histórico. A cidade de Silves foi quase totalmente destruída ficando com uma densidade populacional quase de aldeia. Na altura da reconstrução das principais cidades o centro administrativo foi transferido para Faro, onde permanece.

Mais recentemente a região algarvia também sofreu bastantes danos com o sismo de 1969. Esta região é muito ativa sismicamente por se encontrar perto de um elemento geológico chamado “Banco de Goringe”

Em 1774 o Marquês de Pombal decidiu fundar uma nova cidade, Vila Real de Santo António, completamente de raiz, tendo a mesma estrutura de malha urbana

quadripartida que usou para a reconstrução da Baixa de Lisboa. Esta decisão tinha como objetivo dinamizar a economia da região e controlar o comércio na zona da fronteira com Espanha. Tentou ainda dividir o Algarve em 2 bispados, com o limite situado na Ribeira de Querença sendo um de Faro e o outro de Vila Nova de Portimão não tendo tido sucesso.

Na altura das Invasões Francesas, no início do século XIX, existiram alguns confrontos na região, sendo que a mais conhecida foi a Revolta de Olhão, em 1808. Mais tarde, por altura da Guerra Civil a guerra entre absolutistas e liberais em Silves piorou a situação em que estava, criando uma figura local: o guerrilheiro Absolutista Remexido.

Na 2ª metade do século XIX a cidade, num esforço para não desaparecer do mapa, virou-se para o comércio e indústria de transformação da cortiça, que vinha da Serra e do vizinho Alentejo. Esta nova vertente trouxe uma nova vida a Silves, tornando-a numa cidade operária e industrial e contribuindo para o seu desenvolvimento, aumentando a população e o nº de edifícios. Um edifício que ainda existe desses tempos áureos é a antiga Fabrica de cortiça, que foi convertida num museu, que infelizmente se encontra fechado e em avançado estado de degradação.

Depois da 2ª Guerra Mundial a cidade deixou de focar-se na indústria de cortiça e começou a interessar-se na dos frutos secos. Com a construção da Barragem do Arade, em 1955, a presença de água fez com que o Concelho de Silves se virasse para a produção de citrinos. Atualmente a cidade é conhecida como a “Capital da Laranja”, sendo o maior produtor nacional e exportando.

No resto do Algarve, a economia sempre foi muito virada para a pesca, indústria conserveira, e para a agricultura, pelo que sempre foi uma região rural e periférica. Só nos anos 60 é que se verifica uma grande expansão do turismo, mudando assim a sua estrutura económica e social.

#### **2.4. Caracterização da Oferta Turística do Concelho de Silves**

Como muitos concelhos no Algarve, Silves encontra-se muito focado no Turismo balnear, sobretudo nas zonas costeiras como Armação de Pêra e a Praia Grande de Pêra. Tem procurado diversificar a sua oferta turística tanto ao nível dos meses de Verão como em época baixa, tirando partido do vasto património edificado nas suas localidades mais importantes e promovendo eventos com base nas suas especificidades agrícolas e culturais. Os concelhos vizinhos permitem um leque mais variado de escolhas tanto ao nível A e praias (Lagoa e Albufeira). como também de outros locais turísticos e eventos. (anexo 1.3)

Este concelho é abrangido pela Via Algarviana e pela Ecovia do Algarve. A Via Algarviana permite conhecer o Algarve interior com toda a sua diversidade natural enquanto que a Ecovia acompanha essencialmente o litoral.

## 2.5. Enquadramento PDM

O Plano Diretor Municipal (PDM) do Concelho de Silves é um documento que foi redigido em 1995 e que foi submetido a uma Revisão que, apesar de ter tido luz verde em 2005, apenas iniciou o seu processo em 2010. Este documento teve várias fases com avanços e recuos, sendo de 2ª geração e tendo sido publicado em Diário da República pelo Aviso nº33/21 de 4 de Janeiro. Este documento foi escrito em conformidade com outros planos de reestruturação da região do Algarve, como a renovação das infraestruturas ferroviárias e está disponível no site da Câmara para consulta da população em geral.

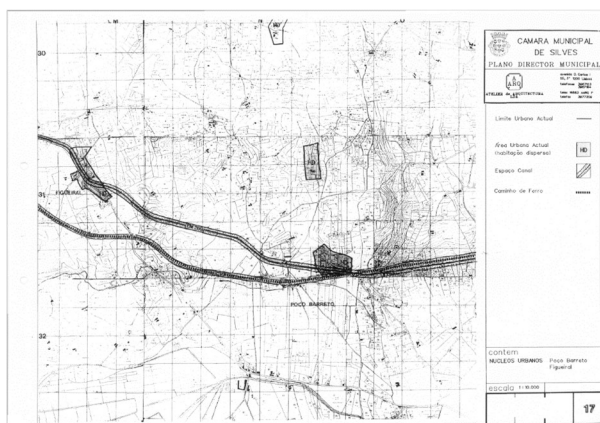


Figura 52 – PDM de Silves- Núcleos Urbanos do Poço Barreto e Figueiral

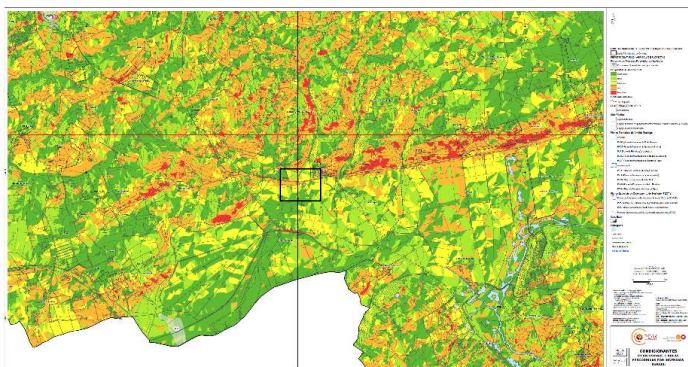
Fonte: PDM de Silves, disponível no Site

## Planta de Ordenamento

O Plano de Ordenamento do Território presente no PDM de Silves refere-se ao concelho em geral, não havendo informação específica sobre a zona da propriedade que se situa em meio rural, junto à aldeia de Poço Barreto tendo no passado já pertencido ao “espaço urbano” da localidade (a localização de uma das placas toponímicas foi alterada há cerca de 3 anos) (Fig.52).

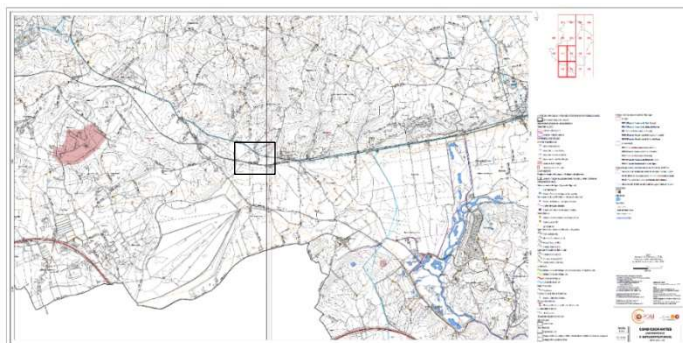
### Plantas de Condicionantes

No PDM de Silves, que se encontra disponível para consulta no site da CMS, estão disponíveis 3 mapas sobre as condicionantes existentes neste Concelho: Recursos Naturais Riscos, Patrimónios e Infraestruturas e Perigosidade de Incêndios Rurais. Uma vez que estes mapas se encontram divididos em 16 secções e a área de intervenção se encontra dividida entre 4 partes, as imagens tiveram de ser adaptadas pela autora (Fig.53, 54 e 55).



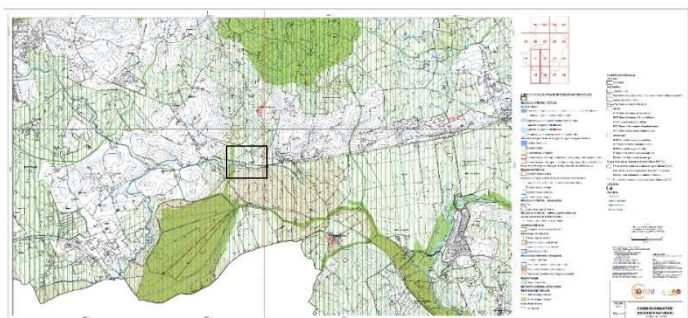
**Figura 53 – Planta de Condicionantes-Património e Infraestruturas, para a área envolvente à Quinta**

Fonte: PDM de Silves, adaptado pela autora



**Figura 54 – Planta de Condicionantes-Risco de Incêndio, na área envolvente à Quinta**

Fonte: PDM de Silves, adaptado pela autora



**Figura 55 – Planta de Condicionantes-Recursos Naturais, na área envolvente à Quinta**

Fonte: PDM de Silves, adaptado pela autora

### 3. CASO DE INTERVENÇÃO

O objeto de estudo de recuperação e valorização consiste numa Quinta constituída por 2 terrenos conjuntos: um misto, onde se encontram os edifícios e um rústico, com cerca de 2 ha. No terreno misto, o edifício maior e mais antigo sofreu algumas alterações ao longo do tempo, mas sabe-se que a parte mais antiga tem cerca de 80 anos. Nos últimos anos estes edifícios têm sido alvo de intervenção de modo a serem reconvertidos em alojamentos de Turismo em Espaço Rural, de modalidade Casa de Campo.

O terreno rústico já teve uma produção de citrinos, mas foi removida e encontra-se atualmente em desuso. Este terreno encontra-se integrado pela Direção Geral de Agricultura (DGA) na Reserva Agrícola Nacional (RAN), o que impossibilita qualquer intervenção que não seja permitida neste tipo de terrenos e que comprometa a qualidade e impermeabilidade dos mesmos.





Figura 57 – Localização geográfica da propriedade no contexto do concelho de Silves.

Fonte: GeoSilves

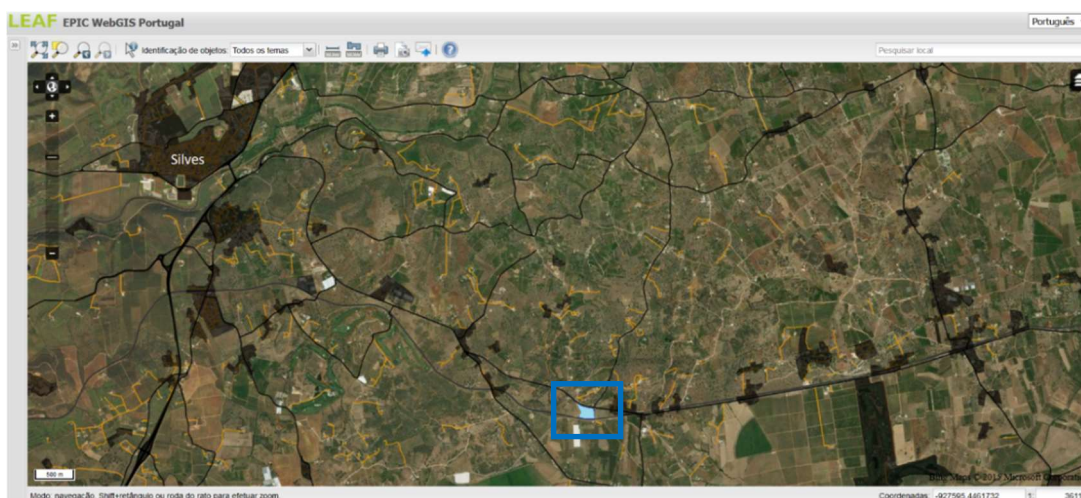


Figura 58 – Relação da distância da Quinta com a cidade de Silves

Fonte: GeoSilves



Figura 59 - Localização da Quinta e os seus limites.

Fonte: GeoSilves



Figura 60 – Delimitação da Quinta.

Fonte: GoogleMaps e Autora

### 3.2. Enquadramento histórico da Quinta

Estima-se que os terrenos (o da casa e o adjacente) existam desde meados do século XIX, porque existe uma secção curta que se encontra do outro lado da linha do comboio o que mostra que esta, aquando da sua construção, tenha dividido a propriedade. Um dos aspetos que evidencia este caso é o facto de haver um furo pertencente à propriedade que se encontra do outro lado da linha. Estas duas propriedades não pertenceram sempre à família, foram adquiridas em duas alturas diferentes sendo que a primeira foi a do atual edifício, que na altura era apenas constituído pela casa velha (que ainda tem características próprias como as paredes bastantes grossas)

O terreno e a casa foram comprados pelo meu bisavô Inácio Carrasquinho, pelo que nessa altura só havia a parte mais antiga. O meu bisavô tinha 7 filhos: 5 rapazes e 2 raparigas, sendo que o meu avô era o 3º. Pouco tempo depois, nos anos 40, o edifício foi expandido tendo sido acrescentada uma parte nova, com características de arquitetura típica Algarvia, conhecida entre a família como a casa “cor-de-rosa”. Houve muitos elementos da família que nasceram já nessa casa, sendo que a 1ª foi a minha tia-avó Inácia, mas também primos, e a minha tia Isabel.

A estrutura do edificado era semelhante, como mostra a figura, com traços típicos da região, com uma açoteia que servia para recolher água para a cisterna, e para secagem de fruta, pelo que não era facilmente acessível. Em frente à casa existe uma eira onde antigamente, todos os anos, se fazia a desfolhada.

Mais tarde, ainda o meu bisavô era vivo, todo o edifício, incluindo a “parte cor-de-rosa” foi doado a 3 dos seus filhos. Um deles foi o meu avô João. Para que fosse justamente repartida entre os irmãos a casa foi dividida em 3 partes tendo sido

construídas paredes a dividir e, a partir do corredor fizeram 2 casas de banho. Mais tarde o meu avô comprou as partes dos 2 irmãos, mas manteve a mesma estrutura para poder alugar cada apartamento. Remodelou ainda a zona mais antiga, onde havia uns armazéns, uma cozinha e uma casa de banho muito antiga, um quarto e também a casa do caseiro. Dele fez mais 2 apartamentos.

Em 1983 foi acrescentado um 1º andar aproveitando a zona dos antigos currais, que era ligeiramente mais alta do que a casa “cor-de-rosa”, tendo feito 2 apartamentos.

O primeiro foi construído parcialmente acima da “casa cor-de-rosa” cujo teto antigo que ainda estava visível em ambas casas de banho, foi rebaixado, de modo a ser aproveitada a canalização para fazer uma casa-de-banho por cima. Este apartamento tem acesso por umas escadas exteriores e acesso, a partir da cozinha, ao terraço (antiga açoteia e telhado da “casa cor-de-rosa”). O 2º apartamento é a “casa da varanda”, situado na zona mais antiga, por cima da casa do caseiro, cujo acesso é entre as duas entradas dos apartamentos térreos.

Nos anos 90 o meu avô decidiu comprar ainda a propriedade adjacente, que na altura tinha uma plantação de laranjeiras. No final dessa década o meu avô chegou a ter um projeto de laranjal na propriedade adjacente, mas morreu sem que o pudesse concretizar. Os terrenos e o espaço do logradouro foram deixados ao abandono porque as herdeiras viviam em Lisboa e era inviável ter um projeto de exploração agrícola a “300 km de distância”. No entanto sempre foi do interesse que a casa se mantivesse na família e que fosse recuperada, para usufruto nas férias.

Houve também algumas remodelações na zona do logradouro. A zona, ao fundo, dos “antigos galinheiros” foi fechada para criar arrecadações para proteger alfaias agrícolas, assim como mobiliário e ferramentas de jardim. Foi cimentada a zona junto à parte mais antiga, criado um caminho de acesso da eira até às fossas para a passagem de veículos e, com ajuda da filha da caseira, que era jardineira, foi criado um pequeno espaço ajardinado. Com o tempo este espaço degradou-se um pouco.

Na 2ª década do século XXI foram feitas as partilhas, tendo a minha mãe ficado com esta propriedade e a anexa. Agora já era possível recuperar o edifício e as zonas envolventes. Infelizmente grande parte do edifício encontrava-se ilegal, pelo que antes de fazer as remodelações era preciso legalizar. Sendo a propriedade A um prédio misto, a área de construção excedia em muito a permitida por lei. Assim, em alternativa à demolição do excesso de construção a Câmara Municipal de Silves propôs que alguns dos alojamentos fossem destinados a atividade turística, o que foi acolhido e que levou à execução de um projeto de arquitetura, que foi aprovado pela mesma Câmara, tendo as obras começado em Janeiro de 2018.

Esta intervenção tem decorrido em 3 fases distintas, sendo que a 1ª consistiu em devolver à casa velha (casa “cor-de-rosa”) o seu traçado inicial, antes da divisão em 3. Por sua vez a 2ª fase correspondeu à conversão do antigo tanque de rega, situado na propriedade B numa piscina e a fase 3, que se encontra em execução, à remodelação dos edifícios para que estejam de acordo com as normas definidas por lei para a modalidade de turismo a implementar.

### 3.3. Modalidade de oferta a implementar

A atividade principal deste Quinta, definida em Projeto de Intervenção de Arquitetura aprovado na Câmara Municipal de Silves é a de Turismo no Espaço Rural, cuja modalidade é a de Casa de Campo, sendo a tipologia de alojamento a mais adequada. Este estabelecimento turístico tem dois edifícios diferentes: o edifício A, que é o principal, com 1 piso térreo e um 1º andar e o edifício B que tem apenas um piso.

O edifício A, o mais antigo, tendo sido definido como principal, tem 2 secções com traços diferentes mas característicos da região:

A parte “Cor-de-rosa” de traços arquitetónicos típicos das casas senhoriais algarvias, que tem um só piso, tem uma fachada pintada de cor-de-rosa, com as molduras da porta e janelas e o friso de cima em creme. Por cima tem a típica açoteia e chaminés algarvias.

A secção restante é mais simples e mais recente, mas com alguns traços algarvios. Está pintada de branco e as janelas e portas têm uma moldura pintada com uma cor diferente (que neste caso, por escolha da arquiteta, é o branco e cinzento).

Este edifício, de traço mais antigo, para além de conter o alojamento da família, vai integrar também uma zona de exposição de automóveis em miniatura e mais 4 apartamentos, sendo que 2 se encontram ao nível do chão e os outros 2, que se destinam a alojamento turístico, são no 1º andar (Fig. 61).



Figura 61 – Edifício Principal-fachadas

Fonte: Autora, 2022

O edifício B, foi reconstruído recentemente a partir de umas antigas garagens e vai albergar a Recepção e um Apartamento com tipologia T1 que foi chamado de “Chalet”, por ter um teto em travessas de madeira (Fig.62).



**Figura 62 –  
“Chalet” (Edifício B)**

Fonte: Autora, 2022

No total são 3 tipos diferentes de Unidades de Alojamento, que vão ser caracterizadas. Os esquemas das plantas do edifício principal estão no Anexo 1.1.

#### 1º Tipo: Apartamentos do Rés-do-Chão.

Dois apartamentos, ambos de tipologia T2, uma casa de banho com banheira. Em ambos os casos a cozinha, independente da sala, foi modernizada e encontra-se totalmente equipada. Entra-se pela sala e tem-se acesso direto à zona do logradouro através da cozinha com um varandim de acesso.

#### 2º Tipo: Apartamentos do 1º Andar

Dois apartamentos, também com tipologia T2, com casa de banho e cozinha independente da sala, totalmente equipadas. Em ambos os casos, a água quente é assegurada por painéis solares térmicos situados na açoteia e no telhado. Neste caso têm características diferentes:

- O apartamento 2A tem uma casa de banho equipada com banheira. A cozinha também se encontra totalmente remodelada. O apartamento tem também acesso ao terraço através de umas escadas interiores. O acesso ao apartamento é feito por um lanço de escadas exterior.

- O apartamento 2B tem uma casa de banho equipada com duche, e a cozinha está modernizada e atualizada. O apartamento tem uma varanda, dirigida para a zona do logradouro, situada a um nível um pouco abaixo do terraço por estar numa secção da casa mais recente. O acesso ao apartamento é feito por umas escadas interiores, cuja porta se encontra entre as 2 portas dos apartamentos de baixo.

3º Tipo: Conversão do edifício das garagens para um apartamento feito quase de raiz. Trata-se de um apartamento de tipologia T1, com a cozinha e a sala juntas, tendo também um quarto em separado.

O alojamento dos proprietários é a “parte cor-de-rosa”, que se trata de uma secção do edifício com traços típicos das casas senhoriais antigas algarvias. Foi totalmente remodelada, tendo agora uma planta muito próxima da original.

### **Análise SWOT**

#### Pontos fortes

- A sua localização relativamente central no Algarve permite um rápido acesso a qualquer ponto da região, o que é ótimo para o turismo.

- Situa-se a 5 km de Silves e a 10 km de Armação de Pêra, o que permite que o cliente possa ir rapidamente à cidade e à praia sempre que quiser.

- O edificado goza de uma magnífica paisagem sobre uma grande extensão agrícola constituída essencialmente por pomares de citrinos.

#### Pontos fracos

- Como se trata de uma zona protegida pela RAN estão proibidas quaisquer intervenções na Propriedade B que comprometam a qualidade do solo, incluindo a impermeabilização causada por construção e pavimentações.

#### Oportunidades

- A construção de um “Retail Park” em Alcantarilha com várias lojas e um supermercado vai trazer uma “nova vida” à zona.

- A eletrificação da linha do Algarve vai permitir o acesso mais rápido, cómodo e seguro dos turistas a diferentes pontos do Algarve.

#### Ameaças

- A velocidade dos comboios vai aumentar trazendo mais ruído ao local.

- Ainda relacionado com a recuperação da linha do Algarve em particular com a supressão da Passagem de nível situada no meio da localidade de Poço Barreto está prevista a construção de um acesso aéreo através de uma ponte que poderá alterar parte da paisagem a Este.

### **3.4. Plano de Proposta de atividades Turísticas**

Para além da função de alojamento presente no TER e todas as funções ligadas diretamente a ele, existem outras atividades e negócios que vão acontecer dentro da Quinta, tanto dentro dos edifícios como em toda a propriedade.

## Atividades de interior

No edifício principal, mais precisamente na zona Norte do apartamento dos proprietários, haverá duas salas de exposição com uma vasta coleção de automóveis em miniatura (Fig.63).



**Figura 63 – Exposição do automóvel em miniatura**

Fonte: Autora

Na receção, localizada ao lado do “Chalet”, para além de ser o local onde os hóspedes são recebidos, vai poder também albergar um atelier de Arquitetura Paisagista e de Artes. Neste local poderá haver comércio de produtos da terra, como fruta ou compotas, doces, etc. produtos de artesanato e produtos artísticos como pinturas, etc. Neste local também poderão ser feitas algumas atividades artísticas com crianças.

## Atividades ao ar livre

Tanto na zona de logradouro como na propriedade adjacente os espaços verdes vão estar preparados para receber diversas atividades de lazer e educativas, (com equipamento para proteção das condições meteorológicas). Para estes eventos existem dois espaços definidos em projeto e destinados para este fim: o logradouro do edifício principal, onde se situam os socalcos, entre o muro de limite e a figueira e a zona contígua à piscina, situada na propriedade adjacente. A zona dos socalcos pode funcionar como um anfiteatro natural onde as pessoas se podem sentar e assistir, na zona mais baixa, junto à bordadura de vegetação, a um concerto, teatro, ou, com auxílio de uma tela, a um desporto ou filme. Na área destinada a refeições, situada à esquerda, junto ao muro, vai ter uma bancada com Barbecue disponível para os hóspedes

Na propriedade adjacente podem-se fazer várias atividades, tanto na zona junto à piscina como em toda a extensão de terreno.

A zona junto à piscina vai ser um extenso relvado dividido em duas zonas de socalco (para vencer o desnível) e protegido por uma cerca à volta tendo várias entradas com porta. Esta zona, vai servir sobretudo para colocar algum equipamento como

espreguiçadeiras e chaise-longue para as pessoas que utilizarem a piscina. No entanto vai também estar preparada para receber diversos eventos como festas variadas, que podem ser simples, religiosas ou temáticas a realizar sobretudo no verão, mas também nos outros meses, com o recurso a um toldo ou uma lona. Num espaço reservado junto à cerca pode ser colocado um pavimento amovível (para não danificar a qualidade do solo), e um apoio de jardim com bar para fornecer aos clientes uma bebida refrescante. Ao lado pode ser colocado um pequeno palco (também amovível) para concertos ou karaoke, ou simplesmente uma tela com projetor para se verem filmes ou desporto. Todo o local vai ser devidamente iluminado para que haja segurança e, quando não estiver a ser utilizada, a piscina vai ser tapada para que não haja perigo de acidentes. No soalco inferior vai haver um pequeno parque infantil, protegido com uma rede. O pavimento tem de estar segundo as atuais regras de proteção para este tipo de espaços, mas tem de ser permeável para não comprometer a qualidade do solo.

Tal como vai ser explicado, na memória descritiva, vai ser criado um percurso pedonal que vai acompanhar os limites da propriedade adjacente com pequenas bolsas de estadia/descanso. Cada um desses espaços retangulares vai ter um equipamento de manutenção física (daqueles que atualmente existem nos parques e jardins) para a pessoa treinar ou simplesmente usufruir, havendo também um banco, uma pequena escultura ou um pequeno elemento de água. Nos alvéolos existentes nessa zona, para além de algum equipamento físico, vai haver bancos, camas-baloiço e outros elementos decorativos onde a pessoa se pode sentar ou deitar e deliciar-se com a paisagem.

#### **4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Este projeto apareceu como uma solução de recuperação de uma propriedade que se encontra na família há muitas gerações e que carece de um projeto interventivo. Uma vez que todo o espaço interior vai ser convertido num estabelecimento turístico é de esperar que todo o exterior siga o mesmo propósito, de modo a melhorar a qualidade da estadia dos hóspedes. Esta Reconversão será uma mais-valia para a região e para Silves, uma vez que o Concelho carece de oferta turística diversificada, especialmente do tipo rural.

Por esta razão foi elaborada esta proposta de Recuperação das duas áreas que compõem a propriedade. Tal como referi anteriormente este projeto abrange 2 áreas contíguas: a propriedade onde se situa o edificado e a Propriedade adjacente, com 2 ha (Fig.64).



Figura 64 – Área de Intervenção

Fonte: (GoogleMaps/GeoSilves, 2020)

#### 4.1. Caracterização atual da Quinta

##### Propriedade A

A propriedade 1 consiste em toda a área envolvente aos edifícios, desde a atual entrada principal até ao muro de limite sul, junto à linha. Numa análise detalhada podemos identificar algumas áreas distintas como, por exemplo, o “corredor” entre o edifício principal e as antigas garagens que foram convertidas na receção e num apartamento, o “triângulo”, junto à entrada principal, a Eira e o logradouro, entre o edifício e o muro junto à linha de comboio (Fig. 65).



Figura 65 – Secções da Propriedade A

Fonte: GoogleMaps

Este “triângulo” encontra-se atualmente em desuso, havendo crescimento de vegetação desorganizada, apesar de ter grande potencial. O “corredor” é usado atualmente sobretudo para estacionamento de automóveis, que não têm outro espaço disponível para o efeito (Fig.66). Muitas vezes o estacionamento estende-se até à Eira, ficando o espaço completamente cheio. A Eira, muito antiga, é um espaço muito

estimado, pelo peso que tem na memória da família. Era nesse local que, em meados do século passado, as pessoas do campo se juntavam para conviver depois das colheitas, para fazer a desfolhada. Atualmente a eira existente na propriedade continua bem preservada, apesar de haver zonas que foram abatidas devido ao peso dos carros, que acabam por acumular água e de ser muitas vezes invadida por vegetação (Fig. 67).



**Figura 66 – Imagens do “Triângulo” e “Corredor” no seu estado actual**

Fonte: Autora



**Figura 67 – Imagens da Eira, atualmente**

Fonte: Autora

A zona do logradouro, situada atrás do edifício principal, mas com acesso livre a qualquer visitante da propriedade, já teve pequenas intervenções no passado. No entanto, devido à falta de manutenção periódica, a vegetação que foi colocada no final encontra-se descuidada e a crescer sem controlo. Os elementos construídos como caminhos, muros, entre outros foram parcialmente destruídos pelas obras relacionadas com o edificado, mas são de fácil recuperação (Fig. 68).

Devido ao excesso de área impermeabilizada no terreno dos edifícios (que por ser um terreno misto tem de ter só uma certa percentagem edificada) não foi autorizada pela CM de Silves a construção da piscina em frente à casa.



**Figura 68 – Imagens do Logradouro, no seu estado atual**

Fonte: Autora

### **Propriedade B**

A propriedade B, também conhecida como a propriedade adjacente, foi adquirida posteriormente ao terreno dos edifícios e consiste num terreno classificado como rustico. Trata-se de um terreno classificado como sendo rústico com cerca de 2 ha de área que apesar de se encontrar atualmente ao abandono, foi em tempos preparado para ser um pomar de citrinos. Devido ao falecimento do anterior proprietário o projeto não foi avante. Este terreno encontra-se limitado a norte pela N266, a sul pela linha de comboio, a oeste pela propriedade A e respetivo caminho de acesso e, por fim, a este por um caminho pedonal (Fig. 69).

Como o terreno, está inserido na RAN como sendo de elevado valor, é estritamente proibido a utilização de outra atividade sem ser a agrícola. Isto significa que não se pode construir nem fazer nada que comprometa a sua permeabilidade. Apesar das limitações é possível criar um espaço de recreio que permita aos hóspedes o seu usufruto, desde que seja natural e que não tenha elementos artificiais. Uma vez que vai ser implementado no local um estabelecimento de Turismo em Espaço Rural é do interesse dos proprietários que toda a propriedade seja o mais natural possível e amiga do ambiente.

A piscina não pôde ser construída na propriedade A por ultrapassar a percentagem de terreno impermeabilizado, mas, por existir um antigo tanque de rega nesta propriedade, foi possível a sua construção no lugar do mesmo, desde que não se ultrapassasse a sua área de implantação (Fig.70).



**Figura 69 – Imagens da Propriedade B, no seu estado atual**

Fonte: Autora



**Figura 70 – Tanque de rega antes e depois da Intervenção**

Fonte: Autora

## **4.2. Descrição da Proposta**

### **Zonamento**

A Proposta de intervenção divide-se em 2 zonas distintas: A propriedade A, onde se encontram os edifícios e a propriedade B, onde se encontra atualmente a piscina e também onde vão ser instalados os equipamentos mais importantes de lazer e exercício.

No fundo o objetivo é criar um espaço onde não só os hóspedes, mas também outros turistas que queira visitar o espaço se sintam à vontade e que tenham uma experiência que possam depois recordar. A transferência das atividades mais importantes para longe dos edifícios vai permitir que os hóspedes possam descansar com mais tranquilidade e desfrutar da natureza e da calma que o local oferece. O Plano Geral encontra-se no Anexo 2- Peça 1a.

## **Propriedade A**

Esta área pode ser dividida em 2 partes: A entrada da propriedade A e respetivo estacionamento e a zona do logradouro.

A primeira zona, mais a norte, é também a mais crítica, pelo que é proposta uma estruturação desta zona, resolvendo o problema do excesso de carros estacionados, de modo a devolver a zona aos utentes. O estacionamento vai desaparecer da zona junto às casas, salvo alguns casos como festas e outras atividades coletivas. O estacionamento vai ser exclusivo à zona do “triângulo”, confinado ao limite junto ao muro com a propriedade adjacente e aos alvéolos definidos. A zona do “corredor” vai ter um pavimento próprio e confortável para estadia, com algum mobiliário urbano que possa ser facilmente removida, porque vai estar preparado para que, caso haja alguma urgência, possa ser acedido pelos bombeiros ou ambulância. Este espaço vai estar envolvido em vegetação arbóreo-arbustiva que possa criar um ambiente mais agradável aos hóspedes. Este “corredor” vai estender-se até ao largo da piscina, já na propriedade B, de modo a criar um espaço contínuo e fluido que ligue as 2 propriedades.

A zona do “triângulo” vai ser dividida em 2 zonas, a parte mais a norte de estacionamento, junto à entrada principal da Quinta, e a zona junto às garagens vai ser uma zona de horta com pomar, onde tanto os proprietários como os hóspedes vão poder visitar e colher alguns frutos e produtos hortícolas. Esta zona vai ser rodeada de vegetação arbóreo-arbustiva.

A Eira, devido á sua importância histórica na propriedade, vai ser preservada, havendo o mínimo de intervenção possível para esta zona que possa comprometer o estado de conservação da mesma. Sendo assim haverá apenas vegetação arbóreo-arbustiva à volta que possa evidenciar a Eira.

## **Logradouro**

A zona do logradouro já foi sujeira a algumas intervenções antigas que tornaram o espaço mais agradável. No entanto, tal como foi dito anteriormente as obras ocorridas nos últimos anos e a falta de manutenção provocaram uma deterioração do espaço. Nesta proposta o objetivo é a manutenção do zonamento que já existe no local, recuperando todos os elementos construídos e vegetais que se encontram em mau estado de conservação.

No entanto, de modo a criar um espaço mais fluido vão ser feitas pequenas alterações pontuais. O murete superior vai ser prolongado até ao “quadrado” de relva, acompanhando o caminho e vai ser criada também uma ligação à zona inferior através de um caminho com degraus junto aos socalcos.

Estes socalcos vão ter uma nova função, sendo removida a vegetação arbustiva no 2º socalco, que se encontra em mau estado passando a ser relvada, de modo a ser utilizada como um anfiteatro natural. A zona do fundo, junto ao limite sul do logradouro pode servir como palco para espetáculos e concertos e, com recurso a uma tela e projetor, uma sessão de cinema.

Junto ao muro oriental, anexo à propriedade adjacente, vai ser instalada uma zona de refeições ao ar livre, composta com uma bancada com barbecue, com um pavimento próprio em deck verdadeiro ou uma imitação fiel, para se poderem colocar algumas mesas e cadeiras. Esta zona vai ter vários percursos, uns com degraus e outros com rampas e que vão ligar as várias zonas e facilitar a circulação entre elas. O pavimento escolhido foi retirado de dentro da casa, aquando da remodelação, sendo composto por mosaicos antigos e típicos portugueses.

Em termos de vegetação a zona limite do logradouro foi envolvida por uma orla arbustiva, sobretudo autóctone, mantendo o que já existia e reforçando as zonas, de modo a ficarem bem delimitadas.

## **Propriedade B**

A propriedade B, que se encontra atualmente em desuso, tem um grande potencial devido também à sua vasta área (2 ha).

Em primeiro lugar grande parte dessa área vai ser usada para produção de citrinos, como tinha sido definido desde a sua aquisição. Neste caso vai ser pedido um apoio por parte da Direção Geral de Agricultura em termos de aconselhamento sobre a escolha da espécie mais adequada, assim como de algum apoio financeiro, nacional ou europeu.

Outro elemento que também já foi decidido para este local foi a construção da Piscina na zona do antigo tanque de rega pelas razões já descritas acima. Para combater o desnível presente nesta zona vai ser feita uma modelação do terreno para que a área em redor da piscina tenha um declive muito baixo. Para isso vão ser construídos dois muros de suporte na zona sul, e a área de apoio vai também ser dividida em 2, sendo que no piso de baixo vai também ter um Parque Infantil. Estas duas secções vão ser relvadas e delimitadas com uma cerca e uma bordadura arbóreo-arbustiva para haver uma ligeira sombra parcial. Em algumas ocasiões esta zona poderá ser usada para eventos diversos, sendo a piscina tapada por questões de segurança.

Por fim ao longo do limite de dentro do terreno vai ser proposto um percurso pedestre ou ciclável, em saibro ou gravilha, com alguns alvéolos onde o cliente poderá descansar ou fazer exercício físico. Entre o caminho e os limites a propriedade existirá uma bordadura arbóreo-arbustiva, que varia de tamanho dependendo da zona. Uma vez que se trata de uma propriedade inserida numa região muito quente é importante que tenha

uma boa quantidade de espécies arbóreas que resistam ao calor e que tenham uma boa área de copa, que possa dar sombra aos visitantes do local. Este percurso está dividido em 2 partes: a primeira, que percorre o limite oeste e norte da propriedade e a 2, que percorre o limite Este e Sul do terreno.

A primeira zona, situada nos limites junto à estrada N269, consiste numa secção que não oferece nenhuma mais-valia em relação ao exterior, devido à presença de carros que provocam um aumento da poluição simples, sonora e visual. Sendo assim, de forma a haver privacidade e que as pessoas não sejam sujeitas aos efeitos exteriores referidos anteriormente, vai ser proposta, juntamente com a bordadura arbustiva, uma faixa de trepadeiras. Esta faixa vegetal natural vai criar uma barreira sonora e visual.

A zona vai ter alvéolos equipados, sobretudo, com equipamento de atividade física (1 por cada), podendo também ter outros tipos de mobiliário como bancos naturais ou pequenos elementos de água.

A segunda zona, mais baixa e virada a Sul e Este, tem uma grande qualidade visual, com uma paisagem mista que se estende por muitos quilómetros. Uma vez que se vai querer preservar a paisagem e não existe a poluição descrita na zona anterior a barreira vegetal vai ser reduzida havendo apenas uma bordadura com o máximo de 1m de altura, pontuada por algumas árvores. Estas árvores apesar de em menor número, serão importantes para a proteção contra o sol e o calor que se faz sentir nos meses de verão. A secção a Sul vai ter alvéolos com uma função diferente. Aqui o objetivo é permitir que o cliente pare e desfrute da paisagem colocando-se sobretudo mobiliário de repouso, como bancos, cadeiras de balouço ou sofás rústicos.

Na zona mais ocidental, junto ao muro de suporte vai ser construída uma zona de refeições (piquenique) e a secção do muro que se encontra derrubada, vai ser reconstruída.

## **Vegetação**

### **1- Árvores**

As árvores propostas vão ser divididas em 3 categorias, segundo a sua finalidade. São elas: as Árvores Ornamentais, Pomar e Produção. Os Planos de Plantação das Árvores encontram-se no Anexo 2, Planta 8a.

As árvores ornamentais têm como finalidade o melhoramento do espaço exterior do ponto de vista estético e ambiental, criando não só um espaço atrativo, e agradável como também um espaço confortável que ofereça a sombra necessária para que se possa usufruir do espaço durante os verões quentes do Algarve. Sendo assim foram escolhidas espécies que estivessem adaptadas ao nosso clima e que, por isso, não

precisem de muita água e que tivessem uma copa larga de modo a que pudessem oferecer uma boa sombra.

Os exemplares arbóreos deverão apresentar um PAP mínimo com 12/14 e a condução dos exemplares arbóreos deverá ser efetuada recorrendo à instalação de tutoragem em tripeça. Os tutores serão aplicados e cravados no terreno natural, bem fixos e a prumo, numa posição quase central na caldeira, antes do enchimento da cova com a terra fertilizada, tendo em atenção os ventos dominantes de forma a minimizar os riscos de formação de feridas. Preferencialmente dever-se-ão colocar tutores em tripeça formando triângulo em cujo centro será plantada a árvore.

As árvores do pomar vão ser colocadas junto à horta, de modo a que possam ser acessíveis a todos os visitantes. As espécies escolhidas são de espécies que possam ser apreciadas por todos.

Por fim, a espécie definida para a produção agrícola situada na propriedade adjacente, tem como finalidade o comércio e a indústria de fruta e sumos, sendo que o produto vai ser vendido a uma empresa exterior, tal como já ocorre com muitos produtores agrícolas da região.

<b>Árvores ornamentais</b>	
<i>Acer sp. (A. negundo; A. pseudoplatanus)</i>	<i>Melia azedarach</i>
<i>Celtis australis (Lódão-Bastardo)</i>	<i>Prunus dulcis (Amendoeira)</i>
<i>Ceratonia siliqua (Alfarrobeira)</i>	<i>Tilia sp. (T. tomentosa; T. platyphillos)</i>
<i>Grevilea robusta</i>	<i>Tipuana tipu</i>
<i>Ligudtrum lucidum</i>	
<i>Liquidambar styraciflua</i>	

<b>Zona de Pomar</b>	
<i>Citrus limon (Limoeiro)</i>	<i>Persea americana (Abacateiro)</i>
<i>Eryobotria japonica (Nespereira)</i>	<i>Pyrus communis (Pereira)</i>
<i>Malus domestica (Macieira)</i>	<i>Punica granatum (romãzeira)</i>

Zona de Produção

- *Citrus sinensis*

## 2- Arbustos

Os arbustos vão ser divididos em 3 categorias, de acordo com o seu tamanho e diâmetro. Dependendo da categoria onde se vão inserir vão ser colocados em zonas mais amplas ou em faixas mais curtas. Os arbustos do tipo A, mais pequenos, com um diâmetro máximo de 60cm, vão ser colocados em faixas arbustivas estreitas e na 1ª fila das bordaduras arbustivas. Os arbustos do tipo B, de tamanho intermédio, vão ser colocados junto a muros ou nos limites, de modo a criar uma barreira parcial entre o interior e o exterior e também a meio ou no fundo das bordaduras. Por fim os arbustos do tipo C, mais altos e com dimensões que se aproximam de pequenas árvores, vão ser colocados em locais pontuais, em zona onde a bordadura seja ampla e que haja a necessidade de reduzir a vista.

Nas zonas junto ao limite Norte da Propriedade B, que tem contacto direto com a estrada N269 e, conseqüentemente, com poluição geral, sonora e visual vai ser proposta a cobertura da cerca metálica limítrofe com trepadeiras que criarão uma barreira sonora e visual agradável tanto aos visitantes como aos que passem do lado de fora. Os Planos de Plantação de arbustos encontram-se no anexo 2- Plantas 8b-g.

### Tipo 1:

- *Cotoneaster horizontalis*\*
- *Rosmarinus officinalis*\* (Alecrim)
- *Teucrium fruticans*\*

Tipo 2:	
- <i>Coronilla valentina ssp. glauca</i>	- <i>Myrtus communis</i> * (Murta)
- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	- <i>Philadelphus coronarius</i> *
- ( <i>Chamaenomeles japonica</i> )	- <i>Rosmarinus officinalis</i> * (Alecrim)
- <i>Crataegus monogyna</i> *	- <i>Teucrium fruticans</i> *
- <i>Lavandula angustifolia</i> * (Alfazema)	- <i>Viburnum tinus</i> *

Tipo 3:	
- <i>Arbutus unedo</i> (Medronheiro)	- <i>Philadelphus coronarius</i> *
- <i>Crataegus monogyna</i> *	- <i>Spiraea cantoniensis</i> (Sempre-noivas)
- <i>Lavandula angustifolia</i> * (Alfazema)	- <i>Sambucus nigra</i> (Sabugueiro)
- <i>Myrtus communis</i> * (Murta)	

<b>Trepadeiras</b>	
- <i>Bougainvillea glabra</i>	- <i>Parthenocissus sp. (P. tricuspidata e P. quinquefolia)</i>
- <i>Ficus repens</i>	
- <i>Hedera helix (Hera)</i>	- <i>Passiflora edulis (Maracujazeiro)</i>
- <i>Jasminum mesnyi</i>	- <i>Tacoma capensis</i>
- <i>Lonicera japonica (Madressilva)</i>	- <i>Wisteria sinensis</i>

Notas sobre a Plantação de Arbustos e Trepadeiras:

A plantação deve ser feita alternada, com uma rotação entre as várias espécies presentes na lista, fazendo uma mistura variada e respeitando as quantidades propostas no plano de plantação. Não devem ser postos 2 exemplares da mesma espécie juntos.

### **Mobiliário Urbano**

Neste projeto todo o mobiliário urbano foi pensado do ponto de vista sustentável e versátil, de modo a criar novas zonas de estadia numa propriedade que apresenta uma grande carência deles. Nestas zonas de estadia os equipamentos poderão ser usados tanto pelos hóspedes como por visitantes da Quinta, estando divididos em várias categorias distintas Bancos de Jardim, Papeleiras, Manutenção física e Abrigos.

#### 1- Bancos de Jardim e outros

Como em qualquer espaço de recreio e estadia, não podem faltar locais onde o cliente se possa sentar para usufruir do espaço e contemplar o ambiente à sua volta. Nesta propriedade este mobiliário vai ser colocado em zonas essenciais, como o espaço entre edifícios e logradouro e noutras zonas onde se possa desfrutar do melhor que a propriedade tenha. É o caso do percurso pedonal e dos respetivos alvéolos onde, na zona Este e Sul se pode contemplar a vista desafogada sobre o vale e também ver passar o comboio. Na zona mais oriental vai ser criado um espaço de refeições onde serão colocadas várias mesas de piquenique.

#### 2- Papeleiras

A qualidade do meio ambiente é muito importante para este projeto, como seria de esperar num espaço exterior junto a um estabelecimento de Turismo em Espaço Rural. Sendo assim foram escolhidos vários tipos de papeleiras, conforme as especificações de cada zona. Em primeiro lugar, na zona junto aos edifícios, logradouro e piquenique, que vão ter um tipo de lixo mais urbano e que vão ser mais utilizados, vão ser colocados papeleiras urbanas com cinzeiro e, em alguns casos, reciclagem. As zonas ao longo do

caminho pedonal vão ser mais simples, de maiores dimensões, mas também com cinzeiro.

### 3- Mobiliário de Manutenção física.

Este tipo de mobiliário é cada vez mais usado em espaços verdes, e existem cada vez mais pessoas a aderir ao exercício ao ar livre. Desde o início deste projecto que foi decidido usar algum deste equipamento tanto para o uso dos proprietários como também pelos hóspedes e clientes. Vão ser colocados em alguns alvéolos, sobretudo nos da zona Norte onde uma parede verde vai criar um ambiente acolhedor e ao abrigo dos carros e poluição.

### 4- Abrigos adaptados para zonas de estadia e outros

Em alguns alvéolos, sobretudo os situados mais a sul, junto à linha ferroviária, mas também a Este vão ser colocados abrigos de madeira, adaptados de abrigos já existentes e disponíveis para compra em lojas de bricolage e jardim, com assentos e almofadas para as pessoas se sentarem para contemplação da paisagem ou para ler um livro. Neste projecto são propostos 3 modelos diferentes, todos em madeira e modificados com um tampo de madeira, como mostram as figuras. Para além destes abrigos vai também ser propostas 2 cadeiras de balouço para a zona junto à piscina e virados para sul para contemplação da paisagem. Estes 2 equipamentos não vão ser alvos de modificação e poderão ser comprados posteriormente em qualquer lugar, estando ao critério dos proprietários (Fig.71).



Figura 71 – Proposta de Tipos de Abrigos Adaptados

Fonte: Autor

### 5- Parque Infantil

No patamar inferior da zona da piscina, vai ser colocado um parque infantil simples e devidamente vedado para as crianças brincarem com segurança, tendo apenas um balouço com 2 lugares, um escorrega e uma casinha de brincadeiras. Por sua vez o chão vai ser forrado com um pavimento em borracha com várias camadas do Modelo “ChildsPlay” da marca “Playplanet”. Decidiu-se escolher este local porque apesar de não ser possível colocá-lo na propriedade principal por não haver espaço; esta 2ª

escolha encontra-se perto dos edifícios e oferece a segurança necessária longe de carros e protegido da piscina por um muro de socalco.

Os Planos de localização do Mobiliário urbano encontra-se no Anexo 2- Peça 11 a e b.

### **Drenagem de Águas Pluviais**

Para este projeto vai efetuar-se apenas um estudo de drenagem superficial, prevendo esquematicamente o percurso que a água vai fazer e as zonas onde vai haver acumulação.

Vai ser promovida a infiltração de água no solo nas zonas verdes com a plantação de arbustos de vários tamanhos, sobretudo nas zonas mais inclinadas, de modo a enriquecer também a quantidade de matéria orgânica no solo existente no local e melhorando a sua qualidade. Nas zonas mais baixas vão haver zonas de acumulação/retenção de água, que também vão ser densamente plantadas de modo a reter a maior quantidade de água possível para que ela não saia para fora da propriedade e seja desperdiçada.

Nas áreas em que não exista infiltração direta de água no solo, ou a capacidade de campo chegue ao limite propõem-se o aproveitamento das águas pluviais para rega dos espaços verdes propostos, através da condução das mesmas em depósitos de recolha para posterior reutilização.

Na proposta o sistema de drenagem deverá ser eficiente, de modo a eliminar o excesso de água nas zonas pavimentadas, sendo que as áreas pavimentadas serão drenadas por escoamento superficial das águas pluviais – garantindo uma inclinação mínima de 1,5%., que serão encaminhadas através de caleiras de drenagem. O esquema de caleiras e de direção da drenagem encontra-se na Peça desenhada Nº 4 (Anexo 2).

### **Sistema de Rega**

Neste projeto vai ser feito apenas um estudo da tipologia de áreas regadas porque não se tem conhecimento da quantidade de água que vai estar disponível. Sabe-se que no futuro poderá vir a ser aberto um furo para a rega dos pomares de produção e para as demais áreas verdes, mas não se sabe se vai ser legalmente possível, uma vez que se tem conhecimento que já existe uma sobrecarga de utilização do aquífero de Querença que percorre a região.

A outra alternativa é a utilização de água da rede o que poderá não ser muito sustentável e o reaproveitamento de água das chuvas, assim como outras práticas

ambientais como, por exemplo, o racionamento de água e a rega durante a noite, quando a ETP está próxima de 0.

Sendo assim, tendo em conta que não é possível calcular o caudal e as tubagens necessárias apenas foi possível definir zonas de tipologia de áreas regadas conforme a sua extensão, área e distância da ligação à rede. Numa fase mais avançada e após alguns estudos no local com a ajuda de autoridades locais poderá ser feito um estudo mais aprofundado.

Sendo assim, neste projeto é sugerido a adoção da seguinte tipologia:

Em primeiro lugar, nas áreas relvadas junto à piscina vai ser proposta uma rega por aspersão, devido à sua extensão e também ao grande alcance, visto que a água poderá percorrer grandes áreas sem obstáculos pela frente.

Nas zonas arbustivas e nas relvadas mais pequenas, por terem uma dimensão mais pequena onde os aspersores poderiam causar um desperdício de água vai ser proposta a utilização de aspersores, que embora tenham menor alcance a sua difusão poderá ser mais eficiente neste tipo de terreno.

As orlas arbustivas situadas ao longo dos limites da propriedade vão ser regadas por micro-pulverizadores, por se tratar de uma área muito comprida e estreita. As árvores que acompanham esta bordadura vão ser regadas por uma rede de tubagens independente gota-a-gota.

Por fim, área de produção agrícola e as hortas vão também ser regadas por um sistema de gota-a-gota, com uma tubagem também independente.

O estudo da tipologia de áreas regadas está representado na Peça Nº 9 (Anexo 2).

### **Aterros e Escavações**

Na zona em frente à piscina, de modo a ser possível para os utilizadores da piscina usufruírem do espaço relvado com um mínimo de inclinação de para se poderem deitar, foi preciso proceder a uma modelação de terreno tendo ficado no final com 3%. O estudo de Aterros e Escavações encontra-se no Anexo 2, Peça 3b.

#### **Escavações (Azul)**

Nº	Área	Distância	Volume (m³)
1	2,6759	31,7727	85,0206
2	0,0107	35,00	0,375
Total	2,6866	66,7727	85,3956

#### **Aterros (Verde)**

Nº	Área	Distância	Volume (m³)
1	16,3182	35,00	571,14
2	0,2385	35,00	8,35
Total	16,5567	70,00	579,59

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo em Espaço Rural é um tipo de turismo sustentável que está a ganhar cada vez mais adeptos. Quando se toma a decisão de iniciar uma atividade e abrir um Estabelecimento de Turismo em Espaço Rural é muito importante compreendê-lo no seu todo e todas as características e adquirir toda a informação sobre o tema.

Também antes da elaboração de um projeto de Arquitetura Paisagística é importante conhecer o território onde se insere o espaço de intervenção, de modo a não causar impacto negativo na zona e de modo a que traga benefícios ambientais, sociais e turísticos para o Concelho.

Sendo assim, na elaboração deste projeto, teve-se sempre a preocupação com a sustentabilidade, para que o impacto ambiental, económico, turístico e social fosse positivo.

Durante a sua execução procurou-se sempre manter a identidade do local, mantendo todos os elementos arquitetónicos e vegetais que estavam presentes e que cresceram espontaneamente ou foram plantados anteriormente. Teve-se também sempre em conta as características biofísicas, geográficas e geomorfológicas da região para que tivesse sempre de acordo com a região onde se insere.

Uma vez que se trata de um local protegido ao nível da RAN e onde, estando inserido num clima mediterrânico, onde a poupança de água é indispensável, procurou-se sempre um cuidado extra na escolha do material vegetal para que minimizasse o gasto de água e erosão do solo, de modo que este projeto fosse sustentável.

Também por se tratar de uma zona protegida procurou-se também escolher materiais de construção locais e elementos que não comprometessem a impermeabilidade e a qualidade dos solos.

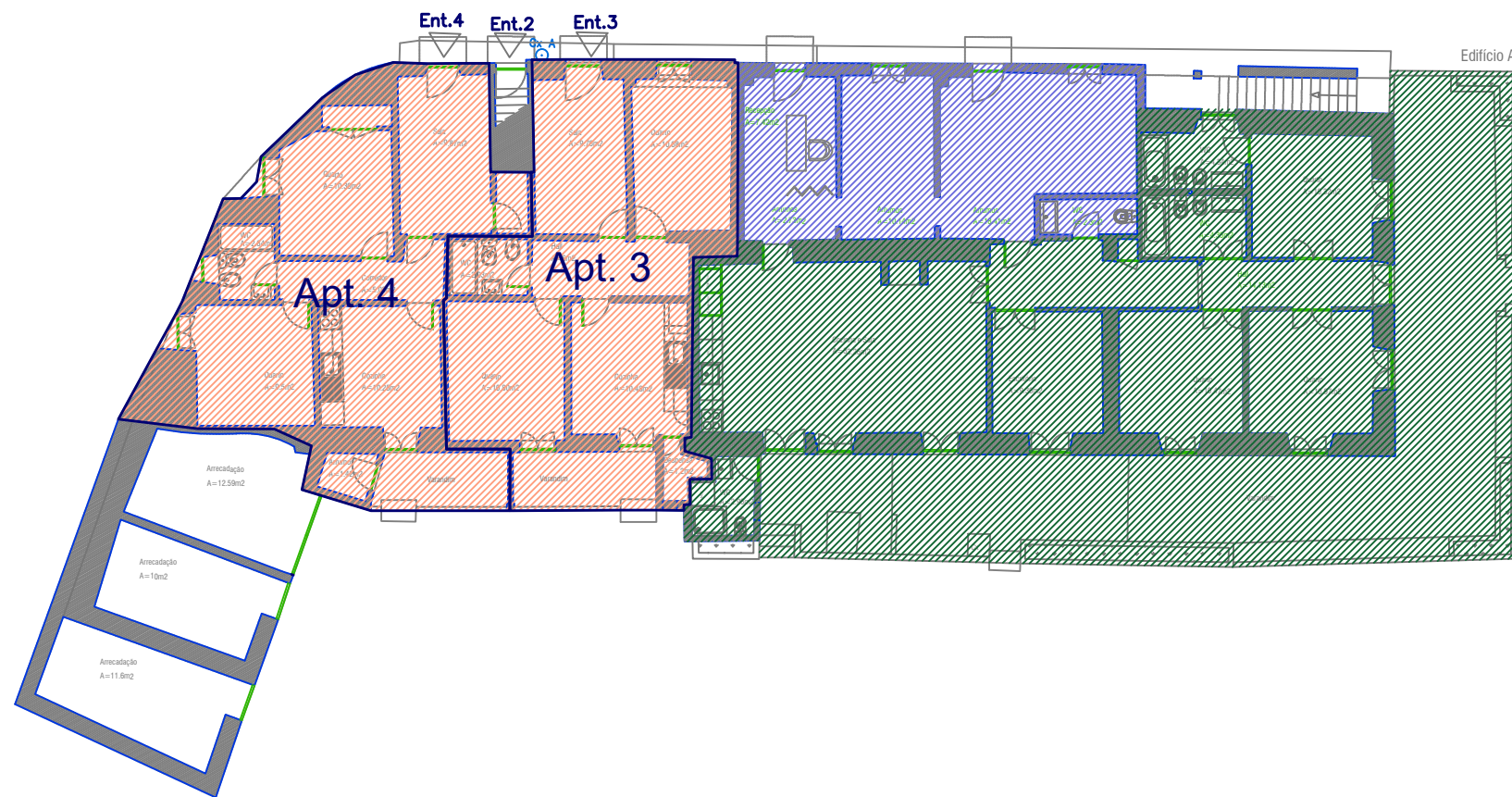
No final todos estes aspetos resultaram num projeto sustentável e numa mais valia turística para o Concelho de Silves, uma vez que permite aumentar e complementar a oferta de alojamento turístico convencional e alternativo existente no Concelho, contribuindo para o seu dinamismo económico. Permite aos hóspedes uma vivência campestre usufruindo de um espaço amplo, calmo e de uma paisagem única sobre extensos pomares de citrinos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

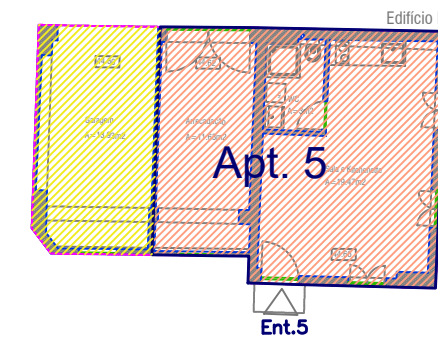
- Silva, L, (2009). Casas no Campo. Etnografia do Turismo Rural em Portugal.
- Oliveira, (2003). Caracterização do mercado de actividades de Turismo de Natureza em Portugal.
- Paulo, L (2010). A Reabilitação do Património como factor do desenvolvimento regional: Os modelos da Beira Interior.
- Pereiro, X (2015). Património, Ruralidade e Turismo. Etnografias de Portugal Continental e dos Açores, de Luís Silva.
- Reis, P (). Os actores do novo paradigma do mundo rural: Os neo-rurais das aldeias históricas de Portugal.
- Ribeiro (2003). Espaços Rurais como Espaços Turísticos
- Silva (2007). Sortelha e Monsaraz: Estudo de casos dois lugares turísticos no interior de Portugal
- Silva Leal (2015). Rural Tourism and national identity building in contemporary Europe: Evidence from Portugal; Journal of Rural Studies.
- Neves, A.O, et al; (2008). Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal-Versão resumida.
- Autor desconhecido (2007). Turismo mais sustentável, uma utopia? Revista “Tecnologia e ambiente” Nº78
- Autor desconhecido (2008). Turismo Sustentável: um destino longínquo em Portugal? Revista Ecoeconomia-Destaque Turismo Sustentável.
- Turismo do Algarve, et al (2007). O Perfil do Turista que Visita o Algarve.
- Turismo de Portugal (2012). Guia do Turismo de Natureza no Algarve - Versão Portuguesa e Inglesa.
- Instituto Nacional de Estatística - **Anuário Estatístico de Portugal : 1995**. Lisboa: Palmigráfica, 1996. Disponível na www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/261543145>. ISSN 0871-8741. ISBN 972-673-157-
- PDM de Silves - [www.cm-silves.pt](http://www.cm-silves.pt)
- |  |  |
|--|--|
| <a href="http://www.parquealgarviensis.pt">www.parquealgarviensis.pt</a>     | <a href="http://www.turismodeportugal.pt">www.turismodeportugal.pt</a>         |
| <a href="http://www.issu.com">www.issu.com</a>                               | <a href="http://www.icnf.pt">www.icnf.pt</a>                                   |
| <a href="http://www.regiao-sul.pt">www.regiao-sul.pt</a>                     | <a href="http://www.dre.pt">www.dre.pt</a>                                     |
| <a href="http://www.sulinformacao.pt">www.sulinformacao.pt</a>               | <a href="http://www.terraruiiva.pt">www.terraruiiva.pt</a>                     |
| <a href="http://www.areasprotegidas.icnf.pt">www.areasprotegidas.icnf.pt</a> | <a href="http://www.rnt.turismodeportugal.pt">www.rnt.turismodeportugal.pt</a> |
| <a href="http://www.jornaldoalgarve.pt">www.jornaldoalgarve.pt</a>           | <a href="http://www.euroveloportugal.com">www.euroveloportugal.com</a>         |

## Anexos

Anexo 1 – Elementos relacionados com o Caso de Intervenção.....	83
1.1 – Esquema da Tipologia dos Apartamentos.....	83
1.2 – Tabela 2 – Atividades propostas na Quinta.....	84
1.3 – Lista de Património e eventos.....	84
1.4 – Mapas retirados do PDM de Silves úteis na caracterização do Concelho...85	
- Densidade Populacional.....	85
- Unidades Territoriais do PROT Algarve, no Concelho.....	85
- Áreas afetas à Rede Natura 2000 no Concelho.....	85
Anexo 2 – Projeto de Intervenção.....	86
Anexo 3 – Documentos relacionados com o Projeto.....	112
3.1 – Lista de materiais Utilizados.....	112
3.2 – Articulado de Medições.....	117







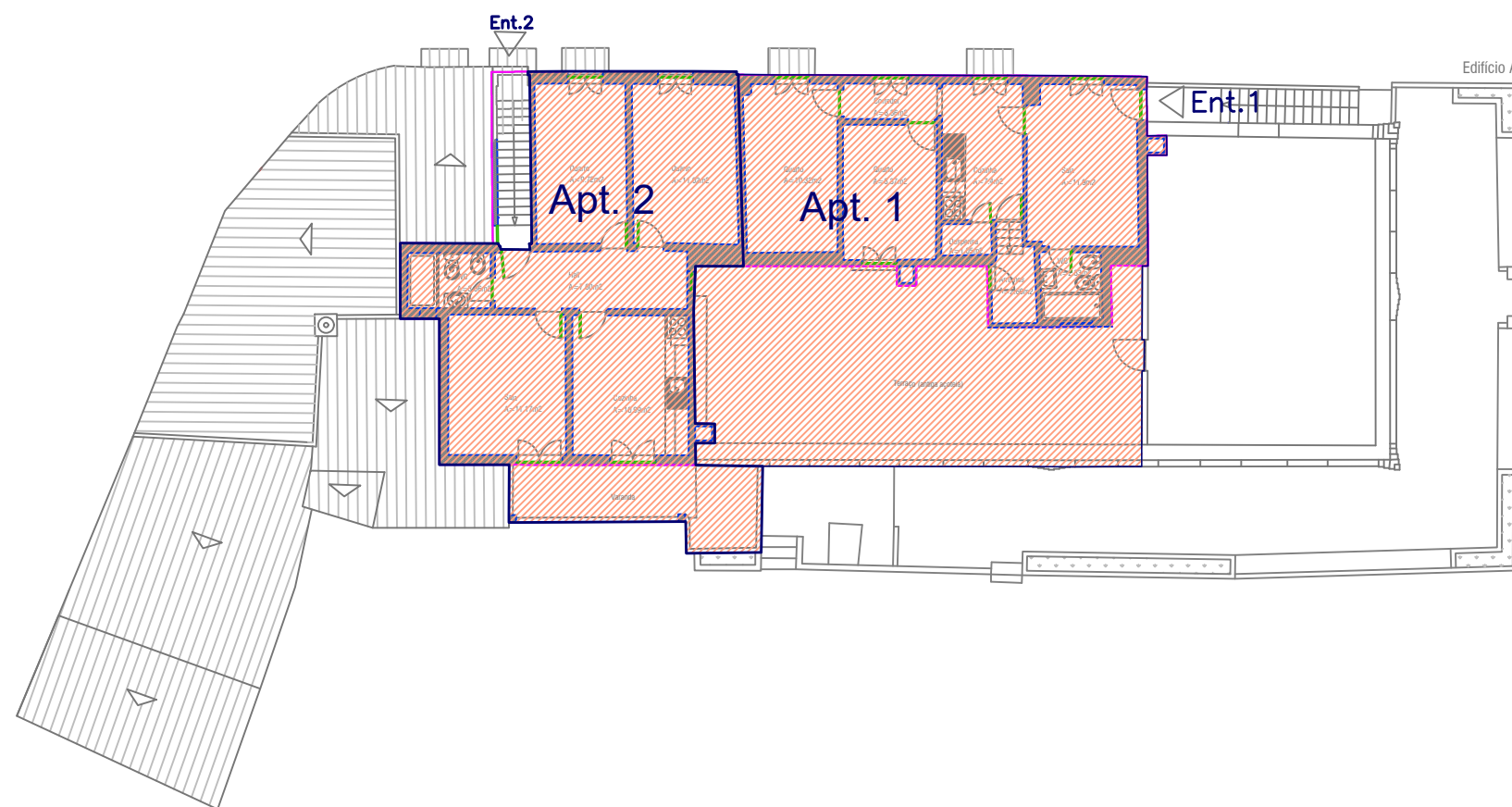
Edifício A-Piso 0



Edifício B

Legenda:

-  Habitação dos proprietários
-  Exposição de automóveis em miniatura
-  Turismo em Espaço Rural (Casa de Campo)
-  Recepção



Edifício A-Piso 1

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

Nº 18470

Esquema da Tipologia dos  
Apartamentos

Anexo 1.1

Data: 14/10/2022

Escala: 1:180

## Anexo 1.2- Atividades propostas (Tabela 2)

Atividades Propostas	Objetivo	Local	Beneficiários
Percurso Pedonal	Promover a atividade física dos utentes durante a estadia	Propriedade B	utentes/hospedes
Aluguer de tenda	Promover a realização de eventos em espaço rural	Propriedade B- Zona da Piscina/ao lado do Parque Infantil	utentes
Anfiteatro natural	Promover a realização de eventos em espaço rural	Socalcos do Logradouro	utentes
Visitas à exposição do automóvel em miniatura	Aumentar a oferta de atividades	Edifício 1	utentes/hospedes
Utilização da zona da piscina	usufruto da piscina	zona envolvente da piscina	utentes/hospedes
Realização de eventos de Animação infantil	Aumentar a oferta de atividades	zona envolvente da casa	utentes/hospedes
Zona de Piquenique (Parque de Merendas)	Aumentar a oferta de atividades	Definido nas Peças desenhadas do Projeto de Intervenção	utentes/hospedes
Comercialização de Produtos Hortícolas	Diversificação de produtos da Quinta	Horta	utentes/hospedes

Atividades propostas pela autora no âmbito deste trabalho

## Anexo 1.3 - Património edificado existente no Concelho

### Silves

- Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica
- Castelo de Silves
- Centro de Interpretação do Património Islâmico de Silves
- Cruz de Portugal
- Igreja da Misericórdia
- Igreja dos Mártires
- Mercado Municipal
- Museu Municipal de Arqueologia
- Pelourinho
- Ponte Velha (também conhecida por Ponte Romana)
- Portas da Cidade
- Sé de Silves
- Teatro Mascarenhas Gregório\*

### Messines

- Casa-Museu João de Deus
- Igreja-Matriz
- Museu do Traje e das Tradições
- Rota dos Menires

### Armação de Pêra

- Antigo Casino
- Capela de Santo António das areias\*
- Fortaleza
- Chalet dos Caldas e Vasconcelos
- Igreja-Matriz\*

## **Alcantarilha**

- Igreja-Matriz

- Capela dos Ossos

Nota: a fonte utilizada para a identificação dos elementos de património, foi o site da Câmara Municipal de Silves ([www.cm-silves.pt](http://www.cm-silves.pt)), à exceção dos indicados com asterisco (\*). os quais foram identificados no âmbito do presente trabalho.

## **Eventos**

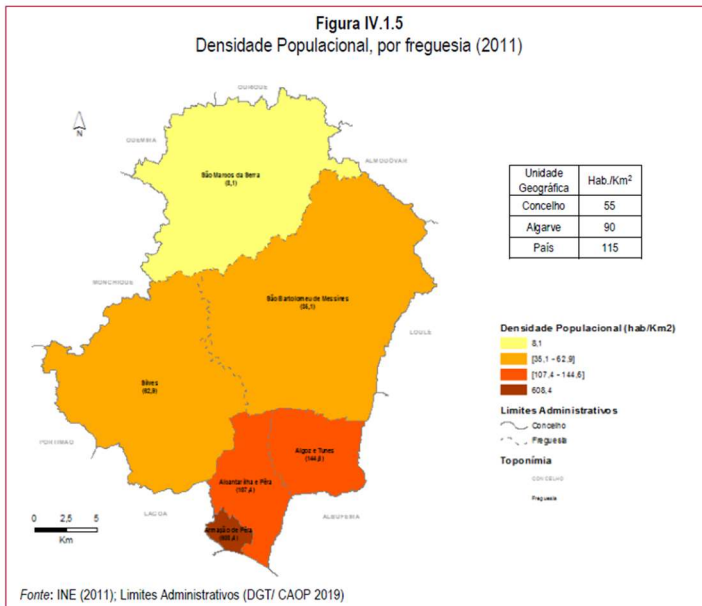
<b>Eventos no Concelho de Silves</b>	
Mostra da Laranja	Fevereiro
Feira Medieval de Silves	Agosto
Jazz nas Adegas	Outubro-Maio
Feira do Folar (S. Marcos da Serra)	Março-Abril
Festa de Nossa Sra. dos Navegantes (A. de Pêra)	Agosto
Festival da Cerveja	–

<b>Eventos no Algarve onde Silves está incluído</b>	
Rota do Petisco	Setembro-Outubro
Festival Al-Mutamid	Fevereiro-Março
Volta ao Algarve	Fevereiro

<b>Eventos nos Concelhos-vizinhos de Silves</b>	
FATACIL	Lagoa
Festival da Luz	
FIESA	
Noite Branca	Loulé
Festival da Sardinha	Portimão
Noite Preto e Branco	Carvoeiro

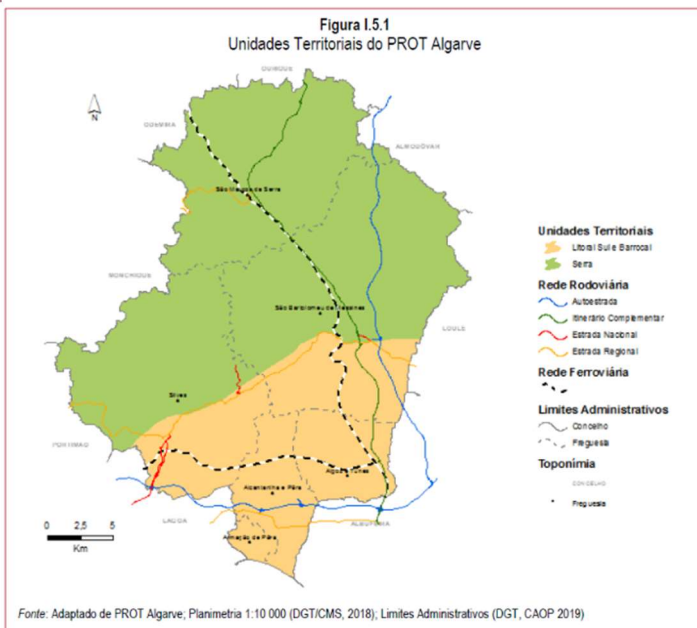
Lista de eventos elaborada pela autora a partir da consulta de vários sites jornalísticos e relacionados com eventos e turismo (ex: Algarve 365); e também pelo site da CM-Silves.

## Anexo 1.4- Mapas retirados do PDM de Silves que caracterizam o Concelho de Silves



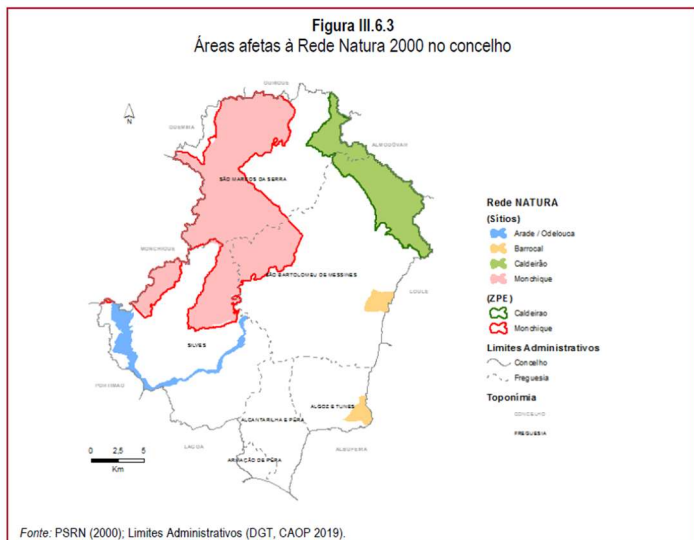
Mapa 1- Densidade Populacional do Concelho de Silves.

Fonte: PDM de Silves



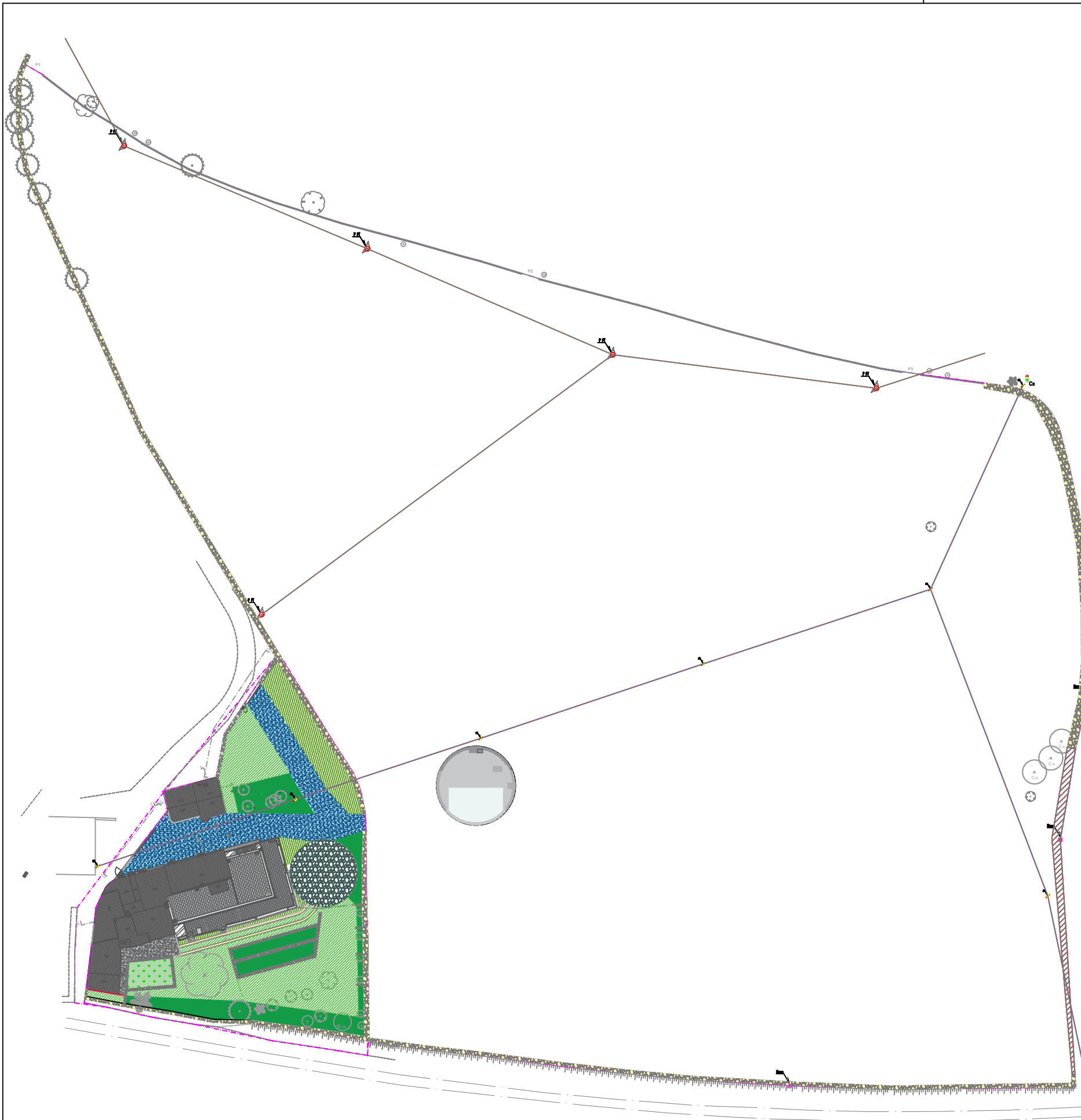
Mapa 2- Unidades Territoriais do PROT Algarve, para o Concelho de Silves

Fonte: PDM de Silves



Mapa 3- Áreas afetas à Rede Natura 2000 no Concelho de Silves

Fonte: PDM de Silves



**Legenda:**

- Eriobotrya japonica* (Nespereira)
- Olea europaea* var. *europaea* (Oliveira)
- Prunus domestica* (Ameixeira europeia)
- Chamaerops humilis* (Palmeira-das-vassouras)
- Yucca* sp.
- Prunus dulcis* (Amendoeira)
- Prunus persica* (Pessequeiro)
- Ficus carica* (Figueira)
- Annona cherimola* (Anoneira)
- Punica granatum* (romãzeira)
- Nerium oleander* (Loendro)
- Bougainvillea glabra*
- Cretonia siliqua* (Allarrobeira)
- Planta desconhecida
- Poste de EDP (Baixa-Tensão)
- Poste da PT (Telefones)
- Cabo de Electricidade
- Cabo de Telefone
- Talude - Crista
- Limite
- Caixa de Visita
- Marco de Propriedade
- Semáforo

**Pavimentos existentes**

- Pavimento em Betão "in-situ"
- Pavimento em lajetas de mármore irregulares unidas com cimento
- Eira centenária em pedra calcária irregular escura de forma rectangular
- Lajes rectangulares de betão pré-fabricado com acabamento de grevilha compactada
- Pavimento em gravilha solta

**Zonas verdes**

- Vegetação arbustiva definida dispersa
- Vegetação arbustiva e herbácea dispersa e desorganizada (mato arbustivo)
- Vegetação herbácea dispersa e não identificada (prado de sequeiro)
- Relvado

**Extra**

- Antigo tanque de rega convertido numa piscina

**Muros e muretes existentes**

- Muro de limite de Propriedade em pedra empilhada e segura com argamassa. Em algumas zonas vê-se que é antigo- centenário.
- Murete em pedra calcária irregular empilhada fixa com argamassa. Tem como finalidade conter terras.
- Murete em pedra calcária irregular fixa com argamassa. Finalidade meramente decorativa
- Murete em tijolo de betão rebocado e com finalização em lajes de pedra decorativa
- Secção do muro de limite da propriedade que actualmente se encontra destruído.
- Limite da área de Intervenção

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves




Maria Teresa Carrasquinho de Macedo Nº 18470

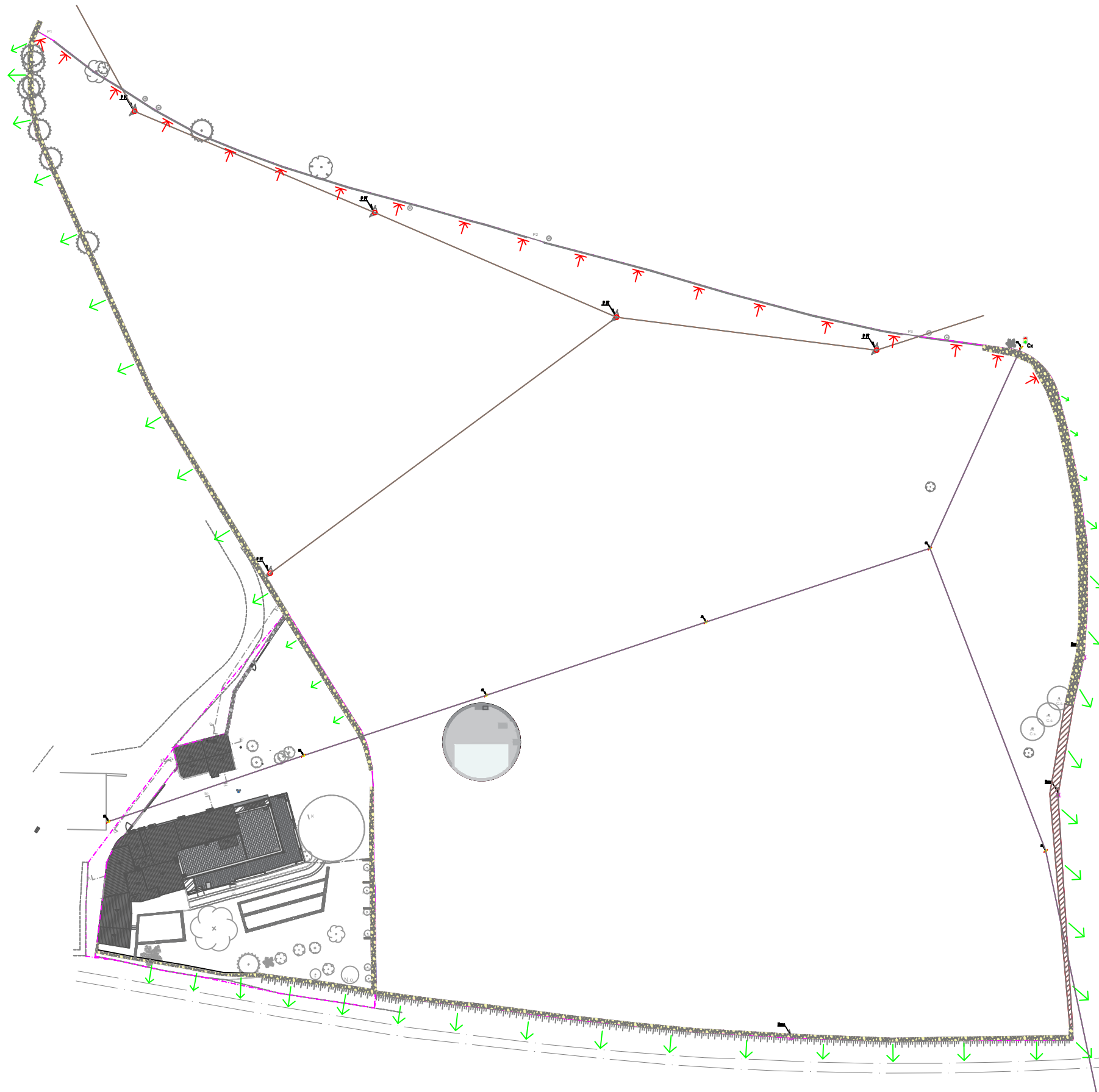
Análise: Elementos Existentes Peça CA1

Data: 14/10/2022 Escala: 1:750

Legenda:

Qualidade visual

-  Vista de amplitude variável e qualidade crescente
-  Vista contida e de menor qualidade
-  Limite da área de Intervenção



Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

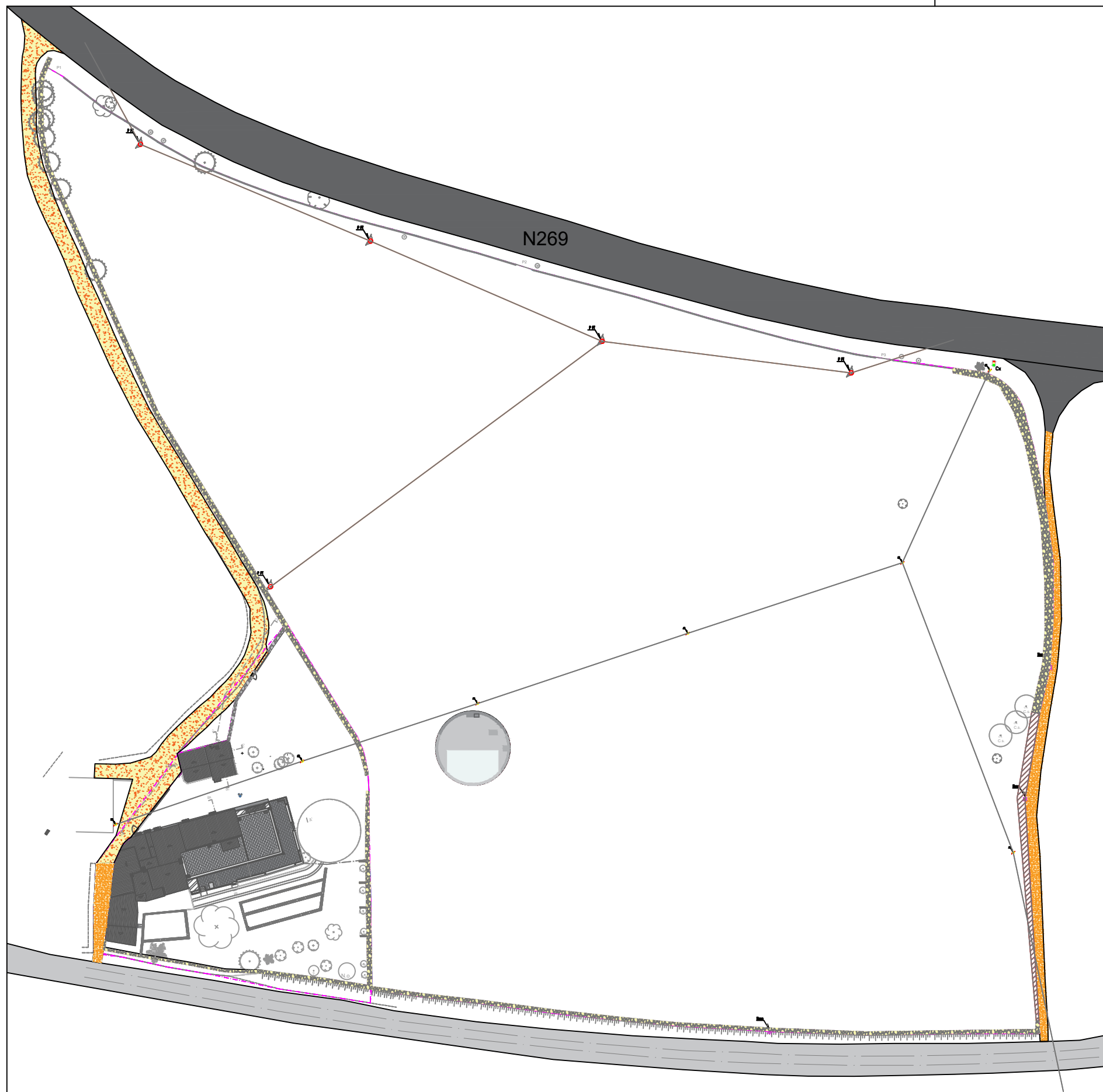
Nº 18470

Análise e Diagnóstico - Qualidade das vistas

Peça CA2






Data: 14/10/2022



Escala: 1:800



**Legenda:**

Vias exteriores

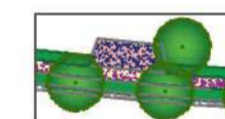
-  Estrada Nacional 269 -Alcatroada
-  Estrada municipal em saibro
-  Caminho de terra batida/saibro em mau estado
-  Faixa limítrofe da linha ferroviária
-  Limite da área de Intervenção

Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		 
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Análise 3- Vias exteriores	Peça CA3	
Data: 14/10/2022	Escala: 1:800	

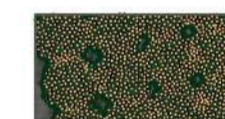


Legenda:

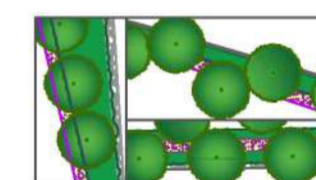
- 1 Entradas Principais atuais
- 2 Edifícios
- 3 Parque de Estacionamento
- 4 Horta com pomar
- 5 "Corredor" entre edifícios
- 6 Eira
- 7 Logradouro
- 8 Zona de refeições ao ar livre com barbecue
- 9 Zona da Piscina com relvado
- 10 Parque infantil
- 11 Zona de Estadia relvada
- 12 Socalcos de contenção de terras
- 13 Alameda que liga entrada proposta à zona dos edifícios
- 14 Zona de Piquenique



Zonas de estadia (Alvéolos) (Total: 7)

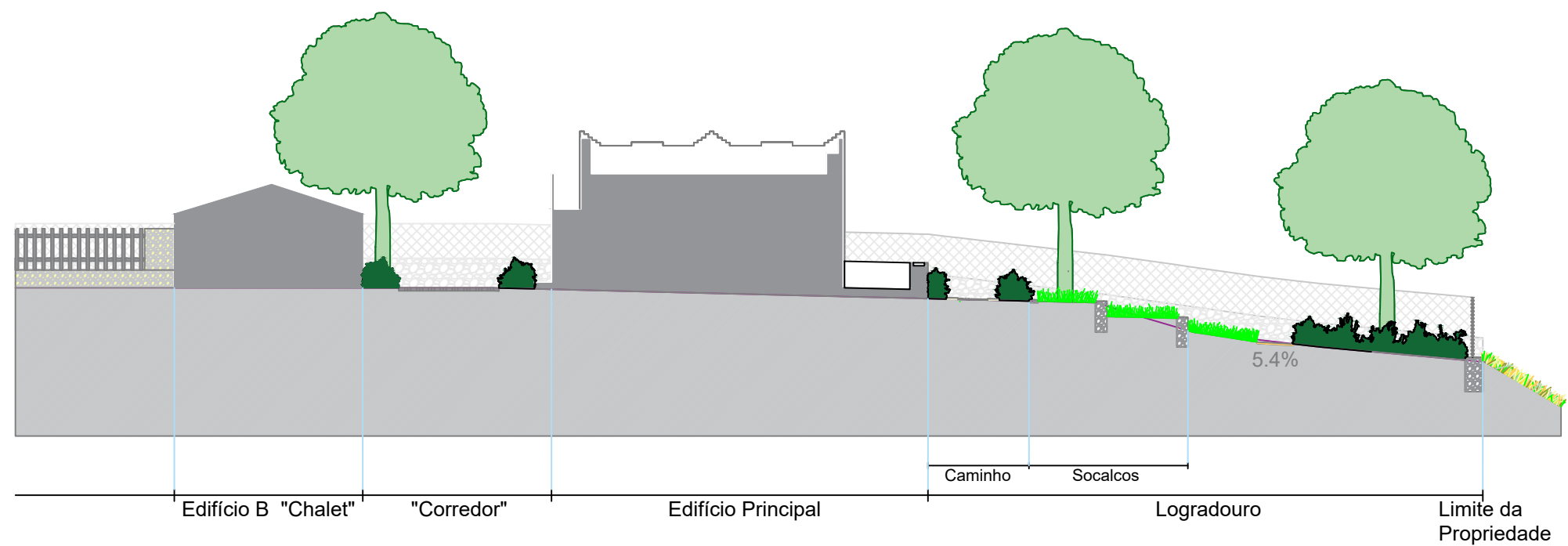


Zona de Produção agrícola-Pomar de citrinos



Caminho pedonal e ciclável que percorre todo o limite acompanhado por uma bordadura arbóreo-arbustiva

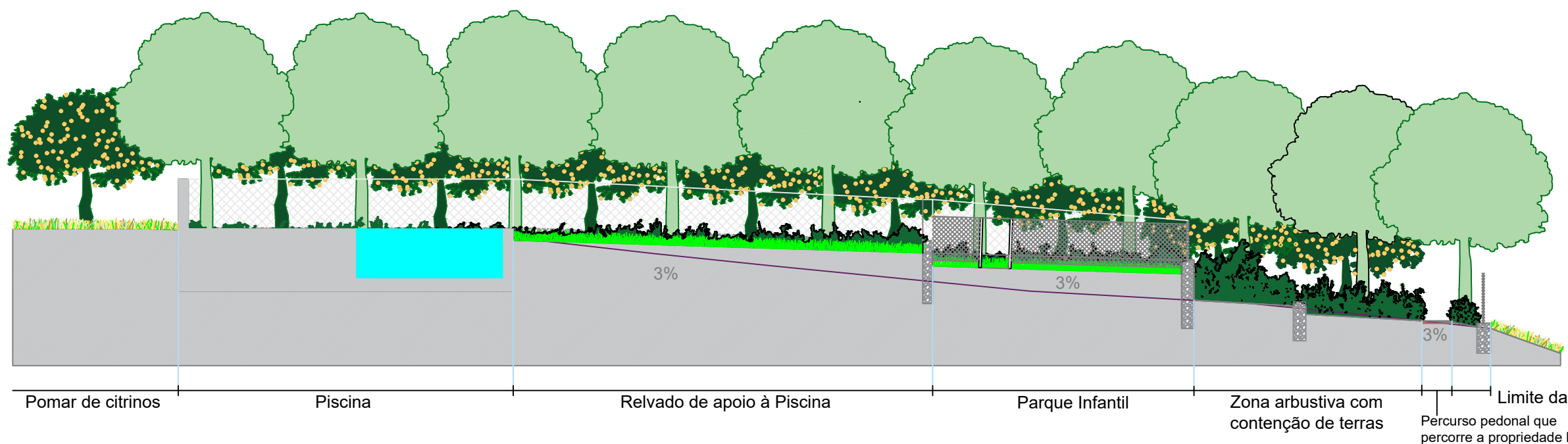
A



A'

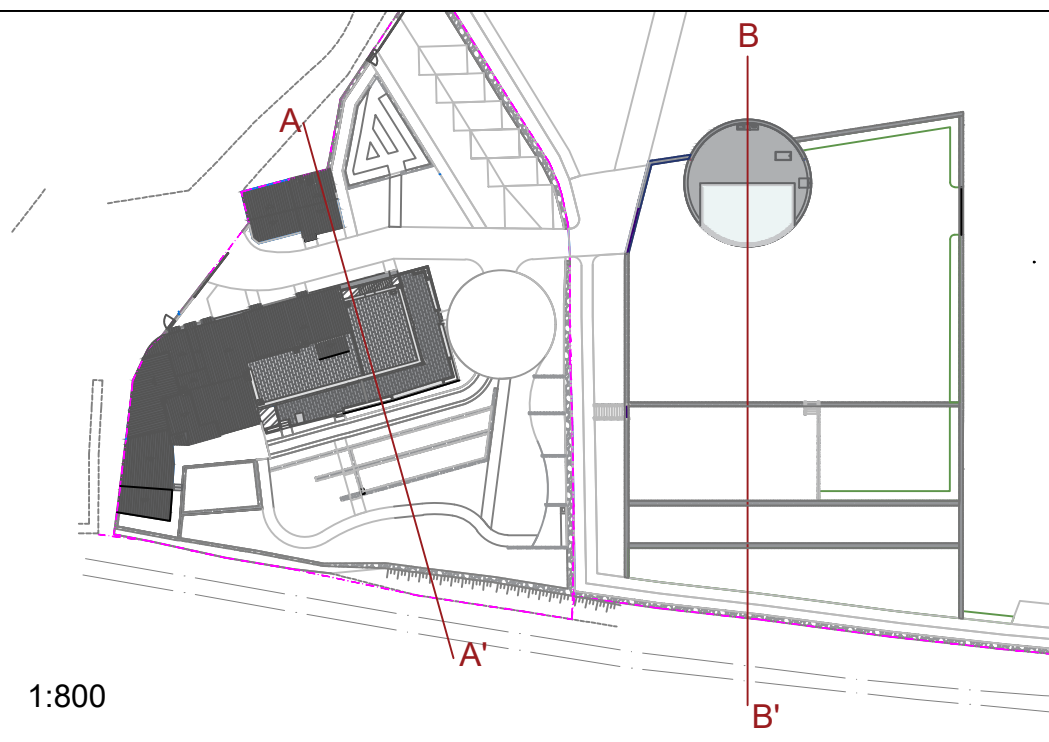
1:200

B

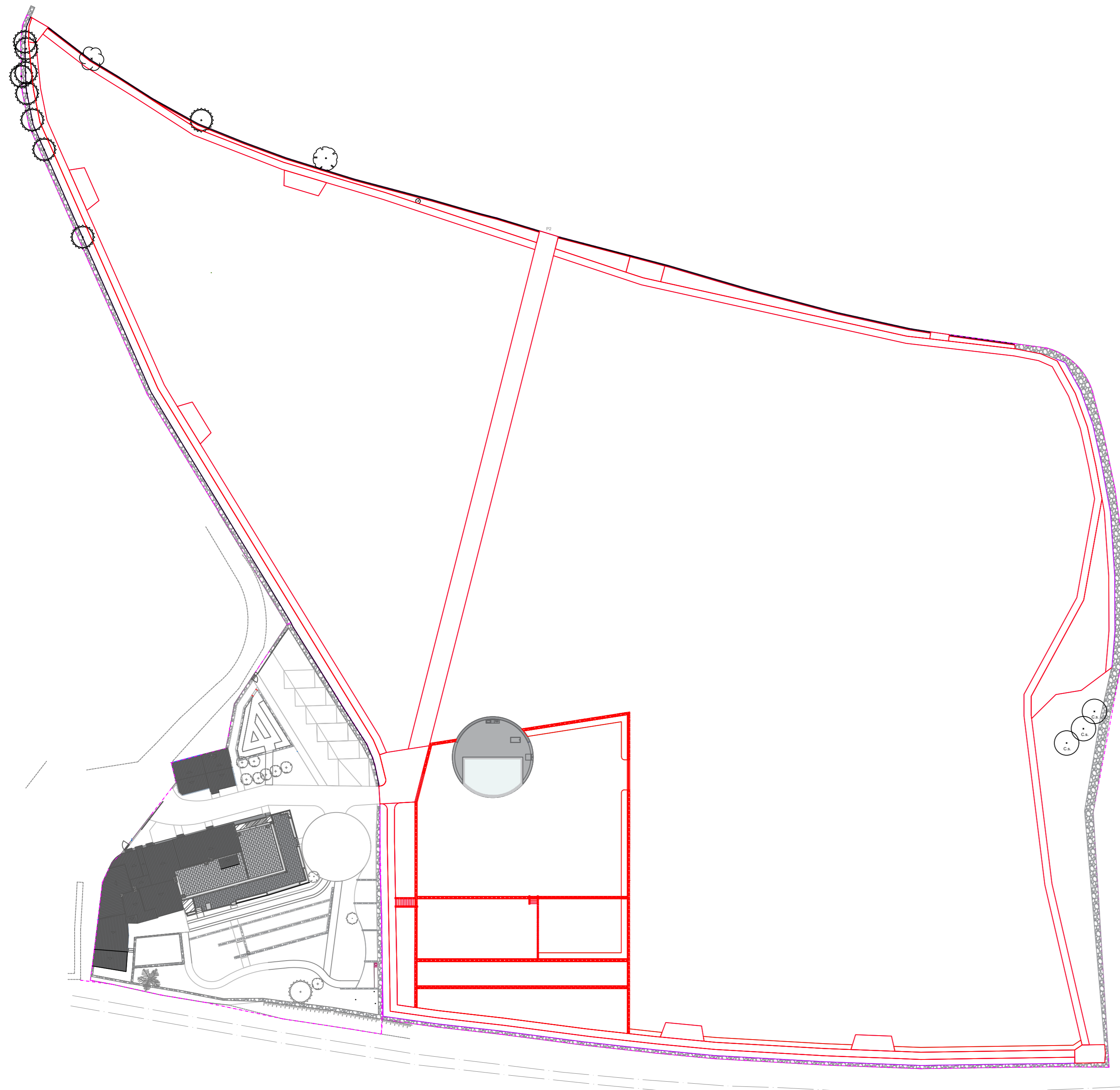


B'

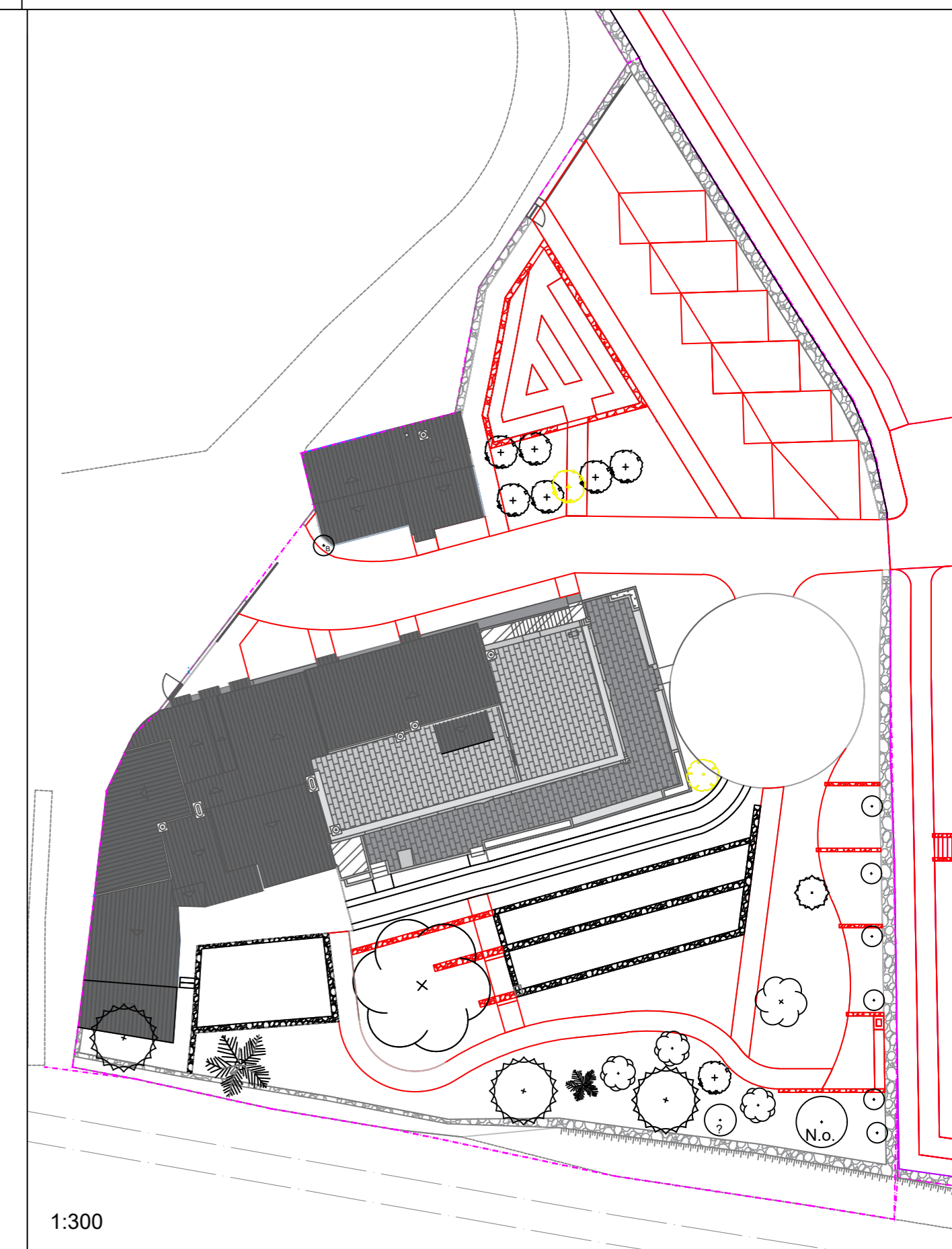
1:200



Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo		Nº 18470
Plano Cortes e a sua localização		Peça Nº 1b
Data: 14/10/2022		Escalas: 1:800 e 1:200








1:500

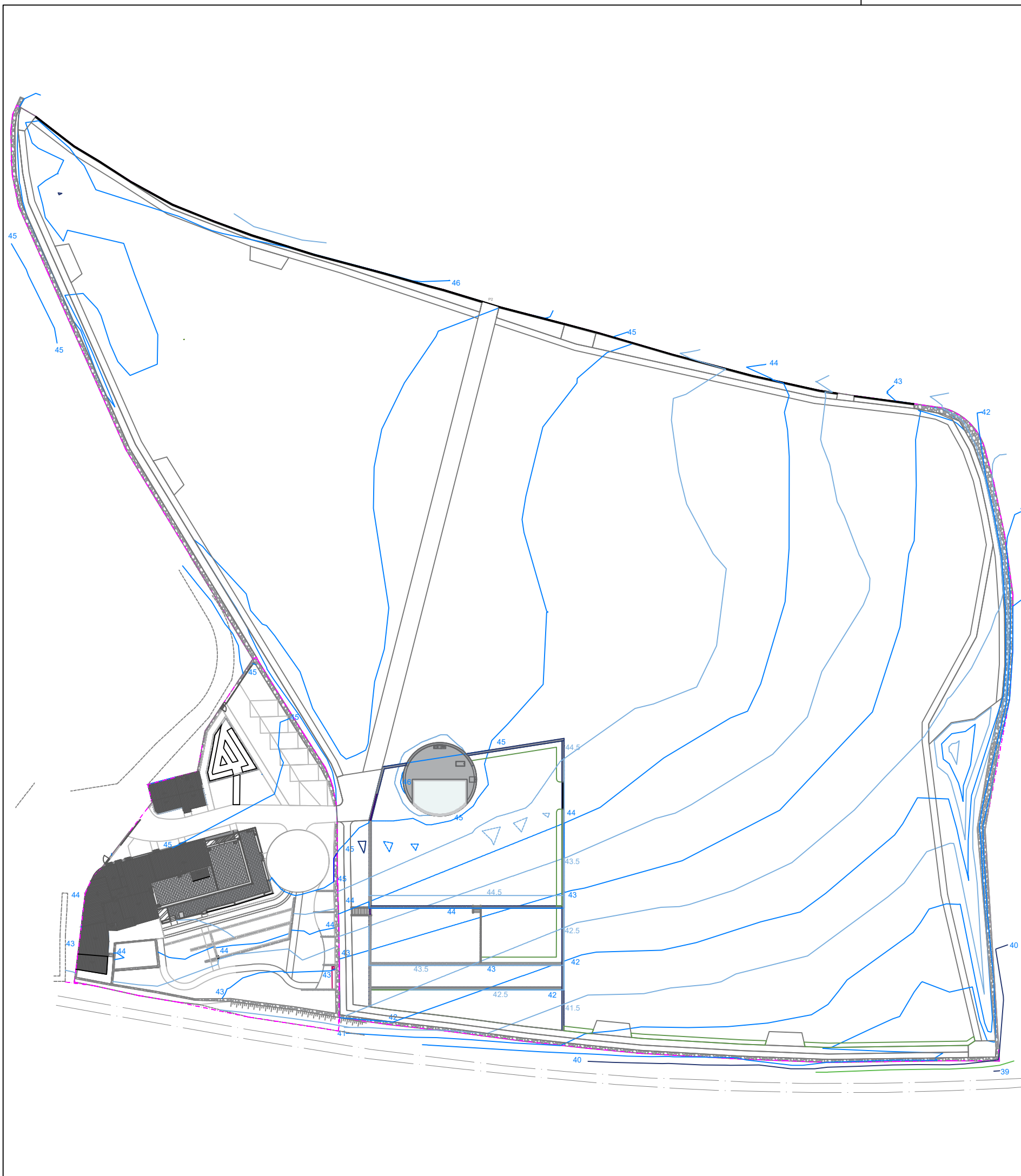


1:300

**Legenda**




-  Elementos a manter
-  Elementos a remover
-  Elementos a construir
-  Limite da área de Intervenção

Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Plano de Amarelos e Encarnados	Peça Nº 2	
Data: 14/10/2022	Escalas: 1:500 e 1:300	



### Legenda

#### Modelação do terreno

-  Curvas de nível propostas
-  Curvas de nível existentes
-  Limite da Área de Intervenção

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

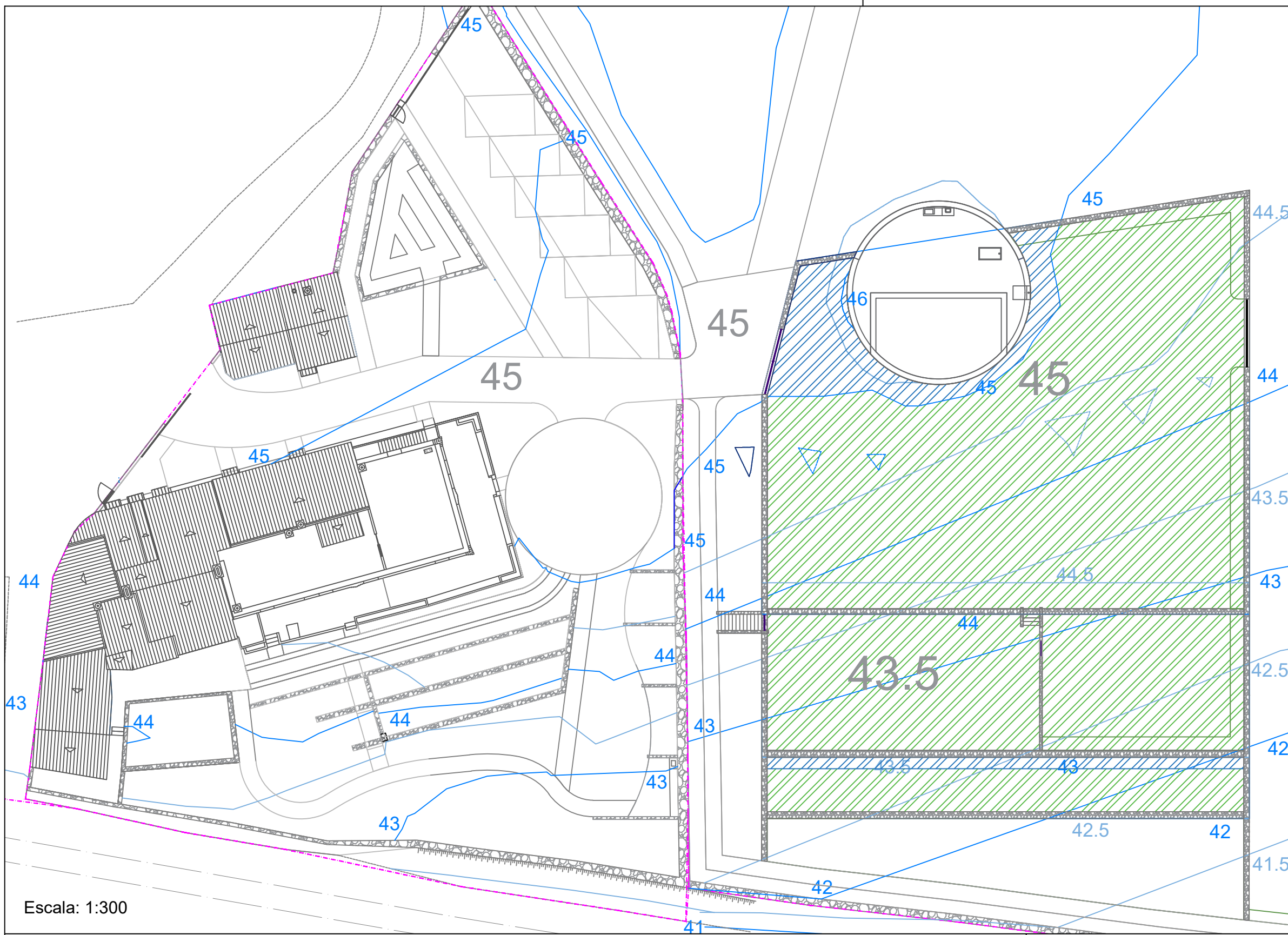
Nº 18470

Plano de Modelação de Terreno- Curvas de Nível existentes e propostas

Peça Nº 3a

Data: 14/10/2022

Escala: 1:750



**Legenda:**

**Modelação do terreno**

- Curvas de nível propostas
- Curvas de nível existentes

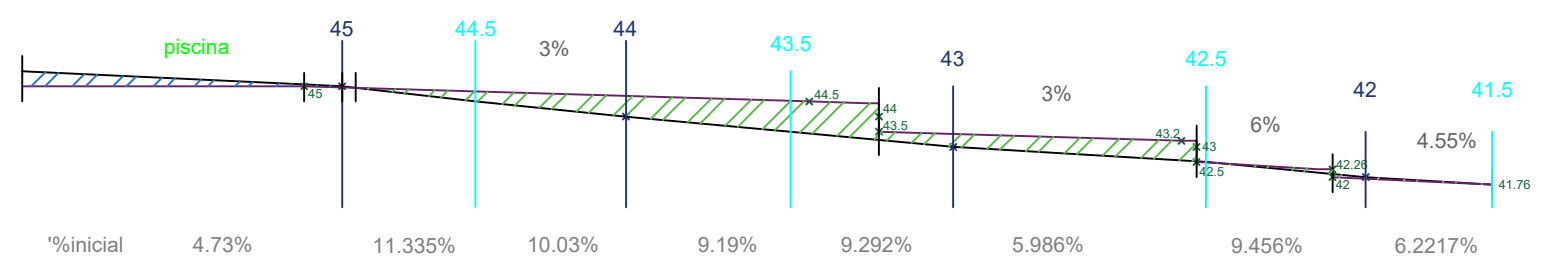
**Aterros e Escavações**

	Volume
Zona de escavações	85.40 m <sup>3</sup>
Zona de aterros	579.59 m <sup>3</sup>

Limite da Área de Intervenção

Escala: 1:300

Perfil



Escala: 1:250

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

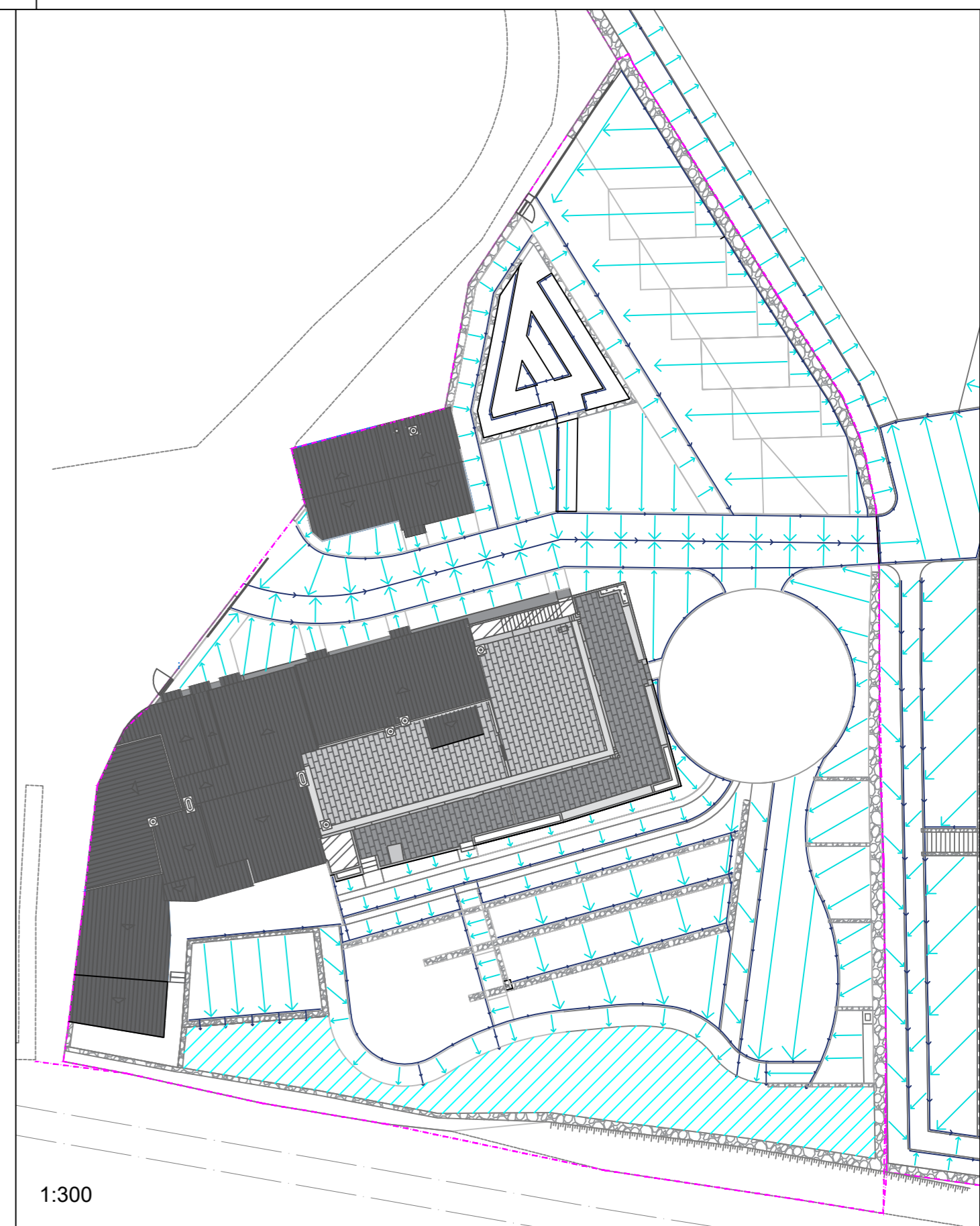
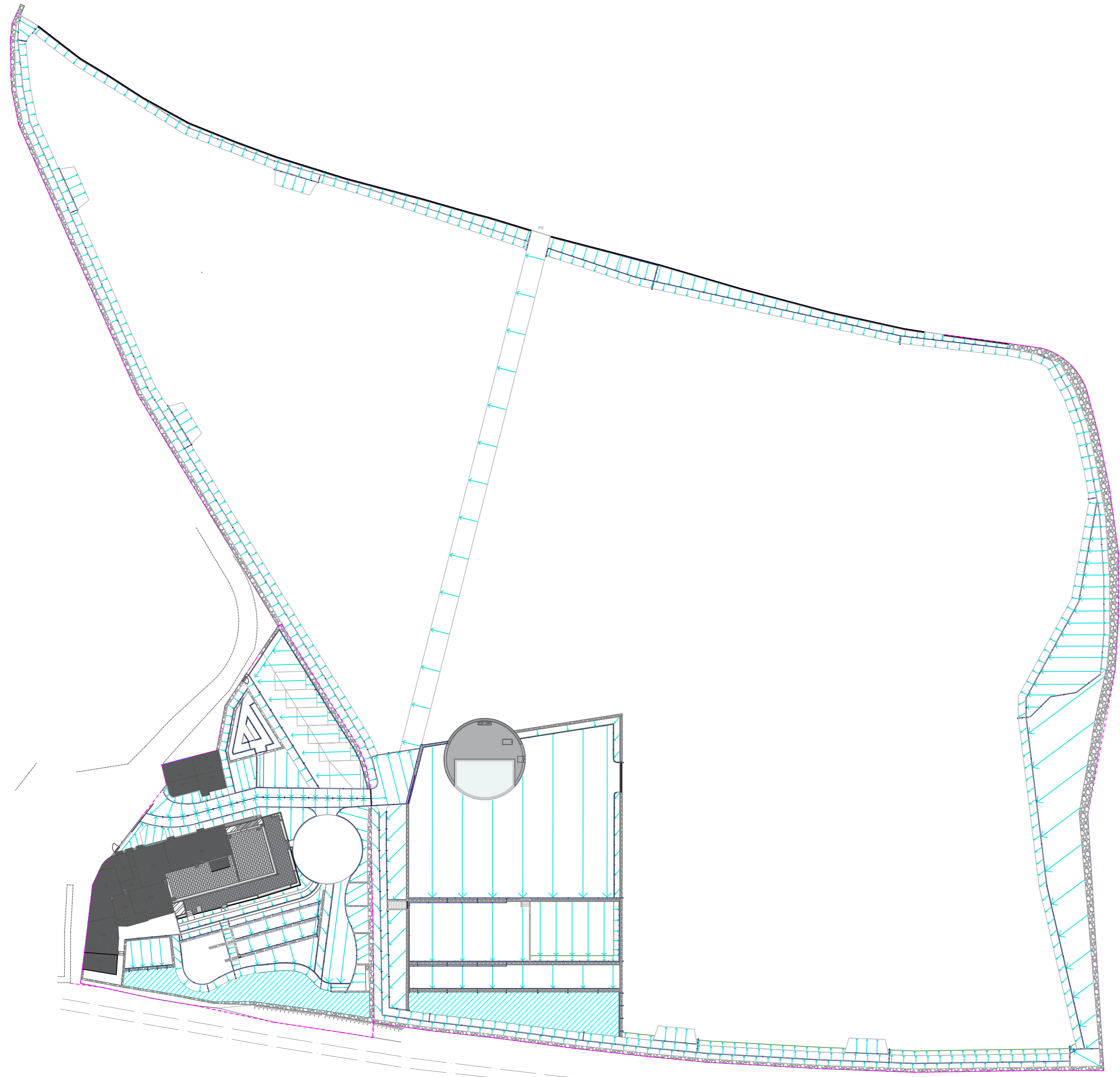
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo Nº 18470





Plano de Estudo da Modelação-  
Aterros e Escavações Peça Nº 3b


Data: 14/10/2022 Escala: 1:300(mapa) e 1:250(perfil)





Legenda Drenagem




-  Direcção do escoamento superficial
-  Tubagem coletora de águas de drenagem, microperfurada
-  Zonas de acumulação de água
-  Limite da Área de Intervenção

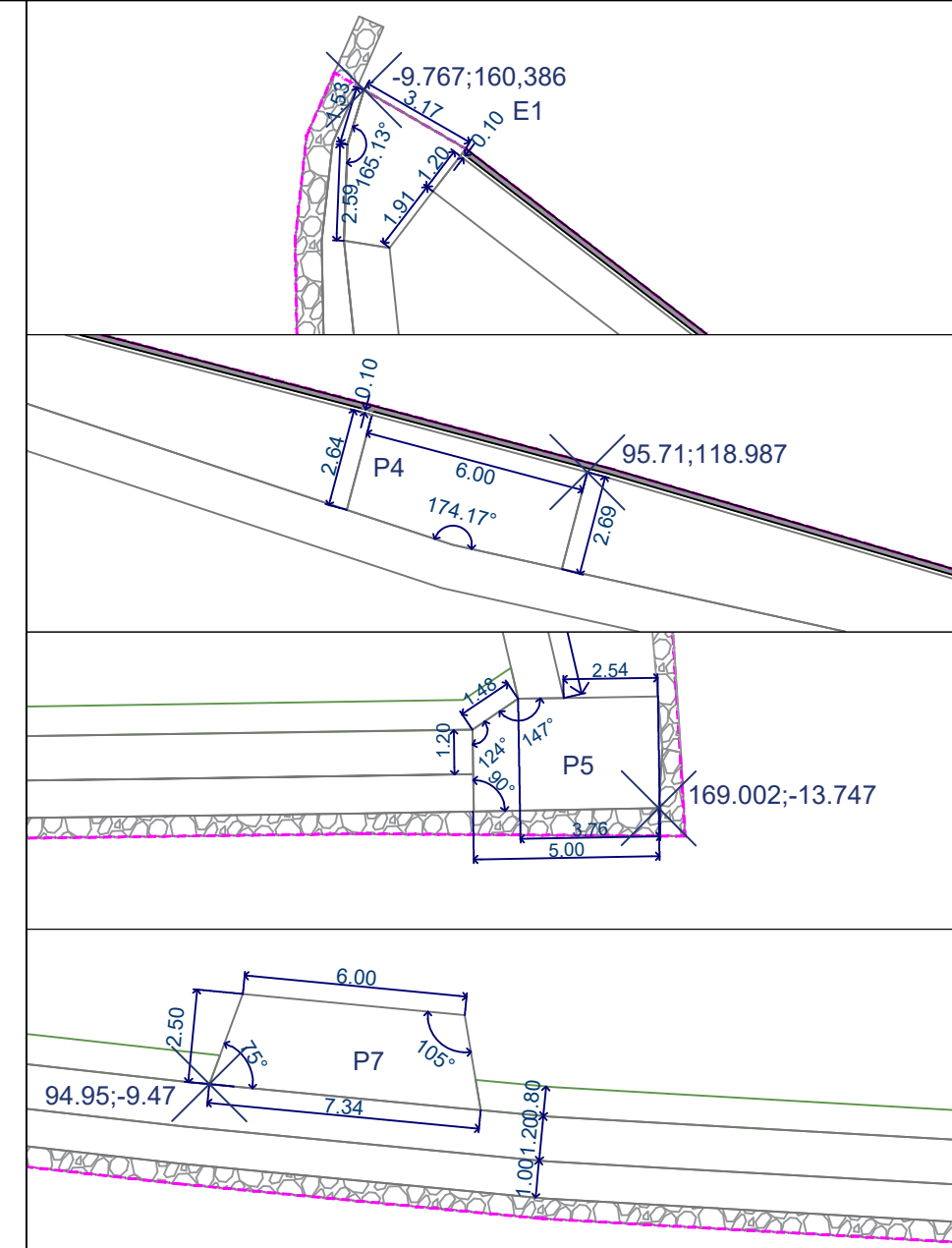
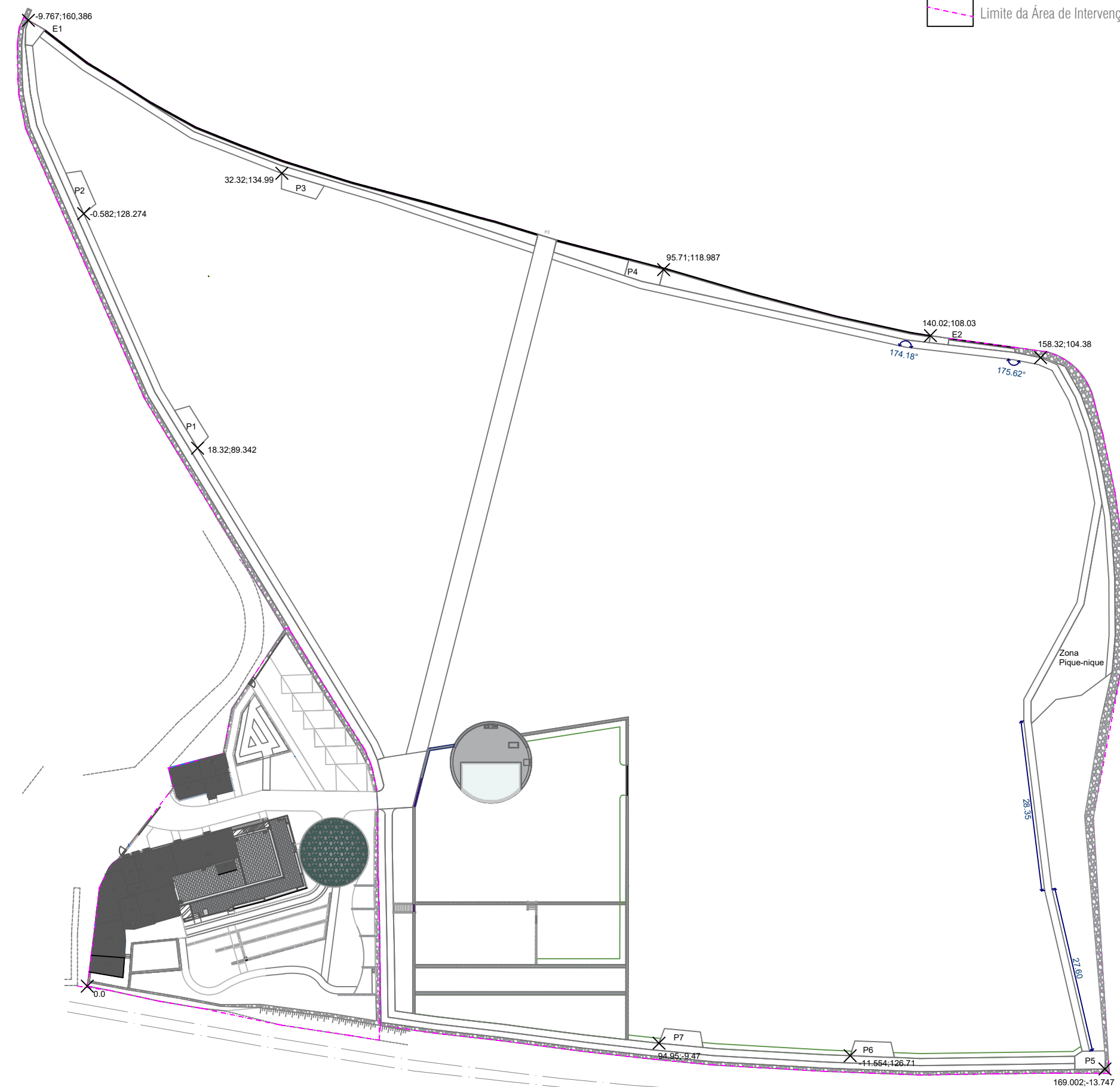
Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Plano de Esquema de Drenagem Superficial	Peça Nº 4	
Data: 14/10/2022	Escalas: 1:500 e 1:300	

1:500

1:300

Legenda


-  Cotas Planimétricas
-  Coordenadas Planimétricas
-  Limite da Área de Intervenção



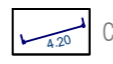
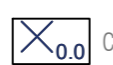
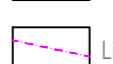
Escala: 1:200

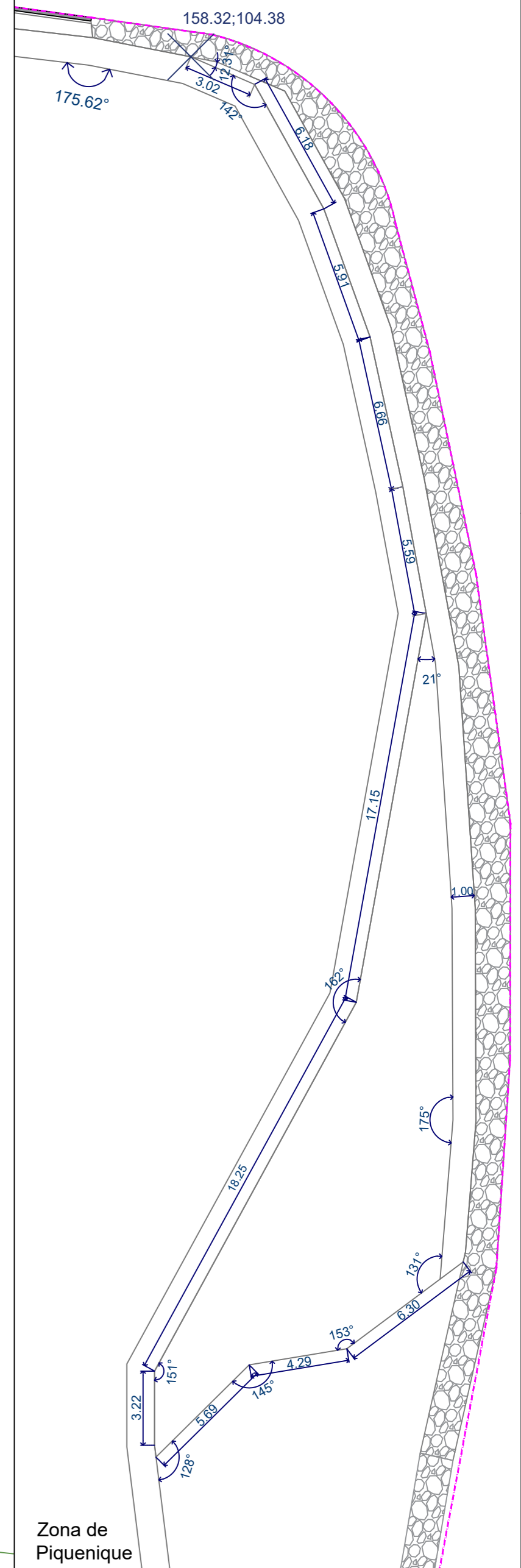
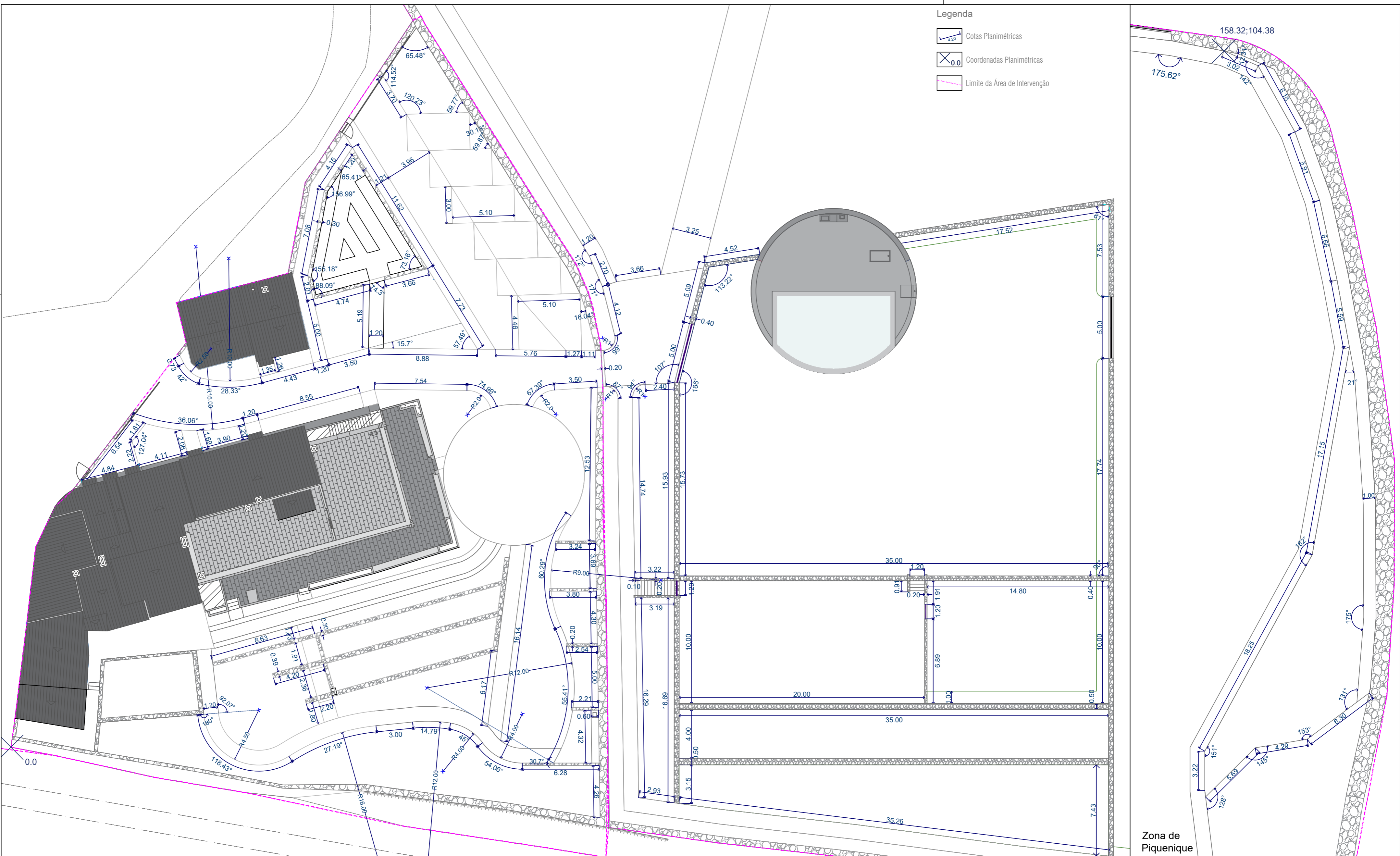
**Notas:**  
 As dimensões dos caminhos pedonais à volta da propriedade estão definidos a partir dos limites, pelo que a zona arbustiva tem 1m de largura e o percurso tem 1.20m (o suficiente para se cruzarem 2 pessoas e para caber uma pessoa com mobilidade reduzida). A zona arbustiva entre a z. de produção e o caminho tem sempre 0.8m

1:750


Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Plano de Implantação Planimétrica- Vista geral, Zonas de estadia e Entrada secundária		Peça Nº 5a
Data: 14/10/2022	Escalas: 1:750 e 1:200	

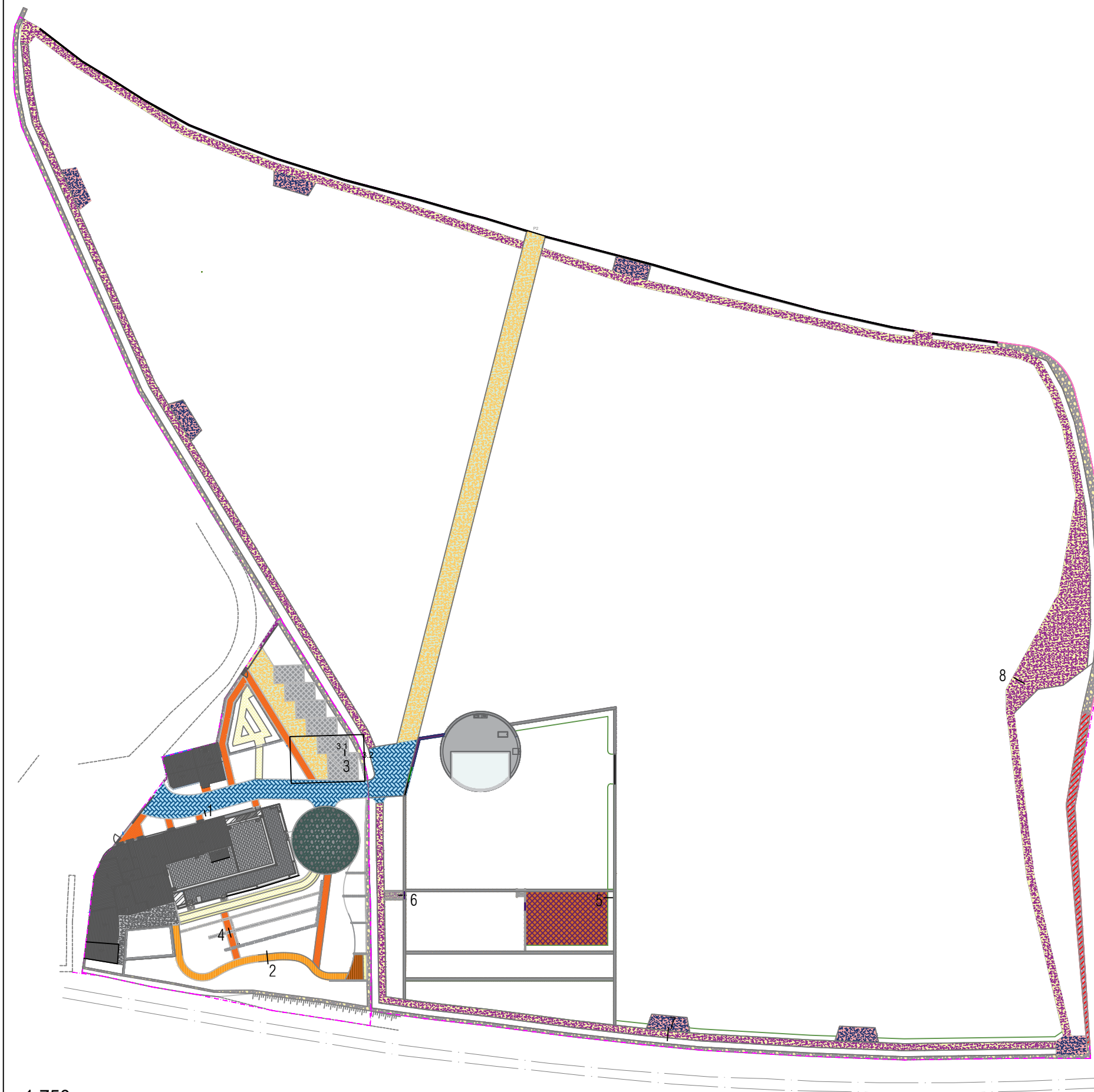
Legenda

-  Cotas Planimétricas
-  Coordenadas Planimétricas
-  Limite da Área de Intervenção



Zona de Piquenique

Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Planta de Implantação Planimétrica- Áreas Principais	Peça Nº 5b	
Data: 14/10/2022	Escala: 1:200	



## Legenda

### 1- Pavimentos propostos

	Pavimento em blocos de betão pre-fabricados de forma rectangular	205.18 m <sup>2</sup>
	Pavimento em mosaico hidraulico de 15 X 15 reaproveitado do chão do apartamento que foi remodelado	44.9 m <sup>2</sup>
	Pavimento em grelha de betão de 40 x 60cm, preenchido com gravilha (Parque de Estacionamento)	100.16 m <sup>2</sup>
	Pavimento em gravilha de granulometria extensa (Parque Estacionamento e caminho de acesso)	364.66 m <sup>2</sup>
	Pavimento em gravilha solta, branca	60.32 m <sup>2</sup>
	Pavimento em placa de aglomerado de pedra do Modelo "Granalhadas Branco Dunas" de 60x60 ou equivalente	93.54 m <sup>2</sup>
	Pavimento em gravilha solta	867.14m <sup>2</sup>
	Pavimento do Parque infantil em borracha sintética, modelo "Childsplay 210", Tipo "Playplanet"	124.2 m <sup>2</sup>
	Zona de estadia em saibro	114.54 m <sup>2</sup>
	Pavimento sobre-elevado em Deck	9.3 m <sup>2</sup>
	Limite da área de intervenção	

### 2- Muros e muretes propostos

	Murete de 0.5-1m de altura em pedra empilhada e fixa com argamassa (acrescentado ao existente no local)	6.40m
	Murete de 0.3m de altura em tijolo de betão rematado com pedra ou mosaico, preparado para colocação de vedação de metal	32.06m
	Muro/murete em pedra argamassada e para contenção de terras e colocação de vedação de metal em rede	192.73m
	Murete composto por uma simples fila de pedras, apenas para marcar o inicio dos socalcos e a limitação entre zonas(acrescentado ao existente no local)	26.74m
	Secção do muro de limite da propriedade que actualmente se encontra destruido. Como as pedras estão ainda no local vai proceder-se a um reempilhamento das pedras de modo a se reconstruir o muro velho, com a largura a altura original	61.49m <sup>2</sup>
	Lancis em pedra calcária ou em betão pre-fabricado, com 8cm de largura	2022.465m

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

Nº 18470

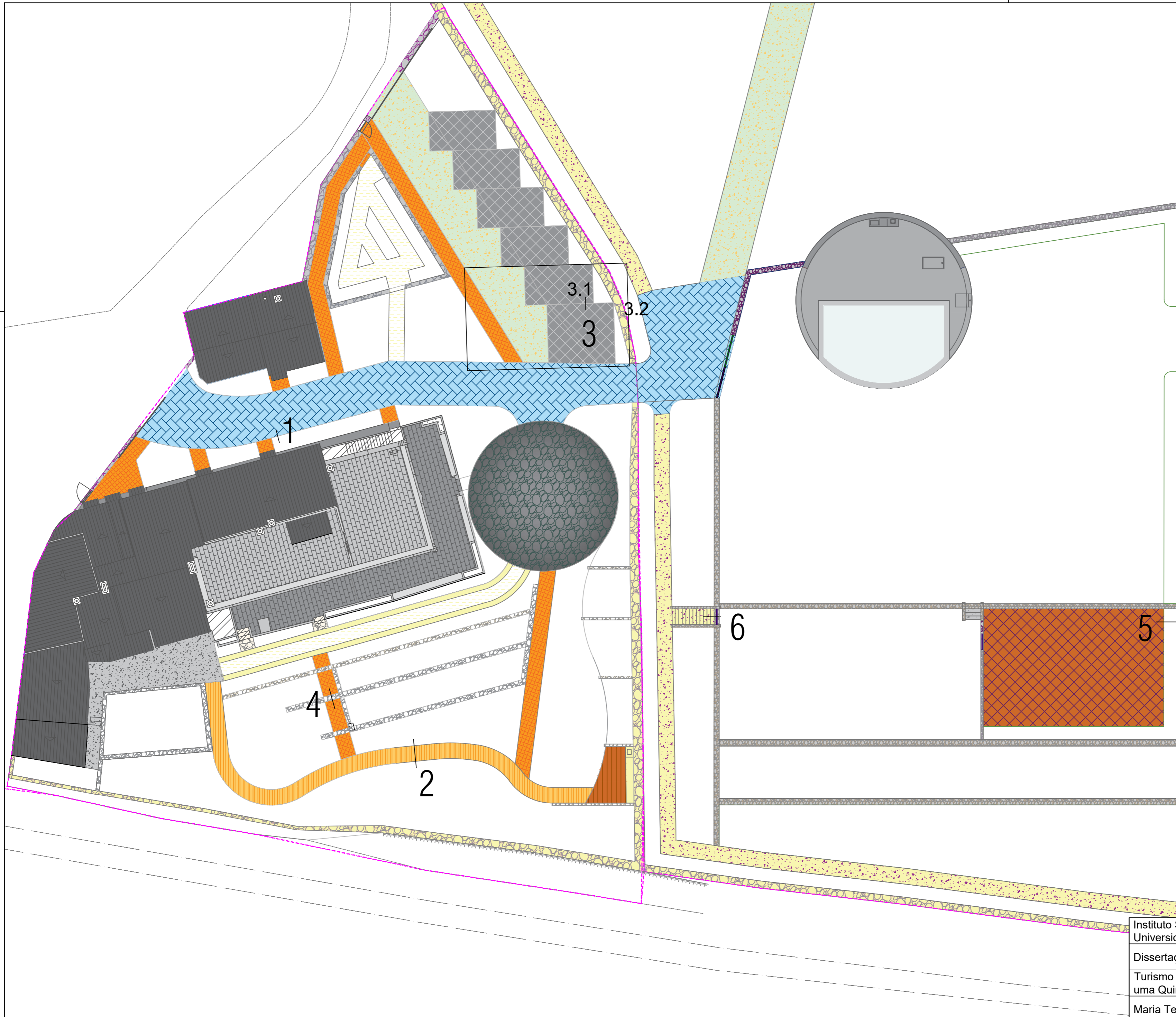
Planta de Pavimentos- Vista Geral

Peça Nº 6a

Data: 14/10/2022

Escala: 1:750

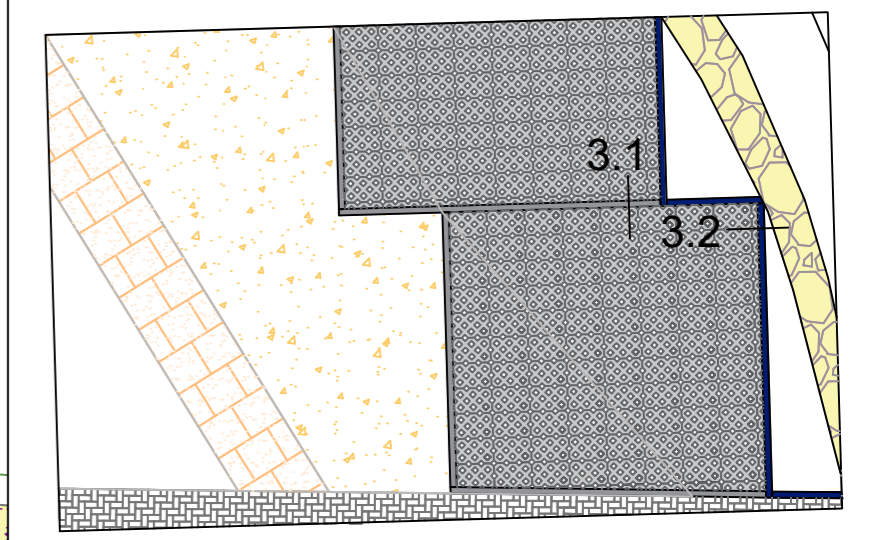
1:750



**Legenda:**

1- Pavimentos propostos		Medições
	Pavimento em blocos de betão pre-fabricados de forma rectangular	205.18 m <sup>2</sup>
	Pavimento em mosaico hidraulico de 15 X 15 reaproveitado do chão do apartamento que foi remodelado	44.9 m <sup>2</sup>
	Pavimento em grelha de betão de 40 x 60cm, preenchido com gravilha (Parque de Estacionamento)	100.16 m <sup>2</sup>
	Pavimento em gravilha de granulometria extensa (Parque Estacionamento e caminho de acesso)	364.66 m <sup>2</sup>
	Pavimento em gravilha solta, branca	60.32 m <sup>2</sup>
	Pavimento em placa de aglomerado de pedra do Modelo "Granalhadas Branco Dunas" de 60x60 ou equivalente	93.54 m <sup>2</sup>
	Pavimento em gravilha solta	867.14m <sup>2</sup>
	Pavimento do Parque infantil em borracha sintética, modelo "Childsplay 210", Tipo "Playplanet"	124.2 m <sup>2</sup>
	Zona de estadia em saibro	114.54 m <sup>2</sup>
	Pavimento sobre-elevado em Deck	9.3 m <sup>2</sup>
	Limite da área de intervenção	
2- Muros e muretes propostos		Medições
	Murete de 0.5-1m de altura em pedra empilhada e fixa com argamassa (acrescentado ao existente no local)	6.40m
	Murete de 0.3m de altura em tijolo de betão rematado com pedra ou mosaico, preparado para colocação de vedação de metal	32.06m
	Muro/murete em pedra argamassada e para contenção de terras e colocação de vedação de metal em rede	192.73m
	Murete composto por uma simples fila de pedras, apenas para marcar o início dos socalcos e a limitação entre zonas(acrescentado ao existente no local)	26.74m
	Secção do muro de limite da propriedade que actualmente se encontra destruído. Como as pedras estão ainda no local vai proceder-se a um reempilhamento das pedras de modo a se reconstruir o muro velho, com a largura a altura original	61.49m <sup>2</sup>
	Lancis em pedra calcária ou em betão pre-fabricado, com 8cm de largura	2022.465m

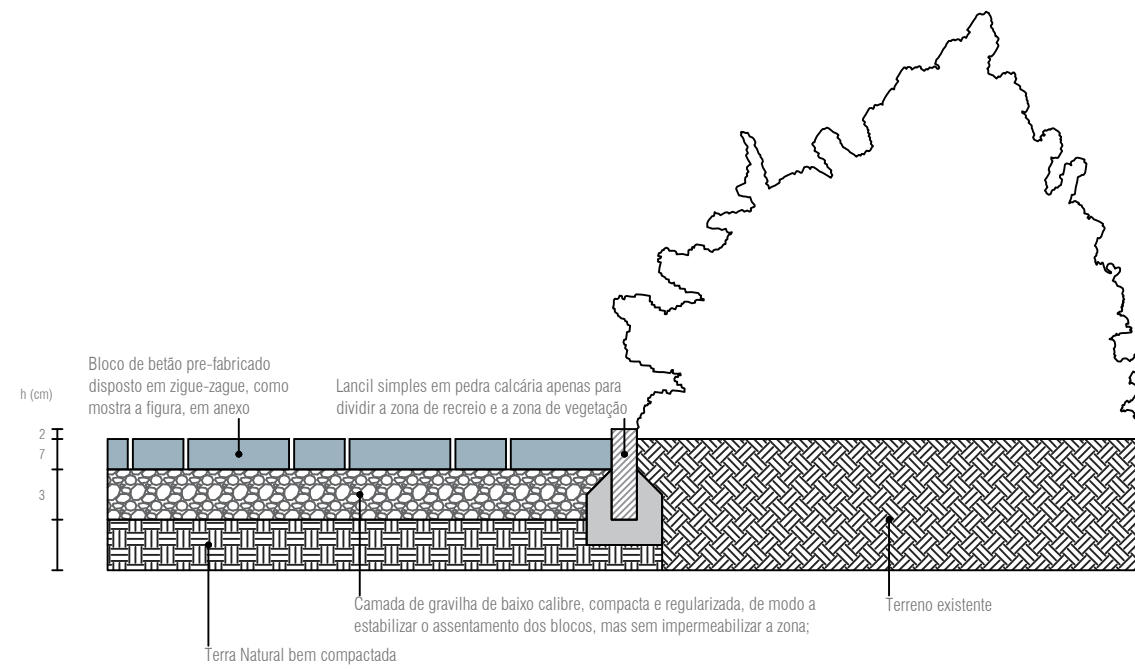
Pormenor da zona mais a Norte, perto da entrada 2  
Escala 1:120



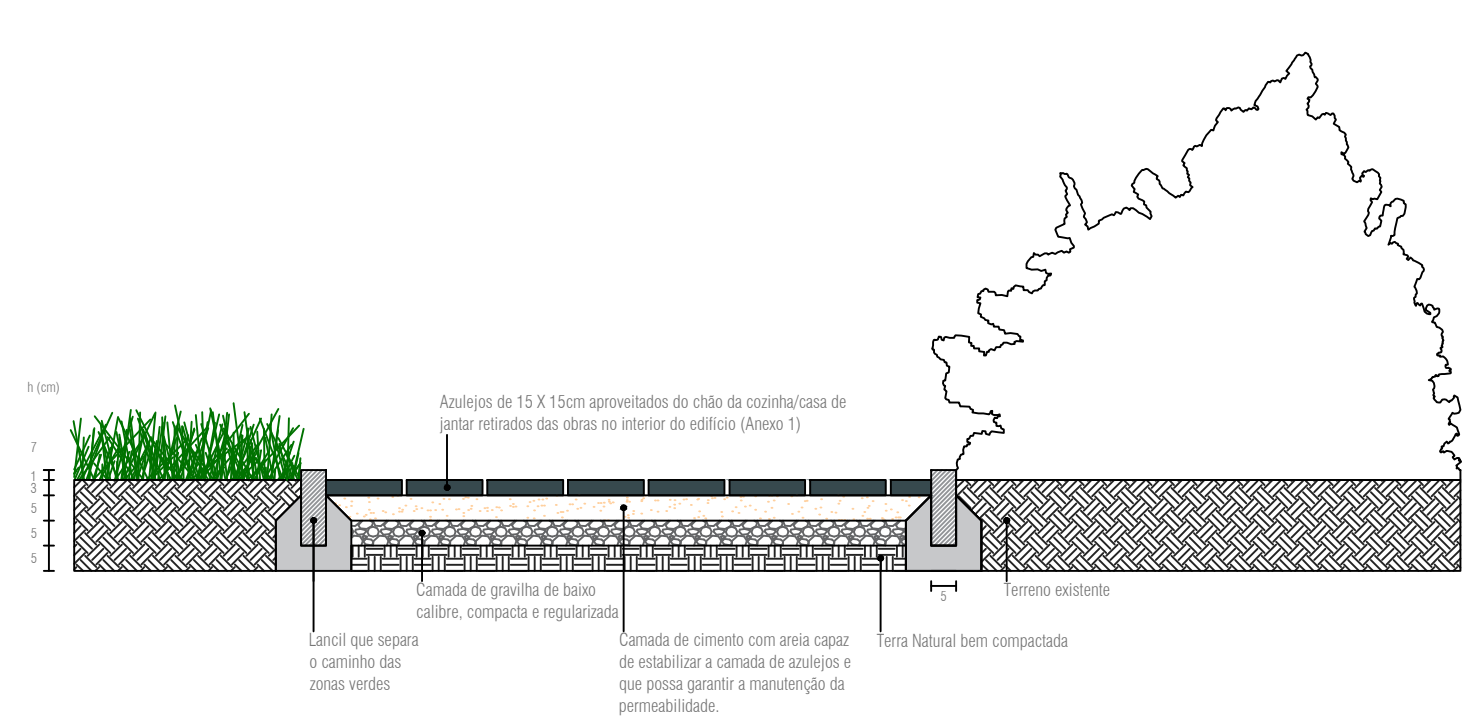
Escala 1:200

Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Plano de Pavimentos- Propriedade A e Z. Piscina	Peça Nº 6b	
Data: 14/10/2022	Escala: 1:200 e 1:120	

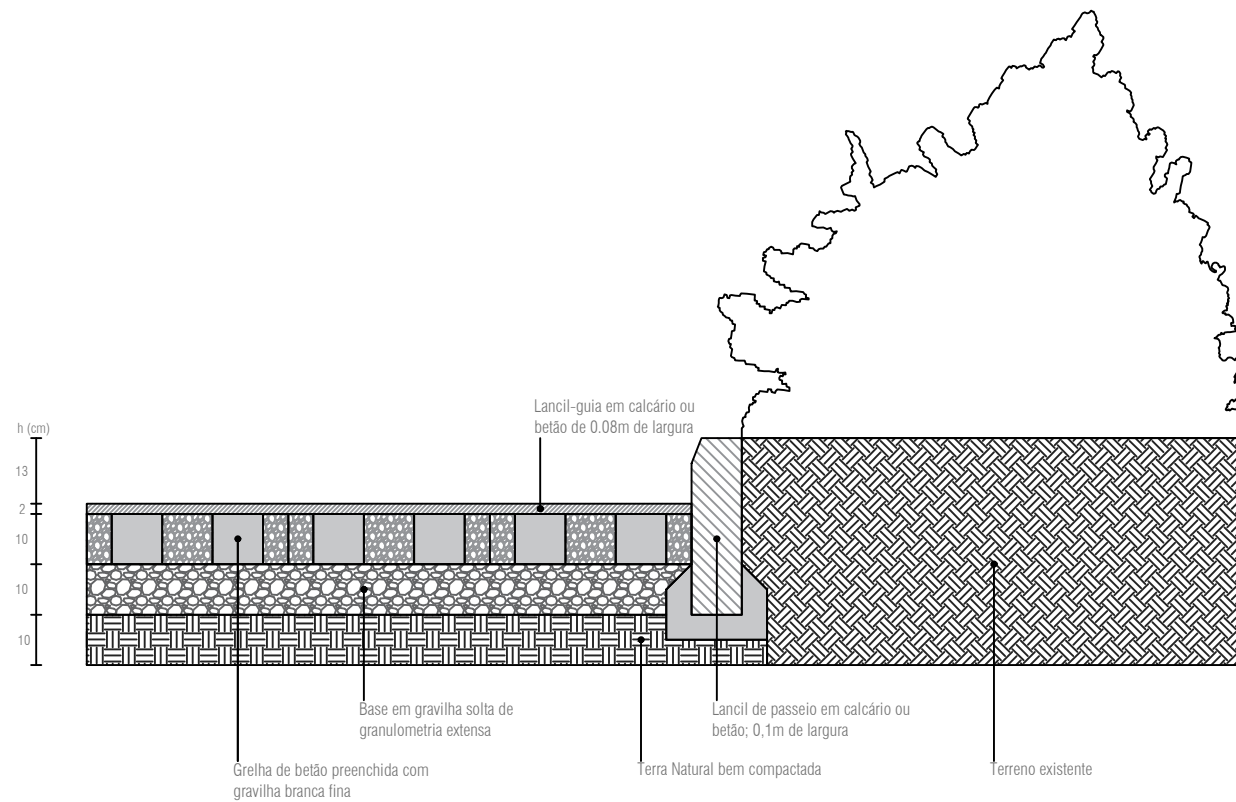
Pormenor 1



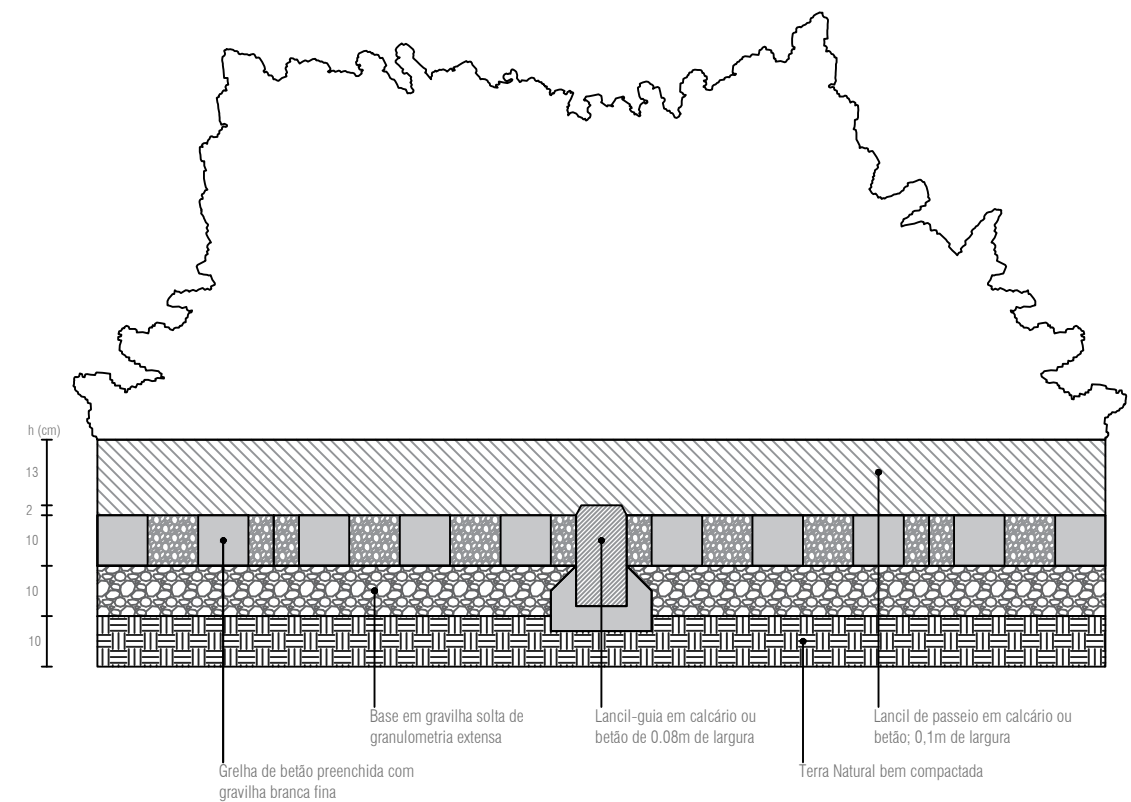
Pormenor 2



Pormenor 3.1- Vista de Lado



Pormenor 3.2- Vista de Frente



Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

Nº 18470

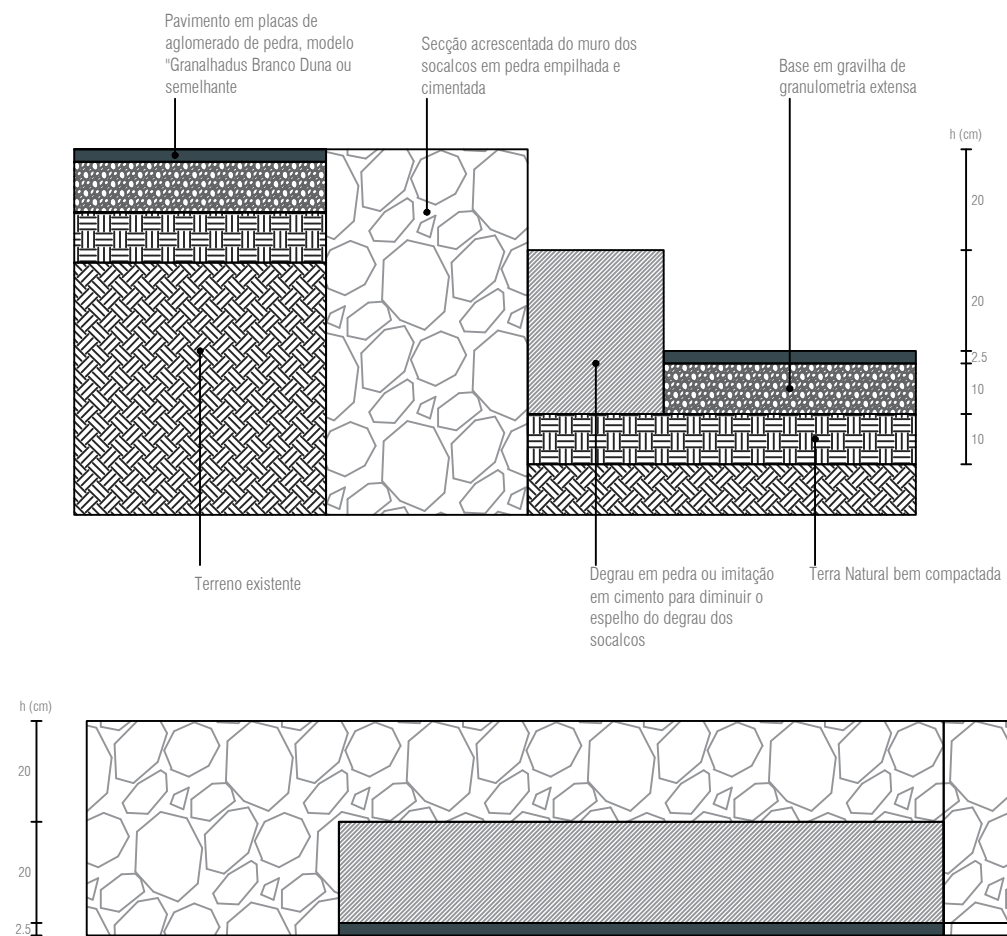
Plano de Pormenores de Construção - Localização e Pormenor 1, 2, 3.1 e 3.2

Peça Nº 7a

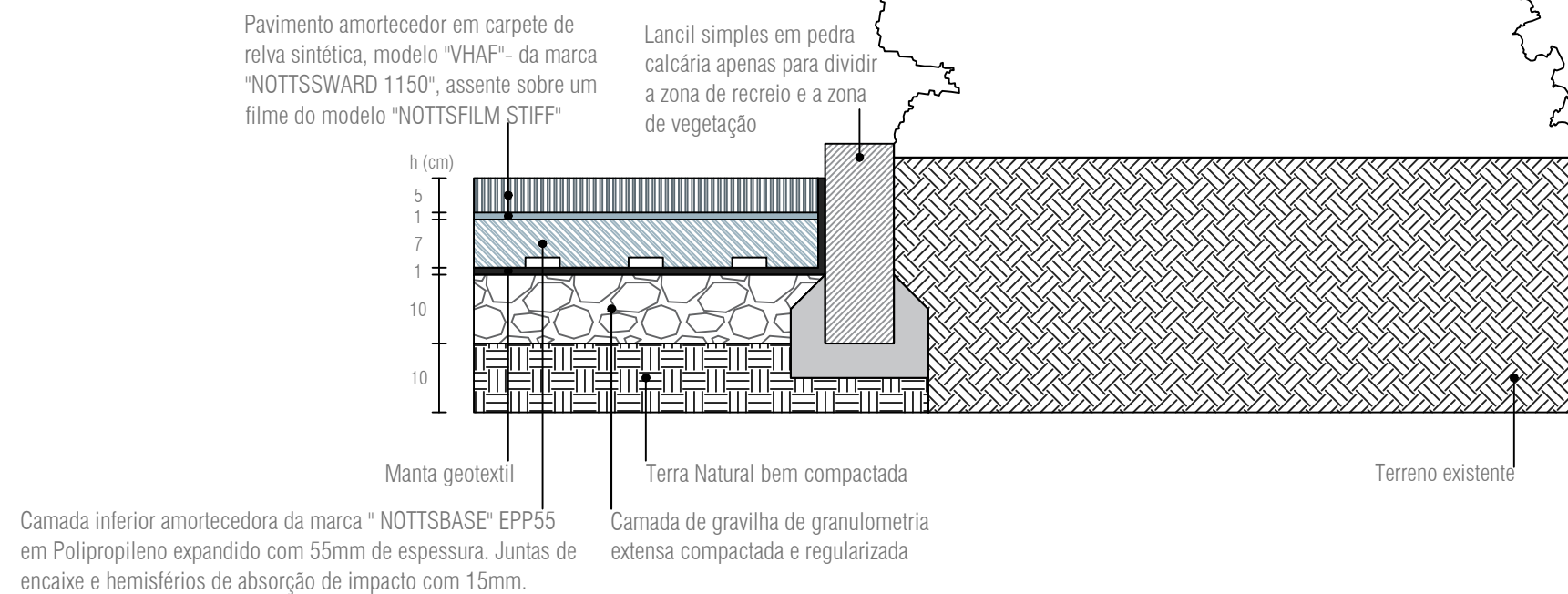
Data: 14/10/2022

Escala: 1:15

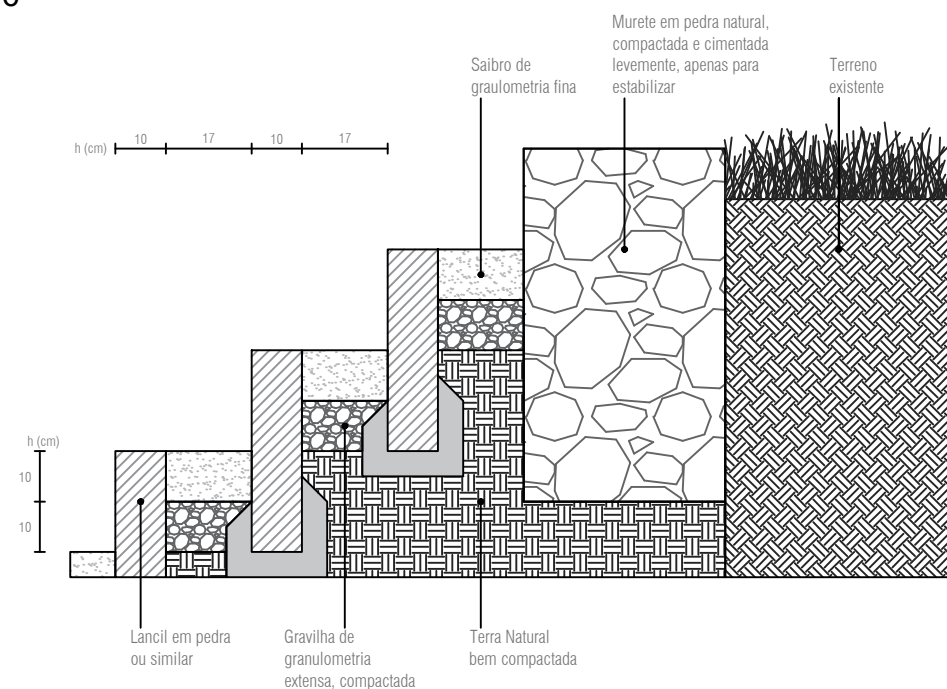
### Pormenor 4- Vista de Perfil e de frente



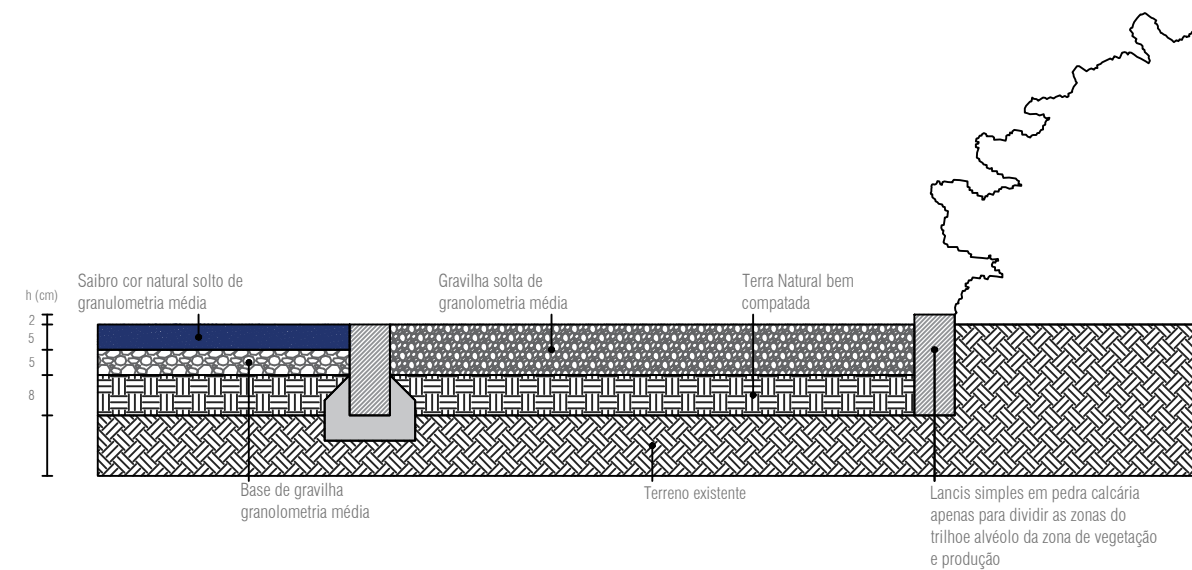
### Pormenor 5- Zona do Parque Infantil



### Pormenor 6



### Pormenor 7



### Pormenor 8



Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

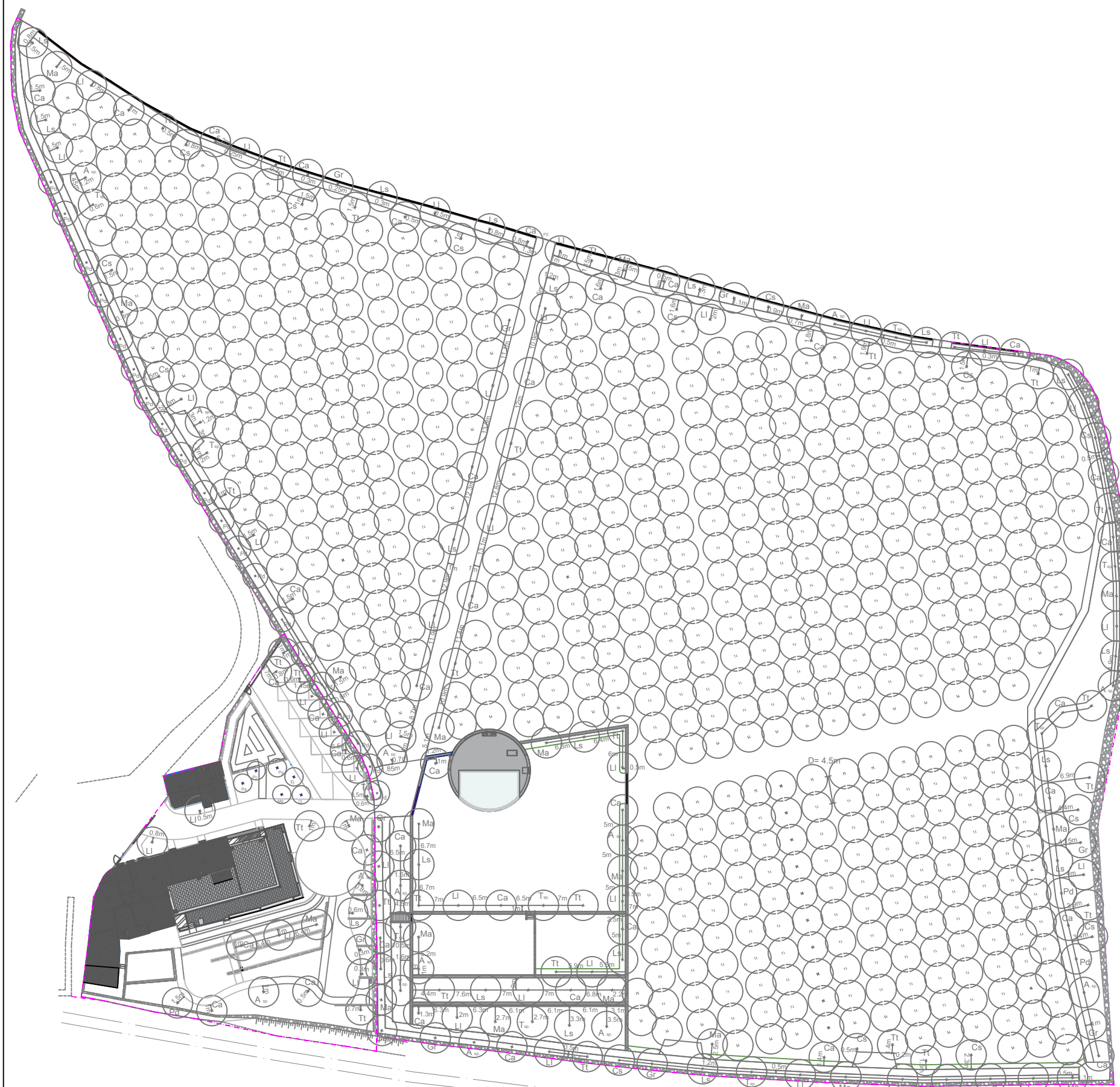
Nº 18470

Plano de Pormenores de Construção -  
Pormenores 4-8

Peça Nº 7b

Data: 14/10/2022

Escalas 1:15 e 1:10



**Legenda:**

Árvores Propostas:	Qt. (un)
A. sp - <i>Acer sp. (A. negundo, A. pseudoplatanus)</i>	14
Ca- <i>Celtis australis</i>	39
Cs- <i>Ceratonia siliqua</i>	15
Gr- <i>Grevilea robusta</i>	9
LI- <i>Ligustrum lucidum</i>	35
Ls- <i>Liquidambar styraciflua</i>	21
Ma- <i>Melia azedarach</i>	20
Pd- <i>Prunus dulcis</i>	23
T. sp - <i>Tilia sp. (T. tomentosa, T. platyphillos)</i>	11
Tt- <i>Tipuana tipu</i>	27

Total 214

Zona agrícola Qt. (un)

Árvores Propostas para produção agrícola:  
Cs- *Citrus sinensis* 585

**Zona de pomar**

Árvores propostas para a zona do pomar:		Qt.
Cl- <i>Citrus limon</i>	Limoeiro	1
Ej- <i>Eriobotrya japonica</i>	Nespereira	1
Md- <i>Malus domestica</i>	Macieira	1
Pa- <i>Persea americana</i>	Abacateiro	1
Pc- <i>Pyrus communis</i>	Pereira	1
Pg- <i>Punica granatum</i>	Romãzeira	1

**Notas:**

-Na definição das filas de plantação das árvores para produção agrícola decidiu-se aproveitar as linhas de terra amontoadas existentes no local que já estavam preparadas para acolher uma exploração. Através de uma imagem aérea da zona conseguiu-se delimitar-las, pelo que as árvores foram distribuídas pelas mesmas.

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



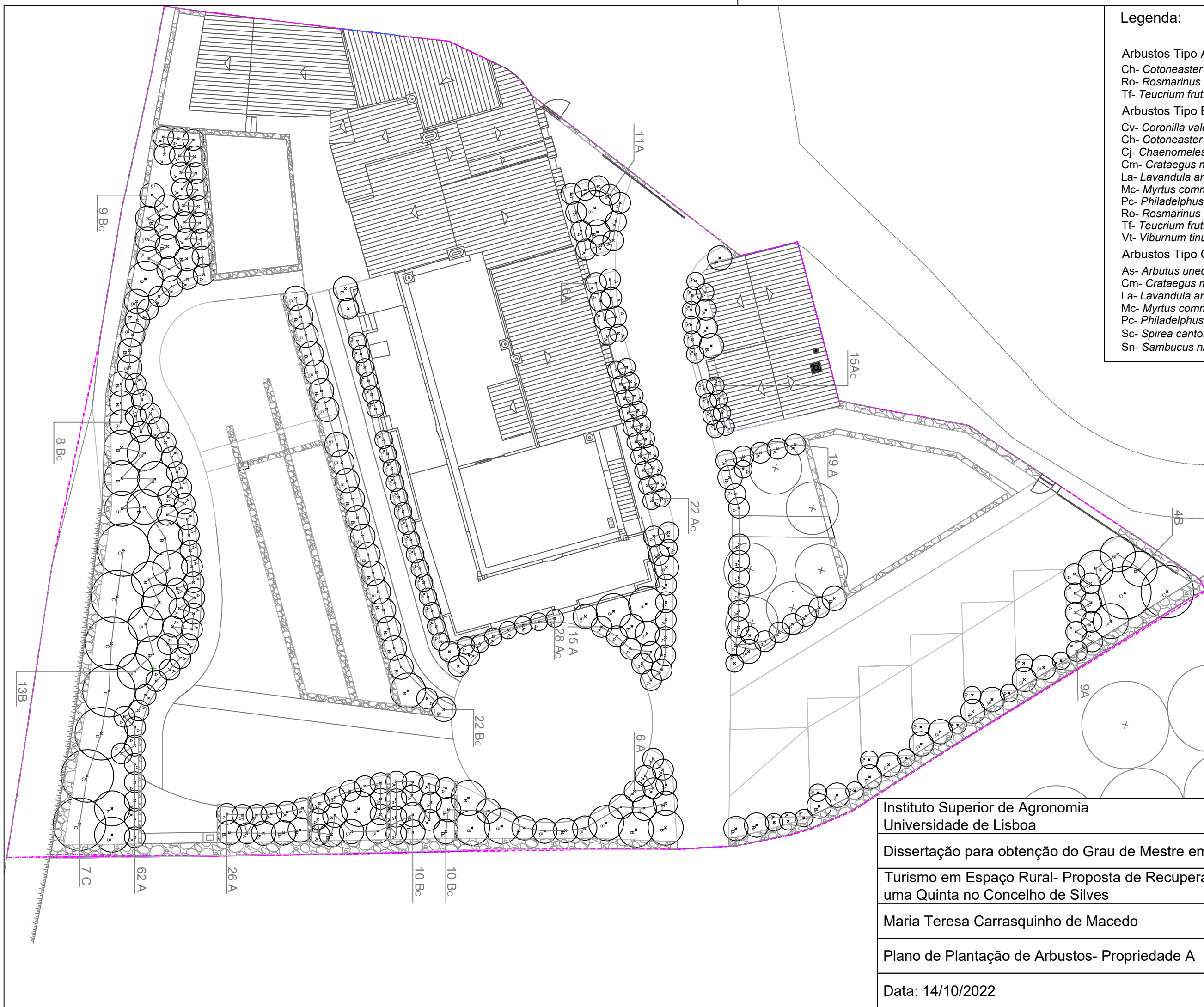
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo Nº 18470

Plano de Plantação de Árvores, Produção e Pomar Peça Nº 8a


Data: 14/10/2022 Escala: 1:750

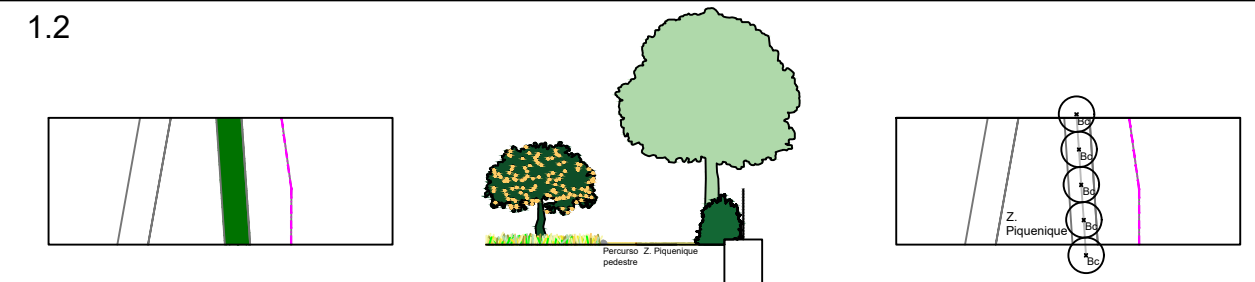
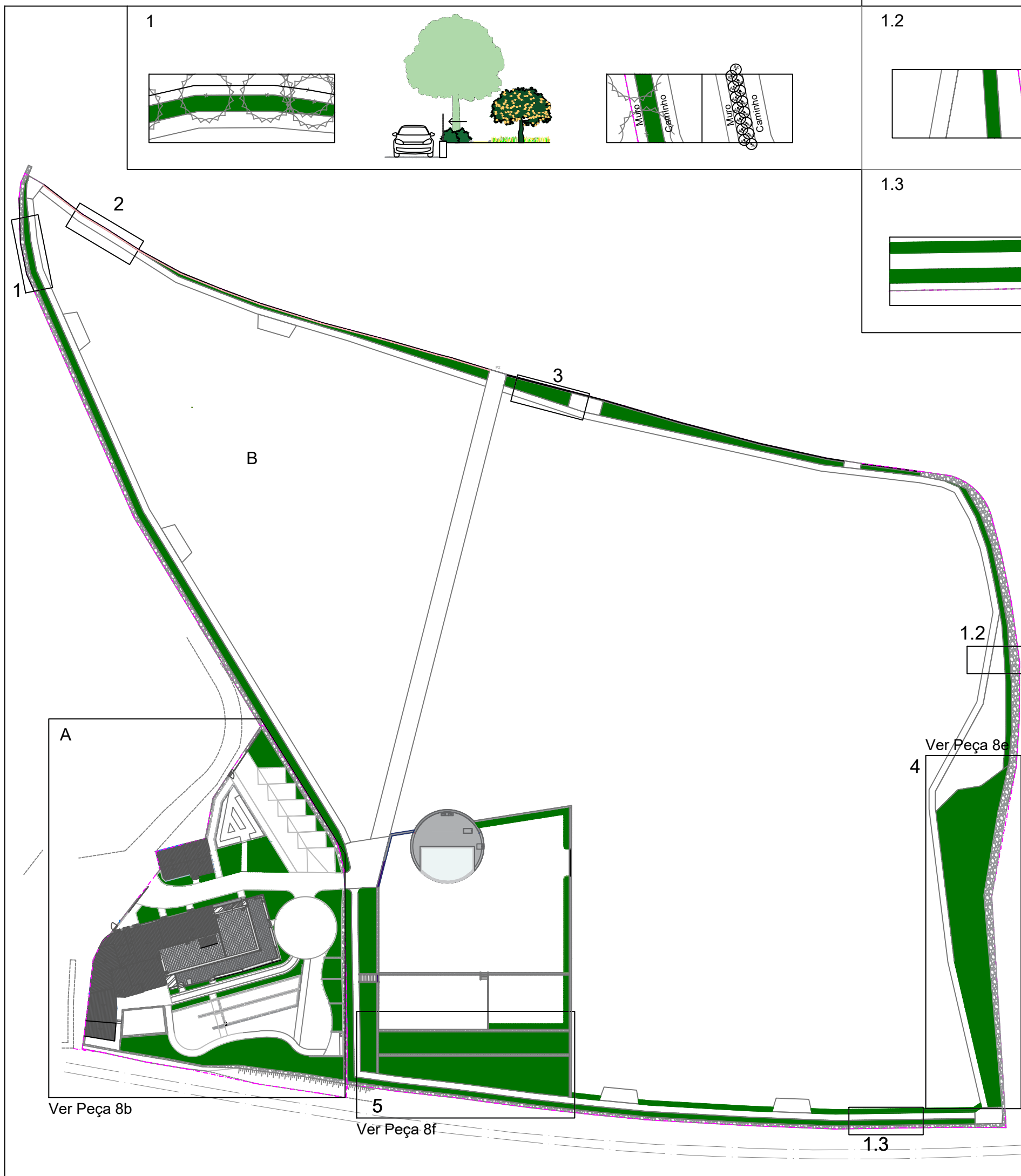


**Legenda:**

	Qt.(un)
<b>Arbustos Tipo A (D = 0.5 - 0.6m)</b>	1330
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	444
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	443
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	443
<b>Arbustos Tipo B (D = 0.7 - 1m)</b>	430
Cv- <i>Coronilla valentina ssp. glauca</i>	48
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	40
Cj- <i>Chaenomeles japonica</i>	42
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	44
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	44
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	40
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	46
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	40
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	40
Vt- <i>Viburnum tinus</i>	46
<b>Arbustos Tipo C (max D = 1.5m)</b>	26
As- <i>Arbutus unedo</i>	5
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	3
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	2
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	4
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	3
Sc- <i>Spirea cantoniensis</i>	5
Sn- <i>Sambucus nigra</i>	4

Nota: A plantação deve ser feita alternada, com uma rotação entre as várias espécies existentes, fazendo uma mistura variada e respeitando as quantidades existentes nos planos de plantação. Nunca se deve pôr 2 exemplares da mesma espécie juntas.

Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa		
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista		
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves		
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo	Nº 18470	
Plano de Plantação de Arbustos- Propriedade A	Peça Nº 8b	
Data: 14/10/2022	Escala: 1:200	



**Legenda:**

	Qt.(un)
Arbustos Tipo A (D = 0.5 - 0.6m)	1330
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	444
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	443
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	443
Arbustos Tipo B (D = 0.7 - 1m)	430
Cv- <i>Coronilla valentina ssp. glauca</i>	48
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	40
Cj- <i>Chaenomeles japonica</i>	42
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	44
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	44
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	40
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	46
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	40
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	40
Vt- <i>Viburnum tinus</i>	46
Arbustos Tipo C (max D = 1.5m)	26
As- <i>Arbutus unedo</i>	5
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	3
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	2
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	4
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	3
Sc- <i>Spirea cantoniensis</i>	5
Sn- <i>Sambucus nigra</i>	4

Nota: A plantação deve ser feita alternada, com uma rotação entre as várias espécies existentes, fazendo uma mistura variada e respeitando as quantidades existentes nos planos de plantação. Nunca se deve pôr 2 exemplares da mesma espécie juntas.

Nota: Secção 2 e 3: Ver Peça N° 8d

Instituto Superior de Agronomia  
 Universidade de Lisboa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

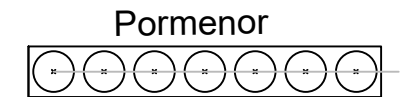
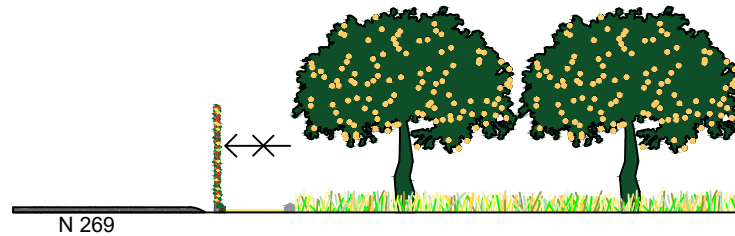
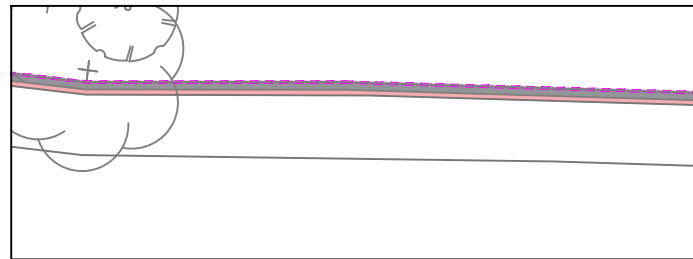
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo N° 18470

Plano de Plantação-tipo - Propriedade B: Localização geral e esquema da zona 1 e sub-seções. Peça N° 8c

Data: 14/10/2022 Escala: 1:750 (mapa) e 1:300 (esquemas)

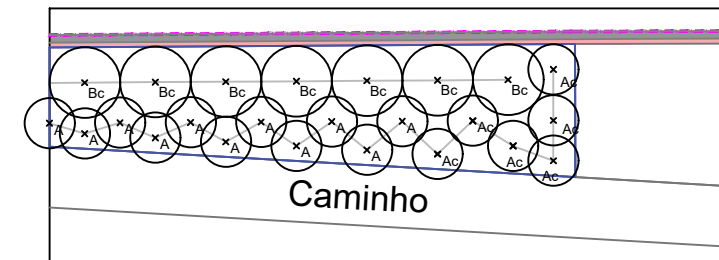
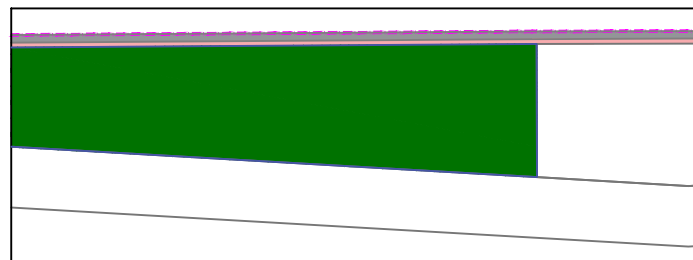


Caso 2



1:150

Caso 3



1:150

Mapa



Legenda:

	Qt.(un)		Qt.(un)
Arbustos Tipo A (D = 0.5 - 0.6m)	1330	Trepadeiras	500
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	444	Bg- <i>Bougainvillea glabra</i>	80
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	443	Fr- <i>Ficus repens</i>	30
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	443	Hh- <i>Hedera helix</i>	30
Arbustos Tipo B (D = 0.7 - 1m)	430	Jm- <i>Jasminum mesnyi</i>	70
Cv- <i>Coronilla valentina ssp. glauca</i>	48	Lj- <i>Lonicera japonica</i>	80
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	40	P. sp- <i>Parthenocissus sp.</i>	60
Cj- <i>Chaenomeles japonica</i>	42	( <i>tricuspidata</i> e <i>quinquefolia</i> )	
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	44	Pe- <i>Passiflora edulis</i>	20
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	44	Tc- <i>Tacoma capensis</i>	70
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	40	Ws- <i>Wisteria sinensis</i>	60
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	46		
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	40		
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	40		
Vt- <i>Viburnum tinus</i>	46		
Arbustos Tipo C (max D = 1.5m)	26		
As- <i>Arbutus unedo</i>	5		
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	3		
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	2		
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	4		
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	3		
Sc- <i>Spirea cantoniensis</i>	5		
Sn- <i>Sambucus nigra</i>	4		

Nota: A plantação deve ser feita alternada, com uma rotação entre as várias espécies existentes, fazendo uma mistura diversa e respeitando as quantidades existentes nos planos de plantação. Nunca se deve pôr 2 exemplares da mesma espécie juntas.

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

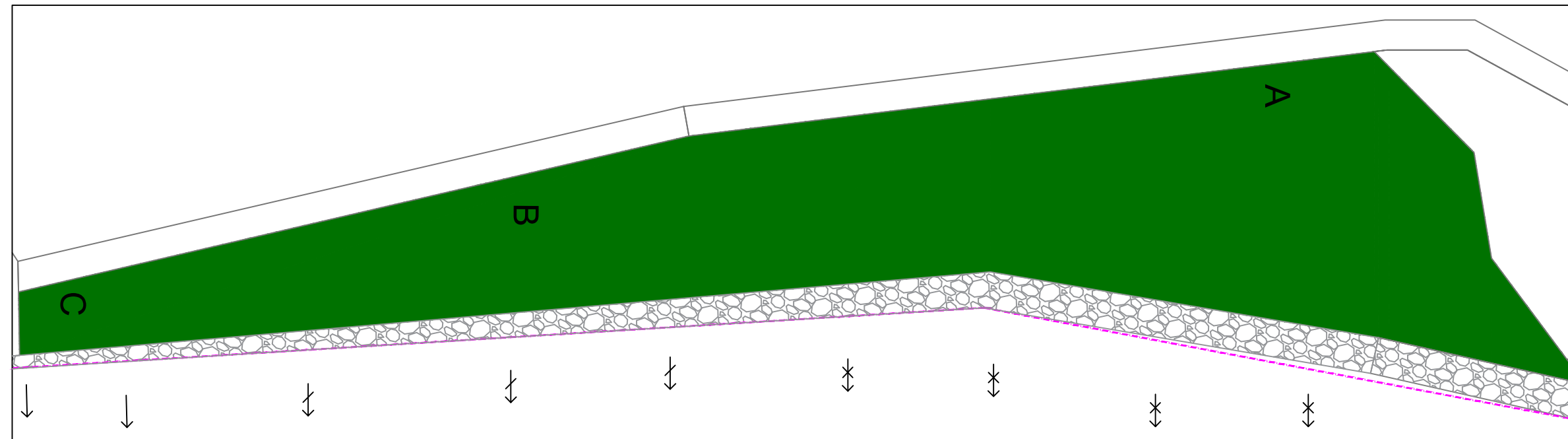
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo N° 18470

Plano de Plantação-tipo - Propriedade B: Localização das zonas 2 e 3 e respectivos esquemas Peça N° 8d

Data: 14/10/2022 Escalas: 1:500 (localização) e 1:150(esquemas)

1:500

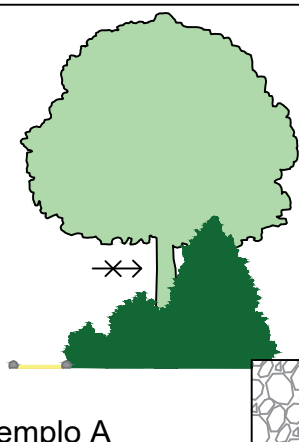
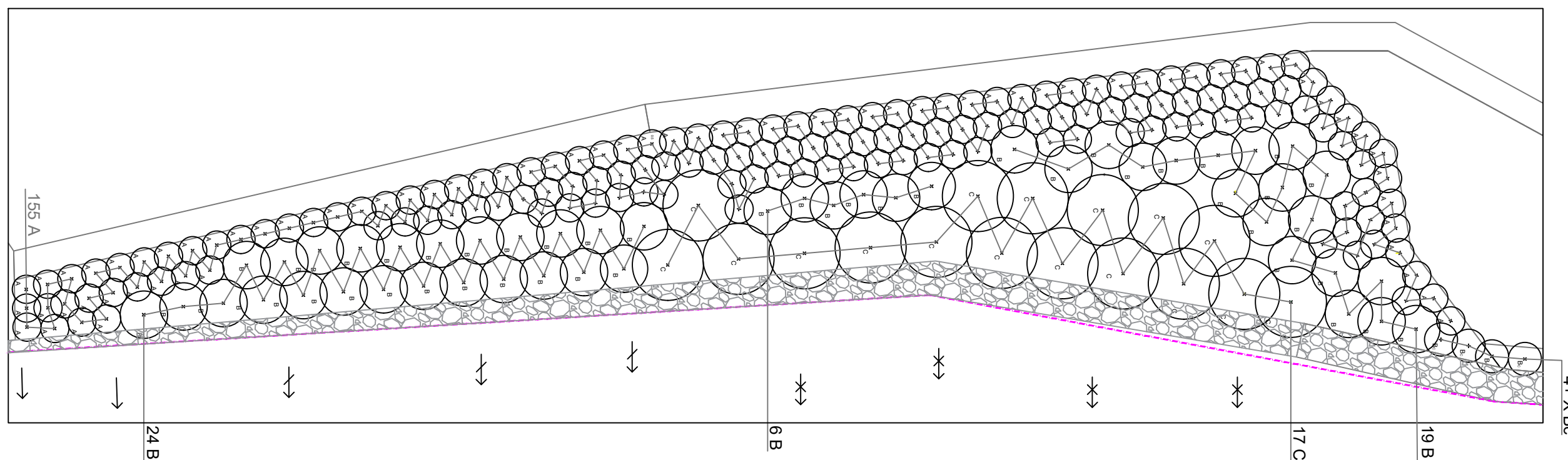
Zona 4



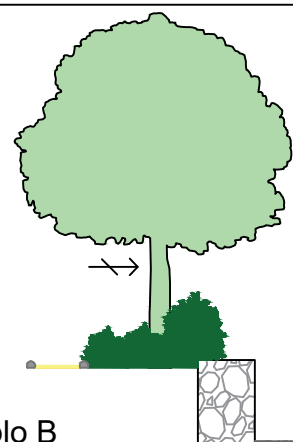
Legenda:

	Qt.(un)
<b>Arbustos Tipo A (D = 0.5 - 0.6m)</b>	<b>1330</b>
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	444
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	443
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	443
<b>Arbustos Tipo B (D = 0.7 - 1m)</b>	<b>430</b>
Cv- <i>Coronilla valentina ssp. glauca</i>	48
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	40
Cj- <i>Chaenomeles japonica</i>	42
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	44
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	44
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	40
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	46
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	40
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	40
Vt- <i>Viburnum tinus</i>	46
<b>Arbustos Tipo C (max D = 1.5m)</b>	<b>26</b>
As- <i>Arbutus unedo</i>	5
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	3
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	2
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	4
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	3
Sc- <i>Spirea cantoniensis</i>	5
Sn- <i>Sambucus nigra</i>	4

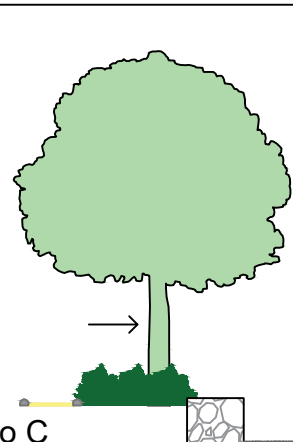
Zona 4- Esquema de plantação



Exemplo A



Exemplo B



Exemplo C

Exemplo de esquema da zona (Esc. 1:200)

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

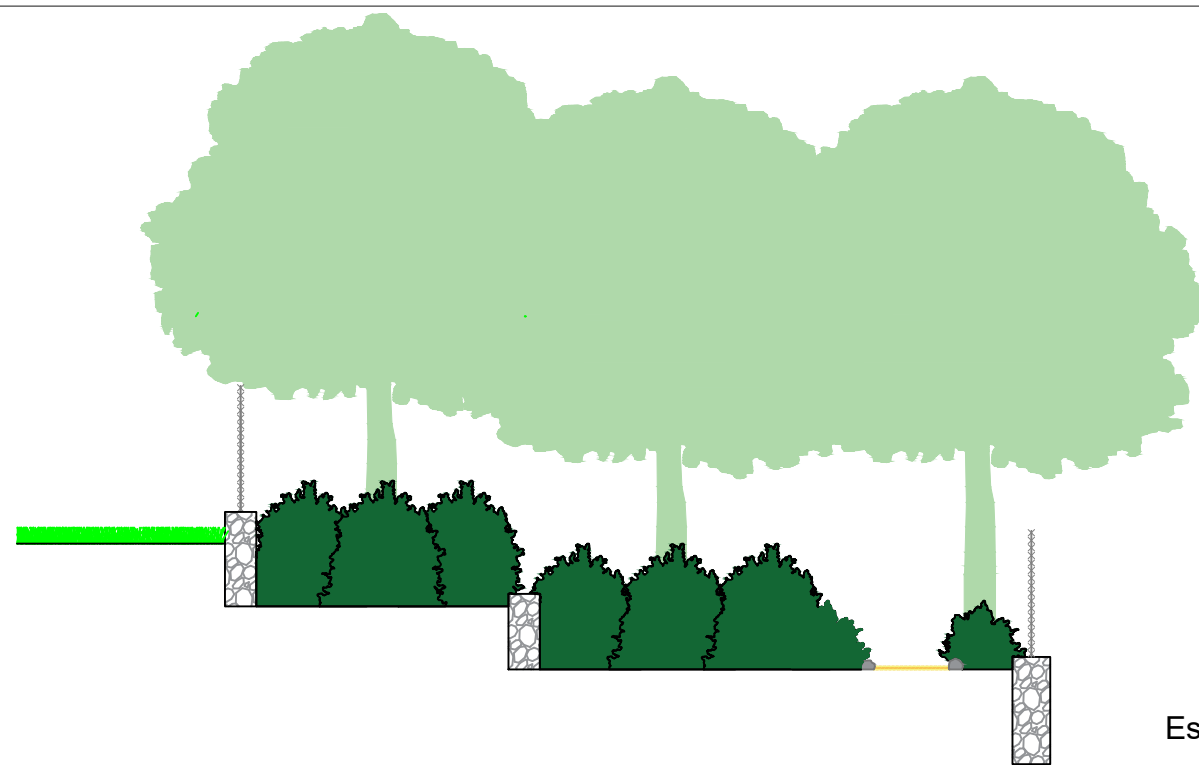
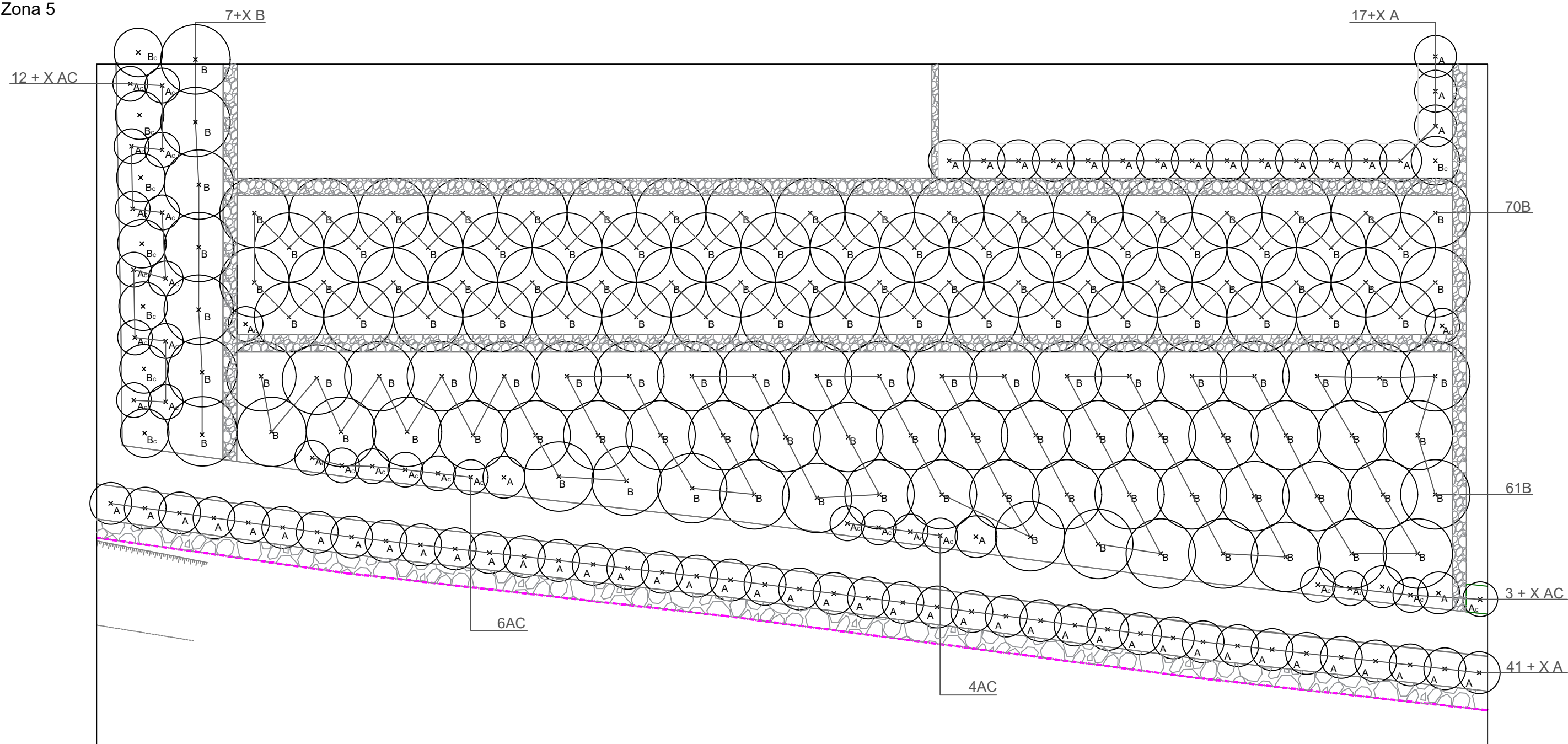
Maria Teresa Carrasquinho de Macedo N° 18470

Plano de Plantação-tipo - Propriedade B: Localização da zona 4 e respectivos esquemas Peça N° 8e

Data: 14/10/2022

Escala: 1:200

Zona 5



Esquema

Legenda:

	Qt.(un)
Arbustos Tipo A (D = 0.5 - 0.6m)	1330
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	444
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	443
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	443
Arbustos Tipo B (D = 0.7 - 1m)	430
Cv- <i>Coronilla valentina ssp. glauca</i>	48
Ch- <i>Cotoneaster horizontalis</i> *	40
Cj- <i>Chaenomeles japonica</i>	42
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	44
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	44
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	40
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	46
Ro- <i>Rosmarinus officinalis</i> *	40
Tf- <i>Teucrium fruticans</i> *	40
Vt- <i>Viburnum tinus</i>	46
Arbustos Tipo C (max D = 1.5m)	26
As- <i>Arbutus unedo</i>	5
Cm- <i>Crataegus monogyna</i> *	3
La- <i>Lavandula angustifolia</i> *	2
Mc- <i>Myrtus communis</i> *	4
Pc- <i>Philadelphus coronarius</i> *	3
Sc- <i>Spirea cantoniensis</i>	5

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista  
Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

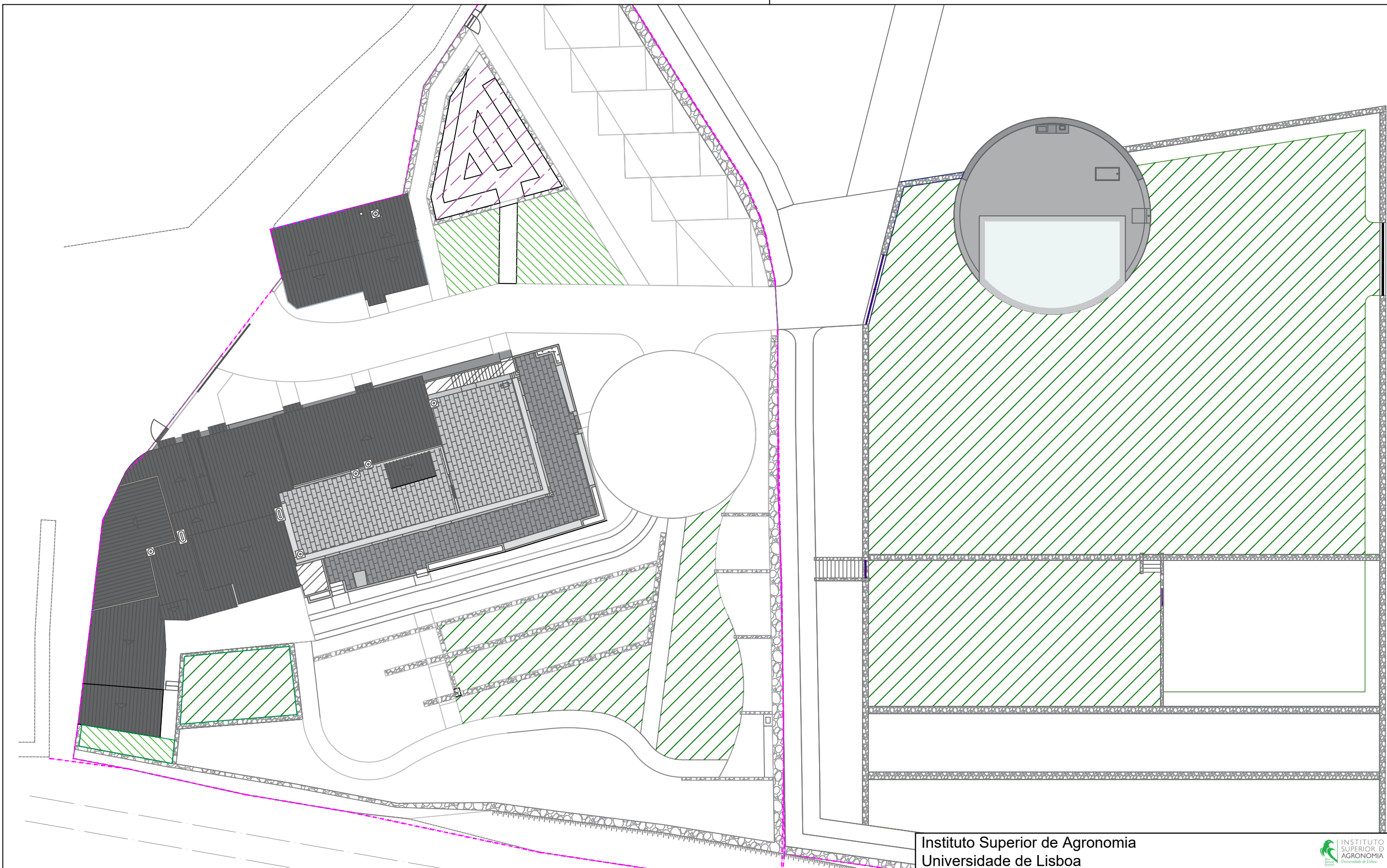
Nº 18470

Plano de Plantação-tipo - Propriedade B: Localização da zona 5 e respectivo esquema




Peça Nº 8f

Data: 14/10/2022

Escala: 1:120



**Legenda:**

	Relvado (implantação por sementeira ou tapete)	1119.84m <sup>2</sup>
	Horta para os proprietários e hóspedes	55.52m <sup>2</sup>
	Prado regado	65.40m <sup>2</sup>

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

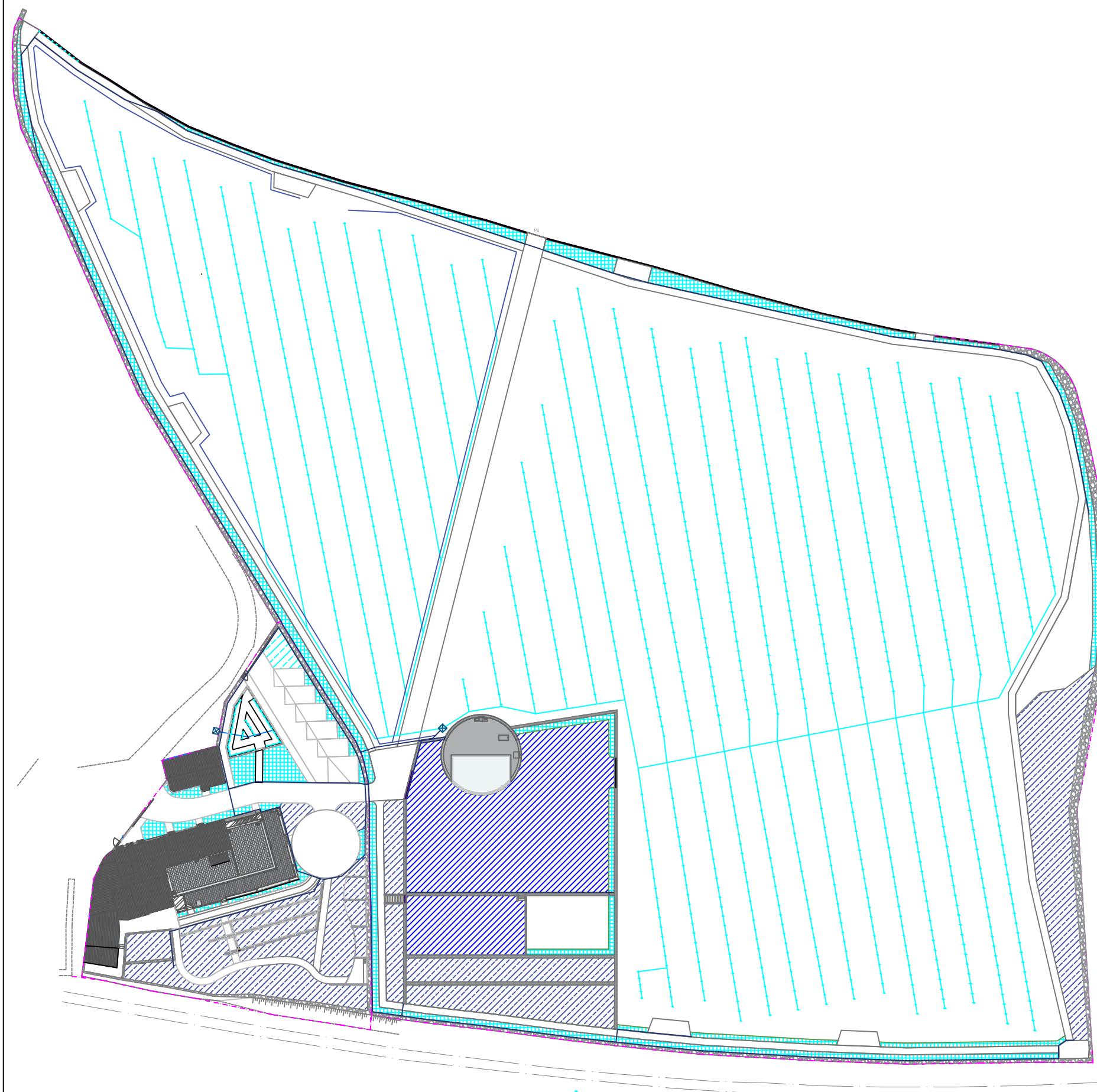
Nº 18470

Plano de Plantação de herbáceas e sementeira

Peça Nº 8g









Data: 14/10/2022

Escala: 1:250



### Legenda

#### Esquema de Tipologias de Rega

-  Rega por aspersão
-  Rega com pulverizadores
-  Rega com micro-pulverizadores
-  Rega gota-a-gota (produção agrícola e horta) Tubagem em PVC com furos para rega gota-a-gota
-  Rega gota-a-gota para as Árvores do percurso
-  Ligação à Rede/ Furo
-  Tubagem principal de ligação à rede
-  Limite da área de intervenção

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

Nº 18470

Plano de Zonamento e Tipologia de áreas regadas

Peça Nº 9

Data: 14/10/2022

Escala: 1:750

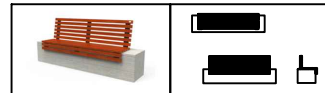


**Legenda**

1- Bancos de jardim e outros		Qts
	Banco de madeira tropical modelo "Itália", assente sobre base de cimento; da marca "Bricantel"	1
	Banco de madeira tropical modelo "Vila Real"; da marca "Bricantel"	8
	Banco de betão revestido com placas de madeira do tipo-deck, modelo "Funchal", da marca ACL	10
	Banco de betão revestido com placas de madeira do tipo-deck, modelo "Coimbra", da marca ACL	3
	Banco de betão modelo "Évora", da marca ACL	1
	Banco de betão armado liso com suporte de bicicletas de chapa de ferro de 4mm, modelo "CUBO SUP 18" ; da marca "Veco - Urban Design"	2
	Mesa de Campismo Pique-nique em madeira tropical modelo "Pic-Nic"; da marca "Bricantel"	7
	Suporte para estacionamento de bicicletas em aço, ajustável, podendo acrescentar ou reduzir, com capacidade máxima para 6 (existem várias marcas, é muito genérico)	15
2- Papeleiras		
	Papeleira de aço inox com cinzeiro, revestida com farripas de madeira; da marca "Progelcone"	22
	Papeleira em chapa de aço galvanizado e lacado de cor cinza, revestido com madeira; modelo "Tetra" da marca "Bragmaia"	8
	Papeleira em chapa de aço galvanizado e lacado de cor cinza, revestido com madeira, com compartimentos de reciclagem e cinzeiro; modelo "Chap" da marca "Bragmaia"	8
	Papeleira de exterior em chapa de aço zincada, com cinzeiro e cor cinza; da marca "Casa Pinheiro" ou "Almargem" ou equivalente	17
	Papeleira com cinzeiro em chapa de ferro galvanizado e cor cinza forja; da marca "Veco-Urban Design"	6
3- Mobiliário de manutenção física		
	Máquina de manutenção física modelo "Elevador Simples" da marca "Bragmaia" Min 16m <sup>2</sup>	1
	Máquina de manutenção física modelo "Surf Simples" da marca Bragmaia". min. 16m <sup>2</sup>	1
	Máquina de manutenção física modelo "Esqui de fundo" da marca "Bragmaia" min. 14m <sup>2</sup>	1
	Máquina de manutenção física modelo "Patins simples" da marca "Bragmaia" min. 15m <sup>2</sup>	1
4- Abrigos adaptados e outros		
	Tipo 1 - Adaptado de Abrigo para lenha modelo "Oregon Madeira" do "Leroy Merlin"	2
	Tipo 2 - Adaptado de Armário de madeira modelo "Lenheiro" do "Leroy Merlin"	2
	Tipo 3 - Adaptado de Abrigo para lenha modelo "Aveal Madeira" do "Leroy Merlin"	1
	Cadeira-Baloiço de metal Swing do "Leroy Merlin" ou equivalente	2
5- Parque infantil		
	Balouço Duplo com assentos de borracha modelo Lapset (lotes separados) da marca "Play Planet" Ref. 175076 e 000226	1
	Escorrega com degraus modelo "Lappset 1470" da marca "Play Planet" Ref. 137019M	1
	Casa de Brincar em madeira, modelo "Lappset" da marca "Play Planet" Ref. 137455M	1
	Limite da área de Intervenção	

## Mobiliário Urbano Proposto

### 1- Bancos de jardim e outros



Banco de madeira tropical modelo "Itália", assente sobre base de cimento; da marca "Bricantel"



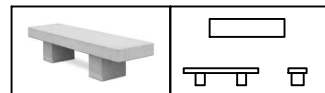
Banco de madeira tropical modelo "Vila Real"; da marca "Bricantel"



Banco de betão revestido com placas de madeira do tipo-deck, modelo "Funchal", da marca ACL



Banco de betão revestido com placas de madeira do tipo-deck, modelo "Coimbra", da marca ACL



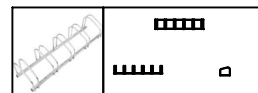
Banco de betão modelo "Évora", da marca ACL



Banco de betão armado liso com suporte de bicicletas de chapa de ferro de 4mm, modelo "CUBO SUP 18" ; da marca "Veco - Urban Design"

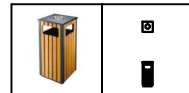


Mesa de Campismo Pique-nique em madeira tropical modelo "Pic-Nic"; da marca "Bricantel"



Suporte para estacionamento de bicicletas em aço, ajustável, podendo acrescentar ou reduzir, com capacidade máxima para 6 (existem várias marcas, é muito genérico)

### 2- Papeleiras



Papeleira de aço inox com cinzeiro, revestida com farripas de madeira; da marca "Progelcone"



Papeleira em chapa de aço galvanizado e lacado de cor cinza, revestido com madeira; modelo "Tetra" da marca "Bragmaia"



Papeleira em chapa de aço galvanizado e lacado de cor cinza, revestido com madeira, com compartimentos de reciclagem e cinzeiro; modelo "Chap" da marca "Bragmaia"

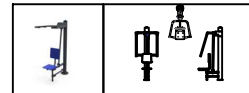


Papeleira de exterior em chapa de aço zincada, com cinzeiro e cor cinza; da marca "Casa Pinheiro" ou " Almargem" ou equivalente

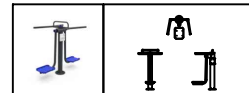


Papeleira com cinzeiro em chapa de ferro galvanizado e cor cinza forja; da marca "Veco-Urban Design"

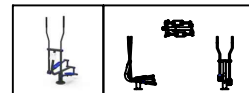
### 3- Mobiliário de manutenção física



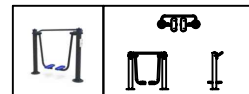
Máquina de manutenção física modelo "Elevador Simples" da marca "Bragmaia" Min 16m2



Máquina de manutenção física modelo "Surf Simples" da marca "Bragmaia". min. 16m2



Máquina de manutenção física modelo "Esqui de fundo" da marca "Bragmaia" min. 14m2



Máquina de manutenção física modelo "Patins simples" da marca "Bragmaia" min. 15m2

### 4- Abrigos adaptados e outros



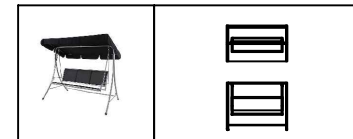
Tipo 1 - Adaptado de Abrigo para lenha modelo "Oregon Madeira" do "Leroy Merlin"



Tipo 2 - Adaptado de Armário de madeira modelo "Lenheiro" do "Leroy Merlin"

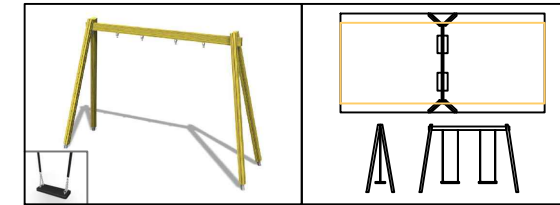


Tipo 3 - Adaptado de Abrigo para lenha modelo "Aveal Madeira" do "Leroy Merlin"

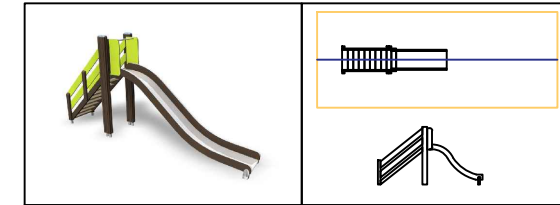


Cadeira-Baloiço de metal Swing do "Leroy Merlin" ou equivalente

### 5- Parque infantil



Baloiço Duplo com assentos de borracha modelo Lapset (lotes separados) da marca "Play Planet" Ref. 175076 e 000226



Escorrega com degraus modelo "Lappset 1470" da marca "Play Planet" Ref. 137019M



Casa de Brincar em madeira, modelo "Lappset" da marca "Play Planet" Ref. 137455M

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

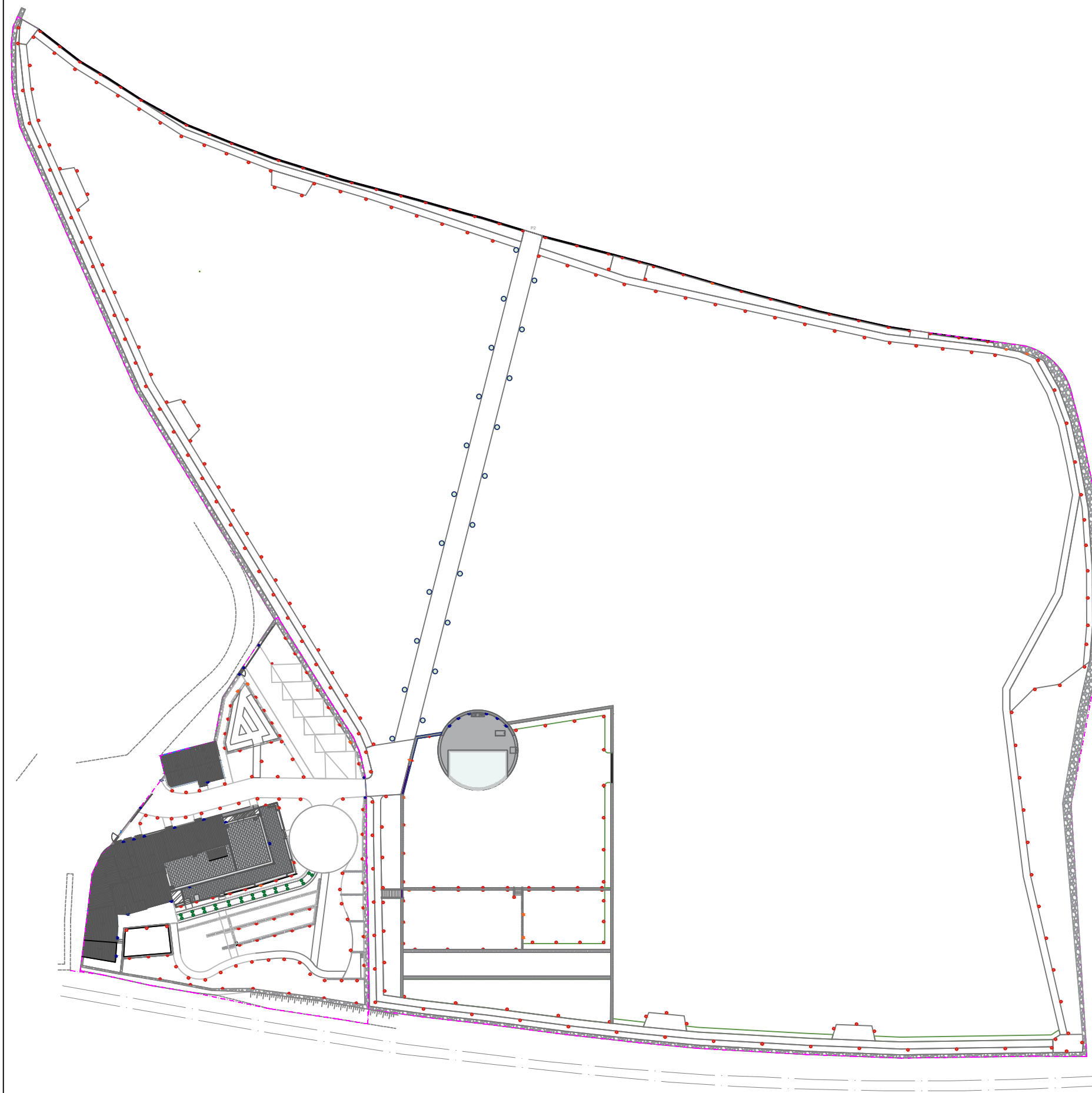
Nº 18470

Mobiliário Urbano- Equipamento Proposto

Peça Nº 10b








Data: 14/10/2022

Escalas: 1:250 e 1:300



### Legenda

#### 1- Iluminação Proposta (estudo)

-  Candeeiros embutidos na parede existentes
-  Candeeiros de poste existentes
-  Candeeiros embutidos em paredes e muros/murestes propostos
-  Candeeiros em pilaretes propostos
-  Apliques de luz embutidos no chão
-  Candeeiros de pé, grandes (de rua)
-  Limite da área de intervenção

Instituto Superior de Agronomia  
Universidade de Lisboa



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo

Nº 18470

Plano de Estudo da Iluminação

Peça Nº 10c

Data: 14/10/2022

Escala: 1:750

Anexo 3.1 - Articulado de medições

MEDIÇÕES E QUANTIDADES

ARTº	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
<b>1 TRABALHOS PRELIMINARES</b>					
1.1	Montagem, manutenção e desmonte de estaleiro devidamente vedado e sinalizado, garantindo as condições de segurança, higiene e saúde para os trabalhadores, assim como condições de trabalho para a fiscalização e direcção técnica da empreitada, incluindo limpeza da zona do estaleiro após a desmontagem e todos os trabalhos e materiais necessários.	vg	1,0		
1.2	Execução de trabalhos de levantamento e piquetagem para posterior verificação do projectista.	vg	1,0		
1.3	Instalação de todos os elementos de sinalização e protecção de árvores a preservar, conforme indicações no Caderno de Encargos, incluindo todos os fornecimentos e trabalhos.	vg	1,0		
<b>2 DEMOLIÇÕES E DESMONTES</b>					
2.1	Remoção de elementos construídos existentes, incluindo sapatas e fundações, transporte e depósito a operador licenciado dos produtos sobranes, todos os materiais e trabalhos complementares.				
2.1.1	Pavimento de gravilha existente entre os 2 edifícios e num dos acessos	m2	237,95		
<b>3 MODELAÇÃO DO TERRENO</b>					
3.1	Modelação de terreno para obtenção de cotas definidas em projecto, incluindo a utilização de todos os meios necessários a uma perfeita execução. Inclui transporte de materiais sobranes a vazadouro do empreiteiro.				
3.1.1	Escavação de terreno de qualquer natureza, elevação, baldeação e transporte das terras para colocação em aterros da obra, regularização do terreno conforme cotas de projeto, incluindo todos os materiais e trabalhos complementares	m3	85,4		
3.1.2	Aterro com materiais de escavação seleccionados, até às cotas das rasantes incluindo todos os trabalhos conforme CTE.	m3	579,6		
<b>4 MUROS E ESTRUTURAS</b>					
<b>4.1 MURETE DE 0.5-1M DE ALTURA EM PEDRA EMPILHADA E FIXA COM ARGAMASSA (ACRESCENTADO)</b>					
4.1.1	Execução de estrutura em pedra (existente na zona) empilhada, tal como existe na zona; ligada entre si com argamassa simples, de forma a dar um aspecto rústico. Inclui escavação, empilhamento, drenagem e todos os trabalhos necessários à sua implantação e perfeito acabamento.	m	6,40		
<b>4.2 MURETE DE 0.3M DE ALTURA, EM TIJOLO DE BETÃO, REMATADO COM PEDRA OU MOSAICO (ACRESCENTADO)</b>					
4.2.1	Execução de estrutura em tijolo de betão, rematada com pedra ou mosaico a imitar pedra. Inclui escavação, empilhamento, drenagem, reboco e remoção a vazadouro das terras sobranes e todos os trabalhos necessários à sua implantação e perfeito acabamento.	m	32,06		
<b>4.3 MURO/MURETE DE PEDRA EMPILHADA E FIXA COM ARGAMASSA FORTE PARA AGUENTAR CONTENSÃO DE TERRAS</b>					
4.3.1	Execução de estrutura em pedra da zona, empilhada, incluindo aplicação de uma pequena sapata, escavação, empilhamento e remoção a vazadouro das terras sobranes e todos os trabalhos necessários à sua implantação e perfeito acabamento.	m	192,30		
<b>4.4 MURETE SIMPLES COM UMA CAMADA DE PEDRA PARA DELIMITAÇÃO DE ZONAS (ACRESCENTADO)</b>					
4.4.1	Execução de estrutura em pedra da zona, com camada única, incluindo escavação e todos os trabalhos necessários à sua implantação e perfeito acabamento.	m	26,74		
<b>4.5 MURO DE DELIMITAÇÃO DE PROPRIEDADE EM PEDRA DA ZONA, QUE ACTUALMENTE SE ENCONTRA PARCIALMENTE DESTRUÍDO</b>					
4.5.1	Reconstrução da secção do muro de limite da propriedade destruído, com pedra da zona que se encontra espalhada no local. Execução do empilhamento com recurso a maquinaria pesada e fixação com argamassa extra forte para resistir. Inclui escavação, empilhamento, drenagem e remoção a vazadouro das terras sobranes e todos os trabalhos necessários à sua implantação e perfeito acabamento.	m2	61,49		
<b>5 PAVIMENTOS</b>					
<b>5.1 BLOCOS DE BETÃO PRÉ-FABRICADOS DE FORMA RECTÂNGULAR*</b>					
5.1.1	Fornecimento de blocos de betão, do tipo "Soplacas -pavimento retangular, acabamento blaster", cor branca e dimensões xxxxx (ref.º xxxxx) dispostos em zigue-zague, como mostra o caderno de encargos.	m2	205,18		
5.1.2	Execução do pavimento incluindo assentamento e abertura de caixa, base com 10 cm de gravilha de baixo calibre, sem cimento para não comprometer a permeabilidade; e sub-base de terreno bem compactado,	m2	205,18		
<b>5.2 GRELHA DE BETÃO PRÉ-FABRICADA PREENCHIDA COM GRAVILHA*</b>					
5.2.1	Fornecimento de Grelha de betão de 40 X60cm, do tipo "Soplacas -pavimento retangular, acabamento blaster", cor branca e dimensões xxxxx (ref.º xxxxx), como mostra o caderno de encargos.	m2	100,16		
5.2.2	Fornecimento de Gravilha para preencher a grelha e para a camada inferior de assentamento (camada de 0,10m)	m2	100,16		
5.2.3	Execução do pavimento incluindo assentamento e abertura de caixa, camada superior em grelha de betão preenchida com gravilha, base com 10 cm de gravilha de baixo calibre, sem cimento para não comprometer a permeabilidade; e sub-base de terreno bem compactado, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento. conforme Caderno de Encargos.	m2	100,16		
<b>5.3 ZONA DE GRANULOMETRIA EXTENSA (Zona de estacionamento)</b>					
5.3.1	Fornecimento de gravilha de alto calibre- caminhos com capacidade viária - (camada de 0,10m)	m2	364,66		
5.3.2	Abertura de caixa, compactação do terreno e aplicação da gravilha, fornecimento e aplicação de camadas base de 15cm de gravilha, com compactação por cilindro	m2	364,66		
<b>5.4 GRAVILHA DE GRANULOMETRIA MÉDIA (Zonas pedonais)</b>					
5.4.1	Fornecimento de gravilha de calibre médio- caminhos pedonais - (camada de 0,10m)	m2	867,14		

Anexo 3.1 - Articulado de medições

MEDIÇÕES E QUANTIDADES

ARTº	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
5.4.2	Abertura de caixa, compactação do terreno e aplicação da gravilha, fornecimento e aplicação de camadas base de 15cm de gravilha, com compactação por cilindro	m2	867,14		
<b>5.5 GRAVILHA DE GRANOLOMETRIA MÉDIA BRANCA (zona das hortas e z. entre a casa e os socalcos)</b>					
5.5.1	Fornecimento de gravilha de calibre médio- caminhos pedonais - (camada de 0,05m)	m2	60,32		
5.5.2	Abertura de caixa, compactação do terreno e aplicação da gravilha, fornecimento e aplicação de camadas base de 5cm de gravilha, com compactação manual	m2	60,32		
<b>5.6 SAIBRO GROSSO E SOLTO (Zonas de estadia)</b>					
5.6.1	Fornecimento de saibro (camada de 0,10m)	m2	114,54		
5.6.2	Abertura de caixa, compactação do terreno e aplicação do saibro, fornecimento e aplicação de camadas base de 15cm de gravilha simples para não comprometer a permeabilidade, com compactação por cilindro.	m2	114,54		«--
<b>5.7 AZULEJO HIDRAULICO DE 15X15 COM ESPESSURA DE 5CM (Reaproveitado)</b>					
5.7.1	Aproveitamento de azulejos hidráulicos, provenientes do chão do edifício antigo que foi substituído por um mais recente; disposto como mostra o caderno de encargos.	m2	44,90		
5.7.2	Execução do pavimento incluindo assentamento e abertura de caixa, base com 10 cm de gravilha de baixo calibre para ter estabilidade, sem cimento para não comprometer a permeabilidade; e sub-base de terreno bem compactado, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento, conforme Caderno de Encargos.	m2	44,90		
<b>5.8 PLACA DE AGLOMERADO DE PEDRA</b>					
5.8.1	Fornecimento de placas de aglomerado de pedra, do modelo "Granalhadas Branco Dunas" dispostos ao comprido, como mostra o caderno de encargos.	m2	93,54		
5.8.2	Abertura de caixa, compactação do terreno e aplicação do saibro, fornecimento e aplicação de camadas base de 15cm de gravilha simples para não comprometer a permeabilidade e sub-base de terreno bem compactado, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento, conforme Caderno de Encargos.	m2	93,54		
<b>5.9 PLACAS DE BORRACHA SINTÉTICA (Parque infantil)</b>					
5.9.1	Fornecimento de Pavimento em borracha sintética, modelo "ChildPlay" da marca "PlayPlanet" disposta como mostra as especificações do fabricante.	m2	124,20		
5.9.2	Execução do pavimento incluindo assentamento e abertura de caixa, base com 10 cm de gravilha de baixo calibre, sem cimento para não comprometer a permeabilidade; e sub-base de terreno bem compactado, incluindo caixa e material drenante, e todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento, conforme Caderno de Encargos e plano de pormenor.	m2	124,20		
<b>5.10 DECK*</b>					
5.10.1	Fornecimento de travessas em Deck*, como mostra o caderno de encargos.	m2	9,30		
5.10.2	Execução do pavimento sobre-elevado, assente sobre travessas transversais; incluindo assentamento sobre uma base com 10 cm de gravilha de baixo calibre, sem cimento para não comprometer a permeabilidade; e sub-base de terreno bem compactado, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento, conforme Caderno de Encargos.	m2	9,30		
<b>6 LANCIS</b>					
<b>6.1 LANCIL DE CALCÁRIO</b>					
6.1.1	Fornecimento e assentamento de lancil em calcário bujardado 0,10x0,25x1m, conforme pormenor construtivo, incluindo sapata de betão e todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento, conforme Caderno de Encargos.	m	1011,0		
<b>6.2 LANCIL DE BETÃO PRÉ-FABRICADO</b>					
6.2.1	Fornecimento e aplicação de lancil em betão pré-fabricado do tipo 'SOPLACAS', dimensão 0,08x0,25x1,00m, incluindo sapata de betão e todos os trabalhos e materiais necessários a um perfeito acabamento, conforme Caderno de Encargos.	m	1011,0		
<b>7 DRENAGEM DE PLUVIAIS</b>					
<b>7.1 TUBAGEM EM PVC</b>					
7.1.1	Fornecimento e assentamento de tubagem em PVC rígido SN8 (PN6), incluindo os respectivos acessórios, abertura de vala, aterro da vala com inertes seleccionados incluindo almofada de areia, remoção carga e transporte dos materiais sobranes para vazadouros e todos os fornecimentos e trabalhos acessórios necessários, em colectores enterrados. Diâmetro 125mm	ml	1,0		
<b>7.2 VALETA EM CALÇADA</b>					
7.2.1	Fornecimento e execução de valeta em calçada de vidro (10x10x10), com largura de 0.30m assente em massa de betão e todos os trabalhos necessários à sua implantação, nomeadamente a escavação em terreno de qualquer natureza, a remoção, reposição e compactação, condução a vazadouro dos produtos sobranes e eventuais indemnizações por depósito.	m2	1,0		
<b>7.3 SUMIDOUROS COM GRELHA METÁLICA</b>					
7.3.1	Execução de caixa de visita com sumidouro pré-fabricados em betão ou construídos in situ, incluindo grelha metálica e ramais de ligação e todos os trabalhos necessários à sua implantação, nomeadamente escavação, a remoção, reposição e compactação, condução a vazadouro dos produtos sobranes e eventuais indemnizações por depósito.	un	1,0		
<b>7.4 CAIXA DE VISITA</b>					
7.4.1	Execução de caixa de visita pré-fabricada 0.50X0.50m com profundidade variável, com parede em betão ou construída in situ, com caixa de retenção de areias, incluindo fornecimento e colocação da tampa em ferro fundido da classe A15 com sistema anti-roubo, aros e ramais de ligação e todos os trabalhos necessários à sua implantação, nomeadamente a escavação em terreno de qualquer natureza, a remoção, reposição e compactação, condução a vazadouro dos produtos sobranes e eventuais indemnizações por depósito.	un	1,0		

Anexo 3.1 - Articulado de medições

MEDIÇÕES E QUANTIDADES

ARTº	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
<b>7.5 GEODRENO (ZONAS VERDES)</b>					
7.5.1	Fonecimentos e assentamento de tubagem em PVC perfurado do tipo "Geodreno" circular envolvida com uma membrana de geotextil, incluindo os respectivos acessórios, tamponamento dos topos, quando aplicável, abertura de vala, aterro da vala com inertes selecionados incluindo almofada de areia, remoção carga e transporte dos materiais sobranes para vazadouro, e todos os fornecimentos e trabalhos acessórios necessários de acordo com o projecto. Diâmetro 125mm	ml	1,0		
<b>8 MOBILIÁRIO URBANO</b>					
8.1	Fornecimento e instalação de mobiliário urbano, incluindo todos os trabalhos, materiais e equipamentos necessários, de acordo com o caderno de encargos e o fabricante.				
<b>8.1.1</b>	<b>BANCOS DE JARDIM E OUTROS</b>	<b>un</b>	<b>47,0</b>		
8.1.1.1	Banco de madeira tropical, modelo "Itália", assente sobre uma base de cimento; da marca "Bricantel"	un	1,0		
8.1.1.2	Banco de madeira tropical, modelo "Vila Real"; da marca "Bricantel"	un	8,0		
8.1.1.3	Banco de betão revestido com placas de madeira tipo "deck", modelo "Funchal" da marca ACL	un	10,0		
8.1.1.4	Banco de betão revestido com placas de madeira tipo "deck", modelo "Coimbral" da marca ACL	un	3,0		
8.1.1.5	Banco de betão, modelo "Évora"; da marca ACL	un	1,0		
8.1.1.6	Banco de betão armado liso com suporte para bicicletas de chapa de ferro de 4mm, modelo "CUBO SUP18"; da marca "VECO-Urban Design"	un	2,0		
8.1.1.7	Mesa de Campismo Pique-nique em madeira tropical, modelo "Pic-nic" da marca "Bricantel"	un	7,0		
8.1.1.8	Suporte para estacionamento de bicicletas em aço ajustável podendo acrescentar ou reduzir o nº de lugares, com capacidade para 6 lugares. Uma vez que existem várias marcas deve-se ter em conta na altura da compra se é o modelo definido no Caderno de Encargos.	un	15,0		
<b>8.1.2</b>	<b>PAPELEIRAS</b>	<b>un</b>	<b>61,0</b>		
8.1.2.1	Papeleira em aço inox com cinzeiro, revestida com farripas de madeira; da marca "Progelcone"	un	22,0		
8.1.2.2	Papeleira em chapa de aço galvanizado e lacado de cor cinza, revestido com madeira; modelo "Tetra" da marca "Bragmaia"	un	8,0		
8.1.2.3	Papeleira em chapa de aço galvanizado e lacado de cor cinza, revestido com madeira, com compartimento de reciclagem e cinzeiro; modelo "Chap" da marca "Bragmaia"	un	8,0		
8.1.2.4	Papeleira de exterior em chapa de aço zincada, de cor cinza, com cinzeiro; da marca "Casa Pinheiro", "Almargem" ou equivalente	un	17,0		
8.1.2.5	Papeleira com cinzeiro em chapa de ferro galvanizado e cor cinza forja; da marca "Veco-Urban Design"	un	6,0		
<b>8.1.3</b>	<b>MOBILIÁRIO DE MANUTENÇÃO FÍSICA</b>	<b>un</b>	<b>4,0</b>		
8.1.3.1	Máquina de manutenção física, modelo "Elevador Simples", da marca "Bragmaia" (Min. 16m2)	un	1,0		
8.1.3.2	Máquina de manutenção física, modelo "Surf Simples", da marca "Bragmaia" (Min.16m2)	un	1,0		
8.1.3.3	Máquina de manutenção física, modelo "Ski de Fundo", da marca "Bragmaia" (Min.14m2)	un	1,0		
8.1.3.4	Máquina de manutenção física, modelo "Patins Simples", da marca "Bragmaia" (Min.15m2)	un	1,0		
<b>8.1.4</b>	<b>ABRIGOS ADAPTADOS PARA ZONAS DE ESTADIA</b>	<b>un</b>	<b>7,0</b>		
8.1.4.1	Cama de exterior adaptado de Abrigo para lenha, modelo "Oregon Madeira" do "Leroy Merlin"	un	2,0		
8.1.4.2	Cama de exterior adaptado de Armário de madeira, modelo "Lenheiro" do "Leroy Merlin"	un	2,0		
8.1.4.3	Cama de exterior adaptado de Abrigo para lenha, modelo "Aveal Madeira" do "Leroy Merlin"	un	1,0		
8.1.4.4	Cadeira-Baloiço de metal "Swing" do "Leroy Merlin" ou equivalente	un	2,0		
8.1.4.5	Montagem dos abrigos feita pelos técnicos da empresa ou da obra em curso. Adaptação feita pelos donos ou por técnicos especializados em madeira. Pormenores da adaptação descritos no Caderno de Encargos.				
<b>8.1.5</b>	<b>EQUIPAMENTO DE PARQUE INFANTIL</b>	<b>un</b>	<b>5,0</b>		
8.1.5.1	Balouço duplo, modelo "Lappset"; da marca "PlayPlanet" REF: 175076	un	1,0		
8.1.5.2	Assentos de borracha, modelo "Lappset"; da marca "PlayPlanet" REF: 000226	un	2,0		
8.1.5.3	Escorrega com degraus, modelo "Lappset 1470"; da marca "PlayPlanet" REF:137019	un	1,0		
8.1.5.4	Casa de brincar, modelo "Lappset"; da marca "PlayPlanet" REF:137455	un	1,0		
8.1.5.5	Fornecimento, montagem e manutenção dos artigos feita pelos técnicos da empresa.				
<b>8.1.3</b>	<b>LUMINÁRIAS (marca e modelo a definir posteriormente pelos proprietários)</b>	<b>un</b>	<b>A definir</b>		
8.1.3.1	Candeeiros de parede (para embutir nos muros/muretes)	un	0,0		
8.1.3.2	Candeeiros verticais pequenos (para colocar nos pilaretes)	un	0,0		
8.1.3.3	Candeeiros de rua	un	0,0		
8.1.3.4	Apliques de luz para o chão (zonas de caminho entre edifício e os socalcos)	un	0,0		
8.1.3.5	Fornecimento e montagem feita pelos técnicos da empresa, de acordo com as instruções presentes em cada artigo.				
<b>9 PREPARAÇÃO DO TERRENO NAS ZONAS VERDES</b>					
9.1	Preparação do terreno para recepção de terras, incluindo desmatção de vegetação de carácter infestante, regularização, limpeza e despedrega sumária.	m <sup>2</sup>	20 156,1		
9.2	Mobilização do terreno	m <sup>2</sup>	1 512,0		
9.3	Fornecimento e distribuição de terra vegetal para árvores em camada de 1 m (+20 % empolamento)	m <sup>2</sup>	15 703,0		
9.4	Fornecimento e distribuição de terra vegetal para arbustos e trepadeiras em camada de 0,50 m (+20 % empolamento)	m <sup>2</sup>	1 928,9		
9.5	Fornecimento e distribuição de terra vegetal para relvados e sementeira, em camada de 0,20 m (+20 % empolamento)	m <sup>2</sup>	1 199,8		
9.6	Fornecimento e distribuição de fertilizantes a 0.1 kg/m2	kg	1,0		

**Instituto Superior de Agronomia****Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura Paisagista****Turismo em Espaço Rural- Proposta de Recuperação e Valorização de uma Quinta no Concelho de Silves**

Maria Teresa Carrasquinho de Macedo Nº 18470 / 14-10-2022

## Anexo 3.1 - Articulado de medições

## MEDIÇÕES E QUANTIDADES








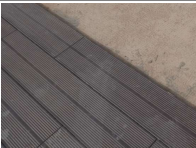


ARTº	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
9.7	Regularização final	m <sup>2</sup>	20 156,1		
<b>10 PLANTAÇÕES</b>					
<b>10.1 FORNECIMENTO DE ÁRVORES</b>					
<b>10.1.1 Árvores ornamentais</b>					
		un	<b>214,0</b>		
10.1.1.1	<i>Acer sp.</i> (PAP 14/16 TR)	un	14,0		
10.1.1.2	<i>Celtis australis</i> (PAP 14/16 TR)	un	39,0		
10.1.1.3	<i>Ceratonia siliqua</i> (PAP 14/16 TR)	un	15,0		
10.1.1.5	<i>Grevilea robusta</i> (PAP 14/16 TR)	un	9,0		
10.1.1.6	<i>Ligustrum lucidum</i> (PAP 14/16 TR)	un	35,0		
10.1.1.7	<i>Liquidambar styraciflua</i> (PAP 14/16 TR)	un	21,0		
10.1.1.8	<i>Melia azedarach</i> (PAP 14/16 TR)	un	20,0		
10.1.1.9	<i>Prunus dulcis</i> (V10L)	un	23,0		
10.1.1.10	<i>Tilia sp.</i> (PAP 14/16 TR)	un	11,0		
10.1.1.11	<i>Tipuana tipu</i> (PAP 14/16 TR)	un	27,0		
<b>10.1.2 Árvores para produção agrícola</b>					
		un	<b>585,0</b>		
10.1.2.1	<i>Citrus sinensis</i> (PAP 14/16 TR)	un	585,0		
<b>10.1.3 Árvores de pomar</b>					
		un	<b>6,0</b>		
10.1.3.1	<i>Citrus limon</i> (V10L)	un	1,0		
10.1.3.2	<i>Eriobotrya japonica</i> (V10L)	un	1,0		
10.1.3.3	<i>Malus domestica</i> (V10L)	un	1,0		
10.1.3.4	<i>Persea americana</i> (V10L)	un	1,0		
10.1.3.5	<i>Pirus communis</i> (V10L)	un	1,0		
10.1.3.6	<i>Punica granatum</i> (V10L)	un	1,0		
<b>10.2 PLANTAÇÃO DE ÁRVORES</b>					
10.2.1	Plantação de árvores conforme caderno de encargos e peças desenhadas, incluindo abertura de covas, introdução de terra vegetal, fertilização, tutoragem e rega.	un	805,0		
<b>10.3 FORNECIMENTO DE ARBUSTOS E TREPADERAS</b>					
<b>10.3.1 Arbustos</b>					
		un	<b>1 786,0</b>		
10.3.1.1	<i>Arbutus unedo</i> (V2,5L)	un	5,0		
10.3.1.2	<i>Chaenomeles japonica</i> (V2,5L)	un	42,0		
10.3.1.3	<i>Coronilla valentina ssp. Glauca</i> (V2,5L)	un	48,0		
10.3.1.4	<i>Cotoneaster horizontalis</i> (V2,5L)	un	484,0		
10.3.1.5	<i>Crataegus monogyna</i> (V2,5L)	un	47,0		
10.3.1.6	<i>Lavandula angustifolia</i> (V2,5L)	un	46,0		
10.3.1.7	<i>Myrtus communis</i> (V2,5L)	un	44,0		
10.3.1.8	<i>Philadelphus coronarius</i> (V2,5L)	un	49,0		
10.3.1.9	<i>Rosmarinus officinalis</i> (V2,5L)	un	483,0		
10.3.1.10	<i>Sambucus nigra</i> (V2,5L)	un	4,0		
10.3.1.11	<i>Spiraea cantoniensis</i> (V2,5L)	un	5,0		
10.3.1.12	<i>Teucrium fruticans</i> (V2,5L)	un	483,0		
10.3.1.13	<i>Viburnum tinus</i> (V2,5L)	un	46,0		
<b>10.3.2 Trepadeiras</b>					
		un	<b>500,0</b>		
10.3.2.1	<i>Bougainvillea glabra</i> (alt 60cm)	un	80,0		
10.3.2.2	<i>Ficus repens</i> (alt 60cm)	un	30,0		
10.3.2.3	<i>Hedera helix</i> (alt 60cm)	un	30,0		
10.3.2.4	<i>Jasminum mesnyi</i> (alt 60cm)	un	70,0		
10.3.2.5	<i>Lonicera japonica</i> (alt 60cm)	un	80,0		
10.3.2.6	<i>Parthenocissus sp.</i> (alt 60cm)	un	60,0		
10.3.2.7	<i>Passiflora edulis</i> (alt 60cm)	un	20,0		
10.3.2.8	<i>Tacoma capensis</i> (alt 60cm)	un	70,0		
10.3.2.9	<i>Wisteria sinensis</i> (alt 60cm)	un	60,0		
<b>10.4 PLANTAÇÃO DE ARBUSTOS E TREPADERAS</b>					
10.4	Plantação de arbustos e trepadeiras conforme caderno de encargos e peças desenhadas, incluindo abertura de covas, terra vegetal, fertilização e rega	un	2 286,0		




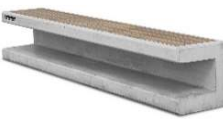







Anexo 3.1 - Articulado de medições











MEDIÇÕES E QUANTIDADES





ARTº	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
<b>10.5 FORNECIMENTO DE RELVADO POR SEMEITEIRA</b>					
10.5.1	Mistura a definir	m <sup>2</sup>	1 119,8		
<b>10.6 FORNECIMENTO DE HERBÁCEAS PARA A ZONA DA HORTA</b>					
10.5.1	Escolha e Fornecimento faz espécies fica ao critério dos proprietários da Quinta e a sugestões dos hóspedes, entre outros.	m <sup>2</sup>	55,5		
<b>10.7 PLANTAÇÃO DE HERBÁCEAS e Sementeira (Zona da horta)</b>					
10.6.1	Processo de sementeira e disposição das hortas feito conforme caderno de encargos e peças desenhadas, incluindo mexida da terra para arejamento, terra vegetal, fertilização e rega	un	1,0		
<b>11 TUTORES</b>					
11.1	Fornecimento e colocação de sistema de tutor triplo, de varas de pinho tratado com 3.5m de altura e 6 a 8 m de diâmetro nas árvores, em tutoragem de árvores. Bandas de amarração e todos os fornecimentos complementares e trabalhos incluídos.	un	805,0		
<b>12 MANUTENÇÃO NOS PRIMEIROS 12 MESES</b>					
12.1	Todos os trabalhos necessários à manutenção, em boas condições vegetativas, das árvores, arbustos e herbáceas pelo período de doze meses incluindo a substituição - retanchar - dos exemplares entretanto mortos.	mês	12,0		

### Anexo 3.2 - Materiais Utilizados

Pavimentos Propostos				
N	Imagem	Descrição	Zona onde vai ser instalado	Pormenores/ Especificações
1		Azulejo hidráulico de 15X15, com 5cm de espessura média; reaproveitado do apartamento dos proprietários, que foi remodelado.	Logradouro	
2		Blocos de betão pré-fabricado, de forma rectangular	"Corredor" de passagem e ligação entre as entradas e a propriedade B	
3		Grelha de betão prefabricado de 40X60cm, preenchido com gravilha branca ou beje	Parque de estacionamento	
4		Gravilha de granulometria extensa	Parque de estacionamento (acesso)	
5		Gravilha solta, branca	Pomar, Horta e zona superior do logradouro	
6		Gravilha solta	Propriedade B- Percurso pedonal e ciclável	
7		Saibro Solto de granulometria extensa	Alvéolos (Z. Estadia)	
8		Placa rectangular de aglomerado de pedra, modelo "Granalhadus Branco Dunas"	Logradouro	
9		Borracha sintética do modelo "Chlildplay 210" da marca "Playplanet"	Parque Infantil	
10		Estrutura de Deck em placas de Madeira natural ou reprodução fiel em material sintético reciclado; assente sobre estrutura sobreelevada de madeira.	Zona inferior do logradouro	
11		Lancis de calcário/betão de 8cm de largura		

<b>Mobiliário Urbano Proposto</b>		
<b>1 Bancos de Jardim e Outros</b>		
	Banco de madeira tropical, modelo "Itália", assente sobre base de cimento; da marca "Bricantel"	
	Banco de madeira tropical, modelo "Vila Real"; da marca "Bricantel"	
	Banco de betão revestido com placas de madeira do tipo "Deck", modelo "Funchal"; da marca "ACL"	
	Banco de betão revestido com placas de madeira do tipo "Deck", modelo "Coimbra"; da marca "ACL"	
	Banco de betão, modelo "Évora"; da marca "ACL"	
	Banco de betão armado liso com suporte de bicicletas de chapa de ferro de 4mm, modelo "CUBO SUP 18"; da marca "Veco-Urban Design"	
	Mesa de Campismo Piquenique em madeira tropical, modelo "Pic-Nick"; da marca "Bricantel"	
	Suporte para estacionamento de bicicletas em aço ajustável, podendo acrescentar ou reduzir módulos, com capacidade máxima para 6 bicicletas - genérico	
<b>2 Papeleiras</b>		
	Papeleira de aço inox com cinzeiro, revestida com farripas de madeira; da marca "Progelcone"	Propriedade A
	Papeleira em chapa de aço galvanizada e lacado de cor cinza, revestido com madeira; modelo "Tetra", da marca "Bragmaia"	Propriedade A
	Papeleira em chapa de aço galvanizada e lacado de cor cinza, revestido com madeira e com compartimentos de reciclagem e cinzeiro; modelo "Chap" da marca "Bragmaia"	Propriedade A

	Papeleira de exterior em chapa de aço zincada, de cor cinza e com cinzeiro, da marca "Casa Pinheiro" ou Almargem" ou equivalente	Propriedade B
	Papeleira com cinzeiro em chapa de ferro galvanizada e com cinza-forja; da marca "Veco-Urban Design"	Propriedade B
<b>3 Manutenção física</b>		
	Máquina de manutenção física, modelo "Elevador Simples"; da marca "Bragmaia" Min. 16m <sup>2</sup>	Prop. B- Alvéolos
	Máquina de manutenção física, modelo "Surf Simples"; da marca "Bragmaia" Min. 16m <sup>2</sup>	Nota: No site da empresa só aparece a imagem referente ao modelo "Surf Duplo"
	Máquina de manutenção física, modelo "Esqui de fundo"; da marca "Bragmaia" Min. 14m <sup>2</sup>	Prop. B- Alvéolos
	Máquina de manutenção física, modelo "Patins Simples"; da marca "Bragmaia" Min. 15m <sup>2</sup>	Prop. B- Alvéolos
<b>4 Abrigos adaptados e Outros</b>		
	Tipo 1- Adaptado de "Abrigo para lenha", modelo "Oregon Madeira"; da marca "Leroy Merlin"	Prop. B- Alvéolos
	Tipo 2- Adaptado de "Armário de madeira", modelo "Lenheiro"; da marca "Leroy Merlin"	Prop. B- Alvéolos
	Tipo 3- Adaptado de "Abrigo para lenha", modelo "Aveal Madeira"; do Leroy Merlin"	Prop. B- Alvéolos
	Cadeira-baloiço de metal "Swing"; da marca "Leroy Merlin" ou equivalente	Prop. B

5 Parque Infantil			
	Balouço duplo com assentos de borracha, modelo "Lappset" (lotes separados); da marca "Playplanet" REF:175076 e 000226		
	Escorrega com degraus, modelo "Lappset 1470"; da marca "Playplanet" REF: 137019M	Prop. B - Socalco inferior	
	Casa de brincar em madeira, modelo "Lappset"; da marca "Playplanet" REF:137455M	Prop. B - Socalco inferior	